



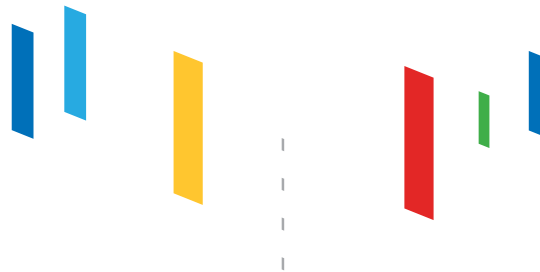
CADERNO DE RESUMOS

VI CONGRESSO NACIONAL DA REDE TERRITORIAL
PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS

*CIDADES
PARTICIPADAS
CIDADES
ADAPTADAS(ÁVEIS)*

ACADEMIA ALMADENSE, ALMADA 11, 12 e 13 de novembro de 2015





FICHA TÉCNICA

Comissão Científica

Adelaide Silva, Diretora do Centro de Associação de Escolas do Concelho de Almada

Lurdes Rabaça, Técnica e dirigente da Câmara Municipal de Lisboa, atualmente aposentada, fundadora do Gabinete das Cidades Educadoras de Lisboa

Paula Lebre, Professora da Faculdade de Motricidade Humana

José Soares Neves, Professor do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa ISCTE

João Cabral, Coordenador da Comissão Executiva do Colégio da Especialidade de Urbanismo da Ordem dos Arquitetos

Joana Dias Pereira, Diretora Municipal de Desenvolvimento Social Integrado

António Veríssimo Paulo, Diretor Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico

Comissão Executiva

Vereadora **Amelia Pardal**

Vereador **António Matos**

Diretora Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado – **Joana Pereira**

Diretor Municipal Planeamento Administração do Território e Obras – **Veríssimo Paulo**

Diretora de Departamento de Educação e Juventude – **Paula Sousa**

Diretor de Departamento de Ação desportiva – **José Barreto**

Diretor de Departamento da Cultura – **Armando Correia**

Diretor de Departamento Urbanístico – **Paulo Pardelha**

Diretor de Departamento de Comunicação – **Miguel Ribeiro**

Comissão Organizadora

Ana Cristina Monteiro

Ana Gameiro

Ana Isabel Ribeiro

Ana Leal

Anabela Felício

Ângela Luzia

Andreia Lino

Armando Correia

Dora Costa

Isabel Serra

Joana D. Pereira

Jorge Cabral

José Barreto

José Pereira

Luis Pequito

Maria José Santos

Miguel Ribeiro

Marianela R. Rebelo

Nuno Caeiro

Paula Sousa

Paulo Pardelha

Ricardo Carneiro

Silvia Isidro

Suzel Horta

Veríssimo Paulo

Equipa de Transcritores

Amélia Pires

Fernanda Costa

Isabel Moreira

José Pereira

Liliana Barradas

Marianela Rebelo

Sandra Vieira

Silvia Isidro

Nota:

Todas as comunicações apresentadas são da responsabilidade e autoria dos oradores/conferencistas e foram validadas pelos mesmos.

ÍNDICE



- 8 EDITORIAL PROPOSTA**
- 9 11 DE NOVEMBRO**
- 9 14H00 - SESSÃO DE ABERTURA**
- 9 Luís Torgal, Presidente da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense
- 9 Lurdes Rabaça, Comissão Científica do Congresso
- 10 Marina Canals Ramoneda, Secretária Geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)
- 11 António Matos, Vereador da Educação, Cultura Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada
- 13 Joaquim Judas, Presidente da Câmara Municipal de Almada
- 15 15H00-16H00 CONFERÊNCIA PLENÁRIA - CIDADE EDUCADORA, ADAPTADA/ADAPTÁVEL, INCLUSIVA, PARTICIPADA: DEMOCRÁTICA**
- CIDADE EDUCADORA, ADAPTADA/ADAPTÁVEL, INCLUSIVA, PARTICIPADA: DEMOCRÁTICA**
- 16 Apresentação, António Matos, Vereador da Educação, Cultura Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada
- 16 Professor Doutor, Juan Manuel Del Pozo “Cidade Educadora, Adaptada (vel), Inclusiva, Participada: Democrática”
- 17 16H30 -17H30 EXPERIÊNCIAS CONVIDADAS**
- 17 Apresentação e Moderação, Giovanni Allegretti
- 18 Maria do Carme Fouces Díaz, Conselheira para o Bem-estar e Educação do Município de Pontevedra, A Cidade Integradora
- 19 Luis Antunes, Presidente da Câmara Municipal da Lousã, LOUSÃ – Cidade do Turismo Acessível
- 21 17H30 -18H30 APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS GRUPOS DE TRABALHO “PROJETO EDUCATIVO LOCAL” E “CIDADES INCLUSIVAS”**
- 21 Apresentação e Moderação: Hélder António Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odemira
- 22 Nuno Camelo, Câmara Municipal de Évora, Grupo de Trabalho Temático “Projeto Educativo Local”
- 23 Marianela Rebelo, Câmara Municipal de Almada, Grupo de Trabalho “Cidades Inclusivas”
- 27 18H30 -19H30 REUNIÃO DA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS**
- 27 12 DE NOVEMBRO**
- 27 09H30 – 10H30 CONFERÊNCIA SUBTEMA 1: CURRÍCULO EDUCATIVO DA CIDADE**
- 27 Apresentação e Moderação, Jacqueline Moll
- 29 Joana Lúcio, A Cidade como experiência de aprendizagem: crianças e jovens como co-constructores e cartógrafos da cidade educadora
- 31 Natacha Costa, Educação, cidade e democracia: o bairro-escola no contexto da agenda da educação integral no Brasil
- 34 11H00 - 12H00 APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (1)**

34 SALA A ACADEMIA ALMADENSE

34 Ângela Luzia, *Amplificar as Vozes: a Memória como recurso e experiência educativa e de cidadania*, Câmara Municipal de Almada

35 Elisabete Gonçalves, *Educação patrimonial CAA*, Centro de Arqueologia de Almada

36 Helena Pinto Janeiro, *Maria Judite Alves Lisboa Museu do Aljube-Resistência e Liberdade*, Câmara Municipal de Lisboa

37 Maria Beatriz Brandão, *Ludobibliotecas Escolares em Cascais*, Câmara Municipal de Cascais

38 SALA B CINE -TEATRO ACADEMIA ALMADENSE

38 Paula Sousa, *Almada: A participação em Contexto Educativo*, Câmara Municipal de Almada

40 Cristina Palhares, *Ambiente e Energia*, Câmara Municipal de Cascais

41 Fernando Fernandes, *PDL – A Cultura começa na Escola e está na Rua – Um desafio de Cidade Educadora em três andamentos*, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

42 Maria Manuela Sousa Matos e Ana Leal Silva, *Lançar Redes no Mar Revolto - Agrupamento de Escolas da Trafaria*, Almada

45 SALA C – QUARTEIRÃO DAS ARTES

45 Marco Magalhães, *Famalicão Visão 25*, Câmara Municipal Vila Nova de Famalicão

46 Mónica Diniz e Joaquim Gordicho, *Policiamento Comunitário - Alta de Lisboa Mais Segura*, Polícia Municipal, Câmara Municipal de Lisboa

48 Carlos Mendonça, *Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade*, Câmara Municipal de Setúbal

49 Carlos Rabaçal, *Programa Nosso bairro, Nossa Cidade*, Câmara Municipal de Setúbal

51 Liliana Cruz, *ROMED 2*, Câmara Municipal Torres Vedras

53 12H00 -13H30 Painel de Autarcas | Almada, Braga, Évora, Loulé | Rosário, Argentina

53 Apresentação e moderação: Catarina Pires, jornalista

53 Almada, Joaquim Judas

54 Braga, Lídia Dias, Vereadora da Educação e Cultura

55 Évora, Carlos Pinto Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora

57 Loulé, Vítor Aleixo, Presidente da Câmara Municipal de Loulé

58 Rosário, Argentina, Carolina Balparda, Diretora Geral de Programas Educativos da Secretaria de Cultura e Educação da Câmara Municipal de Rosário, Argentina, em substituição da Senhora Intendente

59 14H30 -15H30 CONFERÊNCIA SUBTEMA 2: ADAPTAÇÃO CRÍTICA DA CIDADE

59 Apresentação e moderação: Jorge Gonçalves

59 Maria Paula Diogo, Professora Doutora da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa - *Atravessar o rio: Das visões utópicas e realidades industriais do princípio do século XX à cidade do século XXI*

62 Pedro Brandão, Professor no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa - *"A Rua: Uma Adaptabilidade (crítica) do Espaço Público"*

65 15H30 -16H30 APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (2)

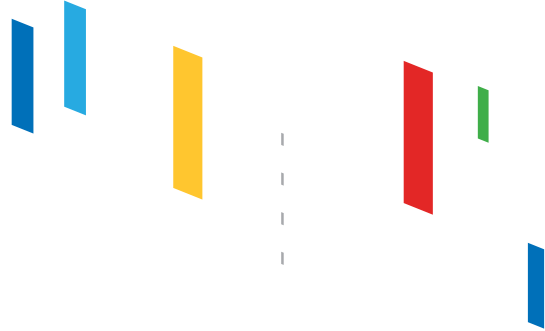
65 SALA A – ACADEMIA ALMADENSE

66 Goreti Araújo, *Ação Escola SOS Azulejo*, Câmara Municipal de Braga

66 Ana Carolina Crispim, *Projeto Malha*, Câmara Municipal de Cascais

- 67 Ana Moreno, *Il Plano Gerontológico da Amadora*, Câmara Municipal da Amadora
- 68 António Bastos, *“Uma Praça em Cada Bairro”*, Câmara Municipal de Lisboa
- 69 SALA B – CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE**
- 69 Hermínia Moreira, *“Let’ s Move”*, Câmara Municipal de Paredes
- 70 Lídia Carçoço, *Lisboa Interativa (LxL)*, Câmara Municipal de Lisboa
- 71 Miguel Ganhão, *Projeto LIFE – GEBALIS*, Lisboa
- 72 Fátima Catarino, *Vila Moura - A mobilidade suave como elemento de competitividade Territorial*, INFRAMOURA - Vilamoura/Loulé
- 73 SALA C – QUARTEIRÃO DAS ARTES**
- 73 Dolores Papa, *(Re) Descobrir a Trafaria - Projeto piloto de mapa virtual para promoção da memória local e desenvolvimento do território*, Associação Ensaio e Diálogos
- 75 Ana Paula Ventinhas e Vereador Joaquim Simões, *Festival do Peixe do Rio e do Pão*, Câmara Municipal de Moura
- 76 Rodrigo Antolin Ramalho, *Night Run*, Câmara Municipal de Torres Vedras
- 78 Rosário Menezes, *Santa Maria da Feira um Município para todos*, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
- 80 17H00 -18H30 Experiências Convidadas | Participação na construção da Cidade Educadora**
- 80 Apresentação e Moderação: Vereador Pedro Pina
- 80 / Barreiro - *Cidadania ativa: pilar da comunidade*, Sofia Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro
- 80 / Lisboa - *BIP/ZIP*, José Ferreira, Chefe da Divisão de Apoio a Intervenções Locais da Câmara Municipal de Lisboa
- 82 / Loures - *Galeria de Arte Pública*, Maria Eugénia Coelho, Vereadora da Câmara Municipal de Loures
- 83 / Vila Nova da Barquinha - *o CIEC de Vila Nova da Barquinha: fruto e semente de e para uma vila educadora*, Ana Rodrigues, Diretora do CIEC e Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro
- 84 13 NOVEMBRO**
- 84 09H30 - 11H00 SUBTEMA 3: PARTICIPAÇÃO ATIVA DA CIDADE**
- 84 Apresentação e moderação, Filipa Ramalhete
- 84 Lucília Salgado, *Participar na cidade, uma forma de aprendizagem rica na sociedade do conhecimento, pelo trabalho e pela cidadania*
- 87 Tiago Mota Saraiva, *trabalhar com os 99%*
- 89 Álvaro Domingues, *Da Cidade ao Urbano*
- 92 11H30/ 13H00 APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (3)**
- 92 SALA A – ACADEMIA ALMADENSE**
- 92 Maria de Lurdes Cruz, *Alemão em Cena*, Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Almada
- 94 Pedro Leite - *Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*
- 94 Filipa Zacarias – *VIDA, Árvores da Memória*, CES da Universidade de Coimbra - Coimbra/Lisboa
- 96 Branca Teixeira, *Bastidores das Cidade*, Câmara Municipal do Porto
- 97 Lídia Dias, *Braga Romana Reviver Bracara Augusta*, Câmara Municipal de Almada
- 97 Rute Navas, *Nós da Cidade: Um projeto Escolar*, Agrupamento de Escolas Emídio Navarro
- 98 Ana Isabel Ribeiro Almada *Planisfério da Interculturalidade: Participação, Educação, Coesão Social*, Câmara Municipal de Almada

- 100 SALA B – CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE**
- 100 Nuno Camelo, Carta Educativa - Um documento estratégico de corresponsabilização partilhada, Câmara Municipal de Évora
- 101 Filipa Ramalheite, Almada Laboratório de Intervenção em Arquitetura, Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (CEACT/UAL) - Lisboa
- 103 Cristina Santos Silva Projeto DELL: Um toolkit para a inclusão económica dos emigrantes, Câmara Municipal de Lisboa
- 104 Ana Maria Ferreira, Rio no Coração da Cidade, Câmara Municipal de Santo Tirso
- 106 António Janeiro e Fernanda Marques, Rua Cândido dos Reis, Câmara Municipal de Almada
- 108 SALA C – QUARTEIRÃO DAS ARTES**
- 108 Maria Nazaré Jesus Abreu Pereira, Almada ontem e hoje no percurso da nossa História: Almada Quinhentista -Feira Manuelina sob o Signo da Peregrinação: Um Sarau na Corte, Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade, Almada
- 109 Diana Pereira e Sofia Pinto, Casa do Vapor, Almada/Associação Ensaio e Diálogo
- 111 Tiago Mota Saraiva, Cozinha Comunitária das Terras da Costa, Almada/ATELIERMOB/Cova do Vapor
- 112 Fátima Pereira, Orçamento Participativo Braga, Câmara Municipal de Braga
- 112 João Paulo Beja, Orçamento Participativo Funchal, Câmara Municipal do Funchal
- 114 Rita Alves, Poesia participa na história da cidade, PIAGET Almada
- 115 14H30 - 15H30 APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (4)**
- 115 SALA A ACADEMIA ALMADENSE**
- 115 Paulo Louro, Arte em Bairro, Câmara Municipal de Lisboa
- 115 Fátima Pereira, Construir Pontes com a Cidade, OSMOPE (Creche, Jardim de Infância e 1º Ciclo) - Porto
- 116 Sandra Vaz, Projeto BairroArt, Câmara Municipal de Loulé
- 116 Ana Moura, Tenho 25 anos, Câmara Municipal do Porto e Fundação Serralves - Porto
- 117 SALA B – CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE**
- 117 Paulo Pardelha, Congresso Almada 2015 - Pensar o Futuro, Câmara Municipal de Almada
- 119 Aurora Vieira, Convenção Multidisciplinar de Educação: “Perspetivas sobre a Educação Especial”, Câmara Municipal de Gondomar
- 120 Fátima Pereira, Nós Propomos Cidadania e Sustentabilidade na Educação Geográfica, Câmara Municipal de Braga
- 121 Lídia Branco e Luis Miguel Pereira, Planeamento Local de Emergência e Voluntariado de Proteção civil em Lisboa, Serviço Municipal de Proteção Civil - Lisboa
- 123 SALA C – QUARTEIRÃO DAS ARTES**
- 123 Fernando Ferreira, Assembleia Municipal Jovem, Câmara Municipal de Vila Franca Xira
- 124 Cristina Correia, Plano de Promoção de Participação Infantil e Juvenil (PPPIJ), Câmara Municipal de Palmela
- 126 Ana Moura, Políticos por um dia, Câmara Municipal do Porto
- 128 Patrícia Folgado, Programa para a Educação para a Cidadania Democrática, Câmara Municipal de Odivelas
- 131 15h30 - 16h30 ENCERRAMENTO COM APROVAÇÃO DECLARAÇÃO FINAL DO CONGRESSO**
- 131 DECLARAÇÃO FINAL**
- 133 SINTESE DE PARTICIPAÇÃO**
- 134 GALERIA DE FOTOS**



EDITORIAL

O Município de Almada organizou, entre 11 e 13 de Novembro de 2015, o VI Congresso Nacional da Rede Territorial das Cidades Educadoras.

A temática do Congresso “Cidades participadas/cidades adaptadas (áveis)” está de acordo com as convicções, valores e trabalho quotidiano do município: construir cidades mais participadas e adaptadas, no respeito e na valorização da diversidade e da inclusão social, como princípios que conduzem à construção de uma cidade com lugar para todos e onde cada um tenha lugar, propósito central plasmado na Carta das Cidades Educadoras.

A construção e o desenvolvimento da estrutura urbana e humana das cidades, a sua transformação integradora e inclusiva de saberes e vivências diferenciadas, foram aprofundadas através dos subtemas deste Congresso: “Currículo Educativo da Cidade”, “Adaptação Crítica da Cidade” e “Participação Ativa da Cidade”. Convergindo para o tema geral enquanto temáticas em debate e análise, permitiram evidenciar o importante trabalho desenvolvido pelos municípios nacionais per si ou em resultado de parcerias na promoção dos desígnios da Cidade Educadora.

O desafio lançado a diversas personalidades reconhecidas internacionalmente pelos seus empenhos e desempenhos na construção da Cidade Educadora acrescentou valor ao conhecimento, debate e reflexão, elementos essenciais para a definição e implementação de políticas que correspondam à vontade e à participação das populações em convergência com os compromissos dos subscritores da Carta das Cidades Educadoras.

As visitas temáticas refletiram o projeto de desenvolvimento traçado por Almada para o seu território, exercido por um poder local democrático que respeita e exerce o mandato atribuído pelos almadenses nas últimas quatro décadas. Representaram pois o contributo de Almada para a construção da cidade educadora, inclusiva, intercultural, intergeracional, participativa e mobilizada para a construção do seu futuro coletivo.

JOAQUIM ESTÊVÃO MIGUEL JUDAS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA



11 DE NOVEMBRO

14H00

SESSÃO DE ABERTURA

Luís Torgal, Presidente da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense

Lurdes Rabaça, Comissão Científica do Congresso

Marina Canals Ramoneda, Secretária Geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras

António Matos, Vereador da Educação, Cultura Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada

Joaquim Judas, Presidente da Câmara Municipal de Almada

LUÍS TORGAL, PRESIDENTE DA ACADEMIA DE INSTRUÇÃO E RECREIO FAMILIAR ALMADENSE

Exmo. Senhor Dr. Joaquim Judas

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Almada

Exma. Senhora D. Marina Canals Ramoneda, ilustra Presidente da Associação Internacional das Cidades Educadoras

Exma. Senhora Dra. Lurdes Rabaça, distinta representante da Comissão Científica

Exmo. Senhor Vereador António Matos, Responsável da área da Educação, Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada

Senhores Presidentes da Câmara

Senhores Vereadores

Técnicos das Autarquias

Caros colegas de todos os graus de ensino aqui presentes

Senhores Conferencistas nacionais e estrangeiros

Mulheres e homens do Movimento Associativo

Meus Senhores e minhas Senhoras

Em nome da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, saúdo de maneira muito carinhosa todos os presentes, agradecendo a grande honra que é a vossa presença e a enorme alegria que sentimos em vos receber nesta centenária coletividade, um dos baluartes do movimento associativo do nosso concelho de que a cidade muito se orgulha.

Nascida em 27 de março de 1895, tem conseguido resistir tal como outras dez centenárias do nosso concelho, aos obstáculos que surgiram no seu percurso de bem servir tornando-se o espaço num local de convívio, educação e cultura, onde o cidadão forja a mentalidade e a disciplina, saindo do primitivismo e do abandono a que muitas vezes era votado.

Alforba de mulheres e de homens de bem que ao longo de 120 anos souberam resistir ao poder instituído, construíram através da música, do teatro da dança, do desporto e do amor aos livros, uma natural escola de valores, sempre em busca de ideais generosos, de igualdade e fraternidade, contribuindo deste modo para uma sociedade mais justa e humanizada. Foram assim os primeiros tempos da sua existência, funcionando no seu seio, aqui, uma escola primária onde os tanoeiros, os ferreiros, os carpinteiros e os pescadores, os pobres e humildes que não tinham possibilidade de atingir o ensino, aqui aprenderam as primeiras letras. E hoje a Academia Almadense, continua a seguir os mesmos brilhos, os mesmos trilhos do seu passado que muito se orgulha, mantendo viva e atuante uma banda filarmónica, escola de música, dois grupos de teatro clássico e musical, para além de cerca de 20 modalidades culturais

e desportivas, mas também um museu, onde o passado está sempre presente e uma biblioteca rica em qualidade e quantidade. O ponto 18 da carta das cidades educadoras refere: "A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. (...)." A nossa Academia à semelhança de outras coletividades do nosso concelho pela prática do seu dia-a-dia cumpre com rigor, os princípios de uma escola não formal perfeitamente integrada nesta cidade educadora, que é Almada, sempre, mas sempre apoiada por uma Câmara Municipal e juntas de freguesia, atentas ao trabalho que nela se desenvolve, substituindo o poder central que virou as costas, à cultura, educação, formação integral do cidadão, conforme os princípios consignados na Constituição Portuguesa e que foram constantemente atropelados. Paz à sua Almada!

Minhas senhoras e meus senhores, mais uma vez bem-vindos a esta vossa casa, que é a Academia Almadense, sempre disponível para receber. Obrigado pela tolerância com que me ouviram, obrigado pela vossa presença.

LURDES RABAÇA, COMISSÃO CIENTÍFICA DO CONGRESSO

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada, Senhor Doutor Joaquim Judas,

Excelentíssimo Senhor Vereador da Educação, Cultura, Desporto e Juventude desta Autarquia, Senhor Engenheiro António Matos

A Excelentíssima Senhora Secretária Geral da Associação Internacional da Cidade Educadoras Marina Canals Ramoneda

Exmo. Senhor Presidente da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, Professor Domingos Torgal

Saúdo todos os participantes neste VI Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

Com os restantes membros da Comissão Científica deste Encontro Educador aqui presentes a quem saúdo, e representados agora nesta sessão por sua vontade, distinção que me honra, agradeço o convite para nela participarmos e particularmente a oportunidade honrosa de colaboração nos trabalhos deste congresso, especificamente na análise das experiências candidatas à apresentação, reflexão e debate em workshops, painéis temáticos e/ou através de posters.

Congratulámo-nos e congratulamo-nos com o tema orientador dos trabalhos – Cidades Participadas, Cidades Adaptas(veis) – tão atual, quanto importante nas cidades de hoje, tema este que traduz conceitos e práticas da Cidade Educadora, que é a Cidade da participação dos cidadãos, que é a cidade que se adapta e é adaptável à realidades nela presentes. Às características no tempo da população que nela habita e trabalha. População diferenciada em idade, convicções, situação económico-social e cultural. Cidade atenta ao seu património, ao seu tecido urbano, à salvaguarda da sua memória, cidade que inclui o ser individual e coletivo na e para uma vivência democrática. Com este fio condutor, constante na Carta das Cidades Educadoras, e tendo sido definidos para uma reflexão mais aprofundada, partilha e debate três

subtemas: currículo educativo da cidade, adaptação crítica da cidade e participação ativa da cidade.

A comissão científica analisou as experiências que lhe foram apresentadas atendendo ao exposto na ficha de candidatura e segundo critérios que avaliaram o seu carácter inovador das experiências, valorizando a relação e o enquadramento, entre o porquê, o como e o objetivo da experiência, o seu desenvolvimento, a sua adequação à temática central ou à sub-temática do congresso, o seu impacto educador na vivência da cidade e dos cidadãos, nem sempre de facto explícito na apresentação dos projetos, a avaliação apresentada pela entidade que se candidata ou que transmite projetos. Uma atenção foi dada às parcerias estabelecidas e o envolvimento da sociedade, manifesto através de grupos de cidadãos, de instituições de educação não formal, universidades, institutos, juntas de freguesia, fundações, agrupamentos de escolas, escolas secundárias, instituições privadas de solidariedade social, museus, Ministério da Educação e Ciência, parcerias estas presentes, conforme os casos, desde a fase de conceção e criação do projeto com base no diagnóstico da problemática da situação que lhe está subjacente até à sua dinamização e avaliação. Igualmente, teve presente na seleção das experiências a importância do dar visibilidade à participação de todos os municípios e entidades que apresentaram candidaturas, desde que o conteúdo das experiências fosse de interesse temático e local, enriquecendo assim a partilha das mesmas, partilha essa fundamental para um trabalho em rede dentro do próprio Município com outros centros urbanos dentro do seu território e cidades de outros países, isto é, redes nacionais e internacionais. Os municípios diretamente ou com parcerias são os principais promotores das experiências candidatas à apresentação deste encontro. Vinte e dois municípios portugueses apresentaram uma ou mais experiências, tendo sido presentes outras em que o principal e direto promotor, foram entidades, serviços diversos, institutos, empresas, centros de estudos sociais, laboratórios de intervenção, associações, agrupamentos de escolas e escolas secundárias. Anote-se que foram candidatas 83 experiências, sendo 53 para apresentação do subtema, "Participação ativa da Cidade", 23 no subtema "Currículo Educativo da Cidade" e 7 no da "Participação Ativa da Cidade". Da análise feita pela Comissão Científica, conforme já referi, segundo os critérios vastos que foram apontados e considerando também não ser possível apresentar todas as experiências em Workshop, há questões de tempo para eficácia da reflexão e para espaço de debate foram propostas alterações e sugeridas outras traduzidas no encaminhamento de experiências para divulgação, apresentação em poster. Apelo para este tipo importante de divulgação para os posters que estão expostos. Fusão de projetos que dentro do mesmo edifício ou identidade, se enquadram no mesmo programa e alteração de painel de experiência porque era possível face ao seu conteúdo, desenvolvimento e objetivo. Neste contexto e após contato dos serviços desta autarquia com os proponentes das experiências, conclui-se o programa que nos foi presente, isto é 18 experiências em espaço poster, 8 em workshop no tema 1 – Currículo Educativo da Cidade, 8 no subtema 2 – Adaptação Crítica da Cidade e 38 no subtema 3 – Participação Ativa da Cidade. Esta partilha de projetos em fases de desenvolvimento e diversos estádios, conforme a realidade local em que se produzem deve ser valorizado, com a divulgação nos bancos das experiências locais e Banco Internacional das Cidades Educadoras, permitindo assim, para além da partilha, um efeito multiplicador, pelo carácter inovador de muitos e pela eficácia de outros. Um congresso procura ser e será um ponto de chegada de um trabalho que envolve o Município que assumiu a responsabilidade de organizar e que conseguiu e consegue mobilizar e motivar à participação, serviços e estruturas públicas e privadas do seu

território e outros municípios. Exemplo disto é o Congresso que estamos já a viver que representa o excepcional trabalho educador do Município de Almada, que todos ou muitos de nós conhecemos bem. Assim queremos, Comissão Científica saudar e agradecer a todos os responsáveis e colaboradores envolvidos, à meses na conceção, organização de um evento como este, particularizando quem, com atenção a excelente qualidade de trabalho colaborou diretamente com a comissão científica no desempenho da sua função. Um congresso digo eu, ainda é deverá ser ponto de partida pela motivação que produzirá na realização de um melhor trabalho local e/ou nacional. De um exigente aprofundar, do sentido educador das políticas definidas, confirmando o que defendemos que consta da Carta das Cidades Educadoras, ser Cidade Educadora. Os votos de um bom Congresso para todos, muito obrigada.

—
**MARINA CANALS RAMONEDA, SECRETÁRIA GERAL
DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS
(AICE)**

*Distinguido Presidente de la Cámara Municipal de Almada,
Distinguidos miembros de la Comisión de Coordinación de la Red Territorial
Portuguesa, y del Comité Científico del Congreso
Sres. y Sras.*

*En primer lugar quisiera agradecer a la Cámara Municipal de Almada
y a la Comisión de Coordinación de la Red Portuguesa su invitación a
participar en este VI Congreso Nacional de la Red Portuguesa.*

*Es para mí un placer poder estar aquí para poder aprender de los retos
y las iniciativas que llevan adelante para que sus ciudades sean más
adaptables y adaptadas diseñadas para la gente y con la gente.*

*Me gustaría señalar dos de los 17 Objetivos para el Desarrollo Sostenible,
que integran la agenda 2030 recientemente establecida por las Naciones
Unidas que, sin duda, nos conciernen:*


*El objetivo 4 nos invita a "Garantizar una educación de calidad inclusiva
y equitativa y promover oportunidades de aprendizaje permanente para
todos y todas a lo largo de toda la vida" y el objetivo 11 nos invita a
trabajar para "Conseguir que las ciudades y los asentamientos humanos
sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles"*

*Esta agenda mundial tiene la intención de ser un plan de acción colectivo
dirigido a equilibrar las tres dimensiones integrales e indivisibles del
desarrollo sostenible: el económico, el social y el medio ambiental. Nuestro
reto es, pues, trabajar tomando la Carta de Cidades Educadoras como
hoja de ruta, para que todas las oportunidades y servicios disponibles
en nuestras ciudades sean sostenibles y accesibles a todos y cada uno
de los ciudadanos y ciudadanas.*

*Durante estos últimos años, en Portugal, la planificación estratégica y
las reformas del Estado han estado centradas sobre todo en mejorar la
competitividad económica y en los ajustes presupuestarios. Portugal ha
completado con éxito un exigente programa de ajustes bajo condiciones
de fuertes restricciones financieras. Pero las cuestiones sociales y la mejora
de la gobernanza son también retos que debe afrontar el país.*

*Entender que el mandato representativo que la clase política ostenta no
permite adoptar cualquier decisión sin diálogo y que los ciudadanos y
las ciudadanas forman parte de la solución y que por tanto es necesario
integrarlos al ejercicio de la política, es un primer paso.*

*Gobernar con participación ciudadana permite renovar los mecanismos
de articulación política existentes. Ello es posible reforzando el sector*



asociativo, fomentando la renovación en la gestión y en la cultura organizativa. Invitando a las asociaciones a participar no solo en reuniones informativas que organiza la Cámara sino a la hora de definir prioridades, en la adopción de políticas, en su aplicación y evaluación. Procurando que la comunicación sea bidireccional. Ello aporta el punto de vista de los usuarios en los planes y proyectos de la Cámara Municipal, demuestra una gestión eficaz y transparente; aumenta la aceptación del proyecto; ayuda y mejora la toma de decisiones, facilita el desarrollo de los proyectos en marcha y/o de las nuevas medidas a tomar y evita problemas de contestación.

Pero no hay que olvidar que la participación es socialmente desigual. Existe una minoría activa, bien informada, motivada y con una larga vida asociativa y una mayoría pasiva, observadora y con sentimiento de falta de competencia política. Por lo que, es más probable, que unos participen espontáneamente y que a otros habrá que irlos a buscar.

Por otro lado, sabemos que la participación requiere de un aprendizaje y que tan solo se aprende participando. A lo largo del proceso participativo se asumen la pluralidad, la diversidad y la interdependencia como valores, se establecen criterios comunes y se acuerdan acciones conjuntas entre personas con intereses y procedencias diversas.

En lo que se refiere a las generaciones más jóvenes, la escuela juega un rol esencial para lograr cambios a medio plazo. La escuela que queremos es una pieza clave de esa ciudad educadora y participativa para la que trabajamos desde la Asociación: una escuela de calidad, equidad y proximidad, abierta, cercana y vinculada con el territorio que contribuya a educar unos ciudadanos libres y comprometidos con su entorno.

Una escuela que necesariamente además de transmitir conocimientos y habilidades debe educar en actitudes y habilidades sociales y valores. Educar en la autonomía personal, despertando la sensibilidad intercultural, y el interés por el bien común. Educar en el valor de la diversidad, el diálogo, y el respeto son aprendizajes imprescindibles para la convivencia. Desde el inicio de la crisis financiera, Portugal viene registrando una bajada gradual de la natalidad, la tasa más baja de la Unión Europea en 2013 (7,9 nacimientos por mil habitantes mientras que la tasa de mortalidad es de 10.2 por mil habitantes) Este envejecimiento de la población conlleva dar respuesta a nuevas necesidades a la hora de planificar el espacio público, los equipamientos, la movilidad, la accesibilidad, las relaciones intergeneracionales, etc. Hace tan sólo unos años el contexto era bien diferente, el crecimiento económico dio paso a la llegada de trabajadores extranjeros y sus familias y al surgimiento de una sociedad multicultural. Mientras que hoy la emigración y la fuga de talentos se han disparado. Para las Cámaras Municipales, ello comporta la necesidad de reorientar las políticas sociales, la necesidad de trabajar para la inclusión social desde una perspectiva integral que permita hacer frente a las desigualdades sociales, económicas y de oportunidades existentes entre diferentes sectores de la población, teniendo en cuenta no sólo las necesidades materiales para poder llevar una vida digna, sino también aquellas otras relaciones con el vínculo social y la participación en la vida de la ciudad. También implica ser flexibles, ajustarse, adecuarse, amoldarse a las nuevas necesidades de la ciudadanía y saberse sobreponer a la rapidez de los cambios que acontecen. Una metodología transversal, políticas orientadas a la colaboración público-privada y una mayor coordinación entre los diversos niveles de gobierno permite incidir con mayor eficacia ante los cambios o incluso anticiparlos.

En este contexto os animo a trabajar para combatir miedos e inseguridades. A crear expectativas motivadoras y a trabajar para que todos puedan

participar en el cambio, y sentirse parte de él. Para ello la información es importante para despejar dudas, calmar miedos y angustias.

Os animo a ser creativos, a apoyar la labor de otros, trabajando colaborativamente, creando sinergias y trabajando en equipo. El principio de colaboración conlleva la participación y el aceptar ideas nuevas.

Deseo que las conferencias, mesas redondas y experiencias que escucharemos, sean una fuente de inspiración y de ideas para vosotros, y os aporten nuevas herramientas para conseguir que las ciudades sean lugares de aprendizaje, convivencia y encuentro; espacios más inclusivos, pensados con y para las personas.

Os invito a seguir apostando por la educación como un vector importante de gobernanza, como eje estratégico y transversal de su proyecto político. Agradezco la hospitalidad de la Cámara Municipal de Almada, y el trabajo preliminar de preparación y coordinación de este Congreso y a todos vosotros gracias por haber respondido a esta invitación.

Os deseo un buen trabajo.

ANTÓNIO MATOS, VEREADOR DA EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO E JUVENTUDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Exmos.

Senhoras e Senhores Presidentes de Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Autarcas e representantes dos municípios

Senhora Marina Canals Ramoneda, Sec. Geral da AICE

Senhora Carolina Balparda, Diretora Geral de Programas Educativos da Secretaria de Cultura e Educação da Câmara Municipal de Rosário, Argentina, em substituição da Senhora Intendente

Senhoras e Senhores Membros da Comissão de Honra e da Comissão Científica

Senhoras e Senhores Professores

Senhoras e Senhores Participantes do VI Congresso da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

Bem-vindos a Almada.

Em nome da Câmara Municipal de Almada a todos saúdo com uma enorme alegria e satisfação por vos receber nesta cidade, para a realização deste Congresso nacional que versará temas tão caros ao mais recente pensamento sobre a problemática da educação nos contextos sociais e urbanos.

Aqui presentes vão estar representações das governações locais de todo o território nacional, do concelho de grande ao de menor escala, que aqui partilharão, mais do que o exercício de competências de que são portadores em matéria de legislação para a educação, mas sobretudo o que fazem para além das responsabilidades legais, isto é, os projetos, atividades e ações que levam a cabo na implementação de planos integrados de desenvolvimento socio-educativo, transformadores de uma cidade que é, ela própria, um exuberante recurso à disposição das escolas e dos cidadãos.

Esta Congresso pretende ser uma arena para um grande confronto, um grande debate, e para todas as reflexões que julgarmos pertinentes, sobre a cidade educadora como hoje, de uma forma amplamente consensual, a entendemos, isto é, uma cidade com escolas, centros culturais, espaços de aprendizagem, centros de formação, áreas de lazer e de convívio, mas uma cidade que se organiza com espaços e programas de educação ao longo da vida, que educa para a diversidade, para a compreensão,

para a cooperação internacional, para o civismo, para a participação na vida coletiva.

Este Congresso vai ser um espaço de partilha e de reflexão sobre o modo como planeamos as nossas cidades, como as concebemos, como as transformamos, como as desenhamos, para que sejam, a um tempo, um espaço de memórias, respeitadores das tradições, das identidades locais, mas abertas à contemporaneidade, à diversidade social, à inovação, promotoras dos valores culturais, da solidariedade, da ética, da justiça, da equidade, da convivência.

Este Congresso aspira a ser um momento de divulgação de projetos educadores dos governos locais portugueses que, promovendo a qualidade de vida dos seus concelhos, não prescinde, para esse desiderato, da participação ativa dos seus municípios, dos seus educadores, dos seus dirigentes associativos.

Este conclave pretende ser um momento, um espaço de apresentação de projetos que, partindo de uma escola, de um agrupamento de escolas, de uma associação, ultrapassam os muros da instituição e, quantas vezes, se assumem como instrumentos de construção da cidade educadora considerada no seu sentido lato e abrangente, muitas vezes intergeracional, e marcante para uma comunidade inteira.

Este nosso encontro realizado numa altura crucial do processo de desenvolvimento do País, em que as formas de governar estão em grande problematização, em que se discutem as soluções governativas no sentido de que melhor correspondam às mais profundas necessidades e interesses dos cidadãos, vem permitir a visita a experiências, a ensaios e mesmo à demonstração de projetos consolidados de governação local, em que a resposta às necessidades integrais dos cidadãos conhece níveis extraordinariamente avançados, muitas vezes exemplos replicáveis na grande escala.

Pois esta cidade de Almada, que integra a área metropolitana de Lisboa e é reconhecida pela sua história milenar – Foral de 1192 - território de cruzamento de culturas e povos, - ontem como hoje - de construção de identidades, de afirmação de valores e de combates por causas, de ações visionárias ao longo da sua história, é a terra que hoje vos recebe, para se mostrar nas suas experiências e de vós aprender o tanto que fazem as cidades portuguesas.

O tema que Almada propôs para o VI Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa, Cidades Participadas, Cidades Adaptadas(áveis), está de acordo com as convicções, valores e trabalho quotidiano do município, e que sabemos estar associado às melhores práticas de construir cidades mais participadas e adaptadas, apostando na diversidade, integração social, inclusão e intergeracionalidade, respeito pelo património e identidades, aberto ao Mundo e às práticas contemporâneas e de inovação.

Neste Congresso

Propomos o debate sobre

Currículo Educativo da Cidade

que promova os valores da cidadania e da liberdade, que proporcione aprendizagens de tudo o que une e liberta simultaneamente, isto é, o que une é o que permite cada um integrar-se na sociedade, como a história, a comunicação, a aprendizagem do diálogo e o viver em conjunto. O que liberta é o que permite cada um ir ao seu destino através do conhecimento adquirido e da capacidade de autonomia.

Uma escola que não abra perspectivas de mobilidade social não é escola é um beco sem saída e é neste ponto que o planeamento do território deve procurar antecipar-se, estando atento às alterações introduzidas por esta mudança da sociedade, promovendo a ligação da escola aos

agentes locais proporcionando o envolvimento em projetos comuns e que sirvam a cidade.

A diversificação da oferta educativa, cultural, artística, lúdica da cidade deve dar resposta às diferentes vivências das comunidades que se instalam e que passam a contribuir para o seu funcionamento conferindo-lhe identidade própria. A construção do currículo educativo da cidade para o século XXI faz-se com todos, apostando na diversidade e na valorização das diferenças como forma de enriquecimento e de integração do indivíduo na comunidade mais vasta que é a humanidade, tornando-a mais justa e solidária.

Propomos a reflexão sobre a Adaptação Crítica da Cidade

Que exige atenção a novas necessidades de espaço público, de mobilidade e acessibilidade, de integração intergeracional e do aproveitamento dos conhecimentos e tradições. A adaptação da cidade também se dirige à infância e juventude, devendo proporcionar cidades mais seguras, mais inclusivas, promovendo o papel da comunidade e o exercício da cidadania.

A transformação do espaço público através da pedonalização de alguns eixos de circulação, possibilita a acessibilidade universal fomentando a integração e uma vida independente para pessoas com mobilidade reduzida. A cultura viária consubstanciada num completo sistema de educação viária nos níveis de ensino básico familiariza a população escolar em relação à mobilidade.

A adaptação das cidades aos contextos sociodemográficos pode ser entendida como um fator crítico de sucesso dada a pluralidade das populações e das problemáticas a elas associadas, cabendo às governações locais o planeamento e a facilitação da continuidade da memória integrada num processo de transformação do território.

Propomos a abordagem da Participação ativa da Cidade

Certa como é, como enuncia a nossa magna carta, a importância de apoiar “... o associativismo a participação e co-responsabilidade cívica (...) permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas, contribuindo para a formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

E assim, Autarcas, diremos todos, em uníssono:

Sim, não sabemos fazer nem gerir cidades sozinhos.

É com os cidadãos que queremos estar, é com eles que queremos gerir.

Senhoras e Senhores Congressistas

Portugal tem hoje as mais baixas taxas de escolaridade e as maiores de analfabetismo no quadro da União Europeia, os segundos maiores índices de insucesso e abandono escolares, só ultrapassados por Malta. A proporção da população jovem que frequenta o ensino superior no nosso País é a mais baixa da Europa.

A crise que se tem prolongado no sistema educativo português, que radica na insistência em políticas que afrontam a Constituição da República – que consagra a educação como um direito universal dos cidadãos – , não é uma crise conjuntural mas sim estrutural, e tem que ver com a enorme contradição entre a escola que o País e os Portugueses precisam e aquela que temos tido.

Esta situação, a não ser invertida, pode empurrar o País para uma situação de atraso irreversível no seu desenvolvimento económico e social.

A escola que defendemos, a cidade que construímos, tem por fim formar o aluno e a aluna enquanto homem e mulher, independentemente da ocupação que vierem a ter após a saída da escola ou o lugar

que ocuparem na cidade, uma escola que não reproduza à saída as mesmas desigualdades da entrada. Defendemos uma escola que tenha a preocupação da formação integral do indivíduo, que forme os alunos na perspetiva do trabalho, mas que simultaneamente os forme para a cidadania, para uma participação na vida política e social.

O direito à educação e a um ensino ao longo da vida é o direito de todos e de cada um ao conhecimento e à criatividade, ao pleno e harmonioso desenvolvimento das suas potencialidades, vocações e consciência cívica. Direito este que associa a política de cidades às políticas nacionais, em que ambas assumam a educação, a ciência e a cultura como vetores estratégicos para o desenvolvimento; que atenda à multiplicidade dos processos educativos e formativos contemporâneos e às dimensões a que estes devem dar resposta, desde a competência profissional e a qualificação, à cultura humanista e científico-técnica, à inovação e à criação, tudo aquilo que se projeta na cidade e tem o Mundo como horizonte.

A política de cidades está ligada à política do País.

Nós, nas cidades, temos esta visão. Que a Governação da República a tenha também.

O VI Congresso da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, é uma oportunidade para se consolidar a disseminação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras com os contributos dos 22 municípios participantes, proporcionando o contato com 54 experiências e os 18 posters experiências inscritos, 33 oradores e moderadores nos painéis e sessões gerais e mais 66 pessoas a apresentar experiências, aprofundando-se o diálogo e a reflexão em torno da ação orientada para o desenvolvimento das cidades.

Estou certo que o Poder Local Democrático vai de novo, mais uma vez, surgir como um dos pilares essenciais do processo de transformação democrática em todas as áreas de atividade das populações.

Estou seguro de que as escolas de Portugal e os seus profissionais de ensino, vão trazer aqui o que fazem, e aquilo que fazem situa-se a nível do que melhor se faz em todo o Mundo.

Uma saudação aos colegas da Coordenação da Rede Nacional, de Lisboa, Braga, Paredes, Torres Vedras, Évora e Odemira, Autarquias que estão neste Congresso em vários painéis e disponíveis para interagir com outras Câmaras, dialogando e partilhando informações.

Uma palavra especial para os alunos dos cursos profissionais, que estão conosco neste Congresso, bem como aos seus professores. Agrupamentos de Escolas Anselmo de Andrade, António Gedeão, Caparica, Daniel Sampaio, Francisco Simões, Ruy Luis Gomes e Romeu Correia. Parabéns! E um agradecimento muito sentido à Academia Almadense

O trabalho que aqui vamos conhecer, da autoria de professores, criadores, animadores, arquitetos, técnicos de diversas disciplinas, vai constituir uma pujante manifestação de quanto pode Portugal, de quanto podem os Portugueses.

Então, assim trabalhando, não temos futuro? Não somos capazes?

Somos, nas cidades.

Seremos também no País.

Vamos então dizer como é!

Primeiramente entre nós. Conhecer, Discutir. Para intervir. Nos nossos concelhos. E no nosso País.

Estou certo que depois de amanhã, diremos, alto e bom som:

Sim, um outro País é possível.

Se nós quisermos. E nós queremos.

Bom trabalho!!!

— **JOAQUIM JUDAS**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Senhores e Senhoras Autarcas

Senhora Marina Canals Ramoneda, Secretária geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras

Senhora Carolina Balparda, Diretora geral de Programas Educativos da Secretaria de Cultura e Educação da Câmara Municipal de Rosário, em substituição da Senhora Intendente

Senhoras e Senhores membros da Comissão de Honra e da Comissão Científica

Senhoras e Senhores Professores

Senhoras e Senhores Participantes do VI Congresso da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

Em nome de Almada e do Povo de Almada, desejo as boas vindas a todos e a todas ao VI Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

Através de vós, dirijo uma saudação fraterna e calorosa a todos os municípios que integram a Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, à extraordinária diversidade e riqueza que caracterizam este movimento, que Almada se orgulha de integrar ativamente desde a primeira hora.

Saúdo igualmente os representantes de entidades e municípios de outros pontos do mundo que nos honram com a sua presença e participação no Congresso, dirigindo ao Sr. Embaixador de Angola junto da CPLP, Dr. Luís José de Almeida, ao Dr. Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA, e aos oradores vindos de Girona (Catalunha), São Paulo (Brasil) e Rosário (Argentina) uma viva saudação.

Os três dias do Congresso que agora se inicia traduzirão com detalhe a riqueza e a diversidade desta nossa Rede.

Nesta intervenção de abertura junto algumas ideias à nossa reflexão:

É muito importante que este Congresso possa consolidar o enraizamento dos princípios que integram a Carta das Cidades Educadoras nos Municípios Portugueses, e que através do contacto e diálogo, possamos incorporar novas realidades, novos conhecimentos, e novos instrumentos no processo de construção do desenvolvimento que anima as nossas cidades.

Refletimos sobre as múltiplas questões que entroncam numa Cidade Educadora, partindo da realidade que o Poder Local Democrático, conquista da Revolução de Abril de 1974, tem sido em Portugal nas últimas quatro décadas, um dos principais pilares do processo de transformação democrática e de desenvolvimento em todas as áreas de atividade humana, e em particular das profundas transformações registadas no domínio da educação. Um processo de participação ativa no desenvolvimento nacional que muito honra todos os eleitos locais.

Nos Municípios em geral, assumindo as competências e responsabilidades próprias que lhes estão legalmente atribuídas em matéria educativa, mas também outras competências, frequentemente sem contratualização com o poder central detentor formal dessas responsabilidades, intervimos em nome do inalienável direito constitucional das populações, de todos os cidadãos, e em particular das nossas crianças e jovens, à educação e ao ensino, sempre na perspetiva da sua universalidade, gratuidade e qualidade.

Senhores e Senhoras Congressistas,

Fruto de uma estreita e permanente articulação entre o Poder Local Democrático e a Comunidade Educativa, Almada é hoje nesta dimensão essencial da vida das populações, espaço educativo e de conhecimento qualificado.

Para esta nossa iniciativa de reflexão e debate, reunimo-nos numa Casa que se assume como um espaço de características muito especiais relativamente ao próprio tema que nos motiva, sendo ela própria um dos significativos exemplos do conceito de educação que defendemos. Aqui cabe uma referência indispensável ao Movimento Associativo Popular de Almada. Em Almada, o Movimento Associativo Popular nasceu como resposta dos homens e mulheres Almadenses à desumanização das relações sociais e às profundas dificuldades culturais e de organização social, impostas pelo desenvolvimento do processo de industrialização. Aqui tem sede a terceira mais antiga coletividade do nosso país, com atividade ininterrupta há 167 anos, a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

A emergência do movimento associativo popular traduziu a luta contra o obscurantismo, centrando na sua atividade tantas vezes a resistência à violência e à repressão exercida sobre a generalidade da população trabalhadora, afirmando-se como importante centro de reflexão e formação das consciências, tendo proporcionado a um sempre crescente número de cidadãos a oportunidade de contacto com novas correntes e formas de expressão cultural.

Hoje em dia intervêm na vida coletiva da nossa cidade, mantendo na grande maioria dos casos atividade permanente e regular, centenas de instituições, formais e não formais, integrantes deste pujante movimento associativo, que se afirma assim também numa dimensão educativa irrecusável, e transformam Almada num dos principais centros do associativismo em Portugal.

À Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, centenária casa de cultura, saber e conhecimento onde nos encontramos, transmito o sincero agradecimento do Município pela disponibilização deste nobre espaço para realização de um Congresso tão significativo e importante. Este é, estou certo, o palco acertado para que possamos aprofundar em coletivo os mecanismos, as ferramentas e os instrumentos mais adequados à construção de cidades e sociedades mais participadas e mais adaptadas (ou adaptáveis).

O tema que se propõe para este VI Congresso Nacional justapõe-se com perfeição aos desafios da atualidade e às convicções, valores e trabalho quotidiano que desenvolvemos para construir cidades onde a diversidade e a integração social são princípios e condições basilares de comunidades que reconhecem um lugar próprio a todos, e onde cada um tem um lugar.

Em Almada assumimos o compromisso de honra com a construção de uma Cidade Educadora, no quadro dos valores e princípios que animam este nosso movimento.

O nosso compromisso com a Rede Portuguesa das Cidades Educadoras centra-se numa participação efetiva nas suas atividades, visando a preservação da identidade cultural e territorial, o investimento no potencial humano, apoiando e promovendo o associativismo, o diálogo intercultural, a ação solidária e o intercâmbio geracional, social e cultural, enquanto

formas de valorização do ser humano, promotor de participação alargada na descoberta de novos caminhos e novas experiências educacionais. É esse o trilho que queremos continuar a seguir.

Senhores e Senhoras Congressistas,

Desde tempos remotos, Almada é território onde se cruzam culturas e povos, por isso saberes de conhecimentos múltiplos e distintos; território de construção e reconstrução de identidade e de identidades.

Aqui temos sido capazes de concretizar políticas que promovem, defendem e valorizam o património coletivo – material e imaterial –, assegurando ao mesmo tempo as condições para o fomento da criatividade e da inovação, suportado essencialmente pelas capacidades e talentos locais, num processo que se pretende permanentemente e amplamente participado pelas instituições que emanam da comunidade – artísticas, culturais, profissionais, de ensino, educação e formação, de solidariedade social, entre muitas outras –, numa estratégia que se consolida em múltiplos espaços de participação.

Aqui sentimos a necessidade de acertar o passo com a evidência de que o processo educativo não cabe na sala de aula clássica e tradicional, constituindo-se como realidade permanente na vida da cidade e da comunidade.

Aqui definimos e colocamos em prática diferentes roteiros que aproveitam a oferta cultural, desportiva, artística e de lazer, permitindo a continuidade do processo de educação escolar para o espaço público e para a vida do quotidiano dos cidadãos.

A aprendizagem ao longo da vida, outra dimensão central das nossas preocupações e da nossa atividade, está presente de forma muito viva no projeto de Cidade Educadora que estamos a construir como processo de formação e educação permanente.

Ao mesmo tempo que criamos, estimulamos e melhoramos as condições de ensino/aprendizagem das crianças e dos jovens, procuramos proporcionar aos mais velhos formas de prosseguirem os seus próprios processos de formação contínua, e de partilha dos seus conhecimentos. De acordo com os valores e princípios que são compromissos do nosso movimento, entendemos a formação, a educação, o ensino e a aprendizagem enquanto processo contínuo, transversal e que tem, necessariamente, que se afirmar como um processo inclusivo e agregador de toda a comunidade, único caminho para se constituir como contributo para o enriquecimento das cidades e dos seus habitantes, habilitando-os a enfrentar de forma competente e capaz os desafios presentes e do futuro, e promovendo os valores da cidadania e da liberdade.

Ao assumir como tema a adaptação cultural, física e funcional, da Cidade à sua intencionalidade educativa, a Rede e o Congresso procuram colocar-se e colocar-nos em melhor posição numa matéria que, embora já conhecida e estudada no quadro académico, tem tido manifesta dificuldade em entrar na ordem do dia do planeamento urbanístico e da arquitetura.

Não é por acaso que a legislação relativa à adaptação do espaço público à mobilidade dos cidadãos permanece desde há 30 anos com limitada aplicação prática, pese embora as alterações a essa mesma legislação por forma a tentar retirá-la dos seus iniciais preconceitos maximalistas, para a aproximar da realidade histórica e da capacidade económica para intervir (falo dos Decretos-Lei n.º 123/97 e n.º 163/2006).

O mesmo acontece a nível das redes de equipamentos, com a lenta passagem das cartas orientadoras à sua concretização, obrigando por

vezes a sucessivas revisões dessas mesmas cartas, pela alteração das condicionantes que estiveram presentes no momento da sua primeira elaboração.

A evolução demográfica e a própria evolução da estrutura etária, as dinâmicas migratórias e económicas, e as práticas culturais e de convivência, nas famílias e fora delas, vão tendo ao longo do tempo diferentes impactos na vida da cidade, obrigando a permanentes processos de reabilitação e revitalização, que se vão declinando entre as chamadas zonas velhas e as novas urbanizações, os parques empresariais e zonas de lazer, as áreas verdes e as redes viárias, os transporte e os equipamentos.

Mais recentemente, os desafios ambientais evoluíram para temáticas com impacto direto e imediato na vida dos cidadãos, que se revelam designadamente nas camadas mais desfavorecidas da população, através de acréscimos significativos de mortalidade em resultado das ondas de calor e de frio, e da mais ou menos densa e efetiva rede solidária em que estão inseridos.

A generalização do uso do telemóvel e da informática, os grandes monopólios da comunicação e as redes sociais, o uso eficiente da energia e da água, e a recolha e tratamento de resíduos, colocam às Cidades com intenção educadora novos e importantes desafios.

É lamentável que o novo quadro comunitário de apoio não tenha dado a estas matérias da adaptabilidade – designadamente ao nível da reabilitação e revitalização urbanas – toda a importância e apoio que merecem.

Não deixaremos, pela nossa parte, de aproveitar o debate e as conclusões que venham a sair deste Congresso, para procurar cumprir o nosso papel no respeito pelo compromisso com a Carta que em boa hora assinámos, e com a Rede de que fazemos parte.

Continuaremos a contrariar a tendência para cavar desigualdades e distâncias, uniformizar o pensamento e normalizar a vida.

Vamos antes pelo caminho que nos aproxima na distância e na igualdade, que nos dignifica, e que humanamente nos enriquece.

Senhores e Senhoras Congressistas,

Estes e muitos outros temas constituirão o cerne dos debates e das trocas de experiências que enriquecem este VI Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

Reitero, por isso, os votos mais sinceros de boas vindas a Almada e ao Congresso, expressando o desejo de que do trabalho que hoje encetamos e que desenvolveremos nos próximos dias, possamos sair todos mais preparados para enfrentar os desafios que o futuro a todos nos coloca na construção das Cidades Educadoras, de Cultura, Saber, Conhecimento e Participação que todos almejamos.

Bom trabalho a todos. Muito obrigado.



11 DE NOVEMBRO

15H00-16H00

**CONFERÊNCIA PLENÁRIA - CIDADE
EDUCADORA, ADAPTADA/ADAPTÁVEL,
INCLUSIVA, PARTICIPADA: DEMOCRÁTICA**

**CIDADE EDUCADORA, ADAPTADA/ADAPTÁVEL, INCLUSIVA,
PARTICIPADA: DEMOCRÁTICA**

A introdução propõe como marco de reflexão a cidade educadora enquanto comprometida com a democracia plena; ou seja, como a que parte da necessidade da democracia participativa para alcançar no seu ponto de chegada uma democracia rica em diversidade e equidade. E no seu foco, a inclusão e a adaptabilidade.

O corpo da exposição centra-se em três ideias principais: participação, inclusão e adaptabilidade. A participação apresenta-se como a forma geral e plena de vida democrática na cidade, não como uma participação elitista ou profissionalizada ou meramente administrativa e ritual, mas como uma intervenção responsável na vida da cidade com a presença de todos os cidadãos de forma aberta e com conteúdo significativo para as suas vidas. Se essa é a participação desejável, necessariamente tem de cumprir com a condição de inclusão, ou seja, com uma cidadania coesa, equilibrada, plural e diversa, onde nenhum cidadão se sinta à margem ou abaixo do seu todo, ou seja, excluído. Para evitar esse sentimento de marginalização ou exclusão, é necessário planificar e construir espaços e estruturas físicas, por um lado, e condições culturais e sociais, por outro, que permitam a adaptação de todas as pessoas a uma normalidade de convivência plena desde as suas mais diversas condições, diferenças e limitações de qualquer tipo. A adaptabilidade de toda a cidade a todas as formas de vida é, desta forma, uma condição para a inclusão e esta por sua vez uma condição para a participação.

Assim termina o círculo que nos permite propor como conclusão a democracia como ponto de chegada no qual a cidadania disfruta da sua própria diversidade e plena equidade, graças à participação, à inclusão e à adaptabilidade da vida cívica.

—
Professor Doutor **Joan Manuel Del Pozo**

Apresentação, **António Matos**, Vereador da Educação, Cultura Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada



APRESENTAÇÃO, **ANTÓNIO MATOS**, VEREADOR DA EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO E JUVENTUDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Boa Tarde a todos e a todas, vou apresentar-vos o Professor Joan Manuel Del Pozo, alguém que muito diz ao movimento das Cidades Educadoras e muito tem contribuído para o movimento, para a reflexão e temáticas associadas. É com satisfação que recebemos o Professor Joan Manuel Del Pozo, que já esteve em Almada, numa experiência a nível internacional sobre modelos de governação democrática.

Joan Manuel del Pozo é doutorado em Filosofia pela Universidade de Barcelona e professor de Filosofia na Universidade de Girona, onde ensina Filosofia Antiga e Ética Aplicada a diversas formas de ação social. É tradutor de diversos Tratados filosóficos de Cícero e fez também a tradução direta do latim original da obra clássica do pensamento filosófico-político Utopia de Thomas More. É autor de um ensaio educativo recente: Educacionari, um convite a pensar e sentir a educação através de uma bateria de sessenta conceitos, e de muitas outras publicações. É assessor e colaborador habitual da Associação Internacional das Cidades Educadoras, mantendo uma intensa atividade como conferencista em diversos países abordando temas como a educação, filosofia, ética e política.

Como político, foi deputado ao Congresso Espanhol e ao Parlamento Catalão, vice-presidente da Câmara Municipal de Girona e ministro da Educação e das Universidades do Governo Autónomo da Catalunha.

Atualmente é Provedor da Universidade de Girona e diretor do Observatório de Ética Aplicada de Ação Social, Psicoeducação e Assistência Socio-sanitária.

- Passa a palavra

PROFESSOR DOUTOR, **JUAN MANUEL DEL POZO** "CIDADE EDUCADORA, ADAPTADA (VEL), INCLUSIVA, PARTICIPADA: DEMOCRÁTICA"

Muito obrigado estimado Vereador, estimados e estimadas participantes. As minhas sinceras desculpas por não me exprimir em português, mas não vou maltrata-lo (risos) esforçar-me-ei por falar de forma mais lenta para ser compreendido. Muito obrigado porque me deram duas oportunidades fantásticas, uma por visitar novamente Portugal e outra, porque já é a 3.ª vez que regresso a Almada e sobretudo também porque fui convidado a apresentar uma sessão de reflexão sobre a cidade educadora, participada inclusiva e adaptável, um dos aspetos mais ternos, mais íntimos, mais sérios da qualidade democrática de uma cidade, junto a pessoas quer de ordem política quer de técnica constituem a alma da cidade que quer progredir sobre si mesma, pensando o que têm de pensar, na qualidade da vida individual e coletiva dos seus cidadãos e cidadãs.

Com tamanha honra, quero agradecer muito sinceramente o convite, e espero contribuir para a vossa reflexão. A minha apresentação já foi anteriormente enunciada: está dividida em cinco pontos, três já foram referidos (pelo Vereador). O marco da minha reflexão será composto pelas vossas cores, pelas vossas atividades, pela vossa vida. O 1.º ponto e o último contempla o círculo virtuoso e não um "círculo vicioso",

aquelas situações em que há um encadeamento de conceitos em todas as direções; o ponto um é sobre a cidade educadora na perspetiva de proposta da democracia plena; o ponto dois é sobre a cidade educadora e a democracia participativa; o ponto três é sobre a cidade educadora e a democracia inclusiva e a sua condição para a participação; o ponto quatro cidade educadora como adaptabilidade da vontade inclusiva e finalmente o ponto quinto, a democracia com diversidade, equidade e como tal ponto de chegada.

Como marco de reflexão a cidade educadora enquanto comprometida com a democracia plena; ou seja, como a que parte da necessidade da democracia participativa para alcançar no seu ponto de chegada uma democracia rica em diversidade e equidade. E no seu foco, a inclusão e a adaptabilidade. Sem mais preâmbulos, a carta das cidades educadoras pode ter diversas leituras, quando um texto tem muito valor tem muitas leituras: a leitura ética, a carta das cidades educadoras, os direitos humanos aplicados à cidade educadora, uma espécie de carta ética da humanidade. A segunda leitura pedagógica ou educativa, a educação é transversal e constitui a cidadania, por isso tem esse valor de transversalidade e trespassar todas as áreas da cidade, a terceira leitura é social entendendo a carta como uma proposta de valor e bens de serviços públicos e coesão social. A quarta leitura é a da governança local, proposta pelo governo, permitindo o cruzamento com as instituições, entidades, escolas e cidadãos, da cidade e as realidades que envolvem a cidade educadora, pedindo cooperação. A última leitura é política, não no seu sentido triste ou da batalha partidária, mas mais rico e mais amplo. A proposta política como a democracia plena na cidade, por isso dediquemos este tempo de reflexão, à leitura política uma proposta democrática como ponto de partida e ponto de chegada. Agora vou ler o artigo 20 dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, em português: "A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação,, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços." (palmas)

O segundo ponto a democracia participativa como ponto de partida, é um pleonasma/redundância, porque se a democracia é participativa é isso mesmo, então a participação que tipo de qualidade tem? A democracia participativa tem de plantar a participação não como um valor utópico, um mantra ou canção obrigatória, mas como um direito dos cidadãos a participar. Vou exigir mais, a democracia participativa deve ser uma exigência do sistema, o sistema se não tem valor não é bom, se não se exigir a si mesmo a participação real dos cidadãos; a participação como pratica real implica formação educação e informação, porque senão a participação é incompetente contraproducente. Cidadãos que não sabem participar são um perigo... quando lhes perguntam porque não participam, respondem honestamente "porque sou incompetente". Se queremos promover cidadãos participativos devemos educá-los, formá-los e informá-los. Num estudo recente há 4 fatores que podem interpretar como uma continuidade para a capacidade de governar cidades complexas: o processo de deliberar – pensar e cruzar os pensamentos em formas de diálogo dá ao processo de governança a legitimidade da norma. Segundo a deliberação pública dar o passo do simples conflito de interesses particulares, procurando o interesse publico. Descobre-se que por cima dos diversos interesses particulares há um interesse publico.



11 DE NOVEMBRO
16H30-17H30
EXPERIÊNCIAS CONVIDADAS

Terceiro os valores contraditórios nas sociedades complexas, graças a deliberação, permite entender os pontos de vista dos demais e respeitá-los. Aprender que as razões do outro têm a sua importância é um exercício extraordinário de aprendizagem educação e convivência, e finalmente a participação deliberativa proporciona conhecimento e inteligência coletiva, algo que é englobador das inteligências particulares da cidade. A participação apresenta-se como a forma geral e plena de vida democrática na cidade, não como uma participação elitista ou profissionalizada ou meramente administrativa e ritual, mas como uma intervenção responsável na vida da cidade com a presença de todos os cidadãos de forma aberta e com conteúdo significativo para as suas vidas. Se essa é a participação desejável, necessariamente tem de cumprir com a condição de inclusão, ou seja, com uma cidadania coesa, equilibrada, plural e diversa, onde nenhum cidadão se sinta à margem ou abaixo do seu todo, ou seja, excluído. Para evitar esse sentimento de marginalização ou exclusão, é necessário planificar e construir espaços e estruturas físicas, por um lado, e condições culturais e sociais, por outro, que permitam a adaptação de todas as pessoas a uma normalidade de convivência plena desde as suas mais diversas condições, diferenças e limitações de qualquer tipo. A adaptabilidade de toda a cidade a todas as formas de vida é, desta forma, uma condição para a inclusão e esta por sua vez uma condição para a participação. Assim termina o círculo que nos permite propor como conclusão a democracia como ponto de chegada no qual a cidadania disfruta da sua própria diversidade e plena equidade, graças à participação, à inclusão e à adaptabilidade da vida cívica.

A participação apresenta-se como a forma geral e plena de vida democrática na cidade, não como uma participação elitista ou profissionalizada ou meramente administrativa e ritual, mas como uma intervenção responsável na vida da cidade

Para evitar o sentimento de marginalização ou exclusão, é necessário planificar e construir espaços e estruturas físicas, por um lado, e condições culturais e sociais, por outro, que permitam a adaptação de todas as pessoas a uma normalidade de convivência plena desde as suas mais diversas condições, diferenças e limitações de qualquer tipo. A adaptabilidade de toda a cidade a todas as formas de vida é, desta forma, uma condição para a inclusão e esta por sua vez uma condição para a participação.

Assim termina o círculo que nos permite propor como conclusão a democracia como ponto de chegada no qual a cidadania disfruta da sua própria diversidade e plena equidade, graças à participação, à inclusão e à adaptabilidade da vida cívica.

— **LOUSÃ – LDTA** – Lousã Destino de Turismo Acessível / Território Inclusivo, Luis Antunes

— **PONTEVEDRA** – A Cidade Integradora, Maria do Carme Fouces Diaz

Apresentação e Moderação, **Giovanni Allegretti**

— Moderação: **Giovanni Allegretti**

Giovanni (Aldo Luigi) Allegretti é licenciado em Arquitectura (1996) e Doutorado em Planeamento Urbano, Territorial e Ambiental (2000) pela Universidade de Florença, Itália. Atualmente é investigador sénior do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, e pelo mandato 2014-2019 é co-director da Autoridade Independente para a Garantia e a Promoção da Participação da Região de Toscana, Itália. No CES, desempenha ainda as funções de Director Executivo do Doutoramento “Democracia no século XXI”, coordenando o Observatório “PEOPLES’: Participação, Inovação e Poderes Locais”.

Atualmente estuda o tema das Redes de Cidades no cenário internacional, colaborando com o Banco Mundial, o Conselho da Europa, o Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP) e a Comissão de Inclusão Social e Democracia Participativa da CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos). É membro do Standing Group on “Democratic Innovations” no European Consortium of Political Research (ECPR). É, também, membro do Conselho Académico do Institute for Political Ecology (IPE) em Zagreb, Croatia, e do Conselho Científico do Doutoramento em Políticas Públicas da Universidade IUAV de Veneza. Foi fundador e co-coordenador do Festival de cinema e audiovisual chamado “Democracine” em Porto Alegre, Brasil, e co-organizador da Itinerância em Portugal do “Fest-Cineamazonia”.

Desde o 2002 tem sido “assistant professor” de Gestão Urbana e Análise do Território e dos Assentamentos na Universidade de Florença, Faculdade de Arquitectura. Coordenou cientificamente a área de formação do Programa “Orçamento Participativo Portugal”, co-financiado pela EQUAL, que desde 2008 formou mais de 600 técnicos e administradores municipais portugueses no campo do orçamento participativo. Também teve a coordenação científica do projeto europeu “PARLOCAL” gerido pela Provincia de Malaga, Espanha, e actualmente coordena o projecto europeu “EMPATIA - Enabling Multichannel Participation Through ICT Adaptations” em 5 países.

— Tentarei fazer uma gestão bastante rígida do tempo, para recuperar o tempo em atraso. Contudo, gostaria de fazer uma pequena introdução. Quando o Professor Joan Manuel Del Pozo falava sobre o conceito de adaptabilidade, lembrei-me de uma amiga, uma senhora de 90 anos numa cadeira de rodas, juíza reformada da corte suprema inglesa, que cada ano tinha um dos seus ossos substituído por titânio. Ela, como trabalho voluntário, experimentava a capacidade dos grandes hotéis

de Londres de oferecer serviços e acessibilidades para pessoas com dificuldades motoras, e divulgava informações sobre as eventuais ausências. Bem, a forma de ela trabalhar era ligada a uma forma de conceber a adaptabilidade, que o Professor Del Pozo definiu “velho”. Ou seja, fazemos algo apenas pensando numa suposta normalidade dos utilizadores, e depois acrescentamos algumas coisinhas antiestéticas para adaptar os espaços aos portadores de deficiência. Ela dizia-me: eu faço este trabalho porque estou farta de ver o fator humano substituir as carências estruturais dos lugares, cada vez que tenho um problema. Eu entendia bem isso, porque conheci-a num evento de moda masculina, em que tive de chamar 6 bombeiros para leva-la ao 2º piso porque o elevador estava avariado há meses.... Logo que isso passou ela fez entender que sempre que as estruturas estão mal feitas preenchemos os buracos e as carências levando alguém para nos ajudar. Assim aprendi que na maioria do nosso planeta hoje estamos a trabalhar nas carências adaptando à posteriori estruturas criadas principalmente para quem não tem que conviver com deficiências físicas, mas o objetivo deveria ser o de responsabilizar as pessoas para que tudo seja feito para todos. Essa minha amiga ensinou-me para onde olhar. Por exemplo, falava-me com admiração do caso beira-rio de Lyon, construído em torno de uma grande rampa. Se olhamos para ela do outro lado do rio, parece ter uma ampla serie de escadas, mas na verdade são rampas, sendo a rampa o princípio gerador da margem do rio. Ou seja, o arquitecto e as autoridades locais primeiro pensaram em quem deve lidar diariamente com dificuldades. Começar com os limites extremos e depois articular em torno deles o inteiro ambiente físico: foi assim que aprendi a fazer na faculdade e ensino aos meus alunos.

De forma parecida, a minha amiga contou-me um estudo de 2009 feito por Martin Willis e Eileen Dunstan sobre a cegueira que comparou uma ampla serie de inquéritos a técnicos municipais em Inglaterra com questionários parecidos aplicados a pessoas com deficiência visual. A pergunta era: quais as medidas a tomar para envolver mais os invisuais na vida cívica activa? O interessante é que o resultado tinha soluções complexas e outras muito simples. Por exemplo, diziam os inquiridos cegos: “eu preciso de uma pessoa ao lado que se ative se for necessário”. Isto é, eles queriam auto-gestionar a sua presença no espaço físico sabendo que tinham alguém para chamar num momento de necessidade, esperando que esse momento nunca chegasse. Uma tal organização lembra-nos de que é importante envolver todas as pessoas para evitar transformar a inclusão e a acessibilidade numa mascara desagradável para os arquitetos.

Quis fazer esta premissa, porque as duas experiências apresentadas neste painel são interessantes na medida em que tratam de uma tentativa de destruir barreiras onde o valor pedagógico é o princípio gerador.

MARIA DO CARME FOUCES DÍAZ, CONSELHEIRA PARA O BEM-ESTAR E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTEVEDRA, A CIDADE INTEGRADORA

Licenciada em Farmácia pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Titular de Formação Profissional, ramo Sanitário. Professora Titular de Educação Secundária (Biologia e Geologia). Técnica Superior em Prevenção de Riscos Laborais nas três especialidades: Segurança, Higiene e Ergonomia. Responsável sindical de Formação Profissional na Executiva da CIG – Ensino, até 2007. Conselheira do Bem-Estar Social

e Igualdade (mandato 2011-2015); Conselheira do Bem-Estar Social Municipal, Igualdade, Educação e Universidade (mandato 2015-2019).

A transformação da cidade de Pontevedra ocorreu em 1999 quando se começaram a eliminar barreiras nos espaços públicos exteriores em vias municipais, a pedonalizar algumas artérias ou criando itinerários pedonais. Também se desenvolveram programas específicos de eliminação de barreiras, com texturas de pavimento diferentes, e ações de acalmia de trânsito, redefinindo o papel do automóvel na cidade. Também se atuou e atua em edifícios públicos, em transportes (com serviço de táxi acessível) e em espaços privados novos. A reforma integral do espaço público da cidade foi crescendo como uma mancha de óleo, como um processo de renovação de todas as infraestruturas que está a permitir ter ruas acessíveis para todos e todas.

Outra vertente do projeto da acessibilidade universal é dirigida especificamente às crianças e corresponde à iniciativa municipal - O Caminho Escolar - que incentiva as crianças a irem sozinhas para a escola. Começou a funcionar experimentalmente no Colégio Alvarez Limeses, e agora existe em todo o núcleo central da cidade. Trata-se de trabalhar junto da população infantil para que esta perceba que Pontevedra é um espaço amável, parte de seu mundo preceptivo. Com o tráfego a motor pacificado, a cidade é um cenário ideal para que os mais pequenos possam deslocar-se a pé com ótimas condições de segurança. Para aumentar a confiança de pais e mães, a Câmara Municipal assegurou uma rede de colaboradores que se localiza nos principais cruzamentos de ruas para ajudar as crianças a atravessar esses espaços em que possa existir um pouco mais de intensidade de tráfego.

Olá a todos e todas. Espero que a minha comunicação corresponda às vossas expectativas. A cidade de Pontevedra ocorreu em 1999 quando se começaram a eliminar barreiras nos espaços públicos exteriores em vias municipais, a pedonalizar algumas artérias ou criando itinerários pedonais. Também se desenvolveram programas específicos de eliminação de barreiras, com texturas de pavimento diferentes e ações de acalmia de trânsito, redefinindo o papel do automóvel na cidade.

Também se atuou e atua em edifícios públicos, em transportes (com serviço de táxi acessível) e em espaços privados novos. A reforma integral do espaço público da cidade foi crescendo como uma mancha de óleo, como um processo de renovação de todas as infraestruturas que está a permitir ter ruas acessíveis para todos e todas. Neste momento, sentimos a necessidade de revitalizar a rede das Cidades Educadoras.

Outra vertente do projeto da acessibilidade universal é dirigida especificamente às crianças e corresponde à iniciativa municipal - O Caminho Escolar - que incentiva as crianças a irem sozinhas para a escola. Começou a funcionar experimentalmente no Colégio Alvarez Limeses, e agora existe em todo o núcleo central da cidade. Trata-se de trabalhar junto da população infantil para que esta perceba que Pontevedra é um espaço amável, parte de seu mundo preceptivo. Com o tráfego a motor pacificado, a cidade é um cenário ideal para que os mais pequenos possam deslocar-se a pé com ótimas condições de segurança. Para aumentar a confiança de pais e mães, a Câmara Municipal assegurou uma rede de colaboradores que se localiza nos principais cruzamentos de ruas para ajudar as crianças

Portanto as nossas crianças estão em pé de igualdade como qualquer pessoa. Fazemos uma composição da cidade, reforma urbana, inspirada

num pedagogo Francisco Tinucci - a cidade das crianças, é como pensamos a cidade. Dispomos de lugares amplos, colonizados por todos os setores da população e evitamos compartimentar espaços. Porém toda a cidade é um lugar das crianças. Conseguimos que todas as pessoas disponham de uma plataforma única, de poder aceder a qualquer lugar. O termo desintoxicação aplica-se aos carros. Em Pontevedra os carros andam pela cidade mas não a colonizam. Esta situação dá uma potencialidade económica porque as pessoas andam na rua e procuram o comércio tradicional. As ruas e praças enchem-se de meninas e meninos, Pontevedra é uma cidade de crianças, comparada com Vigo e Santiago. Queremos proteger o meio ambiente, reduzir em meia tonelada a emissão de gases por ano, pois temos cerca de 40 mil toneladas de emissão de gases por ano. Por isso apostamos na mobilidade a pé e bicicleta, no crescimento e participação de todos e todas na cidade. Pontevedra é uma cidade segura, sendo que o policiamento é discreto. Ter a cidade desenhada desta maneira para as crianças, implica menos ruído na rua, etc.

Isto só foi possível, através de um compromisso político, claro e uma valentia política para fazê-lo. Toda a cidade exerce a sua participação ativa, como as assembleias de rua. Devemos escutar as crianças, a polícia local coordena todas as atividades do espaço urbano. Queremos um concelho de infância. Os caminhos escolares foram desenhados para as crianças irem a pé. O medo dos pais com a insegurança dos filhos fez com que se criasse lugares dentro da cidade em que os voluntários são pais e avós para que 80 % das crianças podem ir a pé.

Temos uma escola UNESCO vinculada à igualdade. Neste momento o exemplo de Pontevedra é a cultura e a educação multivariados, como a leitura, teatro, etc, onde participam cerca de 30.000 crianças. As crianças em Pontevedra são cidadãos de 1.ª, por isso muitas escolas nos visitam. Somos das cidades galegas com mais nascimentos e menos mortes. Agora passarei um Vídeo de Pontevedra.

Obrigada a todos!

LUIS ANTUNES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ,
LOUSÃ – CIDADE DO TURISMO ACESSÍVEL

A CML, com o envolvimento de um grupo relevante de agentes locais da área do turismo e da reabilitação, promoveu um projeto pioneiro de turismo acessível a nível nacional, designado por LDTA – Lousã Destino de Turismo Acessível, com propostas distintas ao nível do alojamento ou outros serviços turísticos. Para além do cidadão com deficiência, neste conceito estão também abrangidos doentes crónicos ou temporários, os acidentados, as crianças, as grávidas e os idosos, o que pressupõe uma oferta transversal de infraestruturas, equipamentos e serviços que permite, a todos, o gozo de viagens, estadias e lazer sem barreiras.

A capacidade promotora da CML, a reunião de competências técnicas raras em Portugal e o interesse e visibilidade que o projeto sempre suscitou a nível local, nacional e até internacional, levaram ao grande reconhecimento público do mérito da iniciativa, demonstrados pela aprovação de várias candidaturas a instrumentos de apoio financeiro, pela obtenção de distinções nacionais e internacionais, pela ampla exposição mediática e por variadas referências elogiosas ao trabalho pioneiro desenvolvido na Lousã, tanto no país como no estrangeiro.

Especialmente na área da educação, tem sido feito um trabalho em parceria com o Agrupamento de Escolas e IPSS, no sentido de melhorar e facilitar a inclusão de alunos com incapacidade. Para além das diversas intervenções físicas, a Autarquia apoia o funcionamento das Unidades de Apoio à Multideficiência, o transporte de alunos com incapacidade, o acompanhamento técnico, entre outros.

Muito boa tarde a todos e a todas, queria, apesar de já a hora ir avançada, fazer alguns agradecimentos, em particular à organização pelo convite formulado e também apresentar as felicitações pelo evento que aqui realizam, pela sua dimensão e pela qualidade que o programa evidência e dizer-vos que é com gosto que aqui estou e que vou procurar partilhar com todos vós algumas informações relativas a um dos projetos que temos desenvolvido e que tem vários objetivos, mas um dos quais também é, através deste projeto, reforçar a participação dos cidadãos na construção da sua comunidade.

Cumprimentar os colegas de mesa e fazer quatro notas prévias:

Em primeiro lugar, dizer-vos que este é um projeto que já tem algum tempo, que tem bastante trabalho realizado, mas que ainda não está como desejamos, especialmente na expressão urbanística não tem, claramente, a dimensão que tem Pontevedra que é um projeto de grandíssima qualidade e que tem evidência urbanística que aqui podemos verificar.

Dizer também que procuraremos dar um novo impulso e realizar alguns objetivos através do ciclo de apoios comunitários que agora se inicia e que permitirão realizar algumas ações e concretizar alguns objetivos.

Também dizer-vos previamente que este é um projeto que emana e tira partido de uma verdadeira cultura de inclusão que existe na comunidade lousanense e que está intimamente ligada à existência da ARCIL, Associação de Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã e ao trabalho que esta instituição tem desenvolvido.

Os objetivos gerais deste projeto são o aumento da qualidade de vida dos lousanenses, o aumento da atratividade do concelho e a geração de riqueza através da captação de novos visitantes e especialmente de um público e de um universo grande de pessoas que existem em todo mundo e que temporária ou permanentemente tem algum tipo de incapacidade. Também dizer e como já referi mas reforçando que este projeto à semelhança de outros que desenvolvemos e que há pouco íamos conversando, é um verdadeiro instrumento de participação dos cidadãos e vão, penso eu, poder verificar essa questão em algum dos slides que vou passar.

Também dizer-vos desde já que em alguns slides, e para cumprir o tempo que aqui estabelecemos entre nós na mesa e procurarei realçar as questões mais importantes.

Centra-se este projeto numa perspetiva, como referi, de território inclusivo, uma verdadeira cultura de inclusão e da definição estratégica do posicionamento do concelho e do trabalho que pretendemos desenvolver e que temos vindo a desenvolver desde alguns anos a esta parte. Como eu referi a ARCIL é uma entidade de referência na área da incapacidade e para além de outros trabalhos e de outros projetos que desenvolve e que desenvolveu. O concelho da Lousã, através da ARCIL e de uma articulação com os diversos agentes, a Câmara Municipal e os agentes da educação, a Lousã através dessas parcerias foi pioneira na integração plena dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Depois de toda ação desenvolvida e de todo o trabalho que foi sendo

desenvolvido, em 2003 a Câmara Municipal decidiu criar a Provedoria Municipal de Cidadãos com incapacidade e em 2007, isto tem mais a ver com o projeto Lousã destino de Turismo acessível, realizou-se o Primeiro Congresso Nacional de Turismo Acessível. A partir daí desenvolveram-se diversas diligências, criaram-se diversos fóruns e há dados mais atualizados com relação a 2011, a população mundial possui algum tipo de incapacidade em cerca de 15% e prevê-se que no ano de 2050 esse numero seja ainda maior, esse é o principal desígnio do projeto Lousã Turismo Acessível é criar as condições no concelho para que as pessoas com incapacidade possam ali ter um local com as condições adequadas para os seus momentos de lazer, para as suas férias, para os seus fins-de-semana e para outras atividades que não tenham só a ver com o lazer como é obvio.

Todo o projeto Lousã, Turismo Acessível teve várias variantes, várias dimensões, desde logo a questão do reforço da sensibilização da comunidade, ações de regeneração e de acessibilização física, também muito a capacitação dos agentes para que possam ter os conhecimentos e a capacidade de receber as pessoas com incapacidade de forma adequada, todo o material de informação e a realização de outras ações e materiais e claro tudo com o objetivos de promover a dinâmica social, económica e o desenvolvimento do concelho.

Uma visão mais objetiva, relativamente à cronologia que deu origem e às várias etapas que deram origem ao projeto Lousã, Destino Turístico Acessível e outro também que evidencia mais objetivamente a participação da Câmara Municipal neste projeto, o projeto Lousã Destino de Turismo Acessível começou por ser apenas um projeto informal de um conjunto de agentes públicos e privados, a partir de um certo momento foi decidido que era preciso dar um reforço institucional e a Câmara Municipal assumiu a liderança do processo agregando esses diferentes agentes e as diferentes forças e vontades desses agentes públicos e privados.

Aqui podem ficar, ainda que de uma forma não muito visível com um universo de agentes e entidades que têm participado em todo este processo, este processo de Lousã, Destino de Turismo Acessível e mais concretamente na sua estrutura de missão e aqui mais uma vez a evidência daquilo que é o projeto na área turística, como eu já referi, mas também na questão social e, embora isto esteja tudo interligado, como ainda há pouco conversávamos, as áreas são cada vez mais integradas e comunicantes e tudo que é cultura e património é turismo, mas tudo e especialmente no que tem a ver com turismo acessível, tudo que é social também tem que haver um suporte para aquilo que é o posicionamento da oferta.

Este são alguns exemplos, porque o projeto para além das intervenções materiais, desta agregação de vontades e de entidades públicas e privadas, teve na sua base a elaboração de estudos que fundamentaram todos os trabalhos e todas as ações que desenvolveram e que têm sido desenvolvidas no território, nas mais diversas áreas desde os transportes ao plano global de acessibilidades, a toda a metodologia da certificação, todas essas áreas que tiveram como base os estudos realizados por técnicos especializados, por entidades especializadas em cada uma das áreas.

Esta é já uma outra perspetiva daquilo que se pretende relativamente à oferta turística e como tem sido feito o processo relativamente a todas as ações que são desenvolvidas e à oferta que se cria e que se pretende desenvolver.

Este pretende, o tempo não é o suficiente, poderia detalhar um pouco mais cada uma destas, nomeadamente o sistema de certificação, ficam

apenas com algumas breves pinceladas, relativamente aquilo que foi um principais desígnios, foi a certificação como destino de turismo acessível mas ao mesmo tempo certificar os técnicos e as entidades que participam neste projeto como entidades também certificadoras de outros projetos e destinos desta natureza.

Teve este projeto, eu referi, entidades públicas e privadas, aqui estão algumas das entidades públicas, mas também algumas das entidades privadas que deram contributo relevante na estruturação deste desígnio e um outro exemplo daquilo que é o trabalho desenvolvido, este mais no que diz respeito ao comércio e serviços, especialmente e particularmente na área da restauração, um projeto desenvolvido pela Provedoria Municipal das pessoas com incapacidade e que tem como objetivo, de acordo com determinados critérios atribuir o selo Lousã, Acessível aos estabelecimentos, aos serviços que reúnam essas condições e que permitam uma acessibilidade a todos os cidadãos de forma adequada. Aqui, este não é mesmo o mais feliz, pretende ilustrar diversos eixos, diversas vias, diversos locais, espaços, especialmente no centro urbano da vila da Lousã que foram intervencionados sempre com o objetivo de acessibilidade para todos e aqui a partir de agora vou procurar, através de algumas imagens, ilustrar as intervenções que foram feitas, umas de carácter mais material outras mais imaterial, aqui está a acessibilidade a um espaço cultural, a um museu, na fotografia mais elevada e na outra o acesso a uma loja de produtos de uma rede que se designa a Rede das Aldeias do Xisto e que é numa aldeia do xisto em plena serra da Lousã, um espaço turístico completamente acessibilizado e que também ilustra essa vertente da acessibilidade na área da oferta dos serviços turísticos. Outro equipamento cultural, naquela fotografia está um cidadão com incapacidade que é neste momento colaborador da Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade, o nosso Provedor hoje, o provedor é uma pessoa com incapacidade e que colaborava desde o início na Provedoria com o anterior Provedor e que neste momento assumiu o cargo de Provedor Municipal de Pessoas com Incapacidade. Um outro equipamento cultural que esperamos futuramente ainda dota-lo de melhores condições também ao nível da acessibilidade mas que cumpre as condições de acessibilidade é o nosso cineteatro. Diversas intervenções físicas em arruamentos e próximos de estabelecimentos de ensino, de edifícios monumentos nacionais, aqui também, ainda de forma reduzida, podem verificar uma intervenção que foi feita numa zona mais alargada que modificou claramente a sua funcionalidade e as suas características. As escolas, que há pouco Pontevedra referiu são claramente uma das apostas. Uma das vertentes deste projeto é a sensibilização da comunidade escolar para a questão da incapacidade e das acessibilidades com concursos anuais que são realizados, edifícios públicos acessibilizados, há pouco mostrava também o edifício dos Paços do Concelho, as praias fluviais e a partir de agora algumas ações de desporto mais radicais que podem praticados por pessoas com incapacidade, condições de segurança e utilizando equipamentos adequados.

O trabalho passa também, até para testar as intervenções e os projetos, pela receção a grupos de pessoas com incapacidade, aqui está um grupo de dirigentes e associados da ACAP que estiveram na nossa serra da Lousã e nas nossas aldeias do xisto a fazer uma avaliação relativamente às acessibilidades, aos trabalhos realizados na área da acessibilidade.

Um evento que organizamos todos os anos e que se insere neste espírito e no desígnio Lousã, Turismo Acessível, é uma descida de cadeira de rodas pela estrada da serra que liga o Candal à Lousã e aqui, mais uma vez, toda uma serie de equipamentos adaptados e também mais do que os equipamentos adaptados, queria evidenciar que quem está com as pessoas com incapacidade são agentes que operam no território e que tiveram a formação para poder trabalhar com estas pessoas e proporcionar-lhes estas experiências. Estes são alguns exemplos de equipamentos que a Lousã dispõe para permitir a prática das atividades ditas mais radicais em espaço natural. Procuramos, apesar de ainda não ser um trabalho plenamente satisfatório, que sejam utilizados por pessoas com incapacidade quer a título regular quer em termos de momentos específicos como aqui estão evidenciados. As experiências como eu referi e o contacto com diversos tipos de atividades, uma outra atividade que temos desenvolvido e que proporcionamos a pessoas com incapacidade é poder ir assistir à brama dos veados, que é uma atividade orientada pela Universidade de Aveiro e que decorre numa altura específica do ano, normalmente no mês de Setembro ou Outubro, não é muito rígido. Nessa altura do ano é a altura de poder assistir à brama dos veados, para ilustrar o espírito inclusivo, isto é uma imagem de um espetáculo realizado para a celebração do 25 de Abril em que participam cidadãos com incapacidade plenamente integrados em vários momentos e de diferentes formas e em outros que normalmente se realizam há sempre esse espírito de integração. Já me foi dado nota que o tempo está a esgotar, algumas publicações que foram inspiradas neste projeto Lousã, Destino Turismo Acessível, tivemos claramente também a participação de figuras mais reconhecidas nesta área da acessibilidade e atendendo ao trabalho desenvolvido o projeto recebeu também já alguns prémios de diferente natureza, uns mais no que diz respeito àquilo que é a oferta turística outros naquilo que diz mais respeito à reabilitação, integração, ao espírito de inclusão do próprio projeto.

O projeto como eu referi tem estes objetivos sustentabilidade, potenciar aquilo que são as riquezas que temos naquele território, promover a inclusão e promover a desenvolvimento do concelho e contribuir para o desenvolvimento da região e do país.

Muito obrigado!

11 DE NOVEMBRO

17H30-18H30

APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS GRUPOS DE TRABALHO “PROJETO EDUCATIVO LOCAL” E “CIDADES INCLUSIVAS”

Apresentação da atividade desenvolvida pelos Grupos de Trabalho da RTPCE:

Apresentação e Moderação, **Hélder António Guerreiro**

GT Projeto Educativo Local: “Contributos para a Construção de um Projeto Educativo Local de uma Cidade Educadora.” Apresentação de um referencial teórico-prático para a construção de um Projeto Educativo Local assente na Carta de Princípios das Cidades Educadoras, Nuno Camelo, Câmara Municipal de Évora.

GT Cidades Inclusivas: “Uma cidade inclusiva é a que promove o crescimento com equidade. É um lugar onde todos estão habilitados e capacitados para participar plenamente nas oportunidades sociais, económicas, políticas, digitais e identidade e igualdade de género que as cidades têm para oferecer. O planeamento participativo da tomada de decisões é o centro da cidade inclusiva. Tendo por referencial este enquadramento será apresentado o levantamento e análise das boas práticas desenvolvidas pelos municípios portugueses e que culminará com a edição de um documento orientador, Mariana Rebelo, Câmara Municipal de Almada

—
A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras encontra-se organizada em grupos de trabalho (GT) temáticos que têm por objetivo partilhar experiências e definir em conjunto as melhores abordagens (teórico-práticas) para os temas aglutinadores e que mobilizam os vários municípios portugueses.

APRESENTAÇÃO E MODERAÇÃO: **HÉLDER ANTÓNIO GUERREIRO**, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Boa tarde a todas e todos, numa tentativa também de aqui ganharmos algum tempo, até porque é importante deixarmos tempo para o jantar, queria em primeiro lugar naturalmente agradecer a amabilidade do convite para estar aqui hoje a fazer esta moderação ainda que ela depois não tenha a componente de debate, facto que me facilitará bastante a vida.

O tema deste painel e as apresentações que serão feitas denota que a rede territorial portuguesa das cidades educadoras, considera importante ter este momento, no seu congresso, de reporte ou “dar nota” daquilo que se tem feito em áreas específicas ou seja nesta questão muito particular dos grupos de trabalho, que é um fator distintivo relativamente a outras redes territoriais nacionais. Importa reforçar que, para além de distintivo, é bastante positivo, penso eu, esta logica de trabalhar em grupos de trabalho, constituídos pelas diferentes cidades, e que trabalham em temas

específicos construindo assim uma reflexão técnica e política sobre o que é feito especificamente pelas cidades educadoras. Isso é de facto algo que me parece bastante positivo e até diria produtivo.

Hoje aqui vamos apresentar ou reportar a todos e todas aquilo que foi o trabalho em dois grupos de trabalho, um deles o projeto educativo local, onde Odemira neste caso específico também participou, e o das cidades inclusivas liderado aqui por Almada, sendo que o projeto educativo local foi liderado por Évora.

Até relativamente a isto eu gostava, já que já hoje aqui também já se fez um louvor, muito merecido, gostava só de recordar também o Sancho Gomes, que foi quem imprimiu o ritmo, o querer e a competência que este grupo de trabalho precisava para construir e concluir um bom trabalho. Hoje ele voltou para a sua terra e assim perdemos um alentejano que falava com sotaque madeirense. Fica o reconhecimento, a memória e a expectativa de futuros encontros.

Antes de passar a palavra ao Nuno Camelo, que vai fazer a apresentação dos resultados do grupo de trabalho do projeto educativo local, queria terminar com uma curiosa conversa que tive com o Dr. Joaquim Azevedo sobre o tema “Projetos Educativos Locais”. Dizia ele que os “projetos educativos” são de cada escola e não das comunidades e que a designação era, portanto, incorreta. O seu entendimento é que as comunidades poderiam construir projetos de desenvolvimento sociocomunitário da educação, que são muito mais complexos e talvez com menos sentido, de qualquer das maneiras, este debate e esta reflexão deve continuar e tem aqui hoje a apresentação de uma boa base daquilo que pode ser o futuro da reflexão à volta do papel dos diferentes atores nos territórios sobre a questão da educação, ainda assim, bastante controverso.

NUNO CAMELO, CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO “PROJETO EDUCATIVO LOCAL”

Boa tarde a todos. Queria agradecer obviamente à organização pela oportunidade de nos juntar aqui, mas agradecer sobretudo a todos vós que se deslocam das vossas realidades, dos vossos concelhos, do vosso dia-a-dia, para garantir a intencionalidade educadora que este evento encerra em si, e também para dar continuidade àquilo que aqui é assegurado, que é discutido e esse agradecimento vai especialmente para vós, para que tenhamos esta responsabilidade, garantindo com a vossa presença esta intencionalidade educadora de lhe dar eco, lhe dar desenvolvimento.

Em relação aos resultados a que este grupo de trabalho chegou, importava aqui fazer algum enquadramento, referindo este conceito da cidade educadora, com o qual o projeto educativo local está intimamente ligado e ressaltar daqui de que esta cidade educadora é obviamente um espaço de vivência humana com potencial para se transformar.

Cidades participadas, cidades adaptadas, adaptáveis. É disto que estamos aqui a falar nestes três dias e é exatamente tentando potenciar esta capacidade de transformação em toda a linha. Isto significa, de alguma forma, que todas as cidades podem ser interpretadas à luz de uma intencionalidade educadora sendo este um processo de reunião de consensos, de partilha, de participação, de diálogo e de um forte envolvimento da comunidade. É no fundo à volta disto que as cidades

se podem hoje adaptar e podem ser participadas, e é volta disto que a cidade educadora se enraíza, é à volta disto que o próprio projeto educativo local enquanto instrumento agregador também se fundamenta. Contribuem para esta cidade educadora, não só os diversos níveis da administração, obviamente todas as instituições e todos os cidadãos, até os individualmente considerados. Esta cidade educadora ou, “esta cidade” será educadora quando reconheça, quando exerça e quando desenvolva, além das suas tradicionais e normais funções, uma verdadeira intencionalidade e uma responsabilidade com o objetivo claro da formação, da promoção e do desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens, aliás o exemplo de Pontevedra, foi muito claro em relação a isso.

Ora bem, importa também percebermos aqui de alguma forma ou tentar enquadrar aquilo que é o PEL. O PEL, Projeto Educativo Local, apresenta-se segundo esta descrição que está no próprio PEL do Município de Palmela, um plano estratégico que dá conta da intencionalidade educadora assumida pela cidade, claramente o papel que a cidade assume nesta capacidade, nesta missão, nesta intensão de educar todos em todo o tempo. E isto faz-se segundo esta abordagem otimizando a rede de saberes e de competências que se encontra implícita, mas que nem sempre é aproveitada. É um instrumento que referencie e potencia a proximidade entre os vários agentes comprometendo-os com vista a um eixo de ação comum da expressão educadora do território e ele envolve estas questões da participação, da educação, da cidadania e muito também aquilo que é o território, as parcerias e este espaço de planeamento e de ação conjunta.

O projeto educativo comum à escola e ao território e segundo Caballo Vilar é apresentado como o resultante de uma estratégia global e conjunta em que participam os responsáveis de uma comunidade local, instituições, entidades e com isso, o que se faz é dar um uso racional dos recursos e das relações existentes ou latentes na organização social, económica e cultural de um determinado território.

Todas as coisas têm um princípio e este grupo temático que nasceu no seio da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras também teve esse princípio. Esta rede distingue-se, como já foi aqui dito, pela dinâmica de reflexão em grupos temáticos e enfoca na importância desta troca de experiências, de debate e de discussão alargada, através do desafio de envolver todos, constituiu-se então este desafio central ao desenvolvimento dos territórios com o PEL, e este assume aqui particular relevância, tratou-se de perseguir a constituição de uma ideia, de determinar metas, de definir caminhos, de empreender ações. As Cidades Educadoras podem e devem liderar a abordagem de governação colaborativa com vista ao desenvolvimento da comunidade. As cidades têm o papel importante, como já vimos nos exemplos aqui retratados, de liderar esta abordagem que tem de inclusiva, que tem de ser participada, que tem de conseguir chegar a todos, mas a cidade educadora deve ter esta sensibilidade de poder congregar estes esforços. A rede reconheceu isso e partiu do princípio que era preciso trabalhar isto e afinar de que forma é que um PEL pode e deve estruturar esta intensão da cidade educadora. Então várias perguntas se colocavam no início. Como podemos nós oferecer percursos de qualidade a todas as crianças e jovens da nossa cidade? Como podemos nós desenvolver oportunidades educativas para todos os cidadãos de cada cidade ou território? E como podemos fazer isso para todos? E em todo o tempo? Estas são as perguntas centrais que

sustentam obviamente esta construção do projeto de desenvolvimento sociocomunitário local a que se convencionou chamar neste grupo de trabalho, Projeto Educativo Local e são perguntas centrais também que sustentam a criação deste grupo no seio da rede e que levaram ao desenvolvimento destes contributos que hoje aqui apresentamos.

Portanto o grupo temático nasce dentro da rede, é composto por um conjunto de municípios que procuram definir uma estrutura orientadora comum que possa levar à construção de um referencial para a elaboração de um Projeto Educativo Local numa cidade educadora. Houve a necessidade de criar uma equipa de trabalho mais pequena composta por municípios que já tinham experiência nesta questão ou que estavam a trabalhar nesta questão do PEL, e este trabalho leva ao desenvolvimento deste referencial teórico/prático. Ocorreram um conjunto de encontros, de workshops e de ações para discutir estas principais linhas e princípios do PEL, até com a apresentação prática de projetos educativos locais de municípios que já detinham esse instrumento e isso levou à construção daquilo que é o trabalho final que hoje aqui apresentamos, que é este contributo para a construção de um PEL de uma cidade educadora.

É um documento que assenta nestes 4 principais pontos: introdução, definição de conceitos, operacionalização e definição de linhas orientadoras e conclusão. Em relação à definição dos conceitos, o próprio documento afirma esta utilidade de PEL como um projeto de transformação social, de coesão social, como um projeto participativo, estratégico, como um instrumento que define políticas educativas e que centraliza a questão da educação e dessas mesmas ofertas educativas. É também um diagnóstico de cidade e tivemos aqui já alguns exemplos de que o diagnóstico da cidade ajuda a que as propostas para a sua intervenção, para a sua adaptação façam realmente sentido e esta foi a utilidade conferida por este grupo ao próprio PEL.

Em termos de princípios objetivos ele é fundamentado em 4 áreas base da própria carta das cidades educadoras, a educação, a promoção cultural, a defesa das condições da dignidade humana e do bem comum e as políticas municipais educativas. Ele assenta no conjunto dos 24 princípios, como estão aqui enunciados. Em relação ao enquadramento legal, este assenta em alguns instrumentos já hoje aqui também referidos, dos quais destaco sobretudo a Carta das Cidades Educadoras.

Em relação à metodologia seguida, este PEL utiliza a metodologia de projeto, associando planeamento, participação, avaliação e governação democrática, e assenta nesta prática de um pequeno grupo promover a transversalidade das diferentes estratégias de ação educativa, por um lado com dinâmicas internas autárquicas e por outro com dinâmicas externas através da congregação das instituições e das organizações locais.

Em termos de diagnóstico e planeamento, o resultado deste referencial PEL assenta no conjunto de dimensões com etapas/ações com a sua respetiva descrição. O trabalho teve como resultado final estas grelhas, das quais destaco aqui, por motivos de tempo, as questões da dimensão e assumindo que nesta fase de planeamento e diagnóstico deve ser possível uma caracterização da população que iremos trabalhar, identificarmos atores privilegiados de cada local, de cada concelho, de cada cidade, identificarmos projetos ou programas que já estão em desenvolvimento e que são identitários também desse próprio local, identificarmos os problemas, obviamente, escolhemos os indicadores de medida para que possamos perceber como é que esta ação conjunta vai evoluindo e depois a partilha e a devolução de informação, cada vez mais útil para esclarecer e motivar aqueles que conosco participam.

Em relação às linhas orientadoras, naquilo que pode ser a conceção de estratégias quando ao construir o PEL, esse PEL tem de ter uma estratégia virada para a mobilização dos agentes locais e para a realização dessas atividades com intencionalidade educadora, destacam-se aqui também as dimensões das potencialidades, dos objetivos da cidade educadora que devem estar implícitos nesta construção do PEL, os participantes e também a questão do orçamento e do plano de ação.

No que toca à construção e execução, a necessidade firmada do estabelecimento de protocolos, da participação, da visão respetiva, das linhas orientadoras bem definidas e claras, uma estratégia e metodologia também seguida por algumas etapas e as plataformas de comunicação também importantes para a densificação deste trabalho.

No que toca à implementação, este PEL é sobretudo um trabalho que nasce da criação de uma rede, da partilha de conhecimentos entre esses elementos da rede, da realização de projetos e ações conjuntos que concorram para esta intensão e depois uma gestão multicentrada que deve de acontecer também com grupos de trabalho. O PEL deve prever uma avaliação, tanto interna como externa, procurando monitorizar a partir do diagnóstico que foi feito, as várias dinâmicas e alterações ocorridas naquela comunidade.

Em jeito de conclusão e procurando cumprir o tempo que me é atribuído, no fundo aquilo que este grupo de trabalho fez, foi criar uma proposta de guião para a construção de um Projeto Educativo Local e que o apresentou à rede territorial portuguesa. Outros percursos, são obviamente possíveis, dependendo da necessidade, da realidade local e do território em questão, este é um processo inacabado e em permanente construção e apresentasse como documento útil para o grupo temático do PEL, para a rede e até para outros municípios que possam, eventualmente, utiliza-lo para dinamizar o seu próprio Projeto Educativo Local. Os municípios sentiram, ou sentem, algumas dificuldades no que toca ao próprio Projeto Educativo Local, desde já a não existência de um modelo de governação de PEL, a inexistência de um orçamento próprio para a dinamização deste Projeto Educativo Local, alguma dificuldade de articulação interinstitucional e também o desfasamento temporal da construção do PEL com os projetos educativos das escolas. Nota-se ainda também uma necessidade de criar abertura junto de outros concelhos para além do concelho de educação municipal e de outros órgãos locais. Procurando que a reflexão realizada abra espaço para que a discussão seja sempre uma oportunidade e para que nunca esteja fechada e acreditando que o contributo deste trabalho marque a possibilidade de todos poderem nos seus territórios construir a sua rede local de parceiros com intencionalidade, com forte relação, com compromisso. Afirmado o potencial da rede, o princípio da rede, a relação entre pares pelos outros foi assim que este grupo de trabalho realizou este trabalho à volta do PEL e o próprio documento diz isto "fizemo-lo assim..."
Obrigado.

—
MARIANELA REBELO, CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA,
GRUPO DE TRABALHO "CIDADES INCLUSIVAS"

Boa tarde, vou tentar ser muito breve porque no âmbito do grupo de trabalho das cidades inclusivas tivemos oportunidade de receber 38 experiências, das quais apresentarei os títulos das experiências e os vetores que as identificam, posteriormente será fornecido o powerpoint

mais completo, uma vez que o tempo urge e não é possível apresentar a complexidade deste trabalho. Começamos com o compromisso do grupo de trabalho: a 6 de fevereiro de 2015 realizou-se em Almada uma reunião da RTPCE. Esta inspiração surge do Congresso Internacional da AICE em 2014 – Uma cidade Educadora é uma Cidade Inclusiva. Dentro da rede pensou-se num espaço de reflexão sobre esta temática e o trabalho desenvolvido em cada cidade comprometendo-se cada cidade, a enviar as experiências inclusivas que considerassem pertinentes, de forma a serem apresentadas neste Congresso.

O Estado da Arte, pensámos num mundo de cidades inclusivas. Porquê? As políticas locais de inclusão social são promovidas pela Comissão da Inclusão Social, Democracia Participativa, Direitos Humanos das Cidades e Governos Locais (CGLU). Os objetivos recomendados pela CGLU: as cidades devem conceber e desenvolver políticas públicas de inclusão social. A posição da CGLU é orientar a interlocução com outras organizações e agências internacionais. A CGLU dissemina-se pelo mundo, em Portugal sinalizam-se dois municípios: Gavião e Palmela.

Países aderentes (há aqui uma georreferenciação para se perceber a sua distribuição) à comissão de inclusão Social, democracia, participativa, direitos humanos da Cidade e governos locais. A estrutura da Comissão de Inclusão Social, Democracia participativa, direitos humanos da cidade e governos locais

É uma comissão que como tem uma estrutura ou uma megaestrutura, organiza-se com comissões com cartas europeias, com cartas internacionais, com uma série de organismos e digamos que esta estrutura engloba, vários documentos, experiências, projetos que estão referenciados na carta das cidades educadoras, na carta mundial do direito à Cidade, nos Fóruns Sociais Mundiais, a Carta da agenda pelos direitos humanos nas cidades, as organizações das cidades locais e portanto imensas agências e comissões que promovem todas estas estruturas.

O enquadramento teórico que passa por um tema e que é proposto pelo Carlos Fortuna, “Vivemos inequivocamente num mundo urbanizado”. A Organização das Nações Unidas dá-nos conta da evolução, do tempo dos anos, aumento da população mundial que esta questão da urbanização é uma questão educadora inclusiva. Portanto será uma forma de tentar informar este contexto mundial que eu falei anteriormente.

Segundo os dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), a primeira década do século XXI ficou marcada por uma importante transição social – mais de 50% da população mundial terá passado a residir em espaços urbanos – um marco numa tendência que já se vem registando há pelo menos dois séculos.

Em 1800, à escala mundial, apenas 27,2 milhões de pessoas residiam em lugares com 5.000 ou mais habitantes. Em 1900 estes espaços concentravam já 218,7 milhões, e em 1950, 716,7 milhões (SALGUEIRO, 1999, p.39).

As estimativas da ONU apontam para a existência de cerca de 3.500 milhões de pessoas a residir em espaços urbanos em 2010, ou seja, mais de metade da população mundial, pelo que, “vivemos inequivocamente num mundo urbanizado” (READ, 2005, p.3), que se traduz, no que respeita ao mundo ocidental, numa “sociedade fundamentalmente urbana” (FORTUNA, 2001, p.3).

Como argumentos de tese temos dois: Se a urbanização é o processo que reflete esta progressiva concentração urbana de pessoas, extensível a bens, riqueza e conhecimento, outro dos movimentos deste processo refere-se à tendência para o aumento da própria dimensão das aglomerações urbanas (SALGUEIRO, 1999, p.39); Hoje, mais de um quarto da população mundial vive nas cerca de 450 grandes metrópoles existentes (cidades com mais de um milhão de habitantes). Só as maiores 150 metrópoles concentram em conjunto mais de 1.000 milhões de habitantes, ou seja, um sexto do total de população mundial (www.citypopulation.de, página consultada em 4/11/2015).

A Cidade e a Expansão Inclusiva implica: Um espaço urbano em expansão com diferentes intensidades e espacialidades, exige novas respostas ao nível da sua gestão e governança; Num contexto social que se tem alterado significativamente, e que tenderá a continuar a transformar-se, cabe à gestão urbana atual encontrar novas soluções políticas, de participação e de atuação para os desafios que esta realidade propõe; O GT Cidades Inclusivas encontra-se a refletir sobre uma “matriz de diversidade inclusiva” caracterizada por um nível premente e um nível inovador (cruzando as dimensões com os princípios da Carta das Cidades Educadoras). As dimensões estudadas foram:

Inclusão Social - Uma cidade inclusiva, do ponto de vista social, fornece a todos os residentes, independentemente de raça, etnia, status, sexo ou nível socioeconómico, habitação adequada, os serviços básicos adequados e igualdade de acesso aos serviços sociais, oportunidades e outros bens essenciais para o bem-estar geral de todos; Carta das Cidades Educadoras, ponto 1

Inclusão Económica - Uma cidade inclusiva do ponto de vista económico oferece aos seus habitantes oportunidades de negócios iguais e acesso ao emprego e as políticas económicas para promoção das populações mais carenciadas; Carta das Cidades Educadoras, introdução, 4.º parágrafo

Inclusão Política - Uma cidade inclusiva do ponto de vista político mantém os direitos e liberdades dos seus cidadãos e promove a participação social e política da cidade, para que os líderes possam tomar melhores decisões para os cidadãos

Inclusão Digital - Uma cidade inclusiva do ponto de vista digital democratiza as tecnologias. Incluir uma pessoa digitalmente não é “alfabetizá-la” em informática, mas sim fazer com que o conhecimento adquirido por ela sobre novas Tecnologias de Informação e Comunicação seja útil para melhorar seu quadro social e o da cidade. Carta das Cidades Educadoras, ponto 6

Inclusão Identidade e Género - Uma cidade inclusiva do ponto de vista de identidade e género como o conjunto das características e dos traços próprios de um indivíduo ou de uma comunidade. Esses traços caracterizam o sujeito ou a coletividade perante os demais. Devem nortear o respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs. Cidades Educadoras, ponto 1, 2,º parágrafo.

Este pensamento leva-nos a uma questão:

O que é uma cidade inclusiva?

Uma cidade inclusiva é a que promove o crescimento com equidade. É um lugar onde todos, independentemente dos seus meios económicos, de género, raça, etnia ou religião, estão habilitados e capacitados para participarem plenamente nas oportunidades sociais, culturais, económicas, políticas e digitais, identidade de género que as cidades têm para oferecer. O planeamento participativo da tomada de decisões é o centro da cidade inclusiva. BALBO, (2003)

No fundo foi o nosso referencial, a nossa documentação mais de carácter internacional, passaremos agora ao recenseamento das experiências. Recenseamento das Experiências Inclusivas:

— **CM Loures**

“C4I COMUNICAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO” (LOURES SEM RUMORES)

Vetor: Promoção da Inclusão pela Diversidade Cultural e Coesão Social

— **CM Palmela**

PLANO DE PROMOÇÃO DE PARTICIPAÇÃO INFANTIL E JUVENIL

Vetor: Promoção da Inclusão na participação ativa da Cidade

FANTASIAARTE

Vetor: Promover a Inclusão da Educação pela Arte

“CLIQUE SEM IDADE”

Vetor: Promoção da Inclusão Digital na Infoexclusão

SERVIÇO EDUCATIVO DO MUSEU MUNICIPAL

Vetor: Promoção da Inclusão pela Educação do Património Local

— **CM Amadora**

UNIDADES DE APOIO À INCLUSÃO

Vetor: Promoção das Políticas Locais Inclusivas

— **CM Valongo**

ESPAÇO INTERNET ORASÉNIOR DIGITAL

Vetor: Promoção da Inclusão na Sociedade Ativa e Intergeracionalidade

BIBLIOTECA HUMANA

Vetor: Promoção da Inclusão pela Educação pelos Valores e Cidadania

APRENDER COM HISTÓRIAS

Vetor: Promoção da Inclusão pela Educação dos Valores e Cidadania

— **CM Sesimbra**

APOIO ALIMENTAR NAS PAUSAS LETIVAS

Vetor: Promoção da Inclusão Social nas Políticas Locais

— **CM Santa Maria da Feira**

ASSEMBLEIA DE CRIANÇAS

Vetor: Promoção da Inclusão Política para Jovens

JOVEM AUTARCA

Vetor: Promoção da Inclusão Política para Jovens

— **CM Alenquer**

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Vetor: Promoção da Inclusão Política nas Políticas Locais

— **CM Braga**

“FÉRIAS EM GRANDE”

Vetor: Promoção da Escola Inclusiva em Programas Ocupacionais

“BOCCIA SENIOR”

Vetor: Promoção da Educação Inclusiva pelo Desporto

“HIDROTERAPIA”

Vetor: Promoção da Inclusão Social

“BRAGA_ATIVA”

Vetor: Promoção da Inclusão para a Cidadania

MEXE-TE BRAGA

Vetor: Promoção da Inclusão para a Cidadania

“FÉRIAS FANTÁSTICAS 2015”

Vetor: Promoção da Inclusão nas Políticas Locais

BRAGA “EDUCAR PARA A INCLUSÃO, MOTIVAÇÃO E AUTONOMIA”

Vetor: Promoção da Educação Inclusiva e Social

— **CM Santo Tirso**

O BAÚ DAS LETRAS

PROGRAMA MIMAR

Vetor: Promoção da Inclusão nas Políticas da “Escola a tempo inteiro”

— **CM Fundão**

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL

Vetor: Promoção da Inclusão Social nas Políticas Locais

— **CM Paredes**

PAREDES 500 ANOS DO FORAL DE BALTAR 1515

Vetor: Promoção da Inclusão pela Educação do Património Local

CAPITAL JOVEM DA CRIATIVIDADE

Vetor: Promoção da Inclusão económica nas Políticas Locais para a Juventude

— **CM Coimbra**

CROCHÉ SOCIAL (III FESTIVAL)

Vetor: Promoção para a Inclusão dos Valores e Património Local

— **CM Albufeira**

CRESCER EM SEGURANÇA - PROGRAMA INTERGERACIONAL

Vetor: Promoção para Inclusão pela Educação Rodoviária

CM Lisboa

EMPREENDEDORISMO LOWCOST

Vetor: Promoção para o Desenvolvimento do Empreendedorismo Local

LISBOA INTERATIVA LXI

Vetor: Promoção da Inclusão Digital pela Educação da Cidadania há arte no Bairro

ARTE URBANA

Vetor: Promoção de Educação pelos Valores e pela Arte Urbana

DELI - DIVERSIDADE NA ECONOMIA E INTEGRAÇÃO LOCAL

Vetor: Promoção da Inclusão para o desenvolvimento do Empreendedorismo Local

CONSELHOS MUNICIPAIS

TRADUÇÃO PARA LINGUAGEM GESTUAL DAS SESSÕES PÚBLICAS DE CÂMARA

Vetor: Promoção da Educação Inclusiva na Cidadania

CM Almada

A INCLUSÃO COMO DIREITO

Projeto Aventur.Ar+Te

Programa Especial Ludus

Projeto "Dança e Gira"

Vetor: Promoção da inclusão social

CONCURSO DE GRAFITI

Vetor: Promoção Inclusiva Arte com Responsabilidade

"UMA PALAVRA UM ALENTO"

Vetor: Voluntariado Junto da População Idosa

ALMADA POENTE – UMA (NOVA) CENTRALIDADE NUM BAIRRO CRÍTICO

Vetor: Promoção da Cidade, Recriação de um espaço público, requalificação urbana, inclusão social

Verificamos através das experiências apresentadas que na lógica de integração inclusiva a Cidade Educadora é Cidade Inclusiva;

15 Municípios RTPCE apresentaram 38 experiências inclusivas;

Os municípios consolidam a vertente da inclusão social, política, cultural, económica, digital e de identidade e género patentes nas suas experiências territorializantes;

As divergências (necessidades e contextos) das diversas cidades viabilizou um trabalho profícuo, através da demonstração das suas linhas de força/vetores, instituindo-se mais um modelo de participação local;

Neste "mosaico" de experiências inclusivas foi perceptível o cruzamento, a sobreposição de propósitos entre a cidade educadora e a cidade inclusiva nas suas diversas dimensões;

A promoção da educação nas cidades é uma forma de as tornar mais inclusivas, responder aos desafios da vida em comum, de que são um lugar privilegiado;

As cidades são laboratórios vivos de aprendizagem da vida coletiva, são lugares de educação permanente em que múltiplos agentes e entidades põem em prática os seus ideais de educação e de vida económica, cultural, artística, desportiva, património local, entre outras;
Fazer de uma cidade, cidade educadora e cidade inclusiva é procurar nas cidades um lugar melhor para o desenvolvimento humano, nas suas dimensões de vida material e imaterial.

Referências Bibliográficas

BALBO, M, J. R. (2003). *La Ciudad Inclusiva*. Santiago do Chile: Nações Unidas;

RASTEIRO, Domingos (2015). *Uma Cidade Educadora é uma Cidade Inclusiva*, documento interno, Câmara Municipal de Almada;

AICE. *Carta de las Ciudades Educadoras*, AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, *La Ciudad Educadora*. Barcelona;

AZEVEDO, José Maria (1996). *Os Nós da Rede. O Problema das Escolas Primárias em Zonas Rurais*. Porto: Edições ASA;

CABALLO VILLAR, Maria Belén (2001). *A Cidade Educadora de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Edições Piaget;

POZO, Paz Benito del (1997), *Gestión de las ciudades en la era de la información*, Recensão Crítica do livro com o mesmo título, de Jordi Borga e Manuel Castells. *Revista Finisterra*, n.º 64, p. 129-130, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa;

SALGUEIRO, Teresa Barata (1999), *A cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, Coleção *Cidade em Questão* n.º 8, 3.ª edição, Edições Afrontamento, Porto;

FORTUNA, Carlos (2001), *Introdução: sociologia, cultura urbana e globalização*. "Cidade, Cultura e Globalização", p. 1-28. Organização de Carlos Fortuna. Coleção *Ensaios de Sociologia*, 2.ª edição, Celta Editora, Oeiras.

Muito Obrigada.



11 DE NOVEMBRO

18H30-19H30

REUNIÃO DA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS

Esta reunião foi aberta a todos os municípios portugueses, tendo por objetivo sensibilizar para a importância do movimento internacional das cidades educadoras e simultaneamente dar a conhecer os trabalhos realizados pela Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

A Reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações Gerais
2. XIV Congresso Internacional das Cidades Educadoras, Rosário, 1 a 4 de junho, Argentina – participação da RTPCE
3. Plano de Atividades 2016
4. Informações da reunião do Comité Executivo da AICE – Rosário, 16 e 17 de outubro
5. Outros Assuntos

No seguimento do decorrido na última reunião da Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa estendeu-se o convite à participação da CPLP – Diretora Geral Georgina de Mello, que não pode comparecer por motivos de agenda e UCLA – Arquiteto João Laplaine Guimarães, em representação do Dr. Vítor Ramalho, Secretário-geral. Estiveram presentes, no total 21 municípios membros: Almada, Lisboa, Barcelos, Évora, Santa Maria da Feira, Braga, Ponta Delgada, Funchal, Amadora, Santarém, Loures, Torres Vedras, Sesimbra, Setúbal, Palmela, Gondomar, Grândola, Paredes, Santo Tirso, Loulé, e Odemira.

Como observadores: Póvoa do Lanhoso e Guimarães.



12 DE NOVEMBRO

09H30 – 10H30

CONFERÊNCIA SUBTEMA 1: CURRÍCULO EDUCATIVO DA CIDADE

“Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece.”

– Carta das Cidades Educadoras

Apresentação e moderação: **Jacqueline Moll**

Intervenientes: **Natacha Costa** | **Sérgio Niza** | **Joana Lúcio**

Uma cidade educadora é aquela que promove os valores da cidadania e da liberdade, que proporciona aprendizagens através de um diálogo permanente com a sua história e com o seu presente. É, também, uma cidade que potencia e gera conhecimento, que constrói o futuro assente nos valores da solidariedade, da coesão e inclusão social. É uma cidade que educa e se apresenta como aprendente.

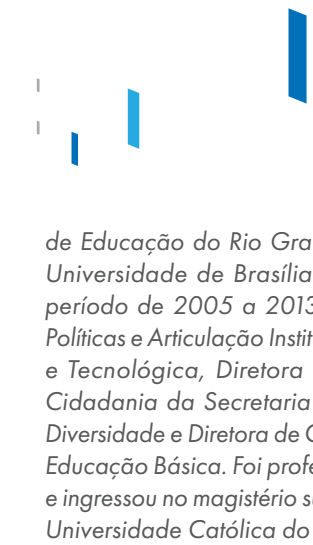
Promover a ligação da escola aos agentes locais na concretização de projetos comuns, potencia os múltiplos recursos da cidade, contribuindo de forma decisiva para a formação de uma cidadania responsável no respeito pela diferença. Assim, através da mobilização articulada dos meios disponíveis, pode ser aberto um caminho que contribua para atenuar as barreiras criadas pela exclusão e pelas desigualdades sociais e para o crescimento social e humano dos seus habitantes.

A diversificação da oferta educativa, cultural, artística e lúdica da cidade deve dar resposta às suas diferentes vivências e promover a sua visão de futuro tendo como referência as pessoas na sua dimensão individual e coletiva. A construção do currículo educativo da cidade para o século XXI faz-se com todos, apostando na diversidade e na valorização das diferenças como forma de enriquecimento e de integração do indivíduo na comunidade, tornando-a mais justa e solidária.

— APRESENTAÇÃO E MODERAÇÃO, **JACQUELINE MOLL**

Graduação em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Erechim (1986), Especialização em Alfabetização pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997), Especialização em Educação Popular pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1988), Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) tendo realizado parte dos estudos na Universidade de Barcelona (1997).

Atualmente é professora associada 4 da Faculdade de Educação e professora-orientadora no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Bioquímica da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É, também, Conselheira do Conselho Estadual



de Educação do Rio Grande do Sul. Foi professora colaboradora da Universidade de Brasília. Trabalhou no Ministério da Educação no período de 2005 a 2013, tendo exercido as funções de Diretora de Políticas e Articulação Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Permanente, Alfabetização e Diversidade e Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica. Foi professora dos anos iniciais do ensino fundamental e ingressou no magistério superior em 1987 como professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da Universidade Federal de Pelotas. Seu campo de trabalho e pesquisa educacional tem ênfase na área de políticas públicas e práticas pedagógicas, dialogando e construindo formas de intervenção nos temas da alfabetização, educação de jovens e adultos, fracasso escolar, pedagogias urbanas e relações entre escola e cidade e educação integral.

Bom dia a todos e a todas. Esta sessão traz um tema central, diria vital no marco deste Congresso, que é o 'Currículo da Cidade Educadora'. Infelizmente não teremos a presença do professor Sérgio Niza. Para iniciar acho importante fazer um pequeno preâmbulo. Trago para a nossa discussão algumas possíveis interlocuções, considerando que este diálogo acerca do currículo da cidade educadora abordará tanto processos de investigação e de pesquisa focados em crianças e jovens, quanto um trabalho de intervenção social e pedagógica. Joana abordará uma intervenção investigativa, enquanto Natacha trará uma experiência significativa localizada na cidade de São Paulo (Brasil), experiência enraizada no território dessa importante cidade, daquele país-continente, chamado Brasil.

Para localizá-las temos que ter presente a dimensão do debate das cidades educadoras para a reinvenção do mundo em que vivemos. Não é pouco significativo, não é pequeno, esse movimento de cidades educadoras, num mundo tão conturbado como o nosso, com as complexidades do presente. Como cada um de nós está muito metido na sua experiência, talvez, muitas vezes, nos falte a noção do conjunto. Estamos na árvore, temos que ver a floresta. O que significa esse movimento de Cidades Educadoras, como outros movimentos, que ousam romper com a ordem vertical, autoritária e excludente do mundo em que vivemos? O que é que significam movimentos políticos como esse?

Trarei para esta interlocução o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, que tem ganhado simpatizantes e leitores no mundo inteiro com o que denomina movimento de epistemologias do sul e que aponta para a necessidade de um outro paradigma social, político e epistemológico para explicar e para viver nosso mundo comum. É neste paradigma que podemos localizar o movimento das cidades educadoras ou o campo em que as cidades educadoras vem incidindo. Boaventura aponta como base desse paradigma emergente, o saber e as experiências locais, exatamente estas que são completamente destruídas pelo *modus operandi* dos processos de globalização regidos pelos imperativos econômicos. Boaventura dizia, na aula inaugural que pronunciou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil), em 2014, que "há sinais de tempestade sobre a democracia", e creio que esse é um foco importante das cidades educadoras.

Há sinais de tempestade sobre a democracia e nos toca enfrentar a

barbárie que está a caminho. Que barbárie é essa? A barbárie dos xenofobismos, dos fundamentalismos, dos autoritarismos que se refundam na contemporaneidade através do medo que o senso comum, produzido pelos grandes conglomerados de comunicação, renova cotidianamente daqueles que nessa lógica poderiam ser denominados de 'novos bárbaros' (jovens de periferias, populações migrantes, comunidades homoafetivas, entre outros). Também nos ameaça a barbárie da desigualdade social que joga na indignidade milhões de pessoas mundo afora.

Não temos novos Salazares ou Francos, ou ditadores militares, como no Brasil. Os autoritarismos estão revestidos de máscaras, muito mais suaves, passando inclusive pelos tecnobobos, dos quais o professor Manuel falava na conferência inaugural deste Congresso. Como são mais subtis então são mais difíceis de serem enfrentados. Temos de enfrentar a barbárie que está a caminho e se expressa no profundo individualismo, que aparta as pessoas da vida comunitária, coletiva.

No mundo inteiro fomos tocados pela imagem do menino sírio encontrado morto nas areias do Mar Mediterrâneo, quando a família tentava uma nova vida, fugindo dos autoritarismos, violências e totalitarismos de seu país. Uma imagem que já vai ficando fugaz e desaparecendo. Vai se diluindo, porque logo vem outra informação e outra informação e não se transforma em saber sobre o mundo que nós vivemos, mas desaparece na própria naturalização da desgraça humana. E essa tempestade se aprofunda também no desmonte das conquistas da civilização. Entre esses desmontes, refiro-me a uma conquista que nos é cara, a escola pública. Nós sabemos sob que ataques trabalha a escola pública hoje. Ataques homogeneizadores e ataques ao financiamento público que representa, para milhões de pessoas, o único modo de realizar processos formativos. O debate das cidades educadoras ajuda a construir respostas para essa crise, e pode ajudar a dissipar as nuvens e os sinais dessa tempestade que se aproxima porque evoca o retorno e a presença dos sujeitos na arena pública das cidades. Esse novo paradigma se refunde também sobre a centralidade do sujeito, não os sujeitos individualistas centrados nos seus desejos de consumo, mas os sujeitos postos em relação, com suas identidades culturais e seus sonhos de um porvir mais cooperativo e democrático. Todos: crianças, jovens, adultos, idosos, através dos processos de participação podem ser e são, potencialmente, os sujeitos das cidades educadoras.

Trago também para o nosso diálogo, um grande pedagogo brasileiro, Paulo Freire. Na sua extensa obra a ideia de que os processos educativos representam a condição *sine qua non* para a humanização da vida, pois podem permitir a cada um e tod@s, a possibilidade de biografar-se, existir-se e historicizar-se, conforme as palavras do grande filósofo brasileiro Ernani Maria Fiori, no prefácio da *Pedagogia do Oprimido*. A cidade que fomenta o diálogo e a participação, que disponibiliza os serviços públicos – nas mais diferentes áreas – para cada um e para tod@s, permite que cada um escreva e reescreva a sua história e faça caminhos próprios. Só cidades que se façam educadoras, na acepção mais elevada desta compreensão, ensinam processos educativos, políticos e culturais que permitem a sua população biografar-se, existir-se e historicizar-se. As cidades educadoras são cada vez mais policêntricas, pois descentralizam-se ao elevarem a condição material e simbólica dos bairros periféricos, incluindo-os nos trajetos e dinâmicas da vida urbana. Ainda temos muitos desafios para que as periferias de grandes e medianas

idades, sobretudo em países como o Brasil de profundos abismos produzidos pela desigualdade social com suas favelas, seus bairros sociais incomparáveis ao que vocês tem aqui, sejam incluídas nos roteiros da vida urbana. Desafios também no sentido de construir realidades que o professor Manuel, chamava de poliédricas e multifacetadas, ou seja, cidades em que todos cabem.

Eu venho da cidade de Porto Alegre, capital de um estado localizado no extremo sul do Brasil, e sou muito marcada pela experiência do orçamento participativo, pelos fóruns sociais mundiais. Nosso grande desafio para dissipar essas grandes nuvens que se aproximam de nossas democracias, aponta um mundo em que todos caibam e é disso que se trata quando falamos de cidades educadoras. Evidentemente que esse debate é um debate pedagógico, com características inclusive metodológicas, inclusive didáticas, na organização das ações para chegar à população, nos diferentes fazeres e nas distintas áreas dos entes governamentais. Mas, sobretudo, esse é um debate político acerca de que mundo nós queremos construir e de que mundo nós queremos deixar como herança para os nossos filhos, para os nossos netos. É diante desses desafios que se coloca a questão central de nosso debate: o que pode ser um currículo educativo da cidade?

Nós teremos vários elementos para essa resposta, nas apresentações e reflexões de Natacha e Joana. Mas proponho começar pelo que não pode ser, esse currículo educativo. Ele não pode ser um modo de controle dos percursos dos cidadãos, nos modos subtis de operação dos novos autoritarismos e que se expressam no uso de câmeras, dados, redes de informação. Esse currículo não pode ser, um modo de controle e também não pode ser um molde, ou uma camisola de força, no Brasil diríamos uma camisa de força, algo que nos oprima, que nos comprima, que nos homogeneize. Também não pode ser um arremedo dos currículos escolares. Não se pode escolarizar os debates educativos, da cidade, com os regramentos, níveis e standartizações, que infelizmente e de modo impróprio cada vez mais cerceiam as ações das escolas. Ao invés disso, é a escola que deve recurrularizar-se na relação com a cidade, porque há muito que aprender com a cidade e com sua diversidade humana e cultural. Há que baixar os muros da escola. A escola, evidentemente, não é o único espaço educativo, formativo, mas ela é uma garantia imprescindível do acesso, para cada um e para todos daquilo que a civilização melhor produziu.

Então diante daquilo que não pode ser, ou que não deve ser, que não gostaríamos que fosse o Currículo da Educativo da Cidade, cabe perguntar que currículo pode ser esse? Como os espaços, bens, serviços, discursos que constituem as cidades podem organizar-se como percursos formativos diversos, múltiplos, poliédricos, desencadeadores de currículos educativos da cidade, lembrando de Boaventura quando afirma que temos direito à igualdade, quando a desigualdade nos oprime, e temos direito à diferença, quando a homogeneidade nos descaracteriza.

Nessa dialética, seguramente haveremos de construir essas possibilidades, poliédricas, múltiplas, policêntricas dos percursos formativos. Que papel jogam as instituições formais com as escolas? Como se implicam nesse debate?

Temos feito, no Brasil, um grande esforço nesta direção. Estive durante anos no Ministério da Educação brasileiro, no tempo do governo Lula, e propusemos um grande projeto educativo pensando a relação entre o espaço escolar e o território educativo, pensando em uma escola que baixa seus muros e dialoga com seu entorno.

Aproximando saberes, contextos, histórias, práticas sociais e culturais é possível pensar o currículo da cidade (e da escola que deve recurrularizar-se na relação com a cidade) com os jovens e as crianças, com os adultos e idosos, com eles e não para eles. Nossa responsabilidade com as novas gerações, nos termos propostos pela filósofa Hannah Arendt quando aponta a grande responsabilidade que temos como civilização, como adultos, quando há – entre nós – a existência de crianças e jovens, nos leva a pensar a cidade como um projeto sempre inacabado, como um texto que se pode interpretar e no qual se pode intervir.

A mim me agrada muito esta ideia da cidade como um texto, que se interpreta, que se escreve e que se reescreve. Como diz David Harvey “Se as cidades são como são, elas são obras humanas, individuais e coletivas, e se as fizemos assim, podemos tornar a fazê-las e a refazê-las e a fazê-las de novo.” Assim pode ser, se cada um e todos protagonizarmos a história de nossas cidades e de seus currículos educativos, mesmo que os novos totalitarismos tentem, insistentemente, nos desviar desta perspectiva. O lugar que cada um de nós tem, individual e coletivamente, na construção da cidade é, justamente, o que torna o debate das Cidades Educadoras parte do próprio debate da democracia como base para a vida contemporânea.

— **JOANA LÚCIO**, A CIDADE COMO EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM: CRIANÇAS E JOVENS COMO CO-CONSTRUTORES E CARTÓGRAFOS DA CIDADE EDUCADORA

Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, com uma tese centrada no movimento das Cidades Educadoras através da lente da mediação social e educativa. Coordenou e/ou participou em diversos projetos de investigação-intervenção no campo do Desenvolvimento Local, com um interesse particular pelos processos educativos não formais e informais, e o papel das associações de cidadãos, PMEs e governo local. Atualmente, é investigadora no CIEC – Centro de Investigação em Estudos da Criança, da Universidade do Minho, Link Convenor da Rede 14. Communities, families and schooling in Educational Research da EERA – European Educational Research Association, e formadora no campo da mediação socioeducativa para professores e outros profissionais.

Enquanto cidadãos, as crianças e os jovens detêm direitos e deveres concretos em relação à Cidade. Tanto ao nível individual, como enquanto parte de grupos, têm as suas próprias formas de perceber, moldar e projetar a Cidade enquanto espaço de criação, convívio, memória e identidade; um espaço que favorece o seu próprio desenvolvimento, e o da comunidade a que pertencem. Co-construtores do projeto da Cidade Educadora, crianças e jovens devem beneficiar de espaços-tempos de interação direta com o espaço urbano: muito se pode inferir sobre a qualidade de vida em determinada cidade, a partir da presença (ou ausência) de crianças e jovens, tanto nas atividades quotidianas, como em dinâmicas ad hoc. A investigação também nos mostra que o seu ponto de vista – mais inclusivo, menos enviesado, por vezes até mais criativo ou disruptivo – pode ser um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento de projetos e iniciativas, na Cidade, que melhor respondam às necessidades e interesses da comunidade. Ao discutirmos as percepções, apropriações e projetos de crianças e jovens sobre a Cidade, e o mapeamento que fazem dos recursos, conflitos e redes do seu território, contribuímos para um currículo educativo da Cidade mais integrador, mais participado e mais crítico.



É a primeira vez que participo num congresso da Rede Territorial das Cidades Educadoras, sinto-me obviamente muito honrada por esta oportunidade. A minha apresentação terá como referência o meu percurso académico e profissional, que tem sido, como a Jaqueline referiu e como está referido na nota biográfica, fortemente informado por esta problemática da Cidade Educadora, com especial atenção para o papel das crianças e dos jovens enquanto cidadãos e enquanto co-construtores deste projeto.

No contexto do meu Doutoramento, desenvolvi um projeto de investigação e intervenção denominado “Massarelos, Freguesia Educadora”, com sede na junta de freguesia de Massarelos no Porto. Esse projeto tinha um objetivo duplo: explorar a mediação enquanto trabalho social e educativo de especial relevo no contexto urbano, e simultaneamente explorar o projeto de Cidade Educadora, enquanto plataforma mediadora do desenvolvimento socioeducativo da comunidade. Desenvolveu-se em duas fases, entre abril de 2006 e julho de 2011, e teve como pressuposto fundamental a ideia de que a socialização e a educação são processos eminentemente transinstitucionais, que beneficiam de um sistema formativo integrado, que se concretiza num projeto educativo local.

Este projeto teve uma dimensão dupla, como já referi, de investigação e intervenção e nesse sentido articulámos com uma série de atores de relevo no contexto da freguesia, que nos forneceram dados importantes quanto ao seu papel socioeducativo e participaram em iniciativas de debate e promoção de um projeto de desenvolvimento integrado para o território. Para dar um panorama geral dos atores locais com os quais articulámos no contexto deste projeto, é de referir que contámos com a participação da autarquia, rede educativa, movimento associativo, PMEs locais e crianças/jovens.

Sendo diversas as estratégias de operacionalização da Cidade Educadora, aquela que se tornou mais relevante neste contexto foi a do sistema formativo integrado, que já foi abordado aqui, e que prevê a articulação entre instituições educativas e formativas, a administração local, as famílias, as associações de cidadãos e o sistema produtivo, cada interveniente com as suas especificidades e mais-valias particulares. Para se iniciar a discussão sobre o currículo educativo da Cidade, é importante atendermos à definição de Cidade Educadora, que determina ser possível aprender na cidade, ou seja, a cidade como contexto ou meio educativo; aprender da cidade, ou seja, a cidade enquanto agente educativo, pleno de intencionalidades; e aprender a cidade, ou seja, a cidade enquanto conteúdo educativo. Estes dois últimos aspetos parece-me que são os dois mais relevantes para pensar sobre o currículo educativo da cidade, especialmente no que diz respeito à questão da intencionalidade, que no fundo é aquilo que distingue uma cidade educativa – que são todas, no sentido em que todas elas são passíveis de apreensão – de uma Cidade Educadora.

Enquanto procurava inspiração para preparar esta apresentação, fiz uma deriva fotográfica. Faço com alguma regularidade, mas já não a fazia algum tempo na cidade onde eu vivo, que é o Porto, embora seja natural de Santarém. O objetivo era dar-vos conta daqueles que são os fundamentos epistemológicos do trabalho que eu tenho vindo a desenvolver, mas fazê-lo de uma forma que seja menos densa e mais apelativa, e que ilustre melhor aquilo que são as preocupações de base nestes projetos com os quais tenho estado envolvida. Acho que é um exercício interessante, porque este olhar problematizante, de busca de

novas estranhezas naquilo que é o quotidiano e o familiar, dá-nos uma agilidade mental que eu acho que é importante. Não tenho nenhum talento fotográfico especial, nem uma visão artística ou especialmente especializada sobre a Cidade, passo a redundância. Portanto, aquilo que eu vi é aquilo que está acessível a qualquer pessoa que faça um exercício no mesmo género, e portanto é aquilo que está visível para as crianças e para os jovens, como para todos os cidadãos, como para todos aqueles que andam pela cidade. Quando eu penso no currículo da Cidade, penso essencialmente em três níveis: o currículo explícito ou formal, o currículo implícito ou informal, e o currículo reclamado ou transgressor, que podemos também designar como não formal ou contra-formal. Nesta primeira imagem, temos, parece-me, evidência do tal currículo explícito da cidade, ou seja, estamos perante a agenda cultural, perante a identidade oficial da Câmara Municipal do Porto, que não sei se já conhecem, mas tem-se tornado uma imagem muito transversal por toda a cidade. Esta frase, esta expressão, o “Porto Ponto” está um pouco por toda a cidade, está a tornar-se omnipresente. Para além do conteúdo das mensagens, o que também vemos aqui é a utilização dos espaços que são considerados próprios para o efeito. Portanto, este currículo não só é explícito, como é veiculado numa plataforma oficial, esperada. Nesta imagem, continuamos a estar diante da dimensão mais formal e mais explícita da dimensão da cidade. O que está em causa é a História, ou seja, quem somos e de onde vimos. Em cima, uma placa informativa que está em frente à Casa do Infante, na zona da Ribeira do Porto. Este tipo de placas está localizado junto a praticamente todos os monumentos de relevo no Centro Histórico do Porto. E portanto todos têm, como podem ver, o símbolo que determina que o centro histórico do Porto é património da humanidade, com a designação da UNESCO. E depois tem alguma informação sobre aquele monumento em concreto, em duas línguas, português e inglês. Em baixo, o que vemos é uma placa de toponímia, relativamente recente. Em cima a indicação do Município – neste caso, o Porto – e depois a designação da rua, Sá de Noronha. Logo abaixo, temos indicação de quem é esta pessoa, ou quem foi esta pessoa, no caso de Sá de Noronha, músico e compositor que viveu entre 1820 e 1881. E depois a indicação da antiga toponímia, no caso Rua do Moinho de Vento. Aqui a mensagem continua a ser bastante formal mas num display mais alternativo. À esquerda, temos um sinal que é habitual ver à porta dos espaços de diversão noturna, que estão localizados na zona histórica da cidade. E à direita, temos uma placa implantada num dos passeios da cidade, portanto no chão, alusiva à ocasião em que o Porto foi a capital europeia da cultura, em 2001. Em qualquer dos casos, tanto a mensagem como as entidades do emissor e do recetor são explícitas. Nestes dois casos ainda no domínio do formal, visto que os interlocutores são claramente identificados, estamos perante mensagens de um tipo mais subtil. À esquerda, temos um mobiliário urbano e a informação que ele nos dá sobre as possibilidades que temos para utilizar e apropriar os espaços da cidade. Este é o largo do Moinho de Vento, que foi objeto de intervenções profundas durante bastantes anos e este é o seu aspeto atual. Temos bancos numa configuração que permite olhar o outro em frente. Do lado direito, uma imagem captada junto à estação de comboios de São Bento, zona próxima da Sé, edifício em ruína e objeto de intervenção, que inicialmente seria para escorar a fachada do edifício, e mais recentemente foi objeto de intervenção artística construída com apoio da Câmara Municipal, evidência de como a ruína e decadência da cidade podem também ser apropriadas e integradas no currículo educativo da cidade. Nestas três imagens, penso que temos algumas evidências do currículo

implícito e informal, mas também do currículo reclamado. Em baixo à esquerda, vemos crianças a jogar à bola no grande espaço aberto em frente à Cadeia da Relação, também conhecido como Cordoaria, que é frequentemente utilizado à noite, como mercado ao fim de semana, ou para eventos ou concertos em festas da cidade. E nesta imagem, num domingo à tarde, temos crianças a jogar à bola. À direita, vemos jovens a fazerem acrobacias com bicicletas e pessoas sentadas no átrio da igreja da Batalha. E em cima, vemos jovens que reclamam a estrutura para estacionamento de bicicletas como espaço de permanência. Isto é a imagem mais comum nestes anos todos de existência da estação de metro da Trindade. Foi a primeira vez que vi lá uma bicicleta aparcada, porque o que mais acontece é termos jovens, como nesta fotografia, a utilizarem aquele espaço como espaço de permanência. Em nenhum dos casos havia sinalização a proibir estas atividades, o que por vezes acontece. Para que não pensem que são só os jovens a transgredir ou a reclamar o currículo da cidade, aqui à esquerda vemos uma esplanada de um café ou de um restaurante que se prolonga pela fachada de uma igreja, e à direita temos um estendal que atravessa uma via de circulação pedonal desde a fachada de uma casa até à lateral de uma igreja. Em ambos os casos, a apropriação do espaço urbano é evidente, embora seja feita de uma forma ordenada. Nestas quatro imagens, temos evidência de uma apropriação aparentemente menos ordenada, que poderíamos designar – e muitas vezes se designa – de vandalismo, mas que numa análise mais apurada vemos revestir-se de uma lógica e de uma intencionalidade, mesmo que estas sejam de alguma forma opostas à norma. Na primeira imagem, em cima à esquerda, vemos graffiti, que se restringem às zonas emparedadas da fachada do edifício. Na segunda, um stencil que apela ao voto como forma de participação. Na terceira, uma intervenção sobre uma fachada de azulejaria tradicional, que estava danificada, e na intervenção que fizeram é visível a hashtag “preencher vazios”. E na última, em baixo à direita, vemos o currículo formal, das placas de indicação de trânsito, como plataforma para a expressão, para a transgressão e para o contra-formal.

O esquecimento também faz parte do currículo educativo da cidade: os espaços que outrora estiveram vivos, e que agora estão negligenciados, testemunham as temporalidades da cidade, os vazios, as pausas, os ciclos. Na primeira imagem, em cima à esquerda, temos um outdoor que mimetiza uma sinalização de trânsito referente a eventos culturais que tiveram lugar em março passado. Nas outras duas imagens, as decorações que sobrevivem largamente às festas da cidade.

Estas imagens dão conta de um currículo educativo da cidade que mais não é do que um compósito de discursos, de apropriações e de projetos sobre a cidade enquanto espaço de desenvolvimento social, educativo, cultural, etc. para os atores individuais e coletivos. Os discursos dos interlocutores com quem contactámos no âmbito do projeto “Massarelos, Freguesia Educadora” dão conta de uma cidade multidimensional, passível de quase tantas apreensões distintas quantos são aqueles que a ocupam. Para as crianças e para os jovens, em particular, a cidade enquanto contexto de aprendizagem é especialmente evidente. Falam simultaneamente da aprendizagem enquanto experiência omnipresente, ao longo e ao largo da sua vida e do seu usufruto da cidade, e também da impossibilidade de aprender em determinados espaços e tempos. Enquanto indivíduos e enquanto parte de grupos, as crianças e os jovens tem direitos específicos em relação à cidade e formas próprias de a perceber e dela se apropriarem enquanto espaço e enquanto ideia, ou seja, enquanto plataforma para o seu futuro e para o futuro da

comunidade a que pertencem. Os elementos visuais são especialmente úteis no trabalho sobre os significados que a cidade tem para os mais jovens, e recentemente tenho-me interessado bastante por recursos como a fotografia, os sistemas de informação geográfica e os mapas mentais, como este que podem ver, e que são especialmente úteis para identificar recursos, redes, focos de interesse ou outros polos agregadores da vida local, lógicas e estratégicas de mobilidade mas também os vazios, as invisibilidades, o que é que se evita, se ignora, se anula e por quê. Este tipo de recursos cartográficos, que são plurilinguísticos, podem ser pontos de partida para o desenvolvimento de intervenções concretas sobre o tecido urbano, nas quais as crianças e os jovens podem participar, tanto ao nível do planeamento – o que pode incluir o desenho, o estudo de implantação, a orçamentação, a planificação, a gestão de recursos, etc. – como ao nível da implementação, ou seja, reabilitação e manutenção de espaços, organização de eventos, produção de conteúdos, etc. A cidadania aprende-se através de ser cidadão e a cidade é um contexto privilegiado para tal.

Tonucci, que é uma referência que também já se ouviu aqui, diz que quando olhamos para o mundo do ponto de vista da criança, ninguém fica de fora. E isso é igualmente verdade em relação à cidade enquanto espaço de desenvolvimento, plena de intencionalidades. Se, quando falamos de planeamento urbano, nem sempre é possível começar do zero, pelo menos é quase sempre possível reimaginar, reinventar e reabilitar. Quem trabalha com crianças sabe que o faz-de-conta é um exercício que lhes surge com bastante naturalidade, enquanto para nós adultos pode ser difícil olhar para o construído noutra perspetiva que não a de algo acabado. Para os mais jovens, o mundo felizmente ainda é pluripotencial.

Para terminar, convoco uma referência que foi abordada ontem – a do projeto “Cidade das Crianças” – que assenta em pressupostos comuns ao paradigma da cidade educadora e que faz exigências muito específicas em termos do currículo educativo da cidade, no sentido em que reivindica a atenção para assuntos que, sendo do interesse das crianças e dos jovens nos percursos de construção de identidade e autonomização, são na verdade do interesse de todos aqueles que vivem a cidade: liberdade, segurança, tempo, espaço, participação; enfim, democracia. É da responsabilidade dos municípios, como é das escolas, das associações, das empresas, dos decisores e de todos nós, olhar para a cidade e vê-la como um constructo fundamental do nosso passado, do nosso presente e do nosso futuro.

NATACHA COSTA, EDUCAÇÃO, CIDADE E DEMOCRACIA: O BAIRRO-ESCOLA NO CONTEXTO DA AGENDA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Graduação e licenciatura em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz desde 2006. Criou e é responsável pelo desenvolvimento estratégico do Centro de Referências em Educação Integral. Publicou artigos em diversas publicações da área e atuou como Júri do Prémio WISE de Inovação em Educação nos anos 2012 e 2013. Atualmente é membro da Comissão Editorial de Educação Integral em Tempo Integral pela Fundaj/MEC e do GT sobre Inovação e Criatividade também do Ministério da Educação do Brasil, no qual também atua como coordenadora do GT Regional São Paulo.

O Bairro-escola é uma tecnologia social desenvolvida pela Associação Cidade Escola Aprendiz e que tem influenciado a agenda de Educação

Integral no Brasil. Reconhecida como referência pelo Unicef em 2005, a proposta do Bairro-escola insere-se em um contexto de compreensão do papel exercido pela escola e pela cidade no desenvolvimento integral tanto de crianças, adolescentes e jovens, quanto de suas comunidades. Compartilhar esta trajetória discutindo as estratégias e os desafios para que escolas e cidades se integrem em um projeto educativo comum é o objetivo desta conferência.

Bom dia primeiro quero dizer da minha alegria de estar aqui, Jaqueline é uma grande referência para mim desde que eu comecei a minha carreira na área da educação e as cidades educadoras como eu vou demonstrar são uma referência para nós no Aprendiz, em São Paulo, essa organização social que atua na cidade de São Paulo, mas que hoje já se espalha por outros campos do Brasil. Foi um referência muito importante para a nossa prática no bairro, onde começamos a atuar em 1997 e hoje é uma grande referencia em relação à nossa agenda política no Brasil.

Eu vou tentar demonstrar quais são os desafios que a gente enfrenta, no Brasil do ponto de vista das cidades e da política nacional, especialmente em educação e como eu acredito que as cidades educadoras podem nos ajudar, nos enfrentamentos que temos.

Cidade Escola Aprendiz

Bairro-Escola – Uma nova geografia do aprendizado

Bem o Aprendiz, como eu disse, é uma organização Social nascida em São Paulo no Bairro da Madalena em 1997. A gente desenvolveu no âmbito desse bairro, na cidade, uma experiência que depois foi nomeada como Bairro-Escola e que a UNICEF cunhou como uma nova geografia do aprendizado. Acho que é muito importante dizer que a gente não começou como uma ideia pronta e foi a campo desenvolver essa ideia. A gente começou com algumas inquietações, algumas preocupações, algumas necessidades criativas e foi no trabalho de campo, na relação com as crianças com as pessoas daquele território que o Bairro-escola foi-se conformando e que se foi constituindo. Isto é bastante importante porque acho que explica um pouco como é que a gente construiu este conceito. Uma das referências para nós relevante no Brasil é John Dewey. John Dewey fez essa reflexão que para nós é muito importante “Educação é um processo social, educação é desenvolvimento, Educação não é preparação para a vida, é a própria vida.” Isto é muito importante porque a gente está acostumado a pensar em educação e no Brasil tem sido um desafio enorme superar essa ideia de que a gente deve considerar educação como escola e que a gente deve considerar a escola como o percurso que prepara para a vida, para alguma coisa que está para acontecer depois da escola ou depois da universidade. Há uma desconsideração absoluta neste sentido, dos interesses, das necessidades, dos desejos que estão colocados no hoje, das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Todo o sistema educativo brasileiro está formatado a partir dessa lógica, de uma lógica que desconsidera contexto, as identidades, as subjetividades, daqueles que fazem parte dele. Então é muito importante, essa afirmação tem sido muito preciosa para a gente, colocar, trazer para a presença mesma, dos nossos educadores, aquilo que é fundamental ao processo educativo, que é o vínculo e a pertinência, quer dizer compreender quem são os sujeitos com os quais nos relacionamos em que contextos eles vivem, que necessidades estão prementes nas suas vidas é fundamental para o processo educativo, não é alguma coisa que está ao largo, que deve estar ao largo do processo educativo e na nossa sobreposição entre educação e escola ficou muito forte a ideia de que é possível criar um espaço neutro ao contexto que é a escola que deve preparar alguma coisa que está por vir. Então A

aprendiz começa a sua experiência nesse bairro com alguma coisa forte com a rua. E começa não exatamente como um projeto educativo, começa com um projeto muito mais de comunidade. A ideia de que a violência que acontecia era bastante forte em São Paulo. Havia um grupo de arquitetos jornalistas e educadores que se reuniram nesse bairro para repensar o bairro. Tinha uma análise de que a desocupação, o esvaziamento de espaço público tinha uma relação muito direta com o fenômeno da violência. Tinha uma relação forte com um baixo nível de confiança entre as pessoas e entre as pessoas das instituições. Então começa assim um desenvolvimento, a gente cria um projeto chamado “Sem muros”, todas as entradas no bairro foram feitas por muros construídos coletivamente, pelos estudantes, pelas pessoas que estavam passando na rua, por pessoas nas instituições e a ideia era que esse trocadilho “Sem muros”, a intervenção comunitária simbolizava a queda simbólica desses muros. Quando os muros eram objetos da intervenção da comunidade, esses mesmos muros que separavam o público do privado, separavam o meu do nosso, eram simbolicamente derrubados. E um dos espaços mais simbólicos para a gente é esse beco. Esse é u, beco que estava na parte baixa da Vila Madalena, num espaço de tráfego de drogas (continua sendo) mas era um espaço não ocupado pela comunidade em geral. E a gente compreendeu que a ocupação desse espaço pela comunidade poderia revitalizar esse espaço. Então, que a gente convoca e aí a subtiliza de se pensar a comunidade. Convoca aquela que era um traço identitário muito forte com esse bairro, um bairro que era um bairro de artistas, um bairro que se constituiu a partir da Universidade de São Paulo, e era um bairro barato onde os estudantes e professores moravam, era um bairro de artistas.

Existia um grande preconceito contra o graffiti que era considerado marginal, uma expressão marginal. Então para que a gente pudesse partindo dessa lógica de que as identidades locais devem ser valorizadas como parte do espaço público, a gente convoca e articula os artistas dessa região os grafiteiros para ocuparem esses espaço com telas de graffiti e esse território e esse beco passa a se constituir como galeria de arte a céu aberto. Esse beco nunca mais parou de ser pintado. Este é uma das versões dele. Ele constitui-se como um espaço de referência na cidade. E nesse processo de trabalho no bairro as crianças e os adolescentes já não iam mais embora. A gente começou até essa demanda porque eles queriam continuar as atividades, queriam continuar essas experiências. E é então que a gente começa a se debruçar sobre essa demanda das crianças. E aí a experiência vai mostrando que para a gente algumas questões muito importantes na relação com elas. Em relação à escola o que é que a experiência vai nos mostrando. Primeiro uma questão bastante dura e bastante complexa que é a centralidade do professor e do conteúdo. Ao invés da centralidade do processo proposto pela escola estar no aluno e no seu contexto, a centralidade é o professor e é o conteúdo. Então o que a gente percebia no contacto com as crianças e os adolescentes era um desinteresse extraordinário pela escola e uma falta de sentido na sua relação com a escola, falta de sentido que nós não sentimos na nossa relação com eles no bairro e no território. Isso foi uma questão que começou a nos chamar a atenção. A segunda coisa: a fragmentação dos tempos e conhecimento. Então se era possível construir projetos extraordinários com essas crianças e jovens, a experiência da escola, era uma experiência toda fragmentada em que eles mesmos não conseguiam ver relação entre a física, a química, a matemática, o português, era como se fossem coisas em si em que não havia qualquer relação do ponto de vista de conhecimento integrado.

A descontextualização do projeto educativo.

Há um fenómeno no Brasil, o Brasil é um país continental, a gente vem discutindo isso muito hoje pensando na política nacional. É um país de 50 milhões de estudantes, 200 mil escolas, 2 milhões de professores. Em todo esse processo o acesso, a universalização do acesso é extremamente recente no Brasil. A gente conseguiu fazer isso na década de 90. A gente conseguiu realmente universalizar o acesso ao fundamental. O ensino médio, a educação infantil ainda não. E o que aconteceu nesse processo tão rápido, importante de acesso de direito à escola, direito à educação foi que a gente criou uma lógica muito plasmada, quer dizer um padrão, sempre calcado em padrão, a escola com espaços padrões, com lógicas de funcionamento padrão, com tempos padrões. Então não há desenho da política pública de educação no Brasil uma diretriz, uma orientação que coloque a importância da escola se territorializar, estabelecer a relação com o território. A política de educação no Brasil é altamente centrada no equipamento escola. Ela é centrada neste equipamento e nesta organização. E, como não há uma relação com outras políticas que deram o seu papel educativo e estamos muito longe de qualquer discussão de cidade educadora no Brasil, o que se nota, o que vai se percebendo é que a escola não reconhece quem é o seu aluno, não entende bem quem é o seu aluno, não reconhece a família, não reconhece o contexto em que ele vive e portanto tem muita dificuldade de construir com esses sujeitos e comunidade escolar uma relação de confiança e de pertinência. E por fim uma baixa participação da comunidade escolar (...) E por outro lado a cidade, marcada, especialmente uma cidade como São Paulo, que é uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes, marcada por desigualdades múltiplas, sociais, espaciais, culturais, o não reconhecimento do direito de todos na cidade. Então a gente vai percebendo por exemplo, na hora em que a gente começa a articular os equipamentos do bairro é que as nossas crianças com as quais a gente trabalhava não se sentiam no direito de acessar a oferta educativa da cidade. Não obstante haver uma galeria, não obstante haver um museu. Temos por exemplo o Taimiotaque no nosso bairro, que é um centro da maior importância em São Paulo. Eles não se sentiam à vontade para entrar no Taimiotaque, porque não eram recebidos como pessoas que tinham direitos naquele espaço, eram mal recebidos, não eram reconhecidos, na sua forma de vestir, sua cor, a marca racial é muito forte no Brasil, o preconceito em relação às minorias, as populações que são afro-descendentes. Absolutamente, a gente tem um grau de desigualdade muito forte de uma elite branca. Então há um grau de desigualdade muito grande e muitas vezes esses equipamentos, tem muita dificuldade em compreender. Sim era por esses meninos serem negros, serem pobres, não eram e não são bem recebidos em grande parte dos espaços e dos bens culturais da cidade. E foi muito surpreendente perceber isso na relação com essas adolescentes e com esses jovens. O esvaziamento do espaço público como eu disse que foi a nossa principal motivação, a concentração da oferta cultural e educativa. Estes dias eu vi o mapa de Rosário, quer dizer a gente tem uma concentração muito grande nas regiões centrais da cidade e uma quase ausência nas regiões da periferia da cidade ou em outros bairros mais distantes do centro que é um problema muito sério. E esse entendimento de que educação é um assunto de escola, educação é um assunto de professor. Então foi uma superação desses desafios, dessas barreiras que o bairro escola se constituiu, tentando constituir uma relação entre escola e cidade que pudesse ser uma relação de um projeto educativo comum, compartilhado e co-responsável. E é aí que a gente começa de maneira muito prática a

atuar em rede quer dizer, a partir dos interesses, das necessidades, das questões que as crianças e adolescentes iam nos apresentando, a gente começa a se articular. E a gente começa a se articular com a ideia que é a seguinte: Não adianta ao aprendiz se constituir como uma organização total, como uma organização que vai oferecer todas as interações e todas as oportunidades dentro das suas paredes. Vamos identificar o que é que o bairro oferece, tem de oferta educativa e cultural, vamos articular. Então o aprendiz se constitui muito mais como organização articuladora dos potenciais educativos e mediadora dos processos das crianças e adolescentes do que como uma organização educativa tradicional. Então a gente começa a articular e começa a identificar todas as escolas, começa a identificar o comércio, começa a identificar os equipamentos que ofereciam diferentes linguagens e começa a tecer essa grande rede. E aí duas referências importantes para a gente, uma referência que depois se constitui com referência integral de que a gente não pode pensar educação como o marco.

A escolarização acaba afirmando com muita força. Educação como um processo que se volta apenas para um desenvolvimento intelectual. A escola como tradicionalmente se constituiu, ela se constitui para dar conta de uma transmissão de certos conhecimentos. E o que a gente tem batalhado e batalhado até hoje com muita força do movimento integral é que educação precisa se voltar para o desenvolvimento integral, precisa se voltar para o desenvolvimento dos sujeitos nas suas multi-dimensões: social, afetiva física, simbólica e também intelectual. Processo educativo que não dê conta dessas dimensões, não é um processo educativo de qualidade. E para isso não é preciso se pensar que uma instituição seja uma organização social, seja uma escola, vai ser capaz de dar conta. Essa multidimensionalidade existe com outras interações educativas, com outros tempos, com outros espaços e com outros agentes. É fundamental o engajamento das famílias e das comunidades, é fundamental que esse engajamento seja ativo, que esse engajamento marque o processo educativo com as características que são pertinentes a estes contextos. É fundamental pensar o processo educativo como um processo de emancipação que é cotidiano, portanto tem que partir das questões dos territórios, das cidades, das pessoas dos territórios, não pode ser um processo exógeno às necessidades dos territórios.

A ideia da aprendizagem em contexto. E essa última que é muito importante e muito cara a nós, a ideia de uma rede de proteção social. No Brasil a gente se constituiu de forma muito desagregada. A saúde trabalha numa perspectiva, o bem-estar e a assistência social em outro. Não há uma articulação entre as políticas. E na verdade isso reflete na ponta o que a gente chama de encaminhamento terapia. Ou seja a escola tem uma questão com o menino que manda uma proposta de saúde porque acha que é uma questão de saúde. Um posto de saúde manda para um equipamento de assistência social, porque acha que é uma questão da assistência social. O serviço social acha que é coisa da psiquiatria. E vai mandando, e esse menino vai sendo encaminhado no território de equipamento em equipamento. O que a gente identificou quando conseguiu ir constituindo redes nos territórios é que o diálogo entre esses agentes que atuam todos na relação com essas famílias, o diálogo e a articulação de estratégias integradas entre as diferentes áreas do serviço social tende a gerar um resultado maior, um atendimento melhor às necessidades, das crianças, dos adolescentes e das famílias. Então a ideia de articulação do sistema de direitos nos territórios e não fora deles e não como uma matriz que vai regulando a cidade não no que acontece nos gabinetes mas sim lá na ponta, no quotidiano dessas crianças e dessas famílias, é uma coisa que eu já vi em Barcelona muito forte. Acho que



em Portugal tem alguma coisa dessas mas no Brasil ainda é um grande desafio. E era assim que as crianças aprendiam, era a aula de skate porque já era um projeto de skate que existia, aula de música, na praça esse era o beco, aquela outra cara do beco ... Essa é uma reunião do coletivo articulador do território, discutindo estratégias para o território. Agência comunitária de notícias. Uma das questões mais fundamentais na articulação da rede educativa é a questão da comunicação. (...) Esse foi um trabalho numa escola que a gente fez, articulação de parceiros, no cotidiano da escola com todas as linguagens que puderam ser trabalhadas em articulação com a escola, foi assim que a gente pensou em tempo integral na escola. Em 2004 a UNICEF considerou esta experiência como experiência de referência e aí passamos a contribuir com as políticas públicas no Brasil, políticas de articulação de último grau, Nova Iguaçu, Belo Horizonte, o Ministério da Educação. A ideia de levar essa referência de educação integral na cidade educadora para todo o Brasil. Esse programa muito rapidamente de 2000-2014 chegou a mais de 60 mil escolas, 2015 ao Brasil inteiro ... com essas três agendas: Pensar o desenvolvimento integral; ampliação do tempo, com a universalização chegamos a quatro horas e meia do jornal na média do Brasil e pensar a territorialização da ação pedagógica. Com esse programa de educação foi capaz a partir de um incentivo direto às escolas de todo o território nacional promover que elas constituíssem projetos educativos nas territorializações. E hoje o grande desafio no Brasil que eu convido todos a nos ajudar é pensar a cidade educadora porque se a agenda de educação integral avançou extraordinariamente no Brasil, hoje está no plano de educação, hoje é uma meta do plano nacional de educação que terá que atender a um grande número de crianças nos próximos dez anos. A gente ainda enxerga que preparar as cidades para esse desafio é fundamental porque de nada vai adiantar que a gente baixe os muros das escolas, que a gente consiga enfrentar essa questão da cultura escolar isolada no equipamento se essa escola se abre e o que ela encontra do lado de fora é uma cidade não aberta também a esse diálogo e a essa corresponsabilização. Hoje no aprendiz a gente vê uma responsabilidade estratégica de começar a pensar a cidade educadora junto com a agenda de educação integral no Brasil para que a gente possa fazer lá na frente os dois entes a cidade e a escola se encontrarem e produzirem de facto projetos educativos que fazem sentido às novas gerações.

12 DE NOVEMBRO

11H00 - 12H00

APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (1)

/ CURRÍCULO EDUCATIVO DA CIDADE

SALA A - ACADEMIA ALMADENSE

Amplificar as Vozes: a Memória como recurso e experiência educativa e de cidadania, Câmara Municipal de Almada
Educação patrimonial CAA, Centro de Arqueologia de Almada
Lisboa Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, Câmara Municipal de Lisboa
Ludobibliotecas Escolares em Cascais, Câmara Municipal de Cascais

SALA A ACADEMIA ALMADENSE

ÂNGELA LUZIA, AMPLIFICAR AS VOZES: A MEMÓRIA COMO RECURSO E EXPERIÊNCIA EDUCATIVA E DE CIDADANIA, CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Agradeço à organização e aos participantes nesta sessão do Congresso da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras a oportunidade de partilha e de reflexão em torno de uma dimensão do trabalho desenvolvido na Rede de Museus Municipais, em Almada.

A experiência que apresentamos reside na mobilização da memória, na incorporação do próprio processo de rememoração, de recordação, na programação e produção de exposições em contexto de museus, assumidas não só como um produto de conhecimento e difusão da história e do património, mas também como processos inclusivos e plurais da mediação cultural, de patrimonialização e, nesse sentido, contributos para a construção de um curriculum educativo de cidade, na medida em que promovem chaves de leitura do território e espaço público.

Este trabalho teve início de forma sistemática no Museu da Cidade a partir de 2005 e tornou-se transversal aos museus municipais como metodologia de interpretação do território e produção de conhecimento, integrando a oralidade e a imagem como acervos museológicos determinantes, com implicações no âmbito da difusão ao nível da museografia, de edições ou produção de recursos educativos. Esta experiência levou à constituição e à autonomização progressiva de dois fundos documentais, o Arquivo Oral e o Arquivo de Fotografia.

Para se perceber esta opção é necessário contextualizar o desafio que se colocou aquando a criação do Museu da Cidade. Almada é um território que se transformou aceleradamente a partir de meados do século XIX, acompanhando os processos de industrialização do país e os consequentes ciclos económicos, mas também o processo de metropolização da capital e do estuário do Tejo. É um território de acolhimento de vagas sucessivas de migração, marcado pela diversidade cultural, com um forte movimento associativo, uma identidade coletiva muito marcada pela experiência operária que coexiste hoje em dia com uma economia terciarizada, com uma população relativamente jovem e com uma elevada escolaridade, ou pelo menos, acima da média. A própria experiência de urbanidade em Almada é muito recente, o crescimento e consolidação das condições físicas e materiais de suporte à vida na cidade, serviços públicos e equipamentos, é quase coincidente com a afirmação do Poder Local Democrático a partir de 1974. Por isso, o desafio que se colocava ao Museu era o de construir em cada exposição um discurso sobre um determinado foco de abordagem temática, um hipertexto, promovendo a experimentação individual e coletiva de interpretação e legitimação de práticas, saberes e memórias, no fundo uma ideia de cidade para a pluralidade dos seus habitantes. Este processo de programação inicia-se com a definição de prioridades em torno de temáticas de referência, que podem ser eixos identitários do concelho -- associativismo e cidadania, migrações e heterogeneidade cultural ou resistência política--, comemorações ou evocação de efemérides significativas -- como por exemplo os 70 anos do Arsenal

de Marinha no Alfeite ou a construção da Ponte 25 de Abril --, ou experiências que, sendo comuns a várias gerações, são abordadas na interação com a transformação do território e da cidade, como por exemplo as questões da escola pública, da mobilidade, do uso balneário das praias fluviais e atlânticas do concelho como a recente exposição *Ir a banhos*, ou a história de um bairro como a exposição *Nas Margens*. A temática a expor é suportada na construção de um guião prévio, com base na pesquisa documental e interdisciplinar científica e técnica, juntando diferentes competências dos serviços autárquicos sob a liderança dos técnicos dos museus e é seguindo por um trabalho no terreno de natureza antropológica, com a identificação de interesses, protagonistas, instituições locais, figuras consensuais e reconhecidas como particularmente ativas em determinados períodos ou em determinados domínios. Isto gera um grupo alargado informal, uma rede de cumplicidades, de colaboradores e de produção de conhecimentos complementar à investigação de natureza mais académica, mais técnica, dos especialistas. Organiza-se uma recolha e incorporação de memórias orais, registadas em suportes audiovisuais, com guiões abertos incidindo sobre percursos de vida, mas com espaço para abordagem diretiva de determinado tipo de temáticas e também para a inclusão de pormenores, de explicitação de determinados objetos, fotografias, etc. Estas campanhas de recolha estão organizadas em função da programação, mas também de temas transversais que foram identificados como estruturantes para a história e identidades do território como o associativismo, resistência, educação e ensino, espaço urbano, migrações, comércio, trabalho e transportes. Este processo é moroso, e essa é uma das suas fragilidades atendendo aos ciclos de programação e validação institucional, mas é sobretudo promotor do enriquecimento e organização do próprio guião da exposição, com os seus diferentes níveis de texto e informação, e permite localizar, incorporar, estudar e tomar decisões sobre o espólio a expor e que à partida não está necessariamente pré-definido. Aliás, uma vez que na sua criação o Museu da Cidade não tinha coleções pré-existentes, o seu acervo e espólio vão sendo constituídos ao ritmo da programação das próprias exposições que funcionam como pretexto e elemento agregador do trabalho museológico.

No âmbito da recolha de fontes orais, a identificação de espólio a incorporar, inclui e pressupõe o próprio processo de patrimonialização dos objetos que, frequentemente pela sua proximidade e uso quotidiano são considerados banais, mas que, pela incorporação de um valor de memória e da imaterialidade que advém da partilha de vários discursos, acabam por ser reconhecidos como património.

Esta memória oral constituída como fonte primária, disponível em suporte audiovisual e transcrição, funciona como um elemento de valorização do próprio entrevistado, importante no círculo familiar e de sociabilidades, dando origem a um conjunto de recursos disponíveis no centro de documentação dos museus com acesso reservado e inseridos no catálogo coletivo da rede de leitura pública, mas também a dispositivos museográficos de inserção do discurso direto na própria exposição, de edições temáticas, constituindo recursos educativos e de mediação nos museus, mas também nos espaços associativos, ou nas escolas em função das várias abordagens curriculares ou didáticas desses materiais. O trabalho de terreno e de proximidade implicado nesta metodologia acaba por induzir um conjunto progressivamente alargado de parcerias e de colaboradores que, em torno de tertúlias, roteiros e/ou a animação de visitas guiadas perante diferentes públicos, torna-se um recurso fundamental do ponto de vista de difusão, funcionando como os Amigos do Museu ou grupos de voluntários que não temos ainda formalmente instituídos.

Esta abordagem é ao mesmo tempo tática, porque facilita a interação do Museu com o público através de um conjunto de dispositivos facilitadores do afeto e da relação, mas é também estratégica, uma vez que transforma estas pessoas que disponibilizam as suas memórias e testemunhos em produtores de conhecimento, de cidadania, ao reconhecer e valorizar quem habitualmente inicia a relação com os técnicos do museu dizendo, “mas porque é que os doutores vem ter comigo para falar disso? Já há aí livros, o que é que eu posso dizer sobre o assunto”. Nesta recolha de fontes orais, embora tenhamos que estabelecer prioridades, identificamos figuras consensuais, mas não necessariamente nem desejavelmente coincidentes nos pontos de vista, incluindo a preocupação da representatividade de género e/ou de diferentes níveis etários relativamente à mesma abordagem.

Assim, cada exposição programada torna-se um processo ativo e dialético de construção, em que interação, se afirmam e ganham visibilidade um conjunto alargado de identidades, saberes e competências, desde a definição do título até à inauguração.

Em síntese, desta experiência, recente e em implementação desde 2005, podemos referir como pontos fortes, facilitar e promover a captação e a interação de públicos, a constituição de processos de mediação cultural e o estabelecer de redes informais. Como fragilidades o facto, de não ter ainda associados um conjunto de referenciais mensuráveis de avaliação de cada um dos projetos em si, bem como a morosidade implícita e necessária que nem sempre é consentânea com a velocidade e as necessidades de programação por vezes em ciclos anuais.

—
ELISABETE GONÇALVES, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CAA,
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

Venho falar-vos do Centro de Arqueologia de Almada e do trabalho que desenvolvemos a nível da Educação patrimonial. O Centro de Arqueologia de Almada é uma associação que já tem 43 Anos de trabalho. É uma associação que tem conseguido manter alguma transmissão geracional, desde os sócios mais antigos, fundadores, até agora, aos mais jovens que continuam com uma participação ativa.

Entendemos a educação patrimonial em duas vertentes, uma ao nível da educação para o próprio conhecimento e valorização do património, outra como forma de através do património poder desenvolver conhecimentos em várias áreas do saber e também das artes. O nosso trabalho desenvolve-se de duas formas, principalmente em visitas guiadas, em que é prioritário o contacto direto com o património e em sessões temáticas que levamos à escola. Falamos de história local de uma forma informal, tentando sempre ter uma dinâmica muito prática, neste momento temos uma lista de atividades para as escolas e para vários níveis de ensino. Podem conhece-las no nosso site, http://www.caa.org.pt/5_educ%C3%A7%C3%A3o%20patrimonial.html.

Só a título de exemplo, na sensibilização das crianças mais novas, os nomes das atividades são uma preocupação, como a carochinha, os dinossauros, vamos ver como sensibilizamos as crianças mais novas, vamos à realidade através da ficção, vamos ao encontro dos interesses científicos que as crianças também têm, apelamos ao imaginário infantil com jogos, jogos de faz de conta. No 1º Ciclo a prioridade é sair, é sair para as ruas, no 1º ciclo do ensino básico o curriculum apela muito ao conhecimento do meio e as visitas guiadas permitem desenvolver esse conhecimento. Em cada localidade do concelho de Almada há um aspeto que é mais significativo e é nele que pegamos, na Cova da Piedade,

por exemplo, é o património industrial e através dele o conhecimento da história nacional, da história de Portugal e da história local no século XIX. No Pragal, uma localidade onde nos apercebemos da transformação da paisagem e onde podemos compreender aquilo que vemos todos os dias, por onde passamos sempre e que depois desta visita passa a ter um significado mais rico, isto vai, com certeza criar sentimentos de pertença e de identidade. Em cada um dos percursos, em cada localidade há uma determinada didática que usamos, em Cacilhas chamamos-lhe, “Desafio em Cacilhas”, temos que superar provas enquanto estamos a explorar o espaço, este projeto de Cacilhas evoluiu e deu origem a uma sessão temática, em que se constrói um elemento do património local, neste caso foi um farol, em materiais reutilizáveis. Na Costa parece que já não há nenhum vestígio da história, mas se fizermos de conta que somos turistas e que queremos saber mais podemos descobrir pequenos vestígios escondidos por trás do desenvolvimento urbano e económico. À volta de cada escola há um mundo a descobrir, há um território educativo, que é um conceito que nós utilizamos. Fazemos uns percursos mais personalizados para cada escola, em que fazemos o levantamento dos elementos de interesse e dos recursos educativos à volta de uma escola e depois dinamizamos o percurso com as crianças.

Quando não é possível sair, então levamos o património à escola e depois de uma abordagem do próprio conceito do património é apresentado para cada localidade o património natural, construído, arqueológico e material da localidade em que a escola se insere, na Costa, no Pragal, na Sobreda, na Caparica, na Charneca. Os alunos também podem recriar e entrevistar figuras nacionais ligadas a Almada, neste caso o Bulhão Pato, o Fernão Mendes Pinto.

No 2º e no 3º Ciclo, para cada época da história que é tratada nos programas escolares, há uma história local que podemos conhecer. Temos ainda em Almada vestígios e factos de todas as épocas históricas, da pré-história até a atualidade. Estas sessões mostram os sítios, os materiais e ajudam essencialmente a que os alunos possam fazer, experimentar, jogos, expressão plástica, etc., há muitas atividades diferentes. Uma das possibilidades que temos tido, com as pessoas que envolvemos nos projetos, é esta de reconstruirmos o património através de materiais reutilizados, com fragatas, naus, barcos, moinhos, faróis, etc.

Tendencialmente as nossas atividades são mais experimentais. Relativamente à pré-história, experimentar as artes e os ofícios numa aldeia, em que o conteúdo teórico passa na parte em que as crianças estão a trabalhar, vão fazendo perguntas e nós respondemos. Temos no nosso espaço, no Centro de Arqueologia, um sítio de simulação arqueológica onde se experimentam as várias tarefas da atividade arqueológica e em que se descobrem, também, aspetos da vida na época Romana.

Depois temos uma série de atividades pontuais que fazemos em momentos de festa, férias de aniversário, sempre ligadas à história e ao património local.

Tentamos também desenvolver um trabalho de educação patrimonial ao longo da vida, com um programa de visitas guiadas nos meses de verão, em vários locais do concelho, com vários temas. Dizer aqui que é fundamental neste programa de visitas guiadas o apoio das juntas de freguesia de cada uma das localidades. Chamamos-lhes passeios de interpretação da paisagem e do património.

Fazemos uma avaliação deste trabalho, quer nas escolas com questionários dirigidos a professores, quer para os outros grupos. Os questionários dão depois origem a relatórios que são apresentados, quer aos parceiros apoiantes, quer aos nossos sócios.

Encontramos como pontos fracos do nosso trabalho, alguma dificuldade na divulgação e na comunicação; no planeamento, porque procuramos mais dar respostas aos desafios que nos colocam do que propriamente fazer um plano proposto por nós; e a nível da continuidade, o que eu quero dizer com isto é que por vezes trabalhamos com uma turma apenas uma vez. Só em algumas escolas, em alguns projetos, temos possibilidade de fazer um trabalho mais continuado ao longo de todo o ano. Terminamos com os pontos fortes, conseguimos ter uma diversificação muito grande de atividades, vai havendo um aumento quer do número de participantes, quer de ações e temos sempre um saldo de que todos os envolvidos estão satisfeitos, quer a equipa que trabalha connosco quer os participantes. Em termos de números, no ano letivo 2014/2015, para terem uma ideia, realizamos 155 ações com escolas, envolvemos 3415 alunos, 25 escolas do concelho de Almada e também de outros como do Seixal e Lisboa. Fizemos 16 visitas para a população com 414 participantes. Obrigada pela vossa atenção.

—
HELENA PINTO JANEIRO, MARIA JUDITE ALVES LISBOA
MUSEU DO ALJUBE-RESISTÊNCIA E LIBERDADE, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade nasce como um tributo da cidade de Lisboa e do país aos resistentes antifascistas que lutaram contra a Ditadura e pela reimplantação das liberdades e da democracia, combatendo a omissão e o silêncio trazidos pelo tempo. Neste sentido, quer aprofundar a colaboração com diferentes organizações e indivíduos que, nacional e internacionalmente, cuidam da memória da resistência às ditaduras e da luta pela implantação das liberdades democráticas. Pretende cooperar e estabelecer parcerias com universidades, escolas, autarquias, associações culturais, movimentos cívicos e outras entidades com vista à promoção de uma atividade científica e educativa que preserve, acrescente e dê a conhecer os movimentos e a luta dos indivíduos por uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Enquanto museu de memória, situado ele próprio num local de memória do encarceramento político (a antiga Cadeia do Aljube), o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade tem como missões principais:

- Prestar tributo aos resistentes antifascistas que lutaram pela reposição das liberdades e da democracia;
- Afirmar-se como núcleo polarizador dos diferentes sítios de memória das prisões políticas e do antifascismo português, em colaboração com movimentos cívicos e outras entidades que lutam pela preservação da memória das ditaduras;
- Valorizar pedagógica e cívica dos materiais expostos, através de atividades culturais programadas para as diferentes comunidades (escolares, séniores, associativas, etc.);
- Desenvolver investigação aplicada à construção de bases de dados nos domínios das prisões políticas de Portugal e das suas ex-colónias;
- Valorizar a herança comum, com recurso ao testemunho de ex-prisioneiros.

O Museu organiza-se em torno de uma exposição permanente e de um espaço de exposições temporárias. Na perspetiva de valorizar os materiais expostos e de educação cívica, construímos o Projeto Educativo congregando o Serviço Educativo e o Centro de Documentação:

SERVIÇO EDUCATIVO

– Tem como objetivo constituir-se como um espaço de construção de cidadania democrática e de educação cívica.

– Disponibiliza programas educativos que permitam conhecer, aprender... experimentar!

– Permite partilhar interesses e experiências, contando com a memória dos mais velhos, numa perspetiva intergeracional que pretende valorizar as “histórias de vida” como instrumento de aprendizagem das novas gerações.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

– Especializado em violência política, disponibiliza à comunidade materiais de biblioteca e arquivo e um banco de dados digital (em construção).

– Dialoga com a comunidade, recolhendo, registando e preservando testemunhos materiais e imateriais de antigos prisioneiros políticos, seus familiares e amigos... e quem mais tenha uma história para contar.

– Alia a recolha e divulgação de memórias à investigação histórica, apostando no trabalho em rede com a comunidade científica nacional e internacional.

Entretanto e apesar de ainda não termos completado um ano de existência, fomos promovendo algumas atividades com uma forte componente educativa:

“Vidas prisionáveis” – recolha de testemunhos de ex-prisioneiros, com filmagem para memória futura – quinzenalmente, de setembro a dezembro
Visitas orientadas – para populações escolares, séniores, associativas e estrangeiras

Uma tarde no Aljube – com Miguel Torga. Criação, Censura e Obra Prisional – 28 de outubro

Lisboa a partir do Aljube – Lisboa das Revoluções: Uma viagem entrecruzada pelo espaço e pelo tempo dos movimentos revolucionários do séc. XX – 24 de outubro

Neste período de tempo, entre Abril e Novembro, acolhemos 8519 visitantes na modalidade de visita livre correspondendo a uma média de 1700 visitantes por mês. Na modalidade de visita orientada recebemos 541 visitantes em grupos escolares, grupos de seniores, associações de diversa natureza e grupos de estudantes estrangeiros, nomeadamente do programa ERASMUS.

Em termos futuros, continuaremos a explorar pedagógica e culturalmente as temáticas presentes no Museu.

Pretendemos, ainda reforçar o investimento na criação de redes de investigação que nos permitam conhecer a real dimensão da prisão política em Portugal (1926-1974), identificando e contextualizando com rigor os presos, os torturados e mortos, bem como os carcereiros, os torturadores e os polícias, entre outros. Pretendemos, ainda, mapear todos os depósitos de presos, prisões e campos de concentração do antigo império português.

Por fim, o Museu pretende contribuir para “socializar” a memória histórica da herança comum do período pré-democrático, concorrendo deste modo para a construção de uma “inteligência histórica” generalizada, potenciadora de uma cidadania ativa.

MARIA BEATRIZ BRANDÃO, LUDOBIBLIOTECAS ESCOLARES EM CASCAIS, CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

A nossa participação neste VI Congresso das Cidades Educadoras tem como intenção a partilha do projeto “LUDOBIBLIOTECAS ESCOLARES EM CASCAIS”. A apresentação vai ser feita em parceria, Câmara Municipal de Cascais através do Departamento de Educação e Desporto promotora desta iniciativa, Agrupamento de Escola de Parede, e uma das entidades parceiras que asseguram o funcionamento das Ludobibliotecas. O projeto nesta escola, contou também com a participação da Associação de pais, que participa igualmente neste congresso.

Em primeiro lugar, vou fazer um pequeno enquadramento, o agrupamento que irá falar do papel do projeto da Ludobiblioteca Escolar, como uma mais-valia para as crianças, professores e pais da escola básica, assim como, para outras escolas do agrupamento e por fim, a entidade parceira, através de um vídeo, que vai mostrar o dia-a-dia da Ludobiblioteca e as experiências desenvolvidas em contexto não formal, permitindo assim, perceber a essência do projeto.

O Município, na sua intervenção tem pilares importantes, e porque acreditamos que é em parceria e com uma efetiva participação que as ideias se conseguem por em prática, garantimos uma parceria no desenvolvimento dos projetos para responder às necessidades da comunidade escolar e local.

Qual o ponto de partida e a preocupação do Município para a implementação deste projeto Ludobibliotecas Escolares em Cascais?

O tempo de permanência dos nossos filhos na escola é cada vez maior, ouvimos na primeira apresentação “... que se retiraram espaços de rua...”, de fato hoje as crianças não brincam na rua. Então como podemos devolver esse tempo e espaço aos nossos filhos dentro de escola, e como pode a escola ser um polo de desenvolvimento local.

Esta foi a grande preocupação do município.

No concelho, as escolas estão dotadas de espaços alternativos, diferentes mas fechados, então abrimos as portas das bibliotecas escolares e outros espaços alternativos e oferecemos espaços de educação não formal, com a singularidade da abertura da escola, aos sábados à comunidade local. Este projeto teve início em 2002, em 2 agrupamentos e foi exclusivamente da iniciativa da Câmara, inicialmente as escolas estavam com uma enorme resistência, presentemente são os agrupamentos que nos solicitam a implementação do projeto nas escolas. De referir que são todos, casos de sucesso e a comunidade local, aos sábados, usufrui do espaço escola como tempo de lazer.

Existem 13 Ludobibliotecas em 43 escolas do 1º Ciclo, 8 com abertura aos sábados e em períodos de interrupção letiva, num total 8 em 12 agrupamentos, 6 entidades parceiras, 2 Juntas de Freguesia, 3 IPSS e 1 Associação de Pais.

Em média, o projeto abrange 3000 crianças em tempo letivo e aos sábados abertos à comunidade local 300 famílias ano.

O edifício onde funciona a Ludobiblioteca que vamos apresentar no vídeo, surgiu com orçamento participativo, ação promovida pelo município, proposta de projeto para a construção de mais um edifício dentro da escola, apresentada pela associação de pais.

Para garantir o funcionamento do projeto a rentabilização dos recursos humanos é fundamental, e o agrupamento disponibiliza um recurso e o Município disponibiliza um técnico na biblioteca a tempo integral, para

fazer uma estreita articulação com o pessoal docente, não docente, pais e comunidade local e isso o Município tem o cuidado de acautelar. Passo a palavra aos representantes do Agrupamento de Escolas de Parede:

“Eu sou professora bibliotecária das escolas de parede, sou a coordenadora da biblioteca escolar da escola sede e coube-me a mim o papel de falar um pouco de como é que foi a integração da Ludobiblioteca como equipamento novo no nosso agrupamento. Tenho a dizer uma coisa importante, que a nossa cultura de agrupamento sempre foi uma cultura de abertura à comunidade e de tentativa de integração da comunidade na escola, abrir as portas com as semanas culturais, etc., mesmo antes de sermos agrupados. Eu pertença à escola sede, o agrupamento é muito recente, tem apenas 3 anos, todo este processo surgiu num agrupamento recente. Parto de uma perspetiva macro, em que se vê a visão do agrupamento até chegar à Ludobiblioteca, para percebermos aqui este enquadramento. Muito rapidamente, houve aqui um grande trabalho de equipa já referido pela Beatriz, muito importante, em que entrou a direção, as duas BE's/CRE's, -que nós só temos duas, a da escola sede e da outra escola de 3º ciclo que é a de Sto António e da escola Fernando Lopes Graça, não temos mais nenhuma Ludobiblioteca no nosso agrupamento, esta foi a primeira e ainda não pertence à Rede de Bibliotecas, tentamos concorrer o ano passado mas não conseguimos devido ao número de alunos -, a coordenadora do PNL, o coordenador do 1º ciclo na figura do professor Rodrigo, a Ludobiblioteca em si com a nossa técnica que é a Leonor Pego, os técnicos da Câmara Municipal a Beatriz e a Sofia, da ABLA e da Associação de pais. Aqui há um especto importante que não é visível em nenhum deste slides, é que a técnica que está a colaborar connosco, é alguém com quem temos já uma relação forte, foi nossa aluna na escola, não minha aluna, mas da escola e também já tinha trabalhado com a nossa biblioteca à uns anos atrás em vários projetos, portanto, quando partimos para este projeto já não havia nada de novo, já havia uma ligação que de alguma forma foi facilitador neste processo. Este contributo também veio na perspetiva de articulação, como vocês sabem, na relação horizontal e vertical do agrupamento e aqui surge a Ludobiblioteca com um papel ativo. Mais alguns aspetos, no que se refere às atividades, temos algumas aglutinadoras, como a semana das bibliotecas, aqui a ludo participa sempre, faz as planificações o PAA em conjunto com o agrupamento, fazemos reuniões, várias reuniões, sempre nesta perspetiva de integração, também é uma diretiva vinda do diretor. Na prática, permitiu aqui uma articulação com o 1º ciclo muito importante e acima de tudo uma melhoria na qualidade da aprendizagem e do sucesso educativo.”

“Eu vou falar na importância que a Ludobiblioteca tem na dinâmica e na organização da escola. As escolas do 1º ciclo funcionaram sempre com os recursos mínimos e eu penso que apostar no ensino público significa valoriza-lo, enriquecendo-o e valorizando-o, a Ludobiblioteca surge aqui de facto como um recurso de natureza multifuncional que tem permitido uma abertura à escola e dar-lhe um novo rosto até. A articulação curricular é feita de uma forma direta e planificada, agendada com os professores e isto permitiu o enriquecimento das práticas, que vai levar com certeza a uma inovação e mudança. Este é um projeto com imensas virtualidades, claramente e evidenciadas ao longo deste ano, foi o primeiro da Ludobiblioteca e que tem portanto um futuro que eu gostaria que as gerações vindouras usufruíssem desta nova valência que a escola integra e que para nós faz toda a diferença”.

SALA B CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE

Almada, a participação em contexto educativo, **Paula Sousa**, Câmara Municipal de Almada
Ambiente e Energia, **Cristina Palhares**, Câmara Municipal de Braga
PDL – A Cultura começa na Escola e está na Está na Rua – Um desafio de Cidade Educadora em três andamentos, **Fernando Fernandes**, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada
Lançar Redes no Mar Revolto, **Maria Manuela Sousa Matos e Ana Leal Silva**, Agrupamento de Escolas da Trafaria, Almada

PAULA SOUSA, ALMADA: A PARTICIPAÇÃO EM CONTEXTO EDUCATIVO, CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Em 1º lugar, gostaria de dar as boas vindas e desejar um bom dia a todos e a todas. Um cumprimento especial à moderação da Mesa e a todos aqueles que se mobilizaram para conhecer uma experiência de intervenção no território a partir da ação de um município. Para iniciar a apresentação do projeto Guardiões de Almada, propunha contextualizar previamente a nossa ação para se entender as razões que justificaram a seleção deste projeto para este fórum de participação e partilha.

Estamos a falar de um território aliciante. Almada apresenta uma dimensão pouco expressiva, 71 Km², o que facilita a criação de redes, a construção de convergências e proporciona a identificação de disparidades e singularidades entendidas como elemento de trabalho. Simultaneamente, apresenta-se como um território exigente porque estamos a falar de 164.000 habitantes, o que do ponto de vista da concentração populacional faz com que as respostas aos desafios colocados tenham de ser complexas e capazes de responder à diversidade. Se o Município entendesse a educação no seu sentido formal, escolar, diria que agiria sobre as escolas da rede pública no exercício estrito das competências municipais e em Almada a ação restringir-se-ia às escolas do 1º ciclo e aos jardins-de-infância. Este não tem sido o entendimento municipal, que tem optado por uma intervenção em contexto educativo, ultrapassando os 30 mil estudantes recenseados no concelho, desde o pré-escolar até ao ensino superior, agindo para/com a população nos mais diversos domínios.

Assume uma visão do território, organizada em quatro dimensões, sendo a 1ª de natureza física, que tem exigido uma concentração de recursos e que foi iniciada logo após o 25 de abril de 1974, mas acentuada a partir da década de 90 e que se traduziu na construção de infraestruturas de natureza desportiva, cultural ou outra para que o concelho possua recursos que, pela sua programação e funcionalidade, sejam considerados um recurso para as escolas. Temos outra dimensão, de natureza legal e que está associada ao funcionamento do próprio sistema educativo local e que passa pela construção de escolas, atribuição dos transportes escolares, ação social escolar, fornecimento de refeições, entre outras. Parafraseando o Vereador Antonio Matos, se a Câmara Municipal dispusesse de um conjunto de operadores (transportes, construção civil,

entre outros) cumpriria na íntegra a sua missão em conformidade com a legislação. Reconhece-se, no entanto, alguma alteração legislativa, que aponta para uma maior intervenção dos municípios na gestão dos estabelecimentos escolares e que lhes é conferida na participação nos Conselhos Gerais, Conselhos Municipais de Educação. É aqui que vamos começar a entrar naquilo que a Câmara Municipal considera ser a dimensão mais interessante da intervenção e que se evidencia por ter uma visão de desenvolvimento, ancorada num plano de ação em (re) construção em cada ano de aprovação, mas que respeita um conjunto de linhas de orientação que passam pela salvaguarda do Património, da Memória, do Ambiente e Sustentabilidade, da Cidadania e Participação. Se se fizer um estudo ou uma leitura mais atenta aos planos de atividade da Câmara constatar-se-á que em cada ano são identificadas ou associadas novas dimensões de intervenção do Município na área da Educação, aduzindo-lhe uma perspetiva de cidade educadora. Esta atitude sumativa decorre de um trabalho colaborativo, multilateral. São atividades que propomos, reclamamos ou desafiamos à participação a nossa comunidade, mas este desafio é no sentido em que ela acrescente mais valor e que tenha a condição de produzir conhecimento, de ser criativa e de ter a capacidade de ser inovadora. Também refletimos com a comunidade e procuramos integrar os seus objetivos e as suas práticas e que pretende desenvolver do ponto de vista do seu plano educativo e/ou projeto educativo. Ou seja, a “Maçã dos Afetos”, referida pelo Agrupamento de Escolas da Trafaria, integra uma atividade coletiva promovida pela Saúde Pública, designada por “Embaixadores da Saúde” tendo uma dimensão concelhia. Outro exemplo, consistiu numa atividade associada ao percurso da Tocha da Liberdade, comemorativa do fim da 2ª Guerra Mundial, a qual mobilizou as autarquias, escolas, associações, bombeiros, coletividades ... Estamos a falar de participação, estamos a falar de participação em comunidade, sob múltiplas modalidades: em estruturas de concertação, de âmbito formal ou não, em reuniões de trabalho que fazemos regularmente com a comunidade educativa, em auscultação à distância ... é um *modus operandi* que está implícito no modo de agir desta Autarquia.

Em síntese, diria que estas são as dimensões do plano e da visão de Educação da Câmara Municipal. A dimensão da participação percorre todos os domínios, ou seja, quando a Câmara pensa construir uma escola, está a pensar fazê-lo também com a comunidade e vai validando todo o projeto de construção com a comunidade que vai receber essa escola. É esta ideia de participação que se procura implementar localmente.

Entrando agora na apresentação da experiência selecionada. Como é que a partir da visão de Educação se concebe um projeto cuja linguagem seja acessível às crianças do pré-escolar e do 1º ciclo de forma que elas o interpretem, o apropriem e elaborem a sua própria construção, o seu conhecimento e interpelem a Autarquia.

Os Guardiões de Almada são um projeto da Câmara Municipal de Almada e tem por base um conjunto de cinco personagens que apoiam a abordagem de valores de cidadania a partir da produção de materiais que são facilitadores das didáticas e das aprendizagens em contexto escolar. Estas seis afáveis personagens geram muito impacto nas crianças que as acolheram e as integraram no seu quotidiano e têm um conjunto de valores associados e que são a educação, a justiça, a fraternidade, a cultura, a paz e a liberdade. São seis valores que estruturam a nossa ação junto das escolas, nomeadamente na educação pré-escolar e 1º ciclo.

Desafiamos-vos a relacionar este projeto com as dimensões anteriormente expostas e visão da Educação que partilhámos convosco. O projeto iniciou-se com a Pasta Escolar que é um programa de apoio às famílias com crianças matriculadas no 1º ciclo e traduz-se na oferta de um conjunto de materiais didáticos e manuais escolares. Em 2014, as personagens foram apresentadas a todas as crianças do 1º ano de escolaridade. Em Dezembro, crianças do 1º ciclo e do pré-escolar (cerca de 9000) conheceram os Guardiões de Almada, que foram os protagonistas da Festa de Natal das Escolas, a par de outros provenientes das coletividades do concelho. Foi executado um espetáculo inédito com a participação de crianças e jovens das associações de recreio e desporto de Almada. Simultaneamente foi oferecido um jogo de mesa: Guardiões de Almada – À descoberta de Almada, onde lhes foi lançado o desafio de conhecerem os recursos locais de modo lúdico tendo por referencial os valores base do Projeto. No ano seguinte, o Projeto adquire visibilidade externa quando integra o Programa do Festival Sol da Caparica, no dia dedicado às famílias. Para esta iniciativa foi construído um novo jogo, onde cada participante tem de fazer vários percursos pelo concelho e onde são desafiados a percorrerem vários locais e equipamentos concelhios. Aí, recebem um autocolante, que integra um conjunto de outros. O jogo está terminado quando o percurso está concluído e se obtém o autocolante com todas as personagens. Através deste desafio o “jogador” conhece o equipamento e interage com os seus utilizadores. Mensagem final: O território físico é importante, mas também a componente imaterial. Importa conhecer as pessoas, privilegiando-se a heterogeneidade dos contextos: escolas, museus, bibliotecas, universidades séniores ...

Através da implementação deste Projeto, a Câmara Municipal de Almada acredita cumprir o princípio cinco “Do direito a uma cidade educadora”. Reportando-nos à Declaração de Barcelona (1990), a cidade educadora apresenta-se como agente e conteúdo de educação, o que significa assumir o processo formativo como complexo, aberto, dinâmico (...) mas também potencial de desenvolvimento do território. Este tem potencialidades educativas, que ultrapassam o sistema formal de educação e ensino, que atende às dinâmicas associativas, culturais, educativas – entendidas no seu sentido mais amplo, à participação dos cidadãos na vida comunitária, ao trabalho em rede entre agentes individuais e/ou coletivos, às cumplicidades e afetividades em torno dos projetos que mobilizam a participação e que fazem emergir os recursos educativos, na sua dupla dimensão: material e imaterial. O território educativo não pode ser entendido como um recurso pedagógico e/ou didático. Este é ele próprio agente educativo, fonte de aprendizagem, de conhecimento, de sociabilidade, mas simultaneamente permeável à aceitação da ação – formal, não formal ou informal - de outros agentes, na construção do devir próximo, o qual deve preferencialmente ser traduzido num projeto amplo, integrador e consensual, resultado do diálogo e de negociação entre os cidadãos e os agentes potencialmente ativos. Segundo Maria Caballo Villar (2001) esta é a fase mais avançada da Cidade Educadora pois resultará num discurso apropriado por todos e de um conjunto de práticas consciencializadas e sociabilizadas. Em Almada, desde a década de 90 e fator mobilizador à adesão da Carta das Cidades Educadoras (1997), existe o reconhecimento da prática de trabalho com/ para a comunidade, da forte consciência cívica e social das instituições locais, da capacidade mobilizadora dos agentes comunitários, do interesse em construir e aproveitar oportunidades de desenvolvimento (...) e que reforçam e legitimam as políticas de governança local. Esta mobilização para o desenvolvimento local

tem sido possível por características endógenas aos almadenses, que na sua diversidade de origens, têm procurado construir um território assente num referencial de valores entre os quais se destacam a equidade, a fraternidade, a justiça, a educação, a cultura, a paz (...) que salvaguardam a coesão social e por projetos políticos municipais fortes, assentes num forte compromisso com as populações e no respeito pelo exercício democrático dessa mesma governação. Este projeto de desenvolvimento local, que se pretende que seja cada vez mais coletivo e participado, tem vindo a ser materializado através da(e): a) Edificação e refuncionalização de uma rede de equipamentos educativos, culturais, desportivos e outros que, para além de proporcionarem o seu usufruto, apresentem programas com intencionalidade educativa; b) Assunção efetiva das suas responsabilidades legais, nomeadamente na área da educação e ensino; c) Promoção de programas e atividades abertas à comunidade e onde se assume a sua intencionalidade educativa; d) Participação e apoio a projetos com relevo e valor educacional, de âmbito local, nacional e internacional, respondendo aos desafios lançados pelos agentes/parceiros; e) Dinamização das populações ou facilitação à participação das instituições/ entidades comunitárias nos processos ou atividades de natureza educativa; f) Promoção de Fóruns de Participação. Assim se entende a aproximação e a relação real ao movimento associativo local, às escolas e demais instituições educativas, às associações de pais, aos grupos de teatro, aos grupos informais de jovens, às instituições de solidariedade social, aos grupos de natureza, cultural, desportiva e recreativa, aos jovens empresários (...) que nos diferencia enquanto Cidade Educadora, porque sentimos e vivemos coletivamente o espaço físico e humano que nos une – Almada, mas que se abre ao mundo. Há assim uma perspetiva global de gestão de cidade, assumindo o Município uma gestão muito centrada nas pessoas, com uma preocupação de colmatar as assimetrias sociais, fruto do atual contexto socioeconómico, mas aberta à participação, para que todos possam debater, apreender e compreender a Cidade, criar laços afetivos e desenvolver projetos visionários que suportem a construção coletiva do Projeto Educativo Local, próximo desafio que se coloca a Almada.

— **CRISTINA PALHARES**, AMBIENTE E ENERGIA, CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Bom dia, queria também saudar todos os colegas de mesa e agradecer a nossa presença. Trago três projetos que vêm do nosso pelouro de ambiente e de energia. São experiências que partilhamos. Não inventamos, mas antes reinventamo-las nos locais próprios, nos locais onde estão a fazer falta. Pequenos grandes projetos do ambiente e da energia que vos trago aqui.

O primeiro: O rio Este e como o nome indica o rio que atravessa Braga mas nasce nos nossos domínios, nos nossos terrenos, o único rio que atravessa e pertence a Braga durante estes 18 quilómetros. É um rio que foi aqui reinventado de forma muito, muito interessante. Este rio tem as suas margens que é necessário tratar, era um rio que estava poluído, continua de vez em quando a sofrer de algumas descargas poluidoras que nós vamos vendo na comunicação social e portanto é algo que está sempre sobre o nosso grande olhar. Nasceu um projeto junto das populações que a Câmara Municipal propõe a toda a população que

está ali, vizinha ao Rio Este. Dividiu o rio em troços de 500 metros. Cada troço destes 500 metros que é vizinho das populações é proposto para ser adotado. E quando falamos em adoção, (a grande mais-valia deste projeto), que foi fazer com que as pessoas (neste caso há pessoas que são mesmo nominais que são vizinhos do próprio rio, há associações, há coletividades, há grupos de pessoas) ficassem com estes 500 metros, adotando o seu rio, o seu bocadinho e cumprindo com o protocolo que é elaborado entre o Município e essa pessoa ou essa entidade: têm que fazer medições, têm que fazer as suas análises, têm que manter limpas as margens do rio. O rio passa no centro e desagua no rio Ave, já no Concelho de Vila do Conde. Temos então 18 quilómetros a banhar o concelho de Braga desde a nascente até abandonar o concelho. Há todo um trabalho de sensibilização pública que é necessário fazer junto de todas estas coletividades, há distribuição destes kits por todos os troços de 500 metros, há um hino que é feito pelo nosso cantor Hugo Torres que canta um hino alusivo e que as crianças depois também se apropriam. Em relação a este Kit que é distribuído por todas estas entidades, há alguma regularidade na sua utilização. Quando se fala na adoção existe mais-valia porque se conseguiu um compromisso afetivo. (Não é um compromisso por dinheiro, não é um compromisso que eu vou comprar ou que alguém vai ter de pagar ou me vai dar dinheiro por isso, mas é algo que eu vou assumir porque vou adotar 500 metros do rio que passa por mim). E foi aliás este o compromisso e a grande mais-valia que o projeto teve. Conseguimos hoje fazer dados comparativos, começamos a ter dados que já estão a ser reunidos e olhados em termos estatísticos. Há a reabilitação dos rios e das ribeiras e a participação pública efectiva. É um projeto que começou mas que será e irá ser sempre contínuo. (E aqui está uma foto de um dos troços do rio. Vemos como as margens estão completamente limpas e os espaços aprazíveis).

2º Projeto

Este foi um projeto de uma semana. A semana europeia de prevenção de resíduos que, com diversas organizações, é proposto às autarquias aderirem com alguns projetos. Em Braga, aderimos com algumas atividades que apresento rapidamente: a substituição de saco plástico pelo saco de pão, em pano; o arranjo de material informático, de telemóveis, de baterias, de pequenos computadores, gratuitamente; a recolha de borras de café e de pacotes de leite para distribuir nas escolas, e contribuir para a sua reutilização, incluindo a dos livros e de diversos materiais; a visita à Braval que é a nossa empresa municipal de água e tratamento de resíduos com workshop sobre compostagem. Colocação no gabinete do senhor presidente, de água da torneira, (acabaram-se as garrafinhas de plástico e todos os seus convidados hoje bebem água da nossa empresa municipal AGERE por copos de vidro); Várias actividades direccionadas essencialmente para as escolas, para as crianças. Porque acreditamos que tudo aquilo que é feito e transmitido às crianças, pelas crianças e com as crianças tem repercussões futuras. Reparem nos 3 R, reparem na campanha que foi feita em todas as escolas e que hoje é quase impensável que as nossas famílias não façam as reciclagens em casa, porque foi feito e foi trabalhado a partir das crianças.

3º Projeto

Um minuto para o projeto Poupas, a mascote da poupança de energia. Realizado nas escolas, com as crianças, tendo em vista tornar as escolas

mais eficientes ao nível energético, diminuindo os custos com a energia, promovendo o desenvolvimento cívico e social e no fundo tentar fazer perceber a todos que os nossos recursos que estão disponíveis são recursos que são limitados. Vou só passar as imagens para que possam ver que o contador é algo a que as crianças nas nossas escolas estão habituadas a ler e a interpretar.

Para concluir, enquanto fizermos algo que envolva em primeiro lugar as crianças, em segundo que envolva a nossa afetividade mais do que a nossa cognição, estaremos a construir no presente o que perdurará no futuro. Muito obrigada.

— **FERNANDO FERNANDES**, PDL – A CULTURA COMEÇA NA ESCOLA E ESTÁ NA RUA – UM DESAFIO DE CIDADE EDUCADORA EM TRÊS ANDAMENTOS, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

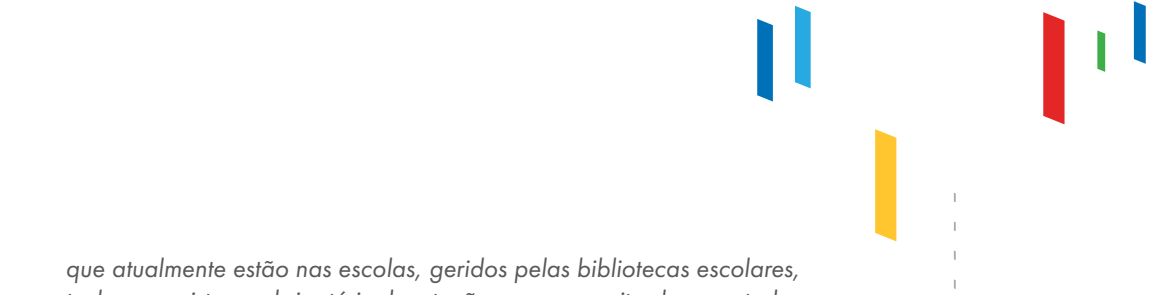
Bons dias à senhora moderadora e ilustres colegas de mesa, bons-dias também a todas e a todos aqui presentes nesta sessão de apresentação de experiências municipais. Devo dar nota que me deram 10 minutos e que atribuíram também uma outra incumbência que era a de em 10 minutos tentar sistematizar, consolidando e condensando, três projetos diferentes que temos aqui para apresentar. Procurarei demorar 9 minutos no mínimo e portanto é com essa promessa que vou começar esta nossa apresentação.

Esta é uma imagem de Ponta Delgada [apresentando imagem] e esta não será também uma apresentação de muito texto e de muita oratória. Esta é uma imagem de Ponta Delgada, uma imagem recente tirada de um navio por um fotógrafo amador do nosso concelho, (aliás temos a maior associação de fotógrafos amadores do país).

A nossa apresentação subordina-se ao título PDL- A Cultura Começa na Escola e Está na Rua, uma prioridade política deste nosso exercício autárquico de levar a cultura a todos de forma tendencialmente gratuita, democratizando aquilo que é essencial nos nossos tempos: a cultura e a educação.

Vamos aqui apresentar um desafio de cidade educadora, em três andamentos, os três andamentos que correspondem aos três projetos que apresentaremos. Mas como não há andamentos sem haver em primeiro lugar um prelúdio, é esse prelúdio que vos quero aqui expor para aqueles que não nos conheçam. Ponta Delgada é um Município que fica na Ilha de São Miguel, Região Autónoma dos Açores, cidade desde 1546, 469 anos de história nesta altura, 68.809 habitantes, 24 freguesias, tem um porto e um aeroporto que são a principal porta de entrada e de saída de pessoas e bens dos Açores, é a sede do governo Regional dos Açores e o principal centro de prestação de serviços da região, também. Ponta Delgada tem um índice per capita de poder de compra de 104.27% comparado com a média regional de 82.35% da média nacional. O volume de negócios das empresas sediadas no nosso concelho representa cerca de 47% do total das empresas dos Açores, representa cerca 44,5% da capacidade total de alojamento dos Açores, mas ainda detém uma taxa de analfabetismo de 3,5%. Não trago aqui dados com o desemprego, mas devemos estar com cerca de 13 a 14%.

Primeiro andamento destes nossos trabalhos. Um andamento lento como nas sinfonias, porque é o andamento que vai perdurar ao longo do tempo e porque é aquele que é mais profundo no que diz respeito às três experiências que vamos aqui tentar apresentar junto de vós. É um projeto simples, que é um programa de apoio à constituição de uma rede de bibliotecas escolares em todas as escolas públicas do 1.º ciclo do ensino básico que compõem a rede escolar do nosso concelho. Devo dizer que nos Açores não temos nós autarquias as competências que aqui estão atribuídas às autarquias do continente em matéria de educação. Temos apenas uma só que é a de manutenção dos edifícios escolares do 1.º ciclo básico e pré-escolar público e portanto tudo isto que aqui está é ação para além dos cânones mínimos a que estaríamos obrigados legalmente a trabalhar. Agora algumas imagens [apresentando as imagens]: aqui uma senhora professora com um livro que chegou através deste programa e que está nas mãos desta professora e das turmas nas nossas escolas do 1.º ciclo através deste programa. Aqui um livro em cima da mesa de um aluno, da secretária de um aluno, aqui a imagem de uma turma. Estas imagens não foram colhidas para este evento, são imagens normais de trabalho que tivemos oportunidade de colher. E agora vamos passar à parte que é importante, relativamente a esta matéria. Por que é que nós constituímos este programa? Nós constituímos este programa porque em 2013 a situação era esta. Não havia, pura e simplesmente, nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico do nosso concelho bibliotecas escolares, nem os livros de leitura obrigatória do programa do 1.º ciclo do ensino básico ao dispor dos alunos. Aquele neorriquismo tecnológico de que ontem o professor Joan del Pozo falava tem aqui uma expressão concreta: as escolas passaram a ter tudo menos os livros que eram essenciais para o cumprimento dos programas, ao mesmo tempo em que eclodia um conjunto de metas de aprendizagem ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, por orientação do Ministério da Educação, que obrigavam à existência de livros de leitura obrigatória que também naturalmente não existiam nas nossas escolas. E nós tínhamos um ponto de partida altamente deficitária para a nossa Região e para o nosso Concelho em concreto. Uma décalage de maus resultados nas provas nacionais de final de 4º ano de escolaridade com um diferencial, em 2013, de 8,5% relativamente à média nacional e, portanto, representando uma perda significativa para os alunos. Mas este diferencial era mais sentido e mais significativo do ponto de vista técnico, não porque os alunos escrevessem no concelho pior dos que restantes alunos, a média era mais ou menos igual; não porque estes alunos entendessem menos de gramática do que nos restantes sítios; mas porque estes alunos tinham um défice na compreensão da leitura e daquilo que eles tinham à frente para ler. A situação hoje é diferente. Criámos este programa de apoio, falámos com as escolas. Trabalhámos em diálogo com os parceiros educativos, em diálogo com os departamentos curriculares do 1º ciclo do ensino básico, com as bibliotecas escolares e com os conselhos executivos das escolas. Distribuámos, em 2014, 2.000 exemplares das obras de educação literária do programa de Português do 1.º ciclo do ensino básico dirigidos às 32 escolas básicas do 1.º ciclo que temos no nosso concelho, reforçando em 2015, neste presente ano, com mais 2.000 livros, para que todos os 3.000 alunos, eu repito, todos os 3.000 alunos que estão no 1.º ciclo do ensino básico nas escolas do ensino público de Ponta Delgada, divididos por 164 turmas, possam ter a mesma igualdade de oportunidades que todos os restantes colegas do país. Detendo os livros que são de leitura obrigatória para que eles possam ter uma literacia de facto e não uma literacia de jure. E protocolámos com as escolas, para que os livros



que atualmente estão nas escolas, geridos pelas bibliotecas escolares, tenham um sistema obrigatório de rotação que os permita chegar a todas as turmas. Não há projetos sem resultados, e cabe-me dizer aqui que este investimento de cerca de 15.000 euros por ano tem um retorno e esse retorno é que aquele diferencial seja menor, não pela nossa ajuda singular, mas pela colaboração e participação de todos. O diferencial, sendo grande, é menor do que o diferencial a que se assistia no ponto de partida em 2013. Para aqui concorrem muitos fatores, não tenhamos ilusões, e nós cremos apenas que este nosso projeto tenha sido um desses fatores.

Vamos entrar agora no segundo andamento. E o segundo andamento é um andante, como nós andamos na vida. Um segundo andamento com um outro passo, com um outro descanso também. É um andamento que sai da escola e que vai até ao verão com um projeto que nós desenvolvemos desde 2014, designado “Verão a ler – a cultura está na rua” e que tem esta distribuição geográfica. Em zonas balneares, em praias e em jardins da nossa cidade e do nosso concelho, nós temos espaços, estas barraquinhas que aqui vedes, em que gente de todas as idades, pode recolher, requisitar para consulta no local ou requisitar para levar para sua casa, devolvendo depois num determinado prazo, gratuitamente, naturalmente, livros, revistas e jornais. Estabelecemos aqui um interface com as livrarias locais, estabelecendo também um interface com o Governo Regional para termos um projeto para ocupação de jovens e dos seus tempos livres. E temos este projeto a correr desde 2014. O programa “Verão a ler” disponibiliza esta fruição gratuita de livros, jornais e revistas, e as bancas são mantidas por jovens estudantes que, ao abrigo desse programa, se ocupam nas suas férias. Devo-vos dizer que, no primeiro ano, a iniciativa funcionou nos meses de julho e agosto e os resultados no primeiro ano foram estes, modestos: 700 livros, jornais e revistas requisitadas. Mas devo dizer que em 2015 foram requisitados 4.086 livros, revistas e jornais. Isto para nós é um bom motivo e um bom estímulo para continuarmos a desenvolver esta atividade no futuro.

Não há dois andamentos sem três, e este é o terceiro e último andamento. Um andamento alegre. E alegre porque muito nos alegra ter em Ponta Delgada aquilo que é a terceira experiência nacional de um projeto com a Fundação PT de instalação de microbibliotecas de rua. Há um projeto aqui ao lado, em Lisboa, na Praça de Londres, há um projeto em Barcelos e há o projeto de Ponta Delgada. Vamos ver porque é que o projeto de Ponta delgada é diferente; o de Lisboa foi promovido por uma associação de comerciantes, o de Barcelos, por uma Junta de Freguesia e o nosso pela Câmara Municipal. Este projeto situa-se exatamente no principal Largo de Ponta Delgada, na zona mais nobre da cidade de Ponta Delgada, frente à Igreja Matriz. Temos alunos de todas as escolas do concelho a poder ir à microbiblioteca bem como todas as restantes pessoas. Temos iniciativas que lá decorrem, como o dia mundial da poesia. E esta microbiblioteca tem esta peculiaridade interessante de ser ao mesmo tempo microbiblioteca de um lado, tendo por detrás um sistema para carregamento de telemóveis gratuito, um smart charger. Os objetivos foram simples, foram essencialmente os de termos a possibilidade de fomentarmos a leitura para todos em regime

de bookcrossing – quem entra retira um livro e também pode deixar um outro, promovendo assim a leitura junto de todos os nossos habitantes e visitantes. A microbiblioteca é uma réplica de uma cabine telefónica antiga e combina com aquela função que vos descrevi. E resultados desta microbiblioteca? Nós não questionamos absolutamente nada. É tudo absolutamente voluntário e é assim que as coisas funcionam bem.

E, dito isto, tenho só mais uma pequena coisa para apresentar, um breve final, e vão-me perdoar, sobre este já nada direi.

[apresentação de filme]

E é isto, encontramos-nos em Ponta Delgada!

—
MARIA MANUELA SOUSA MATOS E ANA LEAL SILVA
- LANÇAR REDES NO MAR REVOLTO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA TRAFARIA, ALMADA

Bom dia quero agradecer a possibilidade de estarmos presentes neste congresso das cidades educadoras e quero agradecer publicamente às famílias que permitiram que fizéssemos este trajeto por darem permissão para mostrarem o rosto, pequenos espaços das vidas delas e essa é a primeira forma de participação da comunidade onde estou inserida e também a minha colega educadora e diretora do agrupamento das escolas da Trafaria e porque é só 10 minutos, porque as educadoras (eu sou educadora) gostam muito de contar histórias, eu vou tentar ser o mais rápida possível. Ela está ali sentada, eu estou aqui, mas esta comunicação é das duas. A experiência que eu vou partilhar convosco retrata um percurso de trabalho com famílias de um grupo de crianças de educação pré-escolar no desenvolvimento do currículo no contexto do jardim-de-infância, nomeadamente em momentos de participação informal, chamamos-lhe Lançar redes num mar revolto, a Trafaria está muito perto do rio, e porque esta foi uma viagem com uma navegação muito incerta. Partimos com as nossas âncoras - vou falar apenas de algumas delas- porque os educadores e os professores trabalham a partir de premissas, não fazem o trabalho sem antecipadamente pensar nele. Primeiro a ideia de Paulo Freire.

A educação é um ato político, uma forma de intervenção no mundo. É pois, ideológica (Paulo Freire, 1997)

Depois entender a participação como um direito, não como um dever, entendê-lo no contexto da escola como um direito, que ative o desenvolvimento da capacitação pessoal e social, para terem poder de agir sobre o mundo, as crianças participam para isso, para agirem, as cidades devem ser para isso, as famílias também devem participar para agirem. E depois pensar a participação não numa lógica de compensação, mas numa uma lógica de comunicação e de mediação. Mediar o quê? As culturas que as crianças são portadoras e as culturas de que se têm que apropriar para terem sucesso, nas aprendizagens, estamos numa escola e obviamente na vida delas, da qual as aprendizagens fazem parte. Depois a ideia de “não agir para”, mas “agir com” as famílias. Este é o

nosso local, o passeio ribeirinho da Trafaria, é o local que normalmente todos vemos, mas a escola, nós, estamos lá mais atrás no gueto, num gueto mesmo. Estamos no Agrupamento de Escolas da Trafaria, é de reduzida dimensão, é um território TEIP, apresenta o que é “normal” para os territórios TEIP, ainda que com as suas especificidades. Claro o insucesso, o absentismo, a fraca relação escola família, que foi aquilo que mais nos moveu. Também tem coisas muito positivas e mobilizadoras, poderão ver da parte da tarde, o nosso professor João com alunos de diferentes anos, num trabalho muito criativo, porque nós temos, no agrupamento, um conjunto de atividades em artes, bom e desafiante. Esta é a nossa escola, a nº 1 da Trafaria.

É uma escola que vive entre a realidade e as representações, como a nossa vida toda, obviamente. É uma escola pouco hospitaleira, com espaços e recursos deficitários, tem poucas condições para as crianças e depois sobre ela pesa estigmas enormes, que os próprios alunos e famílias falam entre si e na comunidade. É a escola da terra. Nós temos uma dinâmica que decorre de uma população que é marginalizada pelas condições de vida, novas reconfirmações familiares e uma vida de bairro muito conflitual, ainda que também muito solidária. O primeiro desafio que fizemos, numa linha “muito pedagógica” pedir uma foto da família para a sala, não obtive qualquer resposta, porque de pedagogia os pais às vezes estão longe, estas famílias também. Apenas obtivemos silêncio, verificando-se em contraponto uma participação muito forte das famílias. Porque não há uma forma de participar, não há uma família ideal, o nosso conceito é, que há participações diversas. E esta participação foi assim, veio cheia de confrontos, de fúrias contra a figura social professor, não exatamente contra mim, esperava eu, mas contra a figura social do professor, com uma exagerada carga para defender a criança, defendendo a sua própria infância e, portanto, foi com isto que tivemos que conviver. Eu não posso neste tempo limitado que tenho, dar pormenores, mas saliento que é absolutamente difícil trabalhar assim, e era preciso, já que estávamos ali perto do rio, “remendar” as situações, tentar que as redes fossem bem lançadas, e, portanto, tivemos um primeiro ano em que abandonámos a ideia de “trabalhar com as famílias”, recuando nas conceções e começando a colaborar e a “trabalhar para elas”. Mostrar que era bom estarem na escola e era preciso lá estarem. Porque sendo as famílias os espaços emocionais das crianças, não há como não estarem dentro do currículo. Durante este 1º ano, fizemos reuniões de pais para tentar dizer as vossas crianças são importantes, são competentes e resolvem os problemas, dizer que há dias especialmente significativos para estarem connosco e nós oferecemos situações e momentos, contar uma história, por exemplo. Fizemos muitas conversas informais, com a preocupação de conversar com todas as famílias, todas, ler as avaliações das crianças porque as famílias não compreendem muitas vezes a linguagem escolar, não se pode nem se deve pedir para assinar o que não se percebe. Isto é o exemplo de uma reunião em que eu tento dizer que no currículo que desenvolvo com as crianças há a tentativa de construir espaços de democracia na sala, que se utilizam instrumentos para trabalhar isso. No dia do pai e da mãe utilizam-se por exemplo histórias, que são contadas às famílias e envolvemo-nos no que os meninos sentem e dizem sobre as famílias,

mostrando e documentando esses sentimentos das crianças. As famílias precisam de ser amadas, aquelas que vêm descalças para a escola, sobretudo essas, as excluídas. E depois também perceber que é preciso partir da festa e das danças delas, da comunidade e cuidar bem e cuidar em pormenor e beijar, quer dizer, quem aceitar ser beijado. No segundo ano queríamos ir um bocadinho mais longe, trazê-las para a sala, fazer um currículo a “muitas mãos”. Desafiar a participação em alguns projetos, a ideia era flexibilizar, participar quando podem flexibilizar essa participação e relação o mais possível. E vieram à “Missão pijama”, “Embaixadores”, sempre na sala, aceitámos a sugestão de uma mãe que começou por dizer que trazia uma árvore em dezembro, só trouxe em janeiro, mas nós fizemos como ela sugeriu, a participação era a dela. Desafiar para lerem uma história na semana da leitura ... esta é uma estratégia difícil, as pessoas têm uma má relação com a leitura, portanto apoiar, apoiar o livro, apoiar a leitura, tornar apazível, não se lê muito bem não importa, estamos todos a ler, em interação crianças-famílias, na sala. E no dia do pai e da mãe, neste segundo ano já a fazer Yoga, pintar Miro (com umas resistências iniciais) mas descobri artistas fabulosos, escrever (nós escrevemos para os filhos), fazer um livro dentro da sala, um livro que reuniu todos os pais (alguns fizeram em casa), demorou, é preciso ter persistência e acolher a lentidão, mas é um livro que tem a participação das crianças, nossa e das famílias. E depois, talvez o projeto mais interessante, como mais proporcionador de afetos foi sobre os bebés, dado que nos entravam pela sala seis barrigas grávidas de mães e nós não podíamos ignorar, apanhámos o projeto dos bebés. E tentar trabalhar também conceitos do mundo para as crianças, quem é que nós somos ali naquele gueto e para além dele. E as mães começaram a chegar e nestas imagens, já não estão só com o seu filho, mas com o filho dos outros. Era preciso olhar para uma comunidade, não só para o “meu umbigo” ou do meu filho, embora o meu filho seja muito importante. (...). Neste projeto, houve espaço para trabalhar a igualdade de género, e problematizar a ideia de que os pais não mudam fraldas, contrariando uma prática aprendida socialmente. Tentámos desafiar estes estereótipos, referindo que os homens mais interessantes sabem mudar fraldas e fazer tudo o que as mulheres fazem. Não foi fácil. Chegámos ao fim de dois anos com muitas incertezas, mas ainda continuamos lá a trabalhar, tentando colocar a ação pedagógica no seu contexto, contextualiza-la de facto. Porque aquela cultura é muito diferente da nossa e fundamentalmente diferente da cultura escolar. Portanto, temos que “não perder o pé”, e navegar ao largo, com desafios. Se eu quiser sintetizar este trabalho, destaco a importância de descobrir estratégias e apostas, avaliando aquelas que valem a pena e que possibilitaram as famílias crescerem na participação. E nestes dois anos, naquele local, as famílias participaram muito. E, portanto, no fim deste percurso, como podem ver, já temos estas conversas e comentários das famílias, positivas, ainda que sempre entrecruzadas com outras, porque este trabalho, esta participação, nunca está concluída e resolvida. Eu hoje fui de manhã

escola e disse a várias mães que vinha aqui, apresentar esta comunicação, que também era delas. E depois deram-me abraços e foi muito bom sentir aqueles abraços. E termino, salientando que a participação nas escolas, nos currículos e na cidade têm como objetivo o que nos diz Boaventura de Sousa Santos garantir “o direito de sermos iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito de sermos diferentes quando a nossa igualdade nos caracteriza:

Agir no contexto – que mar é este?

Em vez disso muitas afirmações, perguntas e zangas...

Fala com a sua auxiliar ou vou-lhe aos “c...”

Eu não quero que ela brinque na areia.

Nem no recreio. Isto é uma porcaria

Vou dizer à minha mãe... o meu pai vem cá, vais ter uma surpresa...

Esta educadora, sei lá...nem põe de castigo nem nada...

Estou desapontada consigo...não vim cá para ver bonecos...

Ela ontem caiu, bateram-lhe. Fizeram-lhe galos na cabeça

Não te sentes ao pé daquele...é cigano e perigoso...

Romper e resistir ... lançar as redes ... convocar para a “faina” ...

1º Ano – pouca perícia?!

A agitação das águas e a rede mal-amanhada...

lançar, recolher, remendar... remar contra a maré...

Agir no contexto – que mar é este?

Reuniões de pais

Mostrar o currículo e divulgar os princípios de uma pedagogia com todos e para todos; afirmar as crianças como competentes e com direitos – documentar a ação pedagógica

Dias socialmente significativos – proporcionar espaços de relação e bem-estar, criação de laços e proximidade, ainda que a assistir a ações das crianças e da equipa

Conversas informais – ao pé da porta, ao fim da tarde, estar presente

A avaliação individual das crianças – conversar para traduzir...tornar compreensível os escritos e as competências das crianças

Lançar as redes ... convocar para a “faina” ... Reuniões ...

Aprender a estar com os outros... em conjunto e

As amizades e a colaboração exige tempo, persistência, muita negociação...zangamo-nos agora e depois já “trabalhamos” em equipa!

Lançar as redes ... convocar para a “faina” ..

Rotinas semanais – reunião (6ª feira) discutir problemas e dificuldades...

Negociar e partilhar

É importante poder ter espaços para aprender a conversar sobre os problemas...viver em conjunto e respeitar os outros é difícil e exige a participação de todos...

De novo, em terra... o que sabemos da faina?

Desafios e (in)certezas...

Aprender para voltar ao mar... e continuar a faina...

Desafios e (in)certezas...

Saber viver sem o reconhecimento explícito das famílias e comunidade
Conviver com a imprevisibilidade e a ondulação do mar...

Dar tempo para a contaminação de atitudes e comportamentos... saber esperar pelas marés...

Compreender e acertar. (Re)colocar a ação no seu contexto

Dosear expectativas e modos de fazer. Não perder o pé, mas navegar ao largo...

Contra a resistência, continuar a acreditar na persistência

“Responder às incertezas com a estratégia e às contradições com a aposta” Edgar Morin (1995)

Apesar do mar agitado ... algumas estrelas do mar ...

Eu dou valor à escola... uma cabeça com ideias, é melhor que uma cabeça vazia...na cabeça vazia, é fácil meter lá ideias que não são boas para a vida...

Não sei quando você vai sair da minha casa...está lá sempre todos os dias...

Nós damos muito mimos aos filhos...isso não é muito bom, pois não, Manela?!

Ah, não se preocupe, eles são assim (batem) ...a Manela depois fala e tem um diário...aquilo ali...ajuda-os

Fico a olhar para a minha filha e penso como fui assim abençoado. Está certo, não posso fazer-lhe todas as vontades...você também me ajudou a pensar nisso...

Pode levar as fotos...vai ver que é desta vez que vamos ficar famosos...
Lançar redes num mar revolto ...

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”

Boaventura de Sousa Santos (1999)

manuela.matos@netcabo.pt
andaraosdias.blogspot.pt



SALA C QUARTEIRÃO DAS ARTES

Festival do Peixe do Rio e do Pão, Câmara Municipal de Moura
Night Run, Câmara Municipal de Torres Vedras
(Re) Descobrir a Trafaria - Projeto piloto de mapa virtual para promoção da memória local e desenvolvimento do território, Associação Ensaio e Diálogos
Santa Maria da Feira um Município para todos, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

MARCO MAGALHÃES, FAMILICÃO VISÃO 25, CÂMARA VILA NOVA DE FAMILICÃO

Eu não vou falar de Vila Nova de Famalicão, pois todos nós nos conhecemos, vou falar de uma experiência que realizamos, que está a ser realizada.

É uma experiência de uma década que tem a ver com a construção daquilo que nós queremos ver de Vila Nova de Famalicão em 2025.

O Plano Estratégico Municipal, é um plano que a maior parte dos municípios conhece, tendo em conta, o seu enquadramento legal e também por força e por imposição do quadro comunitário de apoio, principalmente para novas candidaturas e acesso aos respetivos fundos. O que nós fizemos em Famalicão foi um pouco diferente.

O normal de um Plano Estratégico Municipal é ser feito por uma entidade externa ao respetivo Município, por uma empresa que nos apresenta um "draft" muito interessante, com gráficos muitos giros, cheios de cor, mas efetivamente não se nota uma participação extremamente ativa por parte da comunidade em si.

O que nós fizemos foi inverter um bocadinho todo este papel da relação do documento estratégico. E o que é que fizemos?

Fizemos, pedindo, essencialmente, a visão dos Famalicenses. O que é que queriam, o que pretendiam, quais as suas aspirações para uma década. O resultado foi extremamente positivo. Ao longo de mais 8 meses estivemos em várias consultas, houve um período depois numa fase final, entre o mês de Outubro e o mês de Novembro de 2014, onde se debateu um conjunto de sugestões e de ideias que os Famalicenses nos mostraram. Mas, mais que falar, tenho aqui a apresentação de três pequenos vídeos e é com base nisso que vamos começar a explicar toda essa situação que se desenrolou ao longo desses meses. O último vídeo é o resultado final do Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão, a que chamamos Visão'25.

Este foi o ponto de partida do lançamento das nossas ideias a toda a nossa comunidade, fosse ela educativa, fosse ela comunidade civil. Queríamos que todos ficassem envolvidos e este foi o nosso ponto de partida.

Como já referi, mais do que apresentar "drafts" muito interessantes, o que desejávamos era ver para todas as problemáticas que apresentamos, que soluções a própria comunidade poderia dar, foi com base nisso que elaboramos esse efeito.

Saber a direção é meio caminho andado para chegarmos depressa e bem ao destino que desejamos. É esta a premissa que está na base da elaboração do Plano Estratégico para Vila Nova de Famalicão 2014-2025.

Portugal está a executar um novo quadro comunitário de apoio, através do programa Portugal 2020.

Com este novo mecanismo, que define os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover o crescimento, Portugal receberá 25 mil milhões de euros de fundos europeus, destinando-se uma parte considerável desta verba ao fomento do desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo das regiões.

Portugal, e no nosso caso específico, Vila Nova de Famalicão, não pode passar ao lado desta enorme janela de oportunidades, que implica um acréscimo de fundos superior a 26% relativamente ao anterior Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que vigorou entre 2007 e 2013. Temos que aproveitar todas as oportunidades que contribuam para o nosso desenvolvimento coletivo e comunitário. Não basta contudo desejá-lo, impõe-se que estejamos preparados para o fazer e para fazê-lo bem.

Para isso, temos que saber com precisão o futuro que queremos para Famalicão e os caminhos que são importantes trilhar. É essa a razão da existência deste Plano Estratégico, a que chamamos de "Visão' 25".

Durante o ano de 2014 abrimos um amplo processo participativo de debate e de recolha de contributos, que resultou numa grande manifestação de cidadania dos famalicenses e que nos permitiu perceber a leitura que fazem do presente de Famalicão e a Visão que têm para o futuro da nossa comunidade.

O sofá amarelo, que percorreu os quatro cantos do concelho e as suas várias dimensões sociais, transformou-se num ícone desta vivência participativa dos famalicenses, que, acreditamos, vai perdurar na nossa memória coletiva, mantendo ativa a sua função interpeladora para o exercício de uma cidadania responsável e comprometida.

Este Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão é assim o resultado da Visão dos famalicenses sobre a sua terra. É um documento que é de todos e que interpela de forma muito particular as instituições do concelho, motivando-as a sintonizarem o seu trabalho com aquilo que as pessoas querem e defendem para a sua terra e com as oportunidades que Portugal e a Europa abrem para as suas regiões. Porque são as pessoas e só as pessoas que realmente interessam.

Mas a Visão' 25 é sobretudo um trabalho do território e para o território. É uma ferramenta de trabalho que dá a conhecer o posicionamento de Famalicão na contemporaneidade, mas é também um repositório dos valores que os famalicenses querem ver valorizados e potenciados no seu futuro coletivo.

Um território de saber fazer, industrial e empreendedor, conectado, urbano-rural, de fortes relações e interconhecimento geradoras de dinâmicas comunitárias, redes e parcerias, são alguns desses valores, que devem constituir-se como mais-valias das nossas ações, sejam elas enquanto responsáveis institucionais, sejam enquanto simples cidadãos. Vila Nova de Famalicão é hoje unanimemente reconhecido como um dos mais dinâmicos e empreendedores concelhos portugueses, como o 3.º maior exportador nacional, o maior do Norte, o melhor Município para Estudar, Município Familiarmente Responsável, culturalmente rico e socialmente desperto e atento.

Posso dizer que Famalicão tem cerca de 135 mil habitantes e tivemos neste sofá amarelo, de forma espontânea, mais de 8 mil contributos, que se transformaram em 8 mil fotografias.

Toda esta intervenção está amplamente registada. Isto é a consequência da força de um território que é diariamente refletido e conservado por ação dos seus recursos naturais, sociais e culturais e o trabalho das suas empresas, instituições e movimentos associativos. Se conseguirmos manter e reforçar esta dinâmica que vimos aqui no sofá amarelo, com

respeito pela vontade de todos os famalicenses, vamos marcar o futuro e ser cada vez mais uma comunidade técnica e industrial a viver num território verde, multifuncional, onde queremos e podemos ser felizes.

O povo tem a visão de Famalicão. E Famalicão marca.

O último vídeo é o reflexo de tudo isto, ou seja, de todas as sugestões que nos deram e a sua transformação. Obviamente que não foi só uma visão do respetivo município, tudo isto foi devidamente acompanhado e monitorizado por entidades externas, nomeadamente por duas universidades, a Universidade do Minho e a Universidade do Porto, que nos ajudaram efetivamente a trabalhar toda esta dinâmica transformando-a naquilo que vamos ver neste último vídeo.

Este é o “core” municipal para a próxima década. Obviamente que há um conjunto de ideias e de programas que não estão aqui vertidos, não se podia falar num vídeo, vídeo esse que foi construído por uma escola, uma escola profissional que temos, por acaso até comum ao Município de Famalicão e Santo Tirso, que é a Oficina, mas no site do Município no link Visão’25, estão lá dois documentos, um deles é o retrato fiel de tudo o que se passou e tem os programas.

É com base nesses programas que foram propostos pela comunidade que o Executivo Municipal se vai guiar para a próxima década.

Foi uma forma diferente, foi uma forma arriscada é verdade, mas efetivamente acho que foi uma forma participada e acho que como todos participam o nosso projeto pode ir avante.

Porque tem Visão, Famalicão vai marcar!

Muito obrigado!

MÓNICA DINIZ E JOAQUIM GORDICHO, POLICIAMENTO COMUNITÁRIO - ALTA DE LISBOA MAIS SEGURA, POLÍCIA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Olá bom dia a todos, em nome da Polícia Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, gostaria de agradecer o convite para apresentarmos e partilharmos a nossa experiência de policiamento comunitário, nesta caso no território da Alta de Lisboa. Para contextualizar, a Polícia Municipal de Lisboa foi criada em 1891 sendo constituída atualmente por um corpo policial e um corpo civil, que trabalham na cidade para melhorar a segurança no município. As cidades atualmente vêm-se confrontadas com novas desigualdades sociais e novos riscos, inclusivamente riscos de segurança, o que coloca às cidades também novos desafios, nomeadamente ao nível da participação dos cidadãos na segurança local. Foi com esta preocupação e desafio de se tornar as cidades mais participativas, mais inclusivas, no fundo mais democráticas, em que a sociedade civil tem um papel importante na participação na segurança a nível local, que a Polícia Municipal de Lisboa, em 2008, começou a pensar uma estratégia de modelo de policiamento que tivesse precisamente esta componente mais participativa dos cidadãos.

Na análise dos vários modelos de policiamento, o policiamento comunitário foi efetivamente o modelo que melhor traduzia esta nova filosofia e estratégia das organizações policiais de pensarem a segurança da cidade como algo que tem que ser construído em conjunto com os contributos dos cidadãos. Por um lado, tal, implicou uma mudança dentro da própria organização policial, nomeadamente uma alteração da cultura policial, no sentido de estar mais receptiva à incorporação

desses contributos da comunidade. Por outro lado, era importante a própria comunidade sentir também que as questões da segurança não estão só do lado dos polícias. É uma filosofia de policiamento em que a segurança é considerada da responsabilidade de todos, sendo o conceito de segurança não apenas relacionado com a criminalidade, mas um conceito de segurança alargado, relacionado com tudo o que afeta a nossa qualidade de vida no dia-a-dia. Neste sentido, e sendo o policiamento comunitário o modelo policial que incorpora essa componente da comunidade, o que nós fizemos foi delinear uma estratégia de policiamento num território piloto da cidade, em que o policiamento comunitário fosse construído de início com a participação de parceiros locais e residentes, com o objetivo de aumentar o sentimento de segurança nesse território. A partir dos resultados obtidos, pretendia-se que o modelo pudesse posteriormente ser transferido para outros territórios da cidade. Iniciámos esta experiência piloto no território de Alta de Lisboa em 2009, com o intuito de verificarmos se seria possível construir um modelo de policiamento comunitário na cidade. O território da Alta de Lisboa foi escolhido por ser não só um território com problemáticas de segurança, mas também com potencialidades para a sua resolução, designadamente a existência de uma rede de parceiros muito ativa e que trabalhava em várias áreas para melhorar a qualidade de vida na zona.

A partir de 2009 integramos o Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL) e ao longo de um ano, a Polícia Municipal foi conhecendo o território de um modo mais aprofundado em articulação com parceiros locais. Esta fase foi também uma oportunidade para os próprios parceiros conhecerem melhor a missão e competências da Polícia Municipal, nomeadamente o esclarecimento das dúvidas entre o que distingue a missão da Polícia Municipal e a da Polícia de Segurança Pública (PSP). Foi assim um processo de conhecimento para ambas as partes.

Em 2010 lançamos um desafio a este grupo de parceiros, se estariam interessados em planear e construir um policiamento comunitário no território em conjunto com a Polícia Municipal de Lisboa. No fundo o que nós fizemos foi ir com uma folha em branco para o território e tentar que os objetivos e a missão deste policiamento comunitário, fossem construídos em conjunto com os parceiros, que não fossem pensados no comando da Polícia Municipal, mas que fosse algo construído e sentido como pertença de todos. Foi assim criado o grupo de segurança (em março de 2010), em que fizemos um planeamento do que é que seriam os objetivos do policiamento comunitário e o que é que se pretendia que fosse a missão deste grupo. O policiamento comunitário foi assim pensado não só do ponto de vista da polícia, mas também da própria comunidade, como ambas iriam contribuir para a segurança local, com diferentes papéis, mas de forma articulada. Para tal, foi também preciso conhecer a opinião das pessoas que lá moravam e que lá trabalhavam. Nesse sentido, fizemos a dinamização de grupos focais na comunidade, (em diferentes horários e em diferentes dias), para se tentar conhecer a resposta a três questões: - Quais os problemas de segurança do território que a população considerava mais importantes serem resolvidos? - Quais os territórios e zonas prioritárias para se iniciar este policiamento no território da Alta de Lisboa? - Qual era o perfil que as pessoas que lá moravam, achavam que os polícias comunitários deveriam ter?

No contexto dos grupos focais, foi importante clarificar aos participantes quais os problemas de segurança a que o Policiamento Comunitário poderia dar resposta, explicando-se que se tratava de um policiamento

de natureza preventivo e não de combate à criminalidade e que contava com a participação da comunidade na construção das respostas ao nível da segurança local. Sendo os territórios na cidade diferentes entre si, com especificidades próprias, foi também importante conhecer que o que as pessoas consideravam como necessário nos polícias que iriam para o território, nomeadamente que conhecimentos sobre o território é que deveriam ter e quais as características pessoais essenciais para realizarem o policiamento naquele território.

Tendo por base os resultados dos grupos focais, o trabalho que fizemos nesta fase foi assim, de diagnosticarmos os problemas de segurança no território (quer do ponto de vista da informação que tínhamos dentro da instituição policial, quer do ponto de vista dos residentes), priorizarmos as zonas para o início do policiamento e identificarmos o perfil dos polícias que iriam para o território. Com base na informação recolhida entre março de 2010 e julho de 2011, foi preparada uma ação de formação para os agentes que iriam para o território. Os agentes foram selecionados de acordo com o perfil encontrado, sendo a formação dada quer a estes agentes, quer a um grupo mais alargado de agentes, de modo a conhecerem o trabalho que os colegas do policiamento comunitário iriam desenvolver no território.

A ação de formação foi dinamizada pela equipa da Polícia Municipal, tendo sido convidados a participarem na formação, alguns dos parceiros do grupo de segurança que conosco trabalharam ao longo do ano, nomeadamente para abordarem as questões no âmbito da interculturalidade e sobre os conhecimentos que consideravam importantes serem passados aos agentes policiais. Ao longo da formação, foi transmitido o modelo teórico do policiamento comunitário e suas técnicas, enquanto um modelo de carácter preventivo em que se iria dar particular atenção à resolução de problemas no espaço público e ao sentimento de segurança das pessoas. Foi salientada a importância deste policiamento junto das pessoas ou grupos que estivessem em situação de maior vulnerabilidade, designadamente ao nível da necessidade de se identificarem os fatores protetores e comportamentos de segurança que poderiam contribuir para aumentar o seu sentimento de segurança e diminuir a sua vulnerabilidade. Foi igualmente salientado que este modelo de policiamento teria um papel importante na resolução de problemas no espaço público, em articulação com os parceiros locais, para que os espaços de vivência, fossem espaços sentidos como seguros. Na formação foi ainda transmitido o modelo SARA (Scanning-Analysis-Response-Assessment / Identificar-Analisar-Responder-Avaliar), uma metodologia de trabalho a ser utilizada pelo policiamento comunitário em conjunto com os parceiros, para se identificar e conhecer os problemas, analisar a forma como se irão implementar as respostas a esses problemas e a avaliação das respostas dadas.

Em novembro de 2011 fomos para o território da Alta de Lisboa, com a equipa policial já formada neste modelo de policiamento comunitário. Foi então o início da operacionalização deste policiamento com a ida da equipa policial para o terreno em articulação com os parceiros do grupo de segurança.

O modelo que temos no território é assim um modelo de policiamento comunitário, operacionalizado através de um policiamento apeado, efetuado pelos mesmos agentes no território, com um grupo de segurança em que participa a equipa do policiamento comunitário da Polícia Municipal e parceiros locais (por ex: Associações de moradores, organizações de base local), que de forma articulada identificam problemas de insegurança local e planeiam em conjunto as suas respostas. Vou de seguida pedir ao chefe Gordicho para continuar a apresentação. Obrigada.

CHEFE JOAQUIM GORDICHO:

Olá muito bom dia, continuando a apresentação, passamos agora para uma fase mais operacional. Após a fase de planeamento, em que a equipa técnica da Polícia Municipal e a hierarquia planeou este policiamento juntamente com as pessoas do território, coube-me a mim e à minha equipa, a qual represento aqui, a partir de 2011 irmos para o terreno e pormos em prática o modelo de policiamento comunitário. O Policiamento comunitário é operacionalizado através de um grupo de segurança, de um policiamento apeado e de ações de sensibilização na comunidade. Através da realização das reuniões do grupo da segurança, com representantes da população, pessoalmente ou através das instituições, onde se debate mensalmente os problemas de insegurança no território. Como foi frisado anteriormente, face aos problemas de insegurança, temos um bocadinho aquele modo de pensar que a segurança é com as polícias, com A ou com B, negativo. Aqui a ideia é precisamente o contrário, a segurança é de todos e nós todos é que temos que articular, de forma a dar resposta a esses problemas.

Nas reuniões mensais do grupo de segurança, os problemas são sinalizados e dirigidos à equipa do policiamento comunitário, neste caso constituída por dois elementos. Este policiamento não trás no efetivo um batalhão, são apenas dois elementos para o policiamento comunitário neste território. Esses elementos estão presentes nessas reuniões e no seu dia-a-dia fazem um patrulhamento apeado e de visibilidade, de forma a humanizar o mais possível a relação entre a polícia e o cidadão. Fazemos um policiamento de forma humanizada, lidando com as pessoas cara a cara, sendo os agentes conhecidos pelo seu nome. Já não são apenas os polícias da polícia municipal, são o agente Géu e a agente Paula, porque andam lá diariamente. Mais ainda, os agentes não são ostracizados, contrariamente ao que se possa pensar face ao território em questão. Os agentes estão enquadrados e já são reconhecidos como tal, e isto é muito importante. No grupo de segurança, temos também um plano anual, em que as ações têm que estar articuladas. Não podemos andar no terreno ao sabor da maré, um problema hoje, um problema amanhã, ainda ontem tivemos uma reunião, na qual já começamos a planear para o próximo ano quais as ações que aquela população, que aquele território, aquele grupo de parceiros, consideram pertinentes e exequíveis serem realizadas, nomeadamente ações de sensibilização. Por exemplo, os agentes dinamizam ações de sensibilização com grupos de crianças locais. Também temos esse cuidado, a equipa de policiamento comunitário, executa a missão naquele território, não retiramos os elementos daquele território para outro. São estes agentes que já conhecem o território, que conhecem a instituição e são reconhecidos como tal, que fazem o patrulhamento apeado, contactando o mais possível com o cidadão.

As situações são resolvidas, não apenas pelo policiamento comunitário, mas também pelos parceiros, por todos. Por exemplo a substituição de uma grelha (para drenagem da água da chuva) no espaço público. Basicamente vão colocar a questão - "Mas os polícias andam a por grelhas na via pública?" Não é a nossa função, nem nos vamos imiscuir nesse trabalho, tal é da responsabilidade da autarquia. Porém, a autarquia não tem vigilantes em todo o lado, logo, cabe-nos a todos nós fazer o alerta quando essas situações são identificadas, de chamar a atenção para um problema que pode por em risco por exemplo a segurança de um motociclista ou de um indivíduo de bicicleta que possa cair nesse buraco na via pública. A equipa sinaliza o problema e encaminha para o serviço responsável pela sua resolução, o problema que estava ali acaba por ser

resolvido. Um outro exemplo foi o rebentamento de uma conduta de esgoto dentro de uma escola, que provocou um buraco no terreno no interior de uma escola. Neste caso, caberá à polícia resolver este problema, ou há equipa do policiamento comunitário? Este caso foi alertado à hora do elemento policial sair de serviço. Contactou-me a identificar o problema ocorrido, explicando que iria implicar o encerramento da escola. Hoje em dia sabemos que as escolas têm dificuldades em resolver esses problemas, dadas as dificuldades financeiras. Então o que é que se fez? O agente foi lá e isolou o local para que ninguém corresse o risco de cair e articulou com uma empresa de construção que estava no local a pedir se disponibilizava as máquinas para solucionar aquele problema em tempo real. O buraco foi tapado e a escola agradeceu. Claro se esta situação fosse seguir as vias formais iria demorar algum tempo, daí a importância de por vezes se procurarem soluções alternativas que de forma por vezes menos ortodoxa, mas sempre com o conhecimento da hierarquia, contribuam para a resolução de problemas que ponham em risco a segurança das pessoas.

Claro que o contributo é de todos, não só aqui do policiamento comunitário, mas também do construtor que cedeu as máquinas para que o problema fosse solucionado.

Também nas situações em que o espaço público começa a ficar degradado, não tendo o polícia como função limpar a zona, poderá no entanto articular com a Junta de Freguesia local que tem equipas para o fazer ou com a equipa da autarquia da higiene urbana que tem esta responsabilidade. Outro exemplo são os arbustos nas zonas circundantes às escolas. Poderão dizer - "Mas vocês também cortam arbustos?" Não cortamos os arbustos, mas trata-se de uma questão de segurança, uma vez que são zonas muitas vezes utilizadas para consumo e tráfico de estupefacientes. Perante esta preocupação da escola, de andarem indivíduos a consumir junto à escola, articulamos com as equipas de desmatção da Câmara para que estas áreas sejam limpas. Existem locais que identificamos como cenários de risco, em que apesar de nem sempre se verificarem situações de crime, criam muita insegurança nas pessoas que têm receio de os percorrer. Tentamos identificar estes locais para que sejam tomadas medidas para a sua resolução. Nestas áreas onde existem problemas de toxicoddependência, o nosso objetivo não é o combate aos toxicoddependentes, mas sim, garantir que não existem condições no local que favoreçam essas práticas (por exemplo a destruição de casebres e a remoção de monstros na via pública pelas equipas da higiene urbana da autarquia) e sempre que possível encaminha-los para as equipas de rua que lhes dão apoio. Um último exemplo, do trabalho realizado pela equipa do policiamento comunitário, é a sinalização de viaturas abandonadas no território junto das equipas da Polícia Municipal que têm por missão proceder à sua remoção. Ficou aqui uma pequena ideia daquilo que nós fazemos no território, articulando com todas as instituições parceiras, que possam dar respostas aos problemas identificados no território. Muito obrigado.

— **CARLOS MENDONÇA**, PROGRAMA NOSSO BAIRRO, NOSSA CIDADE, CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

"Quero em primeiro lugar agradecer à organização da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras por permitir que a Câmara de Setúbal partilhe aqui convosco a experiência do Programa "Nosso Bairro,


Nossa Cidade". Este Programa desenvolve-se em Setúbal, no espaço físico de cinco bairros da zona da Bela Vista. É um Programa de organização e autonomia de moradores, que envolve moradores, serviços municipais, instituições e a Junta de Freguesia de São Sebastião, freguesia onde se situam estes cinco bairros municipais, onde moram quase 6000 moradores, em 1600 habitações, distribuídas por 153 edifícios. Este território agrega 5 dos 13 bairros sociais de propriedade da Câmara. Os bairros da Bela Vista têm uma categorização de cores: o amarelo, o rosa, o azul; que consideramos errada por isso designamo-los pelos nomes: Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Forte da Bela Vista, Quinta Santo António e Manteigada. As motivações deste Programa são o compromisso político da Câmara que aponta claramente no sentido da participação das pessoas, do desenvolvimento local, da descentralização e na democracia participativa. Houve ainda um projeto de reabilitação urbana, o RUBE, financiado pelo QREN e uma tentativa de intervenção não concretizada pelo Governo Central, que justificaram a necessidade de agir nestes bairros, pois era forte a imagem negativa deste território, de violência, de degradação, de população iletrada, pouco capacitada, que era injusta e absolutizante, são uma mentira tremenda. Portanto a Câmara tinha de romper com este pensamento internalizado sobre moradores e sobre os bairros. Pensámos também que tínhamos de fazê-lo com os moradores, mais do que isso, que tinham de ser os moradores a fazê-lo ou nada feito. Portanto para nós a premissa central do Programa é que toda a atividade tem que ser protagonizada pelos moradores, desenvolvida por eles, decidindo eles o que entendem que tem que ser feito, em total autonomia, com responsabilidade, apontando para o seu crescimento coletivo. O que se pretende é que nada que seja feito nos bairros, seja feito sem ser com os moradores e pelos moradores connosco. Por nós com eles e por eles connosco. Esta é uma premissa absolutamente central. O objetivo definido foi então criar organizações e grupos, coletivos capazes de levar à prática o Programa. Os moradores responderam de forma surpreendente a esta lógica e há neste momento um processo de constituição de grupos, de lideranças, de trabalho coletivo, que produz resultados evidentes, que ultrapassou as nossas expectativas. Foi necessário mudar o paradigma de intervenção municipal na habitação social. Anteriormente a intervenção era muito focada na gestão da relação senhorio-inquilino; na intervenção física, de obras; em regras e imposições; que é uma lógica de trabalho, que consideramos que teve o seu tempo e que não faz sentido hoje. Optamos por mudar o nosso paradigma e avançamos para uma gestão participada, focada na organização de moradores. Neste processo os moradores analisam a situação, estão numa relação de parceria connosco, decidem o que é que querem fazer, fazem, avaliam, reformulam, retomam e redefinem e trabalham. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia estão na posição apoiar o trabalho dos moradores, que é realizável por eles. Claro que há coisas que tem de ser a Câmara a realizar, as empreitadas por exemplo, mas mesmo assim discutindo com os moradores quais são os prédios em que se deve fazê-las. O Programa tem 5 eixos de intervenção, o primeiro, o eixo da intervenção com jovens porque há uma percentagem muito grande de jovens nestes bairros. O eixo da educação, formação e emprego fundamenta-se na elevada iliteracia e no desemprego muito superior à média regional e à média da região. O eixo imagem e visibilidade visa intervir e romper com a imagem pública negativa, interna

e externa sobre o bairro e que este tem sobre si próprio. Desde o início do Programa, há 3 anos e meio, saíram mais de 200 notícias positivas na televisão, jornais e antes havia 0 notícias positivas. Tudo o que saía era negativo, mau e violento. O eixo vida em comunidade tem a ver com a desagregação dos laços e das relações da comunidade, que em certos aspetos estava muito abatida e muito fragilizada. Por último o eixo promovida participação das pessoas que é o eixo transversal, central e decisivo de todo o Programa, porque toda a ação é feita com os moradores. Podíamos ter eixos de cultura, desporto, etc. Podíamos por nos bairros os nossos serviços municipais e fazer ali 1000 ações. Depois íamos embora. Que impacto teriam as ações? Portanto, este Programa faz as ações que os moradores são capazes de fazer conosco e por eles próprios. Não se faz mais do que isso. As ações são resultado da organização dos moradores ou parte da sua organização. O grupo de trabalho do programa foi criado por despacho da Sra. Presidente, com vários departamentos e unidades orgânicas, dirigido por um Vereador, que sou eu próprio. São 24 técnicos, sendo que nenhum deles está a full time, todos têm o seu trabalho, o seu serviço e acumulam este trabalho àquele que já têm. O Programa não tem assim uma equipa em exclusivo. Em termos de resultados realizamos 725 reuniões plenárias de moradores, com mais de 3000 presenças. Foram eleitos 310 interlocutores que são moradores representantes dos prédios. Esta eleição alterou a vida comunitária e dentro de cada um dos prédios. Neste momento há uma intervenção notável por parte dos moradores na reabilitação do conjunto dos prédios, permitindo ir mais longe no investimento, associando a sua mão-de-obra e o seu contributo ao da Câmara. Já foram pintados vários interiores de escadas e edifícios. O Forte da Bela Vista foi todo pintado com 35 mil euros de tintas cedidas aos moradores pela Câmara, e outros 35 mil euros em tintas dados por mecenas, que resultaram numa obra de pintura de 20 edifícios estimada em 450 mil euros. Esta ação resultou de uma fortíssima mobilização dos moradores que impulsionados numa iniciativa de êxito da Câmara e desafiados pela Sra. Presidente, avançaram para o trabalho de pintar todo o bairro. Na Bela Vista 14 edifícios fecharam o acesso às escadas, através da participação dos moradores. Alguns bairros sociais, não sei porquê, têm uma diferença que é não ter porta nos edifícios. Qualquer pessoa pode subir as escadas e está à porta da casa das pessoas. Há um pensamento qualquer que faz com que nos bairros sociais não se tenha portas nos prédios. Os moradores decidiram fechar os acessos. E estão a colocar tudo o que é necessário, conforme têm capacidade: eletricidade, portões, trincos, etc. Este processo de grande entusiasmo, é por vezes duro, difícil e também acontecem desentendimentos: uns querem, outros não querem, mas quando se entendem, realiza-se. O Programa revela que há mobilização para coisas que as pessoas querem fazer e que entendem que querem fazer, e que feitas correspondem à requalificação da sua própria vida, neste caso em concreto, coincide com a requalificação física do bairro. Outro resultado foi a constituição de várias estruturas de moradores, ou seja, nesta lógica de trabalho as atividades têm comissões de moradores que acompanham a ação. São os moradores que decidem também quem acompanha o que está a ser feito. Há desta forma cerca de 40 grupos de trabalho, que concretizaram as 81 ações decididas no último encontro de moradores (o segundo encontro efetuado desde o início do Programa), realizado o ano passado. No final deste mês iremos realizar o terceiro encontro para decidirmos o que vamos realizar no próximo ano. Em termos de resultados qualitativos, constata-se uma grande melhoria na autoestima dos moradores, uma melhoria profunda na relação dos moradores, a implementação de uma resposta social de ocupação de tempos livres de crianças por via do

voluntariado dos moradores, a melhoria na manutenção de espaços públicos, a definição e renovação de lideranças. Na cidade toda a gente diz: “a Bela Vista está a mudar!” E isto é uma conquista em termos de comunicação e de alteração da imagem dos bairros. Quanto a impactos, este Programa é territorial com impactos nas várias vertentes que se pode interpretar num território. No entanto, não é um Programa de inclusão social e quando o for, morre. É um Programa de participação política, profundamente democrático, com impactos na economia, na formação, na educação. Realizaram-se 62 ações de formação com cerca de 1000 participações. Tem impacto na cultura através da realização de festas populares. Impactos na segurança, no desporto, etc. Em termos de inovação o trabalho intermunicipal que nunca existiu neste tipo e intervenção, a rutura no modelo de gestão dos bairros sociais. Na relação dos bairros com a cidade. Abolimos as designações de bairros críticos, de bairros problemáticos, de bairros periféricos, que são academicamente muito interessantes mas completamente estigmatizamos e que compreendemos que não devemos utilizar. São bairros da cidade. Não trabalhamos necessariamente com a interculturalidade, com a inter- etnia, mas com as pessoas que existem. O Programa provocou benefícios substanciais à autarquia. É um Programa de dimensão social e política, não é um Programa de área, e está pensado para 10 anos até que se consolide. Estamos a 3 anos e meio, portanto numa fase não consolidada. Esta estratégia de trabalho envolve todas as gerações. O poder das pessoas é a questão central do Programa. O poder é exercido pelos moradores e tudo é feito em função desse poder e pelos moradores, e não pelo poder da Câmara, não pelo poder da Junta de Freguesia. O poder é a chave de negociação e os moradores mobilizam-se porque podem decidir e podem fazer o que decidem fazer. Este Programa é promovido pela autarquia porque apesar do trabalho de grande nível e importância das instituições locais, a sua intervenção é atomizada e não agrega o conjunto do território, para além de ser desenvolvido através das valências institucionais. As instituições no Programa trabalham de acordo com as lideranças dos moradores, de acordo com as propostas e com as decisões dos moradores. É assim que isto funciona.”
Obrigado!

— **CARLOS RABAÇAL**, PROGRAMA NOSSO BAIRRO, NOSSA CIDADE, CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

“Quero em primeiro lugar agradecer à organização da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras por permitir que a Câmara de Setúbal partilhe aqui convosco a experiência do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”. Este Programa desenvolve-se em Setúbal, no espaço físico de cinco bairros da zona da Bela Vista. É um Programa de organização e autonomia de moradores, que envolve moradores, serviços municipais, instituições e a Junta de Freguesia de São Sebastião, freguesia onde se situam estes cinco bairros municipais, onde moram quase 6000 moradores, em 1600 habitações, distribuídas por 153 edifícios. Este território agrega 5 dos 13 bairros sociais de propriedade da Câmara. Os bairros da Bela Vista têm uma categorização de cores: o amarelo, o rosa, o azul; que consideramos errada por isso designamo-los pelos nomes: Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Forte da Bela Vista, Quinta Santo António e Manteigada. As motivações deste Programa são o compromisso político da Câmara que aponta claramente no sentido da participação das pessoas, do desenvolvimento local, da descentralização



e na democracia participativa. Houve ainda um projeto de reabilitação urbana, o RUBE, financiado pelo QREN e uma tentativa de intervenção não concretizada pelo Governo Central, que justificaram a necessidade de agir nestes bairros, pois era forte a imagem negativa deste território, de violência, de degradação, de população iletrada, pouco capacitada, que era injusta e absolutizante, são uma mentira tremenda. Portanto a Câmara tinha de romper com este pensamento internalizado sobre moradores e sobre os bairros. Pensámos também que tínhamos de fazê-lo com os moradores, mais do que isso, que tinham de ser os moradores a fazê-lo ou nada feito. Portanto para nós a premissa central do Programa é que toda a atividade tem que ser protagonizada pelos moradores, desenvolvida por eles, decidindo eles o que entendem que tem que ser feito, em total autonomia, com responsabilidade, apontando para o seu crescimento coletivo. O que se pretende é que nada que seja feito nos bairros, seja feito sem ser com os moradores e pelos moradores connosco. Por nós com eles e por eles connosco. Esta é uma premissa absolutamente central. O objetivo definido foi então criar organizações e grupos, coletivos capazes de levar à prática o Programa. Os moradores responderam de forma surpreendente a esta lógica e há neste momento um processo de constituição de grupos, de lideranças, de trabalho coletivo, que produz resultados evidentes, que ultrapassou as nossas expectativas. Foi necessário mudar o paradigma de intervenção municipal na habitação social. Anteriormente a intervenção era muito focada na gestão da relação senhorio-inquilino; na intervenção física, de obras; em regras e imposições; que é uma lógica de trabalho, que consideramos que teve o seu tempo e que não faz sentido hoje. Optamos por mudar o nosso paradigma e avançamos para uma gestão participada, focada na organização de moradores. Neste processo os moradores analisam a situação, estão numa relação de parceria connosco, decidem o que é que querem fazer, fazem, avaliam, reformulam, retomam e redefinem e trabalham. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia estão na posição de apoiar o trabalho dos moradores, que é realizável por eles. Claro que há coisas que tem de ser a Câmara a realizar, as empreitadas por exemplo, mas mesmo assim discutindo com os moradores quais são os prédios em que se deve fazê-las. O Programa tem 5 eixos de intervenção, o primeiro, o eixo da intervenção com jovens porque há uma percentagem muito grande de jovens nestes bairros. O eixo da educação, formação e emprego fundamenta-se na elevada iliteracia e no desemprego muito superior à média regional e à média da região. O eixo imagem e visibilidade visa intervir e romper com a imagem pública negativa, interna e externa sobre o bairro e que este tem sobre si próprio. Desde o início do Programa, há 3 anos e meio, saíram mais de 200 notícias positivas na televisão, jornais e antes havia 0 notícias positivas. Tudo o que saía era negativo, mau e violento. O eixo vida em comunidade tem a ver com a desagregação dos laços e das relações da comunidade, que em certos aspetos estava muito abatida e muito fragilizada. Por último, o eixo promoção da participação das pessoas que é o eixo transversal, central e decisivo de todo o Programa, porque toda a ação é feita com os moradores. Podíamos ter eixos de cultura, desporto, etc. Podíamos por nos bairros os nossos serviços municipais e fazer ali 1000 ações. Depois íamos embora. Que impacto teriam as ações? Portanto, este Programa faz as ações que os moradores são capazes de fazer connosco e por eles próprios. Não se faz mais do que isso. As ações são resultado da organização dos moradores ou partem da sua organização. O grupo de trabalho do Programa foi criado por despacho da Sra. Presidente, com vários departamentos e unidades orgânicas, dirigido por um Vereador, que sou eu próprio. São 24 técnicos, sendo que nenhum deles

está a full time, todos têm o seu trabalho, o seu serviço e acumulam este trabalho àquele que já têm. O Programa não tem assim uma equipa em exclusivo. Em termos de resultados realizámos 725 reuniões plenárias de moradores, com mais de 3000 presenças. Foram eleitos 310 interlocutores que são moradores representantes dos prédios. Esta eleição alterou a vida comunitária e dentro de cada um dos prédios. Neste momento há uma intervenção notável por parte dos moradores na reabilitação do conjunto dos prédios, permitindo ir mais longe no investimento, associando a sua mão-de-obra e o seu contributo ao da Câmara. Já foram pintados vários interiores de escadas e edifícios. O Forte da Bela Vista foi todo pintado com 35 mil euros de tintas cedidas aos moradores pela Câmara, e outros 35 mil euros em tintas dados por mecenas, que resultaram numa obra de pintura de 20 edifícios estimada em 450 mil euros. Esta ação resultou de uma fortíssima mobilização dos moradores que impulsionados numa iniciativa de êxito da Câmara e desafiados pela Sra. Presidente, avançaram para o trabalho de pintar todo o bairro. Na Bela Vista, 14 edifícios fecharam o acesso às escadas, através da participação dos moradores. Alguns bairros sociais, não sei porquê, têm uma diferença que é não ter porta nos edifícios. Qualquer pessoa pode subir as escadas e está à porta da casa das pessoas. Há um pensamento qualquer que faz com que nos bairros sociais não se tenha portas nos prédios. Os moradores decidiram fechar os acessos. E estão a colocar tudo o que é necessário, conforme têm capacidade: eletricidade, portões, trincos, etc. Este processo de grande entusiasmo, é por vezes duro, difícil e também acontecem desentendimentos: uns querem, outros não querem, mas quando se entendem, realiza-se. O Programa revela que há mobilização para coisas que as pessoas querem fazer e que entendem que querem fazer, e que feitas correspondem à requalificação da sua própria vida, neste caso em concreto, coincide com a requalificação física do bairro. Outro resultado foi a constituição de várias estruturas de moradores, ou seja, nesta lógica de trabalho as atividades têm comissões de moradores que acompanham a ação. São os moradores que decidem também quem acompanha o que está a ser feito. Há desta forma cerca de 40 grupos de trabalho, que concretizaram as 81 ações decididas no último encontro de moradores (o segundo encontro efetuado desde o início do Programa), realizado o ano passado. No final deste mês iremos realizar o terceiro encontro para decidirmos o que vamos realizar no próximo ano. Em termos de resultados qualitativos, constata-se uma grande melhoria na autoestima dos moradores, uma melhoria profunda na relação dos moradores, a implementação de uma resposta social de ocupação de tempos livres de crianças por via do voluntariado dos moradores, a melhoria na manutenção de espaços públicos, a definição e renovação de lideranças. Na cidade toda a gente diz: "a Bela Vista está a mudar!" E isto é uma conquista em termos de comunicação e de alteração da imagem dos bairros. Quanto a impactos, este Programa é territorial com impactos nas várias vertentes que se pode interpretar num território. No entanto, não é um Programa de inclusão social e quando o for, morre. É um Programa de participação política, profundamente democrático, com impactos na economia, na formação, na educação. Realizaram-se 62 ações de formação com cerca de 1000 participações. Tem impacto na cultura através da realização de festas populares. Impactos na segurança, no desporto, etc. Em termos de inovação o trabalho intermunicipal que nunca existiu neste tipo e


intervenção, a rutura no modelo de gestão dos bairros sociais. Na relação dos bairros com a cidade. Abolimos as designações de bairros críticos, de bairros problemáticos, de bairros periféricos, que são academicamente muito interessantes mas completamente estigmatizamos e que compreendemos que não devemos utilizar. São bairros da cidade. Não trabalhamos necessariamente com a interculturalidade, com a inter- etnia, mas com as pessoas que existem. O Programa provocou benefícios substanciais à autarquia. É um Programa de dimensão social e política, não é um Programa de área, e está pensado para 10 anos até que se consolide. Estamos a 3 anos e meio, portanto numa fase não consolidada. Esta estratégia de trabalho envolve todas as gerações. O poder das pessoas é a questão central do Programa. O poder é exercido pelos moradores e tudo é feito em função desse poder e pelos moradores, e não pelo poder da Câmara, não pelo poder da Junta de Freguesia. O poder é a chave de negociação e os moradores mobilizam-se porque podem decidir e podem fazer o que decidem fazer. Este Programa é promovido pela autarquia porque apesar do trabalho de grande nível e importância das instituições locais, a sua intervenção é atomizada e não agrega o conjunto do território, para além de ser desenvolvido através das valências institucionais. As instituições no Programa trabalham de acordo com as lideranças dos moradores, de acordo com as propostas e com as decisões dos moradores. É assim que isto funciona.”
Obrigado!

— **LILIANA CRUZ**, ROMED 2, CÂMARA MUNICIPAL TORRES VEDRAS


O ROMED 2 coloca no centro do processo o grupo de ação comunitária, formado por cidadãos das comunidades ciganas, mobilizando-os à participação e ao diálogo com as instituições públicas. Pelo facto de esta população apresentar muita baixa população escolares e elevado índice de desemprego de longa duração acrescida da fraca participação associativa e o baixo envolvimento em ações comunitárias Torres Vedras decidiu aderir a este projeto como ponto central da concertação de diversas ações direcionadas à população cigana. A possibilidade de dinamizar ações em parceria com o facilitador cigano, reveste-se de particular importância no respeito à adequação das metodologias e à participação do público-alvo. O projeto ROMED 2 surge no seguimento dos objetivos estratégicos traçados para no âmbito das políticas nacionais de inclusão para a população cigana, para o efeito conta com o apoio do concelho da Europa e da comunidade europeia tendo como ponto focal nacional o Alto Comissariado para as Migrações.”

“Bom dia a todos. Antes de mais gostaria de agradecer o convite que foi formulado à Câmara Municipal de Torres Vedras para estarmos aqui presentes. É para nós muito gratificante poder falar sobre um projeto pelo qual temos tanto carinho o projeto ROMED e no fundo falar um pouco sobre a intervenção que temos vindo a desenvolver ao longo do último ano com a comunidade cigana. A minha apresentação vai ter duas fases, na primeira, vou tentar abordar de forma muito generalista, aquilo que é o projeto ROMED e quais são os seus princípios e numa segunda parte vou focar a experiência do Município de Torres Vedras, portanto a experiência que temos vindo a desenvolver ao longo deste

último ano. A palavra ROMED deriva de ROMES que significa comunidade cigana e MED mediação. O ROMED iniciou na Europa no ano de 2011, com a sua primeira fase, aquilo a que nós chamamos ROMED 1. Durante estes dois anos, portanto entre 2011 e 2013, aquilo que se fez por toda a Europa, foi formar mediadores ciganos, portanto em cerca de 22 países da Europa. Atualmente estamos na fase ROMED 2 que está a decorrer neste momento e que terá o seu término para o próximo ano. Este ROMED 2 pretende no fundo e tem como objetivo principal, assegurar a participação democrática das comunidades ciganas através da criação de grupos ativos comunitários. Mais á frente já explicarei em que consistem. Dizer-vos que o programa é coordenado a nível nacional. Tem o seu ponto focal nacional pelo Alto Voluntariado para as Migrações, possui um delegado nacional, uma equipa de formadores, mediadores e peritos da associação Letras Nómadas e é coordenado a nível geral, pelo Conselho da Europa. O ROMED 2 tem alguns princípios que lhe estão subjacentes, nomeadamente a participação democrática e ativa da comunidade cigana. Exige uma boa governança, organização da comunidade e que haja estímulo e também interesse das organizações públicas. O seu princípio fundamental continua a ser a mediação. E, portanto é objetivo deste projeto fazer a medição entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária, nomeadamente as instituições públicas. Pretende-se com este projeto torna-lo sustentável, e no fundo criar um projeto que seja justo para todos onde ocorram mudanças reais e significativas no quotidiano das comunidades ciganas para o efeito é dada a formação pelos peritos do concelho da Europa, em temáticas diversas. Estão aqui alguns exemplos, liderança, poder, tomada de decisão participativa, inclusiva, etc. Neste momento este projeto está a ser implementado em 11 países da Europa, Bulgária, Bélgica, Grécia, Macedónia, Portugal, Roménia, Eslovênia, Eslováquia, Itália, Hungria, Ucrânia e Alemanha. Em Portugal existem 7 municípios que estão neste momento a implementar o projeto do qual Torres Vedras faz parte. Nesta fotografia temos a equipa de peritos do concelho da Europa, grupo de formadores todos eles de etnia cigana. Ao centro temos Bruno Gonçalves que é o delegado nacional, o Luis Romão que é mediador escolar e a Olga Mariam que também é mediadora e Presidente da Associação de Mulheres Ciganas. Em Torres Vedras o projeto inicia em 2014, portanto a Câmara recebeu um convite para ser uma entidade parceira e aderiu de imediato. Pegou naquilo no fundo que é o grande objetivo do projeto, que é assegurar a equidade da mediação, entre estas comunidades e as instituições públicas e definiu quatro objetivos específicos. 1º - Seleccionar o elemento da comunidade cigana como um elemento facilitador; 2º criar um grupo de ação comunitária facilitador, todo ele formado por cidadãos da comunidade cigana Torriense; 3º elaborar um diagnóstico da população cigana residente em Torres Vedras e em 4º lugar procuramos arranjar um conjunto de medidas consertadas entre os vários atores locais para a implementação de algumas políticas para favorecerem a integração da comunidade cigana na sociedade maioritária. O nosso facilitador foi escolhido de entre a nossa comunidade cigana, neste momento tem cerca de 300 pessoas, por acaso está aqui conosco na plateia, que é o senhor Limbo Gabão, foi escolhido e foi também para ele definido um conjunto de medidas no fundo para que ele pudesse trabalhar em parceria com o município, ele está neste momento ao abrigo de uma medida do instituto de emprego para trabalhar com a Câmara há cerca de um ano, ele tem inúmeras funções de entre as quais, dinamizar e implementar alguns projetos, junto da comunidade cigana, nomeadamente ao nível da qualificações escolares e na inserção



no mercado de trabalho, porque de facto tem sido a problemática mais acentuada que temos vindo a observar. Portanto a comunidade cigana, ao contrário de outros territórios, Torres Vedras, não foge aqui à regra. Aqui, o que o nosso facilitador faz também no fundo é mediar a comunicação entre as instituições e a própria comunidade cigana, apoia o grupo ativo comunitário, portanto o grupo de cidadãos que se reúne e eu já vou explicar mais à frente o que é. E no fundo acompanha alguns cidadãos da comunidade cigana, que estão em situação de alguma desvantagem no acesso aos serviços e às instituições que no fundo estabelece uma ponte entre aquilo que é e aquilo que são as instituições e a própria comunidade cigana. Em 2º lugar criamos o GAC, o Grupo Ativo Comunitário. O Grupo Ativo Comunitário em Torres Vedras é constituído neste momento por 15 elementos da comunidade cigana, temos 10 homens e 5 mulheres, entre os 16 e os 40 anos. Este grupo ativo comunitário reúne frequentemente com o objetivo no fundo de identificar quais são as principais vulnerabilidades associadas a esta comunidade, também as potencialidades como é lógico todos tem, e no fundo apresentam propostas ao município. Até à data eles têm mais ou menos 6 a 9 meses de atividade, foi proposto ao Município duas ações. Temos aqui uma fotografia do que aquilo que a comunidade deu em troca. Portanto posso vos dizer que a primeira ação, a comunidade cigana, decidiu que seria muito importante para eles conseguir manter a Igreja Evangélica de Filadélfia, que é a igreja que todos praticam e portanto seria muito importante eles terem um espaço para puderem continuar a reunir e então solicitaram este apoio ao Município no sentido do Município disponibilizar um espaço, ou eventualmente colaborar no pagamento da renda, o Município aceitou, portanto eles justificaram a pertinência desse pedido e em troca o que a comunidade cigana fez, foi organizar uma recolha de bens alimentares e título de curiosidade porque achamos realmente muito interessante eles fizeram realmente esta recolha de bens alimentares e entregaram ao centro social paroquial de Torres Vedras que é uma Instituição de cariz católico, portanto funcionou aqui como uma espécie de algo religioso. Esta medida teve um impacto enorme junto da comunicação social em Torres Vedras, deve acontecer nos outros concelhos. A comunidade cigana normalmente e infelizmente está sempre associada a estigmas e a comportamentos nem sempre positivos. E portanto o facto de terem feito uma pequena coisa, acabou por não ser nada de extraordinário, foi uma recolha que redistribuíram uma repercussão na comunicação social e posso vos dizer que até hoje foi das notícias mais comentadas do facebook da câmara municipal de Torres Vedras, portanto teve um impacto realmente muito importante. Para além disso estamos neste momento e o Município está neste momento, a trabalhar na segunda medida que o grupo solicitou ao Município que consta da integração de pessoas de etnia cigana no município. Mas já falarei mais à frente. Este grupo ativo tem neste momento pessoas, as pessoas entram e saem, portanto não é fixo. Tem sempre e de qualquer forma nós damos muita importância, que este grupo seja sempre formado por homens e por mulheres e também com alguma prioridade aos jovens para nós é importante. Em terceiro lugar, o



município, tal como acontece quase a nível nacional, nós temos muito poucos dados sobre a população de etnia cigana. Os diagnósticos que temos são muito escassos e então entendemos que era muito importante utilizar também o projeto ROMED 2, como forma de concertar diversas ações direcionadas a esta população e portanto fizemos no fundo e estamos a fazer um diagnóstico exaustivo a esta população, construímos um questionário, a Câmara em apoio com o nosso facilitador que é de etnia cigana e que melhor que ninguém compreende aquilo porque a população passa, portanto construímos este questionário, o nosso facilitador aplicou a cerca de 90 ciganos em Torres Vedras e já temos neste momento os dados (...) Avaliamos inúmeras dimensões, perguntamos sobre o que é que achavam sobre as mulheres ciganas seguirem os seus estudos, quais são os seus hábitos de associativismo, quais são os seus desejos que tem no fundo para os seus filhos, as áreas preferenciais de empregabilidade, etc., portanto isto foram alguns das dimensões avaliadas neste estudo, dirigido essencialmente a esta comunidade. Para além disto temos vindo a implementar inúmeras medidas, temos aqui alguns exemplos. Vamos fazer a segunda dentro dos próximos 15 dias e uma formação dirigida a técnicos sobre a floricultura cigana, é muito interessante, é dado por membros da comunidade cigana e partimos no fundo do pressuposto de que é preciso se conhecer para intervir. E portanto esta intervenção teve uma adesão muito boa. Fizemos oficinas artísticas, temos divulgado o projeto da comunicação social. Organizamos ações de sensibilização neste caso duas específicas, uma direcionada a pais de meninas de etnia cigana, em parceria com a AMOCIP, a Associação para o Desenvolvimento para as Mulheres Ciganas e como a Escola de Torres Vedras que é a escola de Padre Melissa e organizamos outra sessão de sensibilização sobre também escolaridade e saídas profissionais, dirigidas a jovens e adultos ciganos do sexo masculino, sobre a importância de continuar os estudos para além do sexto ano, normalmente é aquilo que é o limite para esta comunidade, Para além disto temos vindo a apresentar e a divulgamos este projeto sempre que possível em reunião de CLAS, em agrupamentos de escolas, fizemos a semana passada na Figueira da Foz, também divulgamos este projeto através do Encontro Viver ROMED, estamos a organizar um pré para o próximo mês em Torres Vedras e estamos a colaborar na elaboração de uma candidatura para o Portugal 20 20, criar cursos EFA-educação e formação de adultos dirigidos especificamente, a esta população em Torres Vedras. Deixo-vos aqui com algumas fotos do primeiro encontro que nós organizamos em Torres Vedras, este ano em Janeiro, como veem temos se calhar pela primeira vez, e acho que isto sim é uma mais-valia, neste projeto, elementos de etnia cigana, a trabalhar e sentados ao lado de técnicos a trabalhar os mesmos temas e isto é de facto importante, e é de facto único e este projeto trouxe isto: a participação ativa dos ciganos, nestas temáticas. Tenho aqui mais algumas fotos, isto são os passeios pela cidade, no final do dia houve a atribuição de prémios para os ciganos do ano. Grupos de trabalho, como veem com técnicos, elementos da comissão europeia que estiveram connosco, um sketcher, portanto um desenhador que acompanhou para além das fotografias e os dois fotógrafos, tivemos um sketcher, que desenhou cada momento relevante deste encontro e é mesmo muito importante, nós só trouxemos algumas imagens, mas temos aqui o nosso presidente da Câmara, o Dr. Carlos Miguel que por mero acaso é de etnia cigana, mas é por mero acaso e com muito orgulho,

portanto ele tem muito orgulho nessa condição... No futuro, aquilo que pretendemos fazer em consonância com o Conselho da Europa é a realização deste projeto para o próximo ano ao nível da sua eficácia e do seu impacto. Estamos neste momento a definir algumas estratégias, a sua sustentabilidade, portanto é a nosso objetivo que este grupo ativo comunitário formado por cidadãos ciganos não acabe e que perdure para além do financiamento, queremos também arranjar estratégias para poder manter a trabalhar connosco, este nosso facilitador de etnia cigana e vamos começar por contratar 4 elementos da comunidade cigana ao abrigo da Medida 100 +, destes 4, dois são homens e 2 são mulheres, e portanto vamos começar por aqui e esperemos para o ano já tenhamos bastantes mais. Portanto era só, obrigada.”

12 DE NOVEMBRO

12H00 -13H30

PAINEL DE AUTARCAS | ALMADA, BRAGA,
ÉVORA, LOULÉ | ROSÁRIO, ARGENTINA

APRESENTAÇÃO E MODERAÇÃO: **CATARINA PIRES**, JORNALISTA

Tem 41 anos, mãe do João 11 anos e da Rita, 8 anos, estudantes em Almada, é autora do livro *Cinco Conversas com Álvaro Cunhal* (1999) e jornalista desde 1998 na *Notícias Magazine*, revista de domingo do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias*, de que é editora. Tem trabalhado preferencialmente as áreas da educação e das famílias e as questões de género. Em 2009, foi distinguida pela Comissão para a Igualdade de Género, com o prémio «Paridade Mulheres e Homens na Comunicação Social», pelo seu trabalho «A outra metade da Humanidade». É vice-presidente da AIPICA - Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada.

As autarquias possuem um papel determinante na construção de Cidades Educadoras. Considerando quer as suas competências legais, quer os seus desígnios estratégicos, são os governos locais as entidades que mais proximamente trabalham com as populações e com as diversas instituições que intervêm na construção das cidades.

O Poder Local Democrático, assumindo como pilares essenciais a transformação societária e a melhoria da qualidade de vida das populações, tem, na educação, uma forte capacidade de intervenção.

Não se cingindo meramente às responsabilidades que decorrem da legislação em vigor, as autarquias locais podem ser protagonistas de projetos de aproximação da Escola à comunidade e de enaltecimento dos princípios identitários do território, no reconhecimento dos valores da comunidade na esfera pública municipal, na melhoria de acesso aos recursos educativos, na contribuição para a equidade de oportunidades, na definição de projetos de desenvolvimento que salvaguardem a diversidade de interesses e vontades das populações e que consolidem a Cidade Educadora.

— ALMADA, **JOAQUIM JUDAS**

CATARINA PIRES

Bom dia, ou boa tarde, já estamos quase na parte da tarde. Eu além de ser jornalista da *Notícia Magazine*, que é a revista do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias*, sou vice-presidente de infantários no concelho de Almada portanto esta questão da educação é me cara. As barreiras à inclusão não são só arquitetónicas são também sociais, psicológicas e educacionais. Há que destruí-las a todas. E isso só possível através da educação formal e informal e da cultura e é por isso que estamos aqui. Este congresso dedica-se a pensar sobre isso e a debater essa questão, das cidades enquanto espaço de inclusão, de participação, de educação e de aprofundamento da democracia. Os autarcas eleitos pelos cidadãos para gerir os destinos e os caminhos das suas cidades são atores fundamentais deste processo: E é de um processo que se trata sempre em evolução, sempre em diálogo e sempre em construção. Vou passar a palavra aos autarcas, mas cabe-me a mim, foi isso que me foi pedido, fazer algumas, cada um deles terá 10 minutos para responder, também me cabe a mim gerir esse tempo, e depois das intervenções de casa um deles, a palavra será vossa, e deverão também intervir se assim o entenderem. Eu vou seguir a ordem que está no programa e pergunto ao presidente da Câmara Municipal de Almada, Joaquim Judas:

“- Nos últimos tempos, as políticas de educação tem sido muito no sentido de erguer os muros, ou de torná-los mais altos. Os muros de que falava a Jaqueline numa comunicação anterior, no painel anterior e fechando um pouco a escola no seu currículo formal o que eu pergunto é se ... como é que as autarquias podem ajudar a derrubar estes muros, podem derrubar estes muros no sentido de entrar na escola e de fazer os alunos e os professores saírem da escola e entrarem neste diálogo que torna a educação mais abrangente e que faz das cidades, cidades educadoras.”
Joaquim Judas

“- Muito obrigado, boa tarde a todos e a todas, uma saudação aos meus colegas e minhas colegas de painel. É um prazer vos acolhermos em Almada. Em relação à questão concreta que a Catarina nos colocou, de facto as autarquias, tem um papel e tem uma potencialidade em ultrapassar dificuldades como essa que referiu. Nós temos um conhecimento profundo como mais ninguém tem, daquilo que são os recursos dos nossos concelhos e dos nossos municípios e de fato uma escola fechada, uma escola que se vire sobre si própria, cumpre naturalmente uma parte do papel mas não cumpre o papel educacional, formativo e socializante que cabe á educação desempenhar no seu sentido mais amplo. Por isso é importante que as escolas em particular, os professores, mas também os pais e os outros agentes que com elas se cruzam tenham oportunidade, beneficiar e desfrutar e utilizar aquilo que são outros recursos. Outros recursos de carácter cultural associados por vezes a outros equipamentos mas também por vezes a grupos culturais, grupos de teatro de artísticos plásticos, e várias outras formas de expressão, seja cultural e artístico, enfim de que os concelhos beneficiam. No caso concreto de Almada temos um recurso importantíssimo que é o movimento associativo, que só por si gera diariamente imensas iniciativas mas no plano das bandas e da atividade municipal, seja por outro tipo de iniciativas permitindo que as pessoas se encontrem, socializem beneficiando também, no nosso caso muitas delas de espaços como estes que estamos aqui a desfrutar. Depois para além daquilo que é o movimento associativo na sua função mais clássica, cultural, recreativo, virado para atividade desportiva e para o lazer, existem também aquilo que nos foi gerando na área social com as

instituições particulares de solidariedade social e outras que afirmam esse como o seu fim. E portanto, também elas tem neste aspeto, designadamente e nos últimos anos através de projetos intergeracionais colocando os mais velhos com as crianças e os jovens por vezes na reabilitação de iniciativas comuns tem tido um papel importante na formação daqui da nossa juventude, nas nossas sociedades modernas. Mas também numa perspectiva de que a educação não se limita só ao espaço escolar e em que a na cidade educadora todos somos educadores e educandos e em que os mais velhos, enfim aqueles que já não frequentam a escola no sentido formal do termo, também podem beneficiar dessa interação. E existe em tudo aquilo que é feito seja designadamente no plano da sensibilização ambiental, por exemplo. Nós temos aqui no caso concreto de Almada, o Plano da Agenda Local XXI, o nosso parlamento das crianças, portanto que também nesse aspecto tem uma componente formativa. Existem os programas escolares no âmbito da educação para a saúde, por exemplo também tem um papel entretanto na formação dirigida para áreas específicas. E existe uma prática de que a comunidade educativa de que aqui se faz uso e que nós como autarcas temos o dever e procuramos encorajar de que ... intercâmbio das experiências entre os professores. Ainda há pouco no âmbito do Conselho Municipal de Educação se realizou um seminário sobre as questões do sucesso educativo. São momentos como estes que também permitem uma troca de experiências, sobretudo se é vista numa perspectiva muito ampla portanto, não estão só o pessoal que trabalha na escola, estão também os pais e estão também os vários níveis de ensino que aí podem encontrar-se, trocar experiências e terem uma perspectiva de continuidade em relação ao trabalho que fazem. Portanto, isto para lhe responder concretamente à pergunta, ninguém melhor que os autarcas conhece aquilo que são as condições e os recursos do seu Município e ninguém melhor que os autarcas pode ter um papel no sentido de ultrapassar esse tipo de barreiras que infelizmente são criadas numa perspectiva em que o ensino é muito ensino de instrução, ou seja, um ensino orientado. Não quer dizer que o ensino não tenha que ter uma ... há sempre uma componente e uma vontade de imprimir um determinado comportamento, um comportamento presente e futuro ao ser humano. E, esse é também um papel, um papel que a educação desempenha. Mas o seu afunilar naquilo que é o sentido mais estrito da instrução, que é o apreender a fazer qualquer coisa, a orientação da criança do jovem e até do adulto para uma atividade profissional que muitas vezes é castradora, desculpem o termo, é castradora do seu desenvolvimento e do desenvolvimento de todo o seu potencial, isso não é benéfico, não interessa ao mundo de hoje, que é um mundo cada vez mais aberto. Nós estamos num mundo lado aberto e nos desafios da globalização mas depois afunilamos a consciência a formação da consciência para campos muito estreitos que enfim, pensando num ser humano que vive para o trabalho e do trabalho como se nada mais houvesse. E até como se o trabalho não beneficiasse do que o agente, não beneficiasse de uma visão mais ampla e do próprio trabalhador. A cidade do futuro, a cidade que queremos que seja a cidade adaptada e adaptável, tem que ter pessoas que tenham consciência aberta e crítica naturalmente que sintam pelas condições em que se movimentam, sintam condições, encorajamento, e espírito tolerante para que possam dispor a sua opinião sem ter o medo de que do seu erro resulte uma condenação eterna porque muitas vezes é o que acontece no quadro dos nossos sistemas educativos, e em particular da escola, e portanto, precisa de facto de que haja esse impulso que só a sua convivência e a convivência da escola com o resto da cidade, o espírito aberto da escola se afirme. Aliás era esse o espírito do 25 de abril, eu vivi esses momentos com a

minha idade lembro-me do espírito da reforma na altura chamada do Rui Grácio, da Escola Única, da Escola Aberta e portanto perdeu-se ao longo do tempo, voltou-se por várias razões que agora não cabe na pergunta que me fez. Mas perdeu-se no tempo esse espírito e cada vez, por via de uma especialização progressiva, o próprio avanço da ciência e da tecnologia nos obrigou isso depois transmitiu-se a toda a sociedade e portanto caminhamos cada vez mais e estamos a ficar presos da super especialização em que os nossos jovens e já menos jovens, porque eles ... alguns já foram formados à vinte anos dentro desse espírito, já não são propriamente jovens, foram criados muito conhecedores do que é o seu campo de observação e depois enfim, passo o termo e peço desculpa, um bocadinho estúpidos em relação a tudo o resto e portanto, isso é limitador ao desenvolvimento das nossas cidades e da nossa sociedade e (...) acho que nós procuramos contrariar isso e acho que temos condições para o poder fazer.


— BRAGA, **LÍDIA DIAS**, VEREADORA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Catarina Pires

“Perguntava-lhe quais são os desafios ... Portugal apesar de ser um país pequeno tem contrastes grandes, tem territórios geográficos e socioeconómicos entre o norte e o sul do país. Quais são os desafios que uma autarquia do norte do país como Braga, enfrenta nesta missão de tornar, ou neste desígnio de tornar, de se tornar uma cidade educadora e de vencer estas barreiras e de levar à participação das barreiras e dos cidadãos na construção da cidade e nesta ... neste desígnio como ...”

— **LÍDIA DIAS**

“ – Muito bom dia a todos. Eu cumprimento a todos os meus colegas, que não são colegas, são senhores presidentes, a minha devida reverência. Realmente o senhor presidente da Câmara a quem foi formulado o convite não pode estar aqui. E não pode estar aqui porquê? Porque vai um bocadinho ao encontro disto que me acabou de perguntar. Realmente nós, poder político, é nosso dever estar cada vez mais próximo daqueles que nós representamos. E isso faz com que todos os dias tenhamos que estar presentes e sair também dos muros da nossa Câmara Municipal, do nosso edificado e estar presente na rua, estar presente nas instituições, estar presentes nas escolas, e isso acarreta dificuldades de agendas muito grandes e por isso mesmo as minhas desculpas dele não poder estar aqui e terem que no fundo “levarem comigo” aqui neste painel. E realmente. Braga como outras cidades do país, sofre de assimetrias e já não vou buscar isto do norte e do sul. Nós no nosso próprio território dentro dele temos assimetrias, aquilo ... temos a concentração do nosso tempo histórico, de todas as freguesias e Uniões de freguesias, realmente com muita população e depois temos uma periferia que de alguma forma também vem sofrendo com alguma desertificação. Estamos a falar num território grande, muito povoado mas que propriamente depois enferma de todos os problemas que vamos vivendo, desde a emigração aos problemas económicos. E qual é o nosso papel aqui? Realmente como disse o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, nós somos melhores, que conhecemos os recursos que temos e que conseguimos por à disposição. Muitas vezes não são suficientes. E a nossa principal



função é olhar ao território, conseguir diagnosticar o que está bem, o que está a falhar, o que tem que ser promovido e tentar esbater e minimizar todas estas desigualdades que existem. Seja dos transportes que não chegam a determinada ponta do concelho, seja uma escola que não está devidamente equipada e já nem se fala da parte de infraestrutura, mas também da parte de materiais. Estes recursos humanos que acabam muitas vezes por ser exíguos ou pelo menos não dar a resposta que todos gostaríamos que fosse dada que eu acho que não devemos nunca, e uma cidade é mesmo isso, não devemos trabalhar para a mediocridade, nem para o mínimo. Temos de ter uma assunção de uma responsabilidade maior, para lutar realmente depois de conseguirmos que ela tenha o crescimento desejável, e que consigamos os objetivos que queremos realmente chegar. Braga tem e desde que iniciamos há pouco tempo uma visão para a cidade para o território, em que procuramos que as pessoas se sintam bem na cidade onde estão, a tal qualidade de vida, que todos procuramos nos nossos afazeres de dia a dia. Tenhamos boas escolas, tenhamos sítios para ir ao final do dia passear, que tenhamos oferta cultural, que haja catividades desportivas e que isto seja feito de forma transversal, para os novos, para os menos novos, para os séniores. E que isto seja feito desde o desporto, deste a cultura, na ação social com um enfoque muito grande naqueles que de alguma forma são mais desfavorecidos. E depois deste, onde nós queremos viver, o lugar Braga, enquanto cidade que queremos visitar, porque realmente temos uma cidade com um património cultural extraordinário, uma cidade bimilenar dos tempos dos romanos com um património barroco que é toda uma referência europeia, acho que até mundial. E, tudo isso é o grande desafio, é nos políticos nos pormos do lado de lá e vermos as dificuldades que cada um tem no dia-a-dia, ou o que é que nós conseguimos para debelar e vencer estas barreiras. São muitos os desafios, temos procurado em todas as áreas, não descurando nenhuma, obviamente com mais sucesso numas do que outras, conseguir ultrapassar e minimizar estas dificuldades. Não é difícil, é complexo como ontem se dizia, acho que me vai ficar na rotina como um, ou na memória como uma das frases deste congresso. Mas realmente, sair da Câmara Municipal e estabelecer sinergias com os agrupamentos, todas as IPSS, o movimento associativo, porque realmente, não podemos de todo trabalhar de costas voltadas, não estamos em tempos de trabalhar de costas voltadas, temos que nos maximizar ao máximo, os nossos meios os nossos recursos. Os nossos recursos não são físicos, mas como humanos também. E este trabalhar em rede também é importante. E depois tudo começa a traduzir em resultados que podem parecer pequenas coisas que no cômputo geral são ações importantes para quem vive em Braga. Fomos ao muito pouco tempo, tal como e felizmente muitas outras autarquias, agraciados com a bandeira do Município familiarmente responsável, que se traduz nos apoios aos alunos, desde as ofertas dos manuais escolares de forma generalizada, os apoios aqueles que mais precisam, com reforço aos alunos do escalão A e escalão B, reforço em ternos alimentares, reforço ao nível dos transportes. Há também a criação sénior tendo em conta a sua especificidade, de famílias numerosas, também aqui num querer que esta taxa de natalidade de que ontem se falava, se consiga reverter. Temos também coisas muito concretas em que os cidadãos acabam por sentir como uma redução nas faturas da água, para as famílias e também para as IPSS, e tudo isto não é vamos compondo um xadrez em que realmente a cidade em termos de território, consegue e começa a sentir

que as coisas estão algo a mudar e que se consegue fazer a diferença. Permitam-me só que eu faça uma pequena referência e que enquanto Vereadora da educação e da cultura, sinto muita dificuldade, por fruto de muitas políticas anteriores de apostar noutras áreas, e eu debato-me com muitas dificuldades em termos de equipamentos culturais em que possa conseguir congregar alguma oferta em não consigo fazer neste momento. E recorro aqui e faço aqui uma pequena homenagem ao senhor Vereador Paulo Cunha e Silva, o Vereador do Porto, que ontem infelizmente e de uma forma inexplicável nos deixou. E ele dizia que o maior equipamento cultural da cidade do Porto era a própria cidade, que eu acho que no fundo é a maior visão que nós podemos ter de uma cidade participada, de uma cidade educadora, uma cidade que se adapta ao dia a dia, ao pulsar da vida que uma cidade tem que ter, com todos aqueles princípios que a nossa magna carta das cidades educadoras profetiza e que nós enquanto responsáveis autarcas, somos sem dúvida nenhuma devedores e que temos que por em prática, às vezes com situações muito pequenas. Dou-vos só nota de que ontem foi anunciado pela Câmara, um projeto de Desporto para doentes oncológicos e que é um trabalho direcionado para as pessoas que neste momento estão a sofrer desse problema e que eu acho que é tentarmos ir ao individual, ao coletivo, não descurando de ninguém, realmente onde todos tem um lugar na cidade.”


— ÉVORA, **CARLOS PINTO SÁ**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Catarina Pires

Presidente da Câmara Municipal de Évora, Carlos Pinto Sá, o Alentejo é um território vasto com a população dispersa, com uma população também envelhecida, imagino que isto seja um desafio para uma autarquia trazer das margens as pessoas que se calhar já não estão habituadas a participar, participaram se calhar no 25 de Abril mas depois de alguma forma se isolaram; como é que as autarquias no Alentejo fazem a gestão destas questões para , como perguntei à Lídia, prosseguir este desígnio de serem cidades educadoras e, provavelmente em todos os casos, porque Portugal é um país envelhecido mas talvez mais no Alentejo, criar um diálogo intergeracional entre os mais novos e os mais velhos que pode ser uma forma de aproximar os mais velhos mas também fazer os mais novos participarem e conhecerem as experiências que os outros já viveram

— **CARLOS PINTO SÁ**

“– Muito bom dia ou boa tarde, a todos uma saudação e em particular ao nosso anfitrião, o colega Judas, que aliás é de Évora e foi exportado e trouxe a sua experiência aqui para Almada; uma saudação aos colegas de painel e enfim á moderadora; naturalmente uma saudação de iguais, não há aqui diferenças, os cargos são naturalmente diferentes, mas na responsabilidade somos obviamente iguais e queria assumir claramente essa situação. O Alentejo é um terço do País, tem infelizmente pouca gente e no Alentejo se há imagem que tenhamos de imediato é a imagem de uma região com sol, de planícies amplas, de divisões amplas, e quando olhamos isto temos esta imagem que corresponde à verdade, e depois pensamos nestas questões da cidade educadora, uma questão que nos é colocada de imediato é “bem e porque que mesmo no Alentejo que tem estas características, espaço com fartura, sol maravilhoso, as crianças estão fechadas dentro de uma escola em muros que dificilmente as deixam sair até ali um pouco ao lado”. Bem isto é uma tendência geral da sociedade, aqui também em particular Portugal e a minha primeira questão... iria um pouco nesse sentido ou seja o conceito de



cidade educadora e a necessidade de termos uma conceção para melhorar a cidade enquanto educadora não pode, obviamente, ignorar que temos uma envolvente da sociedade e que essa envolvente da sociedade tem um conjunto de fatores determinantes que nos impõem muitas vezes determinadas situações menos positivas e que nós muitas vezes temos de procurar contrariar, esta questão deste conceito de escola, por exemplo a escola a tempo inteiro é uma coisa que me incomoda muito porque a escola a tempo inteiro corresponde a necessidades sociais porque os pais trabalham e saem de manhã cedo e vêm à tarde não têm onde deixar os filhos, enfim, mas, enfim, então as crianças? Como é que as crianças vivem a sua infância? Como é que contactam? Como é que vão para o espaço público? Como é que fazem as suas brincadeiras? E estas são algumas que eu gostaria de levantar aqui como uma primeira nota. E curiosamente porque me colocou esta questão do interior, ainda temos numa freguesia de Évora uma escola que não tem muros, onde as crianças ainda podem, obviamente uma freguesia rural, porque nas zonas urbanas já é muito difícil e eu julgo que isto é algo que tem de ser, tem de se voltar a colocar na agenda, discutir a escola que temos, o queremos da escola e como é que esta situação pode ser encarada. Temos obviamente no Alentejo uma situação de grande diferença entre o interior rural, em particular, as freguesias rurais e as zonas urbanas, bem em rigor em rigor, temos uma grande diferença em dois terços do país, país rural e o interior do país, o país anda há décadas a ter políticas que estão a apontar ou a empurrar para a litoralização do país, o Eurostat prevê que em 2025 praticamente amanhã, mais de 75% da população portuguesa estará numa faixa entre Porto e Sines, o que obviamente também nos deve preparar, mesmo dentro região temos essas situações e temos o abandono do mundo rural. O abandono do mundo rural tem muito haver, enfim, com o modelo económico que tem sido adaptado e com alguma quebra, digamos das atividades agrícolas e modo de funcionamento agrícola e também com o envelhecimento da população. Eu diria que mais que atrair essas pessoas para a cidade, nós gostaríamos de as manter no campo, gostaríamos de as manter nas freguesias, gostaríamos que eles pudessem continuar a desenvolver os seus modos de vida, aliás, muitas vezes adaptados ambientalmente, adaptados digamos socialmente e que depois quando passam para a cidade ficam algo desambientados. Depois temos os problemas de corresponder às necessidades que uma sociedade mais envelhecida nos coloca, esse é um desafio que temos, ou seja, encontrar aqui algum equilíbrio entre freguesias rurais em declínio que existem por todo o país mas sobretudo do Alentejo em particular. Procuram afirmar e sustentar a saída de pessoas para o litoral garantindo-lhes qualidade de vida que temos no Alentejo, felizmente, mas falta-nos depois alguns outros recursos, digamos assim, que não dependem apenas do município. Agora se é necessário termos essa visão sobre a evolução da sociedade em geral, também nos temos de perguntar o que é que o Município pode fazer no âmbito das suas competências, no âmbito dos seus recursos? Questões que me parecem muito importantes, a participação, julgo eu que esta participação hoje é muito difícil na sociedade que temos. Tende a isolar-nos porque temos a internet, os nosso miúdos estão muito atirados para ficarem ali isolados na internet, preferem muitas vezes ficar a brincar na internet do que ter uma brincadeira na rua, portanto a sociedade moderna tem vantagens, a tecnologia tem vantagens, mas tem grandes desvantagens também e

temos que equacionar e portanto é um desafio muito importante que é este “Bem como é que pomos as pessoas a participar”. Participar não é, enfim, um simulacro de participação, não é limitarmo-nos a ouvir, participar significa que as pessoas devem vir à praça pública digamos assim por a suas ideias e que as suas ideias depois possam traduzir em questões concretas na cidade, no concelho nas varias instituições ondem intervêm. Esse é um outro desafio que eu julgo que nos está colocado que é do ponto de vista do poder político como é que nós conseguimos trazer os cidadãos à participação, eu julgo que tem de haver aqui uma alteração de mentalidade. Sociedade educadora com esta ideia que quem está em cargos políticos é um representante eleito da sua população quem manda de facto ou quem deveria mandar facto é a população, encontrar mecanismos em que a vontade da população possa ser expressa, em que a intervenção permanente da população se possa sentir e ter consequências. Julgo que é importante o que significa por exemplo ter a capacidade da nossa parte para nos confrontarmos com críticas, com ideias diferentes, com visões diferentes e temos que achar e entender como algo que é normal, natural e que deve ser entendido por nós como um contributo para podermos melhorar a cidade e a sociedade, tenho ideia que hoje estamos que hoje estamos num mundo globalizado. Joaquim Judas falou nisso, mais aberto mas que, contraditoriamente é um mundo mais fechado porque digamos tem um conjunto de mecanismos muito mais centralizados, aliás a assistir hoje no mundo e em Portugal, particularmente a uma recentralização dos poderes e digamos a um fechamento da diversidade que caracterizava o nosso mundo e as nossas sociedades, temos valores que cada vez são mais homogeneizados, que nos são transmitidos cada vez mais como algo que não admite a diferença eu julgo que isto também é algo que se pode colocar como um desafio a uma sociedade educadora como levantar esta questão e equacionar tudo isto. Liga-se com o problema do sucesso e do insucesso até nas nossas escolas, nós hoje e a sociedade vende quase literalmente aos miúdos que se eles fizeram determinado percurso vão ter uma boa vida, vão ter sucesso na vida e depois de repente os miúdos estavam à espera disso são confrontados com a sociedade e vêm que bem, eu fiz tudo aquilo que devia fazer, fiz a escola, fiz a minha vida social e agora não tenho uma perspetiva de futuro pela frente, julgo que são questões que têm a ver não apenas com as conceções que atiramos para cima das crianças, primeiro dos adolescentes e que temos que equacionar se esses são valores que devem ser colocados dessa forma e que depois no confronto com a realidade são obviamente desmentidos e por isso eu julgo que temos que equacionar a cidade mas temos que equacionar também a própria escola e a escola que temos, falava-se à pouco aqui a minha colega do lado dizia que o pessoal eu julgo que hoje, por exemplo uma boa parte das escolas, não vou falar na maioria, mas se quer aproxima-se muito dela, se fossem de lá retirados o pessoal que vem dos centros de emprego, chamados os... contratos de emprego e inserção fechavam as portas, porque não tem o pessoal auxiliar necessário para responder às tarefas mínimas de uma escola que deveria responder às necessidades educativas. Temos que equacionar isto nós não podemos estar a trabalhar com pessoas exploradas e mal pagas que não estão se quer motivadas para assegurar as escolas e que muitas vezes a asseguram de uma forma notável devo dizer ou num outro âmbito por exemplo os professores das AECS que

são pagos miseravelmente à hora para fazerem coisas absolutamente fabulosas, em Évora temos pessoas a trabalhar de uma forma fabulosa a nível das AECS e ganha miseravelmente à hora sem qualquer segurança, bem nos temos que equacionar não apenas a escola mas o sistema educativo, mas a cidade e neste caso o Município também de alguma maneira o deve colocar, fazer e procurar no âmbito das suas competências dar as respostas necessárias, daí a necessidade de definir projetos concretos para a cidade para concretizar com a população, com as escolas, temos muitos, que não vou agora referi-los aqui, porque queria deixar aqui um conjunto de ideias algumas provocações também para porventura podermos melhorar o debate, muito obrigado.

— **LOULÉ, VITOR ALEIXO**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

CATARINA PIRES

Vitor Aleixo, presidente da Câmara Municipal de Loulé, perguntava-lhe o mesmo que perguntei ao presidente da Câmara de Braga e à Vereadora da educação, no seu território quais são os maiores desafios no sentido de promover esta ideia de uma cidade educadora que conduza a cidadãos que participem e que têm um pensamento crítico e que seja inclusiva, de todos, que esbata o mais possível as diferenças socioeconómicas que muitas vezes são uma das maiores barreiras à participação

VITOR ALEIXO

“— Muito obrigado, eu agradeço o convite que foi feito ao Município de Loulé, agradeço ao anfitrião, aos outros colegas de Évora, de Braga, de Rosário na Argentina a quem sublinho a presença de tão longe aqui entre nós. Vim de Loulé com uma comitiva de peso porque este conceito de cidade educadora tem técnicos municipais muito atentos, activos, interessados e empenhados em promover no Município de Loulé e o Município de Loulé tem duas cidades formalmente, mas na verdade são três, Loulé, Quarteira, Vila Moura e Almancil, e há no Município felizmente recursos humanos que valorizam muito este conceito de cidade educadora. Eu penso que desde que haja uma gestão autárquica que tenha atrás de si, não a mera gestão rotineira, administrativa da coisa pública, mas que para além disso seja um gestão feita com valores e orientações conceptuais devidamente assumidas pelos seus responsáveis eu penso que se essa for a atitude, naturalmente, que nós até de uma forma quase mecânica estaremos a promover, a trabalhar para construir uma cidade educadora. O que é que eu quero dizer com isto para ser concreto e preciso, que se cada vez que entrevirmos numa escola, nós tivermos a preocupação, e temos em Loulé, concertar as nossas medidas com os professores no sentido de saber deles o que é que é melhor para dinamizar a vida da escola para que as condições possam ser as melhores possíveis e hoje em dia ter condições para fazer o que quer que seja dentro da escola ou no espaço público é cada vez mais difícil, por razões que até foram aqui sublinhadas pelo meu colega de Évora, uma relação de proximidade de saber ouvir, de abertura ao outro para incorporar tudo aquilo que de positivo os vários atores nas diferentes instituições e dos diferentes pontos da cidade, podermos incorporar no

momento em que decidimos nós estamos a cumprir aquela que será a regra básica de uma cidade educadora. Uma posição de grande abertura e no momento de decidir ter presente um quadro de valores, uma grelha conceptual, que faça dessa gestão, uma gestão claramente intencional e muito para além de uma gestão meramente técnica ou administrativa e nós no Município de Loulé procuramos fazer isso. O Município de Loulé não aderiu às cidades educadoras agora, já aderiu há uns anos, há toda uma história para trás, eu sou autarca agora destas últimas eleições, mas sei que anteriormente o Município de Loulé já tinha aderido, creio que, em 2007, aderiu a esta rede de cidades, sei que foram feitos planos de educação local dentro deste concelho, há todo um trabalho que tem vindo a ser feito e que nós agora procuramos intensificar, até porque nos revemos absolutamente neste conceito de cidades educadoras, aliás agora há muitas redes de cidades, aqui os nossos colegas, nós nem sabemos para que lado nos havemos de voltar, são tantas e eu digo à rapaziada lá no Município de Loulé é preciso ter calma que às tantas isto é tudo uma questão de enfoque, há muitas redes de facto e nós não nos podemos dispersar porque às tantas é uma perda de recursos não saber geri-los com visão estratégica, e eu ainda à pouco quando vinha para cá, pensando no tema que nos reúne aqui hoje, nesta conversa, eu dizia aos meus acompanhantes, segundo sei e o que eu sei deve ter naturalmente limites, e sei pouco, que este conceito de cidades educadoras, esta rede, é capaz de neste momento estar um bocadinho em standby a sofre as consequências da competição de uma nova rede que emerge aí com grande força que é a rede das cidades inteligentes, as smartcities, que estão aí cada vez mais a agrupar cidades, porque nestas coisas também não deixa de haver uma certa competição, que aliás é saudável, mas eu dizia aos acompanhantes e permitam partilhar aqui esta reflexão que vinha fazendo, esta rede de cidades educadoras tem aqui uma tônica dominante, uma intensão que é vamos gerir a cidade com uma preocupação que é a ética, os valores e ela é insubstituível temos de aguentar e trabalhar nesta vertente, a rede das smartcities, cidades inteligentes, á qual o Município de Loulé também pertence, tem muito mais a haver com a aplicação da tecnologia na gestão da cidade, os diferentes suportes de informação e meios tecnológicos para gerir a cidade com uma forte componente ambiental mas fundamentalmente e é nisto que ela se distingue um bocado da rede de cidades educadoras, com uma componente comercial, a parte comercial está muito claramente a impregnar a gestão das smartcities, temos aqui duas redes de cidades, temos muitas mais, estas duas às quais o Município de Loulé aderiu e pertence e trabalhamos empenhadamente numa e noutra elas distinguem-se, todas elas têm cabimento, todas elas são importantes. Para ser concreto, o que é que nós fazemos, é claro que as escolas numa cidade educadora o seu centro de gravidade pode ser as escolas, mas ela está muito para além daquilo que se faz nas escolas, cada vez que nós decidimos implementar uma ciclovia, apelamos a novos estilos de vida estilos de vida que tragam as pessoas para o convívio no espaço público ou numa ludoteca, como aqui foi à bocado exemplarmente bem demonstrado, cada vez que nós decidimos promover um ciclo de debates e Loulé neste momento tem um ciclo de debates e que o Município tem trazido à cidade de Loulé pessoas de referencia nacional no plano da ciência, da cultura, da reflexão filosófica, cada vez que nós implementamos estas medidas, nós estamos de facto a fazer da nossa cidade, uma cidade capaz com as suas manifestações que são promovidas pelo município, capazes de ter um efeito educador no cidadão ou seja a educação do cidadão é uma coisa que todos dão

todos recebem. Tudo aquilo que fazemos no plano cultural, plano de uma estratégia de adaptação às alterações climáticas, nas questões ambientais, somos muitos ativos nas questões ambientais para promover os valores de um ambiente sustentável, na mudança de paradigma para uma cidade educadora mais amigável que traga os cidadãos ao convívio que os retire de casa e dos locais de consumo, fazemos isto tudo com uma estratégia, uma intensão e acreditamos que isso pode ter um forte impacto pedagógico e educativo nos nossos cidadãos o queremos de facto é pessoas mais livres, com mais capacidade de integrar toda a informação que recebem hoje e que é muito grande e saberem ter uma leitura do mundo e saberem orientar-se e apetrecha-los para a liberdade serem mais exigentes, mais bonitos e é para isso que trabalhamos isso é uma cidade educadora, nós estamos aí para continuar a trabalhar nesse plano.

— ROSÁRIO, ARGENTINA, **CAROLINA BALPARDA**, DIRETORA GERAL DE PROGRAMAS EDUCATIVOS DA SECRETARIA DE CULTURA E EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO, ARGENTINA, EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA INTENDENTA

— CATARINA PIRES

Carolina Balparda, Diretora Geral de Programas Educativos e do Tríplico da Infância, da Secretaria da Cultura e Educação da Câmara Municipal do Rosário, perguntava-lhe, no seu território quais são os maiores desafios no sentido de promover esta ideia de uma cidade educadora que conduza a cidadãos que participem e que têm um pensamento crítico e que seja inclusiva, de todos, que esbata o mais possível as diferenças socioeconómicas que muitas vezes são uma das maiores barreiras à participação

La ciudad de Rosario es en Argentina de Buenos Aires. Es una ciudad que tiene características particulares: de norte a sur la acompaña el río Paraná, un río muy caudaloso. Lo menciono porque las geografías también determinan las culturas de las ciudades y la nuestra es una cultura de agua y una cultura de puerto; se hizo de emigraciones, se hizo de viajes, se hizo de encuentros, y eso determina también la identidad de la ciudad de la que vengo. La gente de Almada comprenderá que el agua cerca también determina quienes somos.

Eh... es una ciudad que no está ajena a las dificultades y las desigualdades de toda la región de América Latina, de todas nuestras ciudades y del mundo en general, y creo que son estas instancias y estas redes – y creo en la potencia de las ciudades reunidas –, eh... experiencias educadoras profundas para que también encontremos alternativas a los sistemas con los que nos organizamos como humanidad entera y, particularmente al relacionar la distribución de los recursos, y creo que las ciudades tienen mucho para aportar en una agenda que contribuye y que colabora para mejorar la calidad de vida de la humanidad toda así que... que también encuentre siempre que las redes son una profunda instancia de aprendizaje y una instancia educadora.

Hace más de dos décadas que la ciudad eh... se vio a sí misma en un proceso muy participativo que se sustenta en el trabajo del Estado municipal, pero que se construye con la ciudad toda... eh... de planificación de sus políticas públicas. Es a mediados de los noventa que, en ese momento, no voy a entrar en detalles, pero a nivel nacional, el país sufrió una crisis muy profunda que derivó en la conocida crisis del

2000, y en ese momento el espacio próximo de la ciudad, lejos de retraerse, dobló la apuesta respecto a los desafíos que pensaba asumir y la ciudad toda construyó un proceso muy participativo de definición de sus propias políticas públicas. No es casual que en esos mismos años nosotros comenzáramos a participar activamente en la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras, asumieramos la perspectiva de ciudad educadora como ciudad para definir el diseño de nuestras políticas públicas y también asumimos una responsabilidad de gestión dentro de la asociación... Eh, Rosario es responsable por la delegación para América Latina de ciudades educadoras.

Voy bien con el ritmo porque... se comprende?

Catarina: Sí

Carolina Balparda: En ese marco y de la suma de estos procesos, se dieron una serie de acciones, proyectos y políticas que hoy no puedo contarles todas pero sí voy a dejar mis tarjetas y quien quiera profundizaremos en alguno u otro proyecto... pero la ciudad tiene, por ejemplo, un enorme, y de altísima calidad, sistema de salud pública. Eh... inició en esos años un proceso que sigue profundizando de centralización de todos los servicios municipales y de todas las áreas de gobierno; tiene un proyecto cultural de vanguardia que es un proyecto cultural ciudadano, que trabaja mucho por el encuentro eh... intergeneracional y, por supuesto también, por la producción artística de la ciudad... y esta suma de políticas se trabajan a partir de algunos alineamientos, de algunos ejes, que a mí sí me parece importante tomar unos minutos y mencionarlos... Eh... fundamentalmente, una concepción... eh... que en eso, la mirada transversal de la ciudad como ciudad educadora pensándose a sí misma como ciudad educadora... del espacio público entendido como un espacio de encuentro y convivencia... por eso creo que Rosario para el congreso del año que viene, territorio de convivencia, es una marca fuerte de nuestra definición de políticas. Ayer el Prof. Del Pozo decía que espacio público es mucho más que la concreción material, que la espacial concreta o el lugar, y de acuerdo plenamente, el espacio público entendido también como un espacio simbólico y también como una forma particular de vínculo ciudadano. Parece que el espacio público propone un vínculo ciudadano que no se puede reproducir en ningún otro tipo de ámbito y en eso tiene un valor para quienes llevamos adelante una responsabilidad política en la gestión de las ciudades eh... intransferible; eh... el espacio público como un vínculo ciudadano particular y como un bien común distinto de los bienes personales o de los procesos y de los vínculos particulares o individuales. Entonces sobre ese espacio público, pensar a la ciudad toda como un territorio de aprendizaje, eso básicamente fue la interpretación a la hora de concebirlas como una ciudad educadora. Y sobre ese espacio público, una impronta y una intención fuerte de participación ciudadana en los procesos de toma de decisión. Coincido plenamente: participación, es fácil decirlo, después no es tan sencillo que efectivamente no se convierta en un simulacro donde generamos uno u otro dispositivo y nos conformamos con los títulos... y que, efectivamente, la ciudadanía se acerque y participe es un ejercicio constante, permanente, que abre todo el tiempo nuevos desafíos, que nadie puede quedarse en fórmulas fijas... y volviendo a las redes, en los procesos participativos, nosotros aprendimos mucho de otras ciudades con las que compartimos redes, como por ejemplo la ciudad de Porto Alegre, porque uno de los procesos que nosotros llevamos adelante es el de presupuesto participativo... presupuesto... tiene otra palabra en portugués que ahora no recuerdo, pero, quiero decir, básicamente, que la inversión pública... un porcentaje

de esa inversión se decide junto con los ciudadanos. Además de eso, tenemos un presupuesto participativo joven... los jóvenes de todas las ciudades, más de 15.000 jóvenes, también participan decidiendo un porcentaje de la inversión pública respecto de proyectos y acciones que a ellos les parecen interesantes. Y también, y atendiendo a la segunda parte de la pregunta, ampliar el arco participativo y darle un carácter universal, nos implicó necesariamente a pensar en las "crianzas" como eh... participes activos de las decisiones que se tomaban desde la ciudad... Ayer Pontevedra presentó un proyecto fascinante y sé que muchos están trabajando en un sentido similar, no voy a redundar, las perspectivas son similares, sino que se ajustan a cada contexto, pero básicamente quiere decir dar palabra y mirada a los niños y las niñas y a las "crianzas" de la ciudad a la hora de pensar en el desenvolvimiento y en el planeamiento de la ciudad, esto es, no simular su participación, sino generar dispositivos que permitan efectivamente que esa mirada se involucre y altere y modifique la transformación de la ciudad.

Eh... nombraron varias veces a Antonio estos días y es ineludible pensar en él cuando se habla de estos proyectos... y él dice: si se hace bien debe ser bastante poco confortable [riso], porque en realidad, cuando las "crianzas" opinan y proponen, proponen de lugares que los adultos hemos dejado un poco de lado, y efectivamente hacen que tengamos que necesariamente correr en el sentido del lado que venían.

Eh... participación, espacio público, en esa conjunción hemos creado una serie de espacialidades que atraviesan todas las áreas de gobierno. Hoy Jacqueline hablaba de forma y contenido, ¿no?, o de metodología. En contenido las ideas pueden ser muy buenas pero si uno no es igualmente innovador en las formas y si seguimos pensando que las formas con las que organizamos los gobiernos son de una vez y para siempre, probablemente, esas ideas tengan poca flexibilidad; entonces, la transversalidad de una perspectiva como la de la ciudad educadora requiere necesariamente encontrar dispositivos y metodologías de trabajo que supere la fragmentación inclusive dentro del propio gobierno y las áreas. Mis compañeros, con más responsabilidad aún que yo en ciudades saben de qué se trata, no siempre es sencillo, todas las tareas de gobierno tienen sus agendas, pero hay que poder encontrar dispositivos intergubernamentales y transgubernamentales para poder trabajar en este sentido y garantizar que la ciudad toda se piense integralmente.

Eh... y, finalmente, la participación y el espacio público, la perspectiva estratégica, y también retomo a lo que se dijo ayer... ahí está el Prof. Del Pozo, lo estoy citando, quizás hago algunas interpretaciones, después me dirá... que no es tan así... que tenía que ver con solo resolver o solucionar sobre lo actuado, sino también poder proyectar anticipadamente con ciertas perspectivas. Entonces, la planificación estratégica, en realidad es un proceso que es tan interesante por su resultado como por todo el camino transitado hasta llegar al resultado y tiene que ver con – entre todos –, construir verdades ideológicas y anticiparnos.

Eh... no es un modelo el de nuestra ciudad, no es una receta... es una construcción; está sujeta a cambios, a adaptabilidades, tenemos que adaptarnos todo el tiempo y no es lo mismo los noventa, que el 2000, que esta década para nosotros. Los desafíos son nuevos, eh... pero bueno, creemos que, si uno sabe encontrar las formas e innovar en las metodologías, después puede ir transitando y planteándose nuevos objetivos...

Finalmente, vuelvo a agradecer profundamente este espacio; para mí fue un gran crecimiento estar aquí estos días y quiero "convidar a

vocês" a ir a Rosario en el año 2016, en junio, al Congreso de Ciudades Educadoras, donde todos juntos hablaremos de las ciudades como territorio de convivencia. Muito, muito obrigado.

12 DE NOVEMBRO

14H30-15H30

**CONFERÊNCIA SUBTEMA 2: ADAPTAÇÃO
CRÍTICA DA CIDADE**

"A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras."

– Carta das Cidades Educadoras

Apresentação e moderação: **Jorge Gonçalves**

Intervenientes: **Maria Vlachou | Paula Diogo | Pedro Brandão**

APRESENTAÇÃO E MODERAÇÃO: JORGE GONÇALVES

Geógrafo e professor no Instituto Superior Técnico no Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georecursos. Tem desenvolvido a sua atividade em torno da carreira académica, sempre ministrando disciplinas no âmbito do desenvolvimento urbano e regional; da carreira de investigação, através da participação em múltiplos projetos relacionados com a qualificação das áreas metropolitanas; da colaboração com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de instrumentos de planeamento territorial e estratégico ou de planos de revitalização económica e urbana. Desta atividade tem dado conta em múltiplos encontros e publicações científicas.

– **MARIA PAULA DIOGO**, ATRAVESSAR O RIO: DAS VISÕES UTÓPICAS E REALIDADES INDUSTRIAIS DO PRINCÍPIO DO SÉCULO XX À CIDADE DO SÉCULO XXI

Professora Catedrática de História da Tecnologia do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa sendo, desde 2010, Presidente do DCSA. Com formação inicial em História, tem um doutoramento em História e Filosofia da Ciência pela Universidade Nova de Lisboa, seguido de agregação em História da Tecnologia. É membro do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), de que é, atualmente, Coordenadora. Presentemente, o seu trabalho

de investigação centra-se no estudo da engenharia e dos engenheiros portugueses, particularmente entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX e na forma como estes estudos podem contribuir para reflectir sobre temas actuais como a relação entre centros e periferias e o conceito de Antropoceno. Foi co-fundadora da revista on-line HoST e do Journal of Engineering Studies. É, também, membro de diversas redes de investigação e sociedades internacionais, tendo participado e participa ainda nas suas estruturas organizacionais.

Começaria por agradecer o convite que me foi feito Eu, como o colega arquiteto referiu há pouco, faço parte do grupo dos historiadores, portanto o nosso olhar parte do passado, esperando contribuir para reflectir sobre o presente, e para pensar, até do ponto de vista conceptual e metodológico, sobre aquilo que faremos no futuro. Obviamente que quando me foi feito este convite imediatamente pensei em trazer-vos as cidades do ponto de vista da história da ciência e da tecnologia e, de facto, a minha investigação presente inclui um projeto em que estamos a tentar perceber como é que os cientistas e os engenheiros portugueses, nomeadamente no campo territorial de Lisboa e no outro lado do Tejo, que corresponde atualmente a Almada, projetavam a cidade no princípio do século XX, principalmente em comparação com aquilo que eram as grandes tendências europeias da época.

Neste sentido temos estado a trabalhar sobre o conceito de “segundas cidades”, em que nos questionamos se a ideia que temos de que as referências seriam Paris, Londres, Berlim e as outras cidades se limitariam a copiar, corresponde à realidade ou se, pelo contrário, estas cidades não têm uma forma diferente de apropriação que faz com que formalmente pareçam idênticas, mas, na realidade, a sua utilização possa ser bastante diferente. A este conceito, junta-se um outro, o de “cidades gémeas”, muito utilizado, por exemplo, nos Estados Unidos para estudar a forma como cidades próximas, mas hierarquicamente diferentes, se estruturam, o que pressupõe sempre a existência de um espaço entre elas que desapareceu. O que acontece quando olhamos para Lisboa e para Almada é que há uma divisão natural - o Rio Tejo - um rio de dimensões muito generosas aqui na foz e que, conseqüentemente, vai moldar o perfil do relacionamento entre um lado e o outro do Tejo.

Quando olhamos para as visões da cidade no início do século XX através da matriz inglesa, vemos que a ideia da cidade perfeita era a chamada “cidade jardim”, pensada por Ebenezer Howard, um homem ligado ao socialismo utópico, mas na sua tradição fisiocrata, portanto considerando que a principal riqueza das nações é a terra. A terra era sinónimo de riqueza, primeiro porque gerava produtos e, segundo, porque era um elemento essencial das rendas e dos impostos. É esta teoria, denominada Georgismo, que está por detrás do primeiro jogo do Monopólio. O Monopólio foi pensado e produzido nos Estados Unidos da América, em 1903, por Elizabeth “Lizzie” J. Phillips, para ensinar a teoria de Henry George. É por isso que, como todos nós que jogámos monopólio sabemos, todos os quadrados do tabuleiro são “terras” - ruas, estações de comboio - ,sobre as quais pagamos uma renda quando ficamos num quadrado que não nos pertence e recebemos dos nossos parceiros de jogo uma renda quando estacionam numa propriedade nossa. É, aliás, interessante vermos as diferenças nos monopólios, aqui em Portugal, entre o monopólio que eu jogava nos anos 60e o monopólio que atualmente existe e listar as cidades e ruas que desapareceram e

quais as que as substituíram. Este exercício pode dar-nos uma ideia das oscilações nas hierarquias das cidades portuguesas ao longo dos anos e quais os territórios que acabaram por ser privilegiados nessa rearrumação. Nos monopólios mais recentes, as cidades de Lisboa e Porto têm uma presença asfixiante em relação ao resto das cidades; por oposição lembro-me que quando jogava monopólio nos anos 60, a Avenida Luisa Tody, em Setúbal, tinha um valor elevado, tendo completamente desaparecido nos jogos de Monopólio mais recentes. Isto mostra-nos que há uma gestão do território que ultrapassa a área do formal, para se plasmar no senso comum.

Voltando a Ebenezer Howard e às suas “cidades-jardim”, vemos no diapositivo o modelo deste tipo de cidade, bem como a capa de uma das primeiras edições do seu livro, sendo claro que se trata de um reajustamento dos espaços rural e urbano, com a criação dos chamados green belts - cinturões verdes - em torno das grandes cidades.

Quando olhamos para o caso português no mesmo período - final do século XIX e início do século XX – encontramos um ideal de cidade muito diferente. Os dois textos que veem projetados foram escritos um pelo engenheiro, Melo de Matos e o outro por Fialho de Almeida que, embora tivesse formação como médico, conhecemos melhor como escritor e jornalista. Ambos os textos foram publicados na Ilustração Portuguesa, uma revista associada ao O Século, um jornal de fortes tendências republicanas, editada semanalmente entre 1903 e 1924. Surgem ambos em 1906, precisamente quando está a ser construída a primeira cidade-jardim em Inglaterra e mostram uma visão completamente diferente. A visão presente nos textos de Melo de Matos - “Lisboa no Ano 2000” (II série da Ilustração Portuguesa, números 5, 6, 7 e 8) e de Fialho de Almeida - “Lisboa Monumental” (II série da Ilustração Portuguesa, números 36 e 39) evoca uma utopia completamente diferente, essencialmente industrialista: Melo de Matos, como muitos engenheiros, ligado ao socialismo utópico do Saint-Simon e Fialho de Almeida ligado ao socialismo marxista. Nos dois casos, a indústria é o elemento essencial do desenvolvimento económico e as cidades devem organizar-se para incluir uma modernização baseada no movimento industrial. É interessante, para além de outros aspetos, que ambos têm uma parte totalmente dedicada ao que eu chamo “a outra banda”.

Neste diapositivo podem ver a estação de caminhos-de ferro que daria acesso ao outro lado do rio. Veem, também, uma série de dispositivos técnicos, incluindo um grande relógio que marca a sistematização do tempo, um elemento crucial da sociedade industrial (menos importante quando olhamos para o mundo rural) e, particularmente, o túnel que levaria os comboios de Lisboa para o outro lado. Não sei se conseguem ver mas o destino deste comboio é o Seixal. O autor descreve esta viagem em detalhe: as pessoas que estivessem no Terreiro do Paço, na estação de Sul-Sueste, desceriam no elevador, chegariam a esta estação e embarcariam neste comboio com um aspeto particular, com a frente em forma de cone para vencer “a atmosfera”, que, como Melo de Matos escreve, era, depois, atirada para trás, para permitir a ventilação dos túneis. De cinco em cinco minutos havia um comboio e chegava-se ao Seixal em três minutos, o que era claramente uma aposta utópica. Portanto, trata-se de um túnel de grandes dimensões, com cerca de 6500 metros, dos quais cerca de um quarto por baixo de água. Obviamente pensado, desenhado e executado por engenheiros portugueses o túnel e o comboio integram um conjunto de dispositivos técnicos que sustenta uma retórica



muito específica em que o cientista e o engenheiro são apresentados de forma heroica na construção da modernidade da nação. O comboio, que seria um comboio de luxo, em que as carruagens teriam um toalete com todos os “regalos” da civilização, entroncava, depois, numa espécie de estação intermodal, com o comboio que vinha do Alentejo, permitindo fazer o contacto entre o norte e o sul do país. No decorrer da viagem, não se sentiria qualquer agitação porque, devido aos amortecedores hidráulicos, os passageiros sentir-se-iam praticamente nas nuvens.

Na mesma altura, Fialho de Almeida escreve o artigo “Lisboa Monumental”, em que volta à questão da relação entre Lisboa e “a outra banda”. Fialho de Almeida, explicitamente olha para Almada e chama-lhe “a outra Lisboa”: na sua perspectiva haveria duas Lisboa, a Lisboa industrial (Almada) e a Lisboa não industrial. Do ponto de vista de Fialho de Almeida a Lisboa industrial seria a Lisboa “boa”; do outro lado, estaria a Lisboa improdutiva, que é acentuada pelo autor que, sendo republicano, quer, obviamente, chamar a atenção para o facto da corte, apresentada como um ícone de improdutividade, estar sediada em Lisboa. Em oposição, afirma “do outro lado, na outra Lisboa, está a Lisboa das forjas e dos martelos, a Lisboa fabril, erichada de chaminés e de fumos londrinos. Mirando, ameaçadora, do outro lado do Tejo, a cidade corte, da festanga, onde não se fazia nada, através de um labirinto de vapores e de barcos que encheriam de grandeza o porto que seria precisamente pensado em termos da cidade boa de Lisboa, ou seja, aquilo que nós hoje chamamos Almada”. A ligar as duas margens haveria uma ponte monumental ou um conjunto de pontes, numa imagem da cidade industrial que, depois se ligará ao modernismo..

Quando olhamos para os números neste diapositivo – e são estatísticas que a própria Câmara Municipal de Almada disponibiliza no seu site – vemos que Almada cresceu de forma muito próxima desta ideia. Destaquei três períodos (o original não tem divisões): um período até ao século XIX, em que Almada é uma zona rural onde se fazem piqueniques, burricadas e essencialmente a “festanga da corte”; depois temos o período, que vai do princípio do século XX até meados do século XX, que corresponde à primeira deslocação do eixo industrial de Lisboa - Alcântara, Beato e Xabregas - para este lado do rio, que começa com as indústrias moageiras, mas que se estende aos caminhos de ferro, às oficinas dos caminhos de ferro, mais tarde à CUF, não em Almada, mas na zona sul do Tejo, e, principalmente, ao Arsenal do Alfeite, que tem um papel fundamental para que o próprio Fialho de Almeida chama a atenção; e, a partir dos anos 60, com a Lisnave, o último período, que corresponde à explosão demográfica desta zona, e, claro, como o colega arquiteto indicou, possível graças à maior mobilidade permitida pela ponte 25 de abril.

Vemos algumas imagens deste período: Almada em meados do século XIX - 1840, 1842 e 1843 e a imagem, muito diferente, do 2º período já com a fábrica moageira que referi, uma das primeiras com máquinas a vapor no seu interior. Há várias experiências de máquinas a vapor antes, mas são experiências laboratoriais ou de exibição. O rio, tal como acontecia em Alcântara, é sempre um ponto essencial para o transporte de mercadorias e matérias primas, pelo que está sempre presente. Esta fábrica virá a ser consumida por um incêndio, construindo-se, posteriormente, novas instalações, das primeiras a utilizar o betão. Neste diapositivo vemos a imagem do espaço atualmente, penso que em processo de recuperação, e o bairro operário que está ligado a esta indústria. Fialho de Almeida chama sempre a atenção para esta indústria moderna que é apresentada como uma indústria “higiénica” e assim devem ser também as ruas e os bairros do operariado. Em baixo vemos a fábrica com os bairros operários nas imediações, o que acontece também em Lisboa e no norte, respectivamente nas “vilas” e nas “ilhas”,

e o Alfeite como uma das âncoras essenciais para o crescimento que encontramos, depois, com a Lisnave.

A Lisnave que, de facto, faz parte da estratégia de expansão da CUF no final dos anos 30, acaba por ir crescendo de uma forma significativa, nomeadamente com a construção massiva das várias docas. Em 1970, num contexto internacional em que o Canal do Suez deixa de ser usado e a rota do cabo passa a ser novamente fundamental, a margem sul e as indústrias acima referidas assumirão um papel que até aí não tinham tido, mas que, de alguma forma, se auspiciava no quadro da “Lisboa do outro lado”: a boa Lisboa, a Lisboa industrial. Esta imagem mostra as várias tipologias dos espaços no concelho de Almada: continuamos a ter uma vertente rural, mas com uma vertente industrial, em roxo, com este cariz histórico, e que acabam por decalcar um pouco as imagens utópicas do princípio do século. E aqui, nesta imagem, obviamente toda a modificação de uma cidade essencialmente industrial que entra naquilo que chamamos de 3ª revolução industrial ou seja, uma revolução que não se baseia nos comboios fumegantes, mas na produção de conhecimento e da inovação e, neste caso, obviamente que a ponte é um elemento essencial. A mobilidade é, de resto, sempre um elemento crítico: não temos o metro de Melo de Matos, mas temos um outro, que se permite esta passagem de uma Lisboa “boa”, uma Lisboa do outro lado, essencialmente industrial, para uma Lisboa que conseguindo manter-se dentro desta dinâmica industrial engloba uma sociedade de informação e do conhecimento. Nesta imagem vemos a Escola Naval, que se mantém como um ponto de ligação com períodos anteriores.

Essencialmente, o que gostaria de transmitir - e para não me alongar mais - é que, efetivamente, quando olhamos para as cidades, - e respondendo às questões que o colega Jorge pôs -, a ideia de que elas apenas replicam modelos, de forma uniforme, é uma ideia muito ligada ao poder, sem dúvida nenhuma; quando estamos em Roma, vemos que todas as cidades do Império Romano são iguais a Roma; vamos a Conimbriga (é claro que Conimbriga é muito mais pequena) e vemos que é igual a Roma Este conceito de uniformização como forma de poder, não é a única maneira de pensarmos a cidade. Efetivamente, quando olhamos temos em conta a reflexão feita pelos vários atores em vários momentos históricos, percebemos que a uniformização não é vista como algo que tem que ser necessariamente cumprido. Na realidade, há múltiplas formas de pensar a cidade e de adaptá-la de forma diferente; estas “segundas cidades”, hoje, em termos de história da ciência e da tecnologia, permitem-nos desvendar e perceber dinâmicas alternativas que se enraízam na ideia da apropriação. Nós, investigadores do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), temos trabalhado muito esta ideia da apropriação, ou seja, perceber e dar a perceber a forma como as periferias da Europa contribuem tanto para o que é hoje a Europa, como o que se convencionou chamar de centros. Portanto, os centros e as periferias não são uma cópia um do outro, ou melhor, as periferias não são imagens imperfeitas dos centros. Na realidade, têm dinâmicas próprias e são tão relevantes para compreendermos um dado espaço como a dinâmica que é implementada nos centros. Portanto, começámos a trabalhar sobre este tema em torno de Lisboa e de Almada porque o CIUHCT, como centro interuniversitário que é, está ancorado na Faculdade de Ciências e Tecnologia, no Monte de Caparica e em Lisboa, na Faculdade de Ciências. Temos vindo a explorar estas novas narrativas urbanas, que são também narrativas políticas de poder, e que permitem mostrar que a ciência e a tecnologia e a forma como são vistas pelos diversos atores históricos são determinantes na

conceção e na articulação entre as várias tipologias de espaços, rurais e urbanos, pelo menos desde o século XVIII. As dinâmicas históricas que fluem entre Lisboa e Almada tornam o conceito de “a outro margem”, com que iniciei esta intervenção, muitíssimo mais dinâmico do que muitas vezes pensamos, tomando-o como algo de significado único e imutável porque não refletimos sobre ele. Como historiadoras propomo-nos, precisamente, alterar esta visão.

PEDRO BRANDÃO, PROFESSOR DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO “A RUA: UMA ADAPTABILIDADE (CRÍTICA) DO ESPAÇO PÚBLICO”

Arquitecto (diploma de licenciatura Faculdade de Arquitetura, Lisboa, 1977), doutorado em espaço Público e Regeneração Urbana, pela Universidade de Barcelona (2005) tendo a sua tese “La Ética y las Profesiones del Diseño de la Ciudad” sido distinguida com o “Premi Extraordinari de Doctorat” e publicada em dois livros. Foi presidente da Associação dos Arquitectos e presidente da Comissão de Ética do Conselho de Arquitectos da Europa (1992-1994). Foi presidente do Centro Português de Design, onde criou e dirigiu o curso de Pós-graduação e Mestrado em Design Urbano (CPD-UB 1999-2004). É professor do IST.

Boa tarde, queria agradecer o convite, a apresentação que foi feita e o questionamento com que começámos esta sessão.

Tem uma virtude excelente, a apresentação do professor Jorge Gonçalves, que é a de nos aproximar um pouco, porque pelo menos eu, não sabia exactamente ao que vinha. E acho que posso tentar adaptar-me, pensando: “O que é que nós podemos aprender com o espaço urbano?” Se as cidades se pretendem educadoras, isso nos obriga à disponibilidade para aprender com elas. E isso não é uma prerrogativa de um profissional, é uma prerrogativa de qualquer pessoa.

Eu costumo dizer aos meus alunos que há 3 tipos de conhecimento sobre as cidades: Há o conhecimento daquelas ciências que estudam a cidade pela sua evolução no tempo, a história ou as condições, geográficas, sociais... ou de tudo aquilo que vai sendo construído na cidade incluindo os acontecimentos que por lá passam todos os dias. Portanto são ciências retrospectivas como a história, a geografia, a sociologia – porque aprendem com aquilo que se vai passando, ou seja, com aquilo que já se passou.

Há outras profissões como a minha, que projectam ou pensam, como é que a cidade deve ser no futuro e portanto são prospectivas, são mais viradas para o tempo futuro, ou para o incógnito.

Mas nenhuma destas fontes de conhecimento tem qualquer sentido, se não se articular com uma terceira fonte de conhecimento, que provem das pessoas que vivem efectivamente em cada cidade, porque estas pessoas têm experiência directa e diária... como diria... da comodidade ou incomodidade que a cidade lhes permite e das oportunidades ou da falta de oportunidades que a cidade lhes ‘concede’. É com estes tipos de conhecimento que se faz uma matéria útil, para participar na construção da cidade.

A cidade tem também outra característica... Por vezes na minha disciplina, da arquitectura, há pessoas que dizem: “A cidade é a maior obra de arte do homem”. Eu permito-me discordar: Não porque ela não seja, uma das grandes realizações do homem, mas porque ela não é uma

obra que esteja pronta. É uma obra que está sempre a ser pronta, e portanto é uma obra que está sempre a transformar-se, que está sempre a adaptar-se às circunstâncias da vida e portanto nunca chega ao seu ponto óptimo, ao seu ponto final.

Quero dizer, nós queremos fazer uma estrada aqui, para chegar ali, e depois fazer uma casa acolá para instalar um não sei quê... um jardim, uma paragem de autocarro, mas quando lá chegarmos, com essas coisas todas feitas, já serão outras que estão na ordem do dia, porque são precisas. Portanto a cidade nunca está pronta. A ideia de desenhar e construir uma cidade como se fosse um só edifício, de uma vez por todas, nunca deu bom resultado. É a adaptação e é o crescimento, que fazem parte dos seus genes...

E nem é preciso falar muito mais sobre isso e posso então começar a minha apresentação (já despachei o professor Jorge Gonçalves, que felizmente nos pôs a pensar nesta aprendizagem).

O espaço público, adaptação crítica. Hoje somos martelados frequentemente com uma ideia do espaço público - que é a de estarmos sentados como, no nosso tempo livre, portanto, de lazer, convivendo, num sítio bonito... Isso é muito interessante, o espaço público, ser de facto um valor positivo. Mas eu diria que ele tem uma importância muito maior e que está para além dessa realidade, de uma imagem confortável, interessante, positiva. Mesmo se por vezes não tem muita diversidade ou especificidade, as pessoas sentarem-se em volta de uma mesa numa esplanada e conversarem, é já espaço público. Portanto eu vou falar de algumas outras coisas que têm valor. Como não sei se vou ter tempo para falar de tudo o que se pode dizer sobre o valor das ruas, digo o que a seguir vou explicar: a rua é obra de adaptação crítica.

Das três acções públicas, no espaço urbano.

O espaço público pode organizar e efectivamente amplificar, a parte do espaço urbano, que é de natureza pública, isto é, o espaço público estabelece um domínio que é de acesso comum a todos e por isso, mesmo que não seja de propriedade pública, tem carácter público. E assim, público quer dizer que é de todos, que é espaço livre e comum, sem restrições? Esse espaço tem vários significados que podemos ir acrescentando.

Um espaço em frente a um edifício que é público - um museu - o espaço é uma praça onde todos os dias há pessoas a patinar - jovens com skate. Eu fui lá um domingo de manhã e uns alunos de dança ou de cinema (ou das duas coisas), não percebi bem, estavam a fazer um pequeno ensaio e a registar-se num filme; tinham-se preparado, tinham vestido umas roupas propositadas e portanto tudo tinha uma forte intenção, de encenação. É um ponto de encontro numa cidade, é um ponto onde as pessoas se encontram, para ir ao museu, andar de patins, dançar, ou não... e ao lado, há uma escola e há um bar e há uma esplanada com cadeiras comuns, iguais a outras esplanadas, noutros pontos da cidade. E portanto, a circunstância de ser ponto de encontro é isto mesmo. É ponto e é encontro. Ou melhor, são vários encontros, que aquele ponto possibilita.

A adaptabilidade do espaço público, o que ela expressa, são as interacções e as relações entre as pessoas e os espaços. Portanto o que eles nos podem ensinar é isto: O que significam, no espaço urbano, os pontos de encontro, como possibilidades de interacção.

Também temos possibilidades de interagir através de linhas de mobilidade,

por exemplo as próprias ruas que formam linhas e se cruzam em pontos. Aquilo que está no lado direito na imagem, é uma obra de arte que pretendeu sublinhar este carácter linear dos percursos, dos movimentos que o espaço público nos permite. O artista não pintou ele próprio a coisa – ele, fazendo um jogo de interacção com os automobilistas, perguntou-lhes se não se importavam de pintar os pneus com uma tinta especial e depois fazer a sua vida. E isso permitiu registar no chão, durante uma hora, os movimentos que as pessoas fazem dentro dos automóveis através do espaço público. Muitas vezes dizemos que o espaço público é só o espaço dos peões, que o espaço dos automóveis, é um espaço que nos roubaram... e isso tem uma parte de verdade que também se evidencia, mas acho que não é toda a verdade.

E se já vimos o ponto e a linha, em baixo na mesma imagem, temos uma área. Porque é que é uma área? É uma área comercial, um 'shopping center', numa cidade. Tem uma particularidade curiosa, por causa de um artifício do espaço. Ele foi desenhado de maneira que as suas ruas interiores, dessem prolongamento às ruas naturais da cidade, exteriores e portanto, a pessoa vai na cidade e às tantas está a passar por dentro do espaço público, ou melhor por dentro de um espaço privado, que tem um uso e um carácter público, ou colectivo, dentro do centro comercial, sem que isso corresponda a uma grande fronteira. Claro que não é bem um espaço público, porque a área comercial fecha a determinadas horas e é de propriedade privada e portanto tem características algo diferentes, mas o facto de estar desenhado desta maneira, torna mais fluida a situação e torna mais interessante a sua vivência, também ele, como um lugar de encontro.

Todos estes espaços públicos e muitos outros que estão juntos... formam um sistema urbano.

O que é que eu quero dizer com uma noção assim tão complicada? Que a continuidade do espaço público pode ser programada como um sistema e aí, tem ainda mais valor, no seu serviço.

Em Nova York, o Central Park, para além de ter as ruas numa rede regular, de linhas perpendiculares umas às outras, tem aquele enorme espaço público central. Eu sempre que penso neste espaço, que é de facto central, pensando que todas as cidades deveriam ter um espaço público onde toda a sua população coubesse. Não sei se foi este o pensamento de quem desenhou o Central Park, mas é esta a sensação, de podermos fazer uma manifestação política com mais de duzentas mil pessoas, podermos estar num concerto com mais que isso, e ainda mais importante, num dia receber os astronautas que voltaram da lua e estar no meio de quase um milhão de pessoas. E esses factos enormes, permitem-nos imaginar o espaço público, como um espaço onde cabemos todos e podemos fazer uma coisa, especial, em comum.

Claro, também é isso mesmo que fazemos na rua ou no pequeno larguinho lá do nosso bairro, mas aí encontramos só as pessoas que são daquele prédio, ou que são daquela rua, ou do bairro... Ora, na cidade, devia fazer sentido ter espaços de vários tamanhos, para vários propósitos de estar junto. Eu, por exemplo, adoro ir ao Terreiro do Paço no dia 31 de Dezembro, que é sempre igual, mas temos a sensação de que estamos todos juntos, e que estamos bem. E portanto eu acho que é essa ideia que de vez em quando faz falta, na cidade, se podemos estar todos juntos para uma festa, para uma manifestação ou para exigir que caia o governo, ou outra coisa qualquer, grande ou pequena, então conseguimos inventar alguma coisa para estarmos sempre, de alguma forma juntos, no espaço da cidade. Não era esse o valor inicial de fazer a cidade?

O espaço público também tem outras características que devemos aprender. Uma delas é que ele é o elemento mais duradouro da cidade. Se se lembrarem da vossa rua, decerto já a viram diferente de como está: talvez sem aquela casa, ou talvez com outras que já lá não estão como a loja que agora já não existe; na rua cortaram uma árvore, depois plantaram outras, que agora já cresceram; temos os bancos novos e os cartazes publicitários são diferentes dos anteriores... E o espaço público, que é mais duradouro, continua. É ele que fica mais tempo, porque vai mudando. É por isso também, condição da vida social. O elemento fundador da vida urbana, é dinâmico.

Já falei da interacção e nesse sentido o espaço expressa a vizinhança (ou a cidadania) e tem significados que são comuns a várias pessoas e outros que são diferentes. Às vezes o espaço da cidade é-nos dado e nós não participamos na sua escolha. Em alguns acontecimentos, nós próprios fazemos o espaço. Se viram na televisão as revoltas que houve há um ano, nos países do Mediterrâneo... uma praça ficou famosa no Egipto - a Praça de Tahir, à direita da imagem anterior.

Eles juntavam-se e deixavam uma circunferência vazia no meio, onde se comia, discutia... Era curioso; um pouco como nós fazemos, sentamo-nos à mesa na esplanada e a mesa está no meio de nós. É como se ela nos impedisse de cairmos sobre os outros. É um espaço entre nós, e nós estamos uns em frente aos outros, vemo-nos melhor. Isto é uma situação que existe por vezes no espaço público, parece que é mais ou menos involuntária e espontânea. Portanto há aqui uma espécie de continuidade que o espaço público nos oferece, o espaço público gerador. Gerador de quê? O que ele gera, tem também uns elementos, que são críticos... que vou explicar.

Primeiro a diversidade: um espaço público não é igual a outro espaço público, uma rua não é igual a outra rua, isto acrescenta diversidade e, se acrescenta diversidade, também as oportunidades de interacção entre as pessoas acabam por ter mais hipóteses. A adaptabilidade no espaço público é a diversidade, no tempo; e faz-se de diferentes maneiras. Faz-se também por ampliação, (o crescimento é positivo, também, porque gera espaço público). Adiante já vou voltar a isto.

Porque o espaço público é multidimensional, no espaço e no tempo, ele tem um Hardware e um Software. O Hardware é tudo aquilo que é físico. O Software é tudo o que é interacção.

O nosso apreço pelo espaço pode começar pelas suas dimensões físicas, a elegância do Hardware, as suas formas, a que atribuímos um valor, em função da agradabilidade, que experimentamos como é o caso (na imagem 4), nas dimensões físicas do espaço:

Vemos que há uma dimensão vertical, temos o céu, temos as árvores da rua, a verticalidade dos prédios. É diferente estar numa rua com edifícios altos, ou estar numa rua de edifícios baixos, ou numa rua em que há ausência de edifícios, ou de árvores (será uma estrada?). E há materialidade também horizontal, do chão. Os passeios de pavimentos lisos são óptimos para os patins e para tudo, sem resistência; mas nós, em Portugal pisamos um chão, que tem uma materialidade muito forte, porque a calçada dos passeios tem resistência, oferece-nos dificuldades, podemos tropeçar e temos que ir com atenção... mas faz parte de um sistema de circulação pedonal, universal.

Aquela coisa material, que é o chão, faz assim parte de um outro sistema global, dos usos ou funções, porque esse material, que cobre todas as ruas de norte a sul de Portugal, tem uma dimensão funcional, a do serviço que o espaço público nos presta na acção de caminhar,

e também tem, além desse valor, o valor dos significados, porque esse espaço nos representa.

Assim, além da dimensão física, a do Hardware, há dimensões de Software, no espaço público, por aquilo que na nossa relação com o espaço, é mais interactivo, com uma dimensão de valor diferente - funcional, social, cultural, económico... que decorre das actividades que aí têm lugar. Assim, o valor acrescentado que se gera com o espaço público, tem também as dimensões, física e interactiva, que faz do espaço público um sistema de identidades, de apropriações, memórias e representações. É isto o Software. Nós reconhecemos aquele espaço como nosso, faz parte da nossa identidade, ou tem significados que o tempo vai acrescentando... com o que ali acontece.

Nada disto existe antes de o espaço ser habitado, porque são as pessoas que o habitam, que vão conferindo mais possibilidades de interacção. O Software tem os valores que tem a interacção.

Então, o quadro das dimensões do espaço público (nem todas se poderão medir, algumas só verificar) dir-nos-á como podemos avaliar cada coisa de sua maneira diferente:

- A dimensão funcional – pelo serviço, no desempenho prático de uma acção necessária
- A dimensão social – pelo benefício da interacção entre actores com diversos interesses
- A dimensão económica – pelo valor gerado, o seu retorno e distribuição entre parceiros
- A dimensão cultural – pela actividade, o significado, intercâmbios de gostos e linguagens

Os espaços públicos classificamo-los por tipos. Tipos de espaço oferecem tipos de serviço. Tentamos encontrar uns tipos de espaço, no que eles têm em comum: temos os espaços chamados 'de traçado' que são as ruas, as praças, temos os espaços 'de paisagem' - os jardins, parques, a simples árvore que faz paisagem... temos os espaços de 'mobilidade', para a nossa deslocação podendo ser de autocarros, automóveis, bicicletas, comboios, elevadores ou apenas espaços para peões em movimento... Estes espaços oferecem muitos outros serviços para além da funcionalidade imediata do seu tipo: o serviço de noite inclui a iluminação, o serviço aos que têm mobilidade reduzida é a acessibilidade, o serviço no verão são as sombras das árvores..., porque se cada espaço tivesse um só uso ou prestasse um só serviço, a cidade morria de monotonia.

Os espaços de uma ciclovía (aliás não se devia chamar ciclovía, é um percurso clicável), neste caso - que está na imagem 5 é associado ao tipo de "espaço-deslocação" - há ao mesmo tempo um poema escrito no pavimento, que ao longo de 7 Km nos vai sendo ensinado, através de desenhos e palavras... no pavimento. Se nós percorrermos os 7 km começamos a entender o seu significado e o significado do caminho. Portanto, ao passarmos do Hardware para o Software, há uma estetização do espaço, que faz dele muito mais, do que um simples canal. Dá mais valor.

Temos também espaços de memória, dedicados a memórias e a outras circunstâncias passadas - os cemitérios são espaços de memória, porque nos obrigam a pensar em coisas que já passámos. Temos espaços produtivos, isto é, espaços que têm uma actividade económica, como é o caso das hortas urbanas que agora se vêem muito porque voltaram a introduzir na cidade uma actividade que tinha desaparecido, ou que pensávamos que tinha desaparecido: produzir comida. De facto, muitas

pequenas actividades económicas, transformam o espaço, numa coisa diferente, mais útil e viva. O homem que vende castanhas, por exemplo, no dia em que está lá, as pessoas juntam-se em volta dele, há um cheiro no ar, há uma coisa que depois nós levamos no bolso, quente. Há um significado, na nossa relação afectiva, que acontece por vezes, e temos pena que certas funções produtivas sejam hoje mais difíceis de encontrar, na cidade. Valor que se perde?

Mas a verdade, é que mesmo actividades que fazemos sem nos relacionarmos com outros, como na caixa multibanco, geram de certa forma, espaço público. Os espaços podem ser gerados por coisas ou por acontecimentos. De certa forma, é como o parque infantil, gerado pelos baloiços e outros equipamentos, para jogos de crianças ou o mercado de rua, gerado a certos dias no espaço público por feirantes e vendedores ambulantes. Portanto, neste tipo de espaço público, há várias circunstâncias que geram o espaço, e são essas circunstâncias que se tornam importantes, na adaptação e continuidade do espaço, no tempo. Porquê?

Porque a adaptação e a continuidade no tempo, são valores urbanos dinâmicos, interessando a vários actores urbanos: os proprietários, os investidores, as instituições e autoridades, os profissionais, as comunidades residentes e os utilizadores em geral (e em particular cada um).

Vou portanto falar do valor do valor que vem da adaptação e do valor que vem da continuidade, simultaneamente. Estamos em Almada, na Área Metropolitana de Lisboa e para dar uma vista de olhos muito rápida em 100 anos, divido o tempo de um século em 4 partes, 25 anos cada parte e relaciono o crescimento da cidade, as infra-estruturas que suportam esse crescimento e o espaço público que marca o valor criado, na sua continuidade e adaptação. Então, o que vemos nesta imagem, em quatro momentos dinâmicos, que através de infra-estruturas e espaços públicos emblemáticos, traduziram a continuidade e a adaptação da cidade à realidade do crescimento:

1º - 1900/1925 - Pela avenida, para norte

A avenida da Liberdade Lisboa cresceu para Norte, começando a utilizar-se mais ou menos no início do século porque toda a cidade começou de facto toda a crescer para norte. A avenida foi a infra-estrutura e o espaço público simbólico da expansão.

2º - 1925/1950 - As linhas – o comboio e o "Mundo Português"

No segundo período, em 1940, tivemos uma grande exposição, do "Mundo Português", na zona de Belém que foi toda a arranjada, para um outro crescimento, este associado a uma infra-estrutura que é a linha do comboio para o desenvolvimento da linha do Estoril... o crescimento da cidade nesse sentido, ficou marcado pelo espaço público de Belém.

3º - 1950/1975 - A ponte, a outra margem

E no 3º quartel escolho a construção da ponte sobre o Tejo e o crescimento da cidade para o lado de cá/lá, a Margem Sul. Toda a explosão que a margem sul teve, tem origem nesta ponte. Talvez espaços públicos como o largo da portagem, o Cristo Rei ou o interface do Centro-Sul, que já não existe no lugar que agora é o Parque da Liberdade, sejam marcos deste crescimento.

4º - 1975/1999 - Da Expo à AML

E no final do século, a grande circular, por toda a área metropolitana, com a realização da Expo, a segunda ponte, etc., as novas auto-estradas fizeram com que a nossa cidade (vamos chamar cidade a todo este

espaço), tenha passado de 1 Km que é o que mede a Avenida da Liberdade, para uma coisa que agora tem 100 Km, de Setúbal a Torres Vedras... e foi necessário o espaço público, onde nos encontramos muitos num acontecimento e que podem usar agora muitos mais.

Se temos só adaptabilidade sem continuidade, ficamos perdidos nos fragmentos do crescimento: Há ainda um lá, lá? E como se chega lá? Com uma destruição do valor prévio?

Espaços que não acolhem bem a presença das pessoas, ou só o permitem de um modo incómodo e descuidado, porque nada ficou terminado na adaptação e fica muitas vezes, anos a fio, a descontinuidade e o espaço desadaptado. No crescimento para a escala metropolitana isto aparece frequentemente: uma especialização dos espaços que haveriam de servir a nova escala, mas que os transformam em pedaços de coisas “mecânicas”, sem capacidade funcional para responder a necessidades reais, com um valor de uso, real.

Temos assim as continuidades que são notícia, porque existem nelas, descontinuidades. E vice-versa. Então os espaços públicos têm que comunicar uns com os outros, porque não pode haver quebra na continuidade dos lugares. As infra-estruturas são muito semelhantes na sua necessária continuidade, porque as ruas não devem acabar num beco sem saída... E as paisagens, que também têm de ter sequências, para os pássaros poderem passar de uma árvore para a outra, para a água poder circular no subsolo e o ar circular por todo o lado.

Portanto os sistemas têm que ser contínuos, para ser vivos. A continuidade é espacial e temporal. A cidade cresce, a cidade transforma-se, mas no tempo, há sempre qualquer coisa que pode acontecer ou não, mais adiante. Vendo com atenção a imagem, depreendemos que para construir-se uma ligação, será necessário no futuro, resolver certas interrupções nas novas redes viárias, que ainda estão à espera da sua adaptação, das suas ligações (que entretanto têm que ser feitas por becos ou por velhos caminhos de pé posto). Não é muito longe daqui que isto acontece. É como se tivéssemos a radiografia daquilo que a cidade já foi e já não é, a imagem sobreposta do que nós queremos que a cidade seja... e ainda não é, porque uma coisa não bate certa com outra, porque ficou tudo registado no espaço, à espera que dali resultasse uma coisa coerente. E não.

Precisamos de uma fotografia aérea especial, que nos mostre, como se fosse um mapa do espaço e um mapa do tempo, ao mesmo tempo, com o reflexo destas coisas, na vida das pessoas.

O apartheid do movimento pedonal é resultado da segregação de usos e movimentos. Junto ao Fórum Almada, com a auto-estrada que vai para a Caparica, depois o interface com os comboios e o metro, e em cima, um bairro habitacional. E as pessoas que moram naquele bairro habitacional também podem ir ao supermercado, mas não precisariam de ir de automóvel porque está a menos de 500 metros de casa. Ir a pé, é o que estão a fazer aqueles vizinhos, lá em cima: vêm de casa e vão para o supermercado fazer compras... mas no caminho encontram tudo isto, este labirinto, para ir ao supermercado sem rua.

Se a rua pode ter este valor de adaptação e continuidade, tão decisivo, como é que se pode avaliar a qualidade do espaço de uma rua, se a avaliação for subjectiva? O que é que está bem e o que é que está mal aqui? Temos que aprender à medida que avaliamos, porque há muitos valores envolvidos, que são valores de serviço, de cada caso. E cada caso é um caso. Para que é que este espaço nos serve, se para nós, actores do espaço, o valor é diferente?

É um novo imbrincado. Se há um vazio de referências normativas,

isto é, se temos poucas normas sobre os espaços públicos, diria eu: de certa maneira ainda bem. Seria pior se as normas levassem tudo a ser igual em todo o lado e não houvesse lugar à diversidade. As soluções do espaço público não são sempre tipificáveis, isto é, uma solução é sempre diferente da outra solução e avaliar isso, é difícil. Os pontos críticos da adaptabilidade e da continuidade, os mais urgentes, têm de ser resolvidos através da acção da infra-estrutura, da paisagem e do espaço público. Temos por isso de estar sempre a adaptar. A identidade, é continuidade adaptável.

O espaço público como sistema, deve ser um sistema de valor, ou interesse público: continuidade, adaptabilidade, carácter (identidade), qualidade vivencial (agradabilidade), mobilidade (acesso), legibilidade e diversidade... por isso podemos dizer que são esses os seus serviços, garantindo a sua viabilidade no plano económico, social, ambiental (a que se pode chamar viabilidade durável).

Deixo-vos com este pensamento de E. Morin “É indispensável complementar um pensamento que isola uma parte, com um pensamento que relaciona essa, com uma outra parte. Isto quer dizer que ... o pensamento complexo é um modo de re-ligação.”

Isto quer dizer que o pensamento complexo é o modo de re-ligação, numa adaptabilidade crítica.

Isto é o que me parece: para adaptar o espaço à vida urbana, que sempre aparece em novos tipos de espaço, hoje há que desatar o novelo e re-ligar as coisas.

Obrigado.

12 DE NOVEMBRO

15H30-16H30

APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (2)

/ ADAPTAÇÃO CRÍTICA DA CIDADE

SALA A – ACADEMIA ALMADENSE

Ação Escola SOS Azulejo, Câmara Municipal de Braga
Projeto Malha, Câmara Municipal de Cascais
II Plano Gerontológico da Amadora
Uma Praça em Cada Bairro, Câmara Municipal de Lisboa

SALA B – CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE

Let's Move, Câmara Municipal de Paredes
Lisboa Interativa (LxL), Câmara Municipal de Lisboa
Projeto LIFE – GEBALIS, Lisboa
Vila Moura - A mobilidade e acessibilidade como elemento de competitividade Territorial, INFRAMOURA - Vilamoura/Loulé

/ PARTICIPAÇÃO ATIVA DA CIDADE

SALA C – QUARTEIRÃO DAS ARTES

Festival do Peixe do Rio e do Pão, Câmara Municipal de Moura
Night Run, Câmara Municipal de Torres Vedras
(Re)Descobrir a Trafaria - Projeto piloto de mapa virtual para promoção da memória local e desenvolvimento do território, Associação Ensaios e Diálogos
Santa Maria da Feira um Município para todos, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

SALA A ACADEMIA ALMADENSE

GORETI ARAÚJO, AÇÃO ESCOLA SOS AZULEJO, CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Vou apresentar o Projeto SOS Azulejos, a participação do Município de Braga nesta ação está inserida no Projeto SOS Azulejo de coordenação do Museu da Polícia Judiciária e é dirigida ao público escolar em geral com uma maior incidência sobre o primeiro e segundo ciclo. O pelouro do património do Município de Braga através do seu serviço de arqueologia com apoio do projeto SOS azulejo promovido pelo Museu da Polícia Judiciária realiza anualmente um conjunto de ações tendentes à maior sensibilização e divulgação pública deste importante património cultural bracarense. Realizada a nível nacional no mesmo dia, esta ação materializa-se na reprodução de um painel azulejar. No ano em curso, cada turma participante escolheu um dos padrões azulejares provenientes do centro histórico de Braga, previamente selecionados pelo Gabinete de Arqueologia. No dia da atividade, cada aluno transportou o seu azulejo de padrão para a fachada do convento do Pópulo, reproduzindo aqui um grande painel representativo dos diferentes modelos de azulejo existentes na cidade de Braga. As escolas do concelho são convidadas a participar na ação através da sua divulgação, através de meios informáticos e de suporte de papel, é executado pelos serviços de arqueologia um pormenorizado levantamento estudo de algumas fachadas azulejares do centro histórico de Braga, para a realização de um dossier a ser distribuído por cada turma inscrita, optando estas por o padrão nele existente para depois na sala de aula recriar esse mesmo padrão azulejar. No dia da ação cada aluno coloca o seu azulejo em local definido pelos serviços de arqueologia de modo a formar um painel azulejar de grandes dimensões. Ao longo do dia e na impossibilidade de participação simultânea de todos envolvidos na execução do grande painel realizam-se outras atividades subordinadas à temática do património azulejar, sendo convidados todos os participantes de modo rotativo a nelas participarem. As atividades paralelas foram visitas guiadas aos azulejos do Convento do Pópulo, que é o lugar onde eu trabalho, na Divisão de Educação, e onde estão a maior parte dos serviços da Câmara Municipal de Braga. Jogos pedagógicos, pintura de azulejo, de estampilha, estão a verificar neste painel o painel de azulejo que está num dos corredores do edifício do Pópulo.

Os objetivos gerais deste projeto é reconhecer a importância do património azulejar, contribuir para a coesão social e da cidadania através do fortalecimento da identidade cultural, e pertença a um lugar. Os objetivos específicos é divulgar os azulejos do Convento do Pópulo valorizar o património azulejar, sensibilizar os alunos para a preservação e conservação do património azulejar.

ANA CAROLINA CRISPIM, PROJETO MALHA, CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

A denominação “Malha” surgiu da ideia da autarquia ser a promotora de uma rede de atores que facilitam a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Desde 2008, que os alunos com necessidades educativas especiais deixaram de frequentar as escolas de educação especial e hoje em dia, são muito poucas as escolas com estas características que ainda existem no concelho. Foi imperativo criar condições para tornar as escolas do concelho inclusivas. Para isso, foi

importante estar com as pessoas, conhecer o território, a realidade e com o nosso saber técnico, evoluir criando um projeto de proximidades. Desde esse tempo, que percebemos a verdadeira importância dos encontros com as famílias, com os jovens, com os profissionais, com as organizações e que era indispensável a criação de tempos de reflexão, de rede, de respostas específicas para estes alunos.

Em 2011, aconteceu o primeiro encontro com pessoas com necessidades educativas especiais. Foi a primeira vez que trabalhamos em conjunto, jovens de todos os ciclos com necessidades educativas especiais que na primeira voz puderam expor quais eram as suas maiores dificuldades, as suas perceções sobre o trabalho que estava a ser feito, fazer sugestões sobre o que é que era necessário ainda fazer e sentiu-se que ainda tínhamos um longo caminho a fazer. Ao avaliar, a decisão foi apostar nesta proximidade e aproximar também as famílias. Nessa altura, em 2012, as famílias tinham um desconhecimento enorme da realidade, não sabiam quais eram os seus direitos, tinham expectativas irrealistas em relação à escola, tinham muita mágoa em relação à reação que ainda existia à entrada dos seus filhos na escola, achavam que não eram bem recebidos, que não tinham as respostas adequadas, que os recursos humanos não estavam lá... então, criámos um grupo só de pais. Fomos fazendo esse trabalho com eles, de uma forma muito itinerante, visitando as várias escolas do concelho, as instituições que existiam e os pais foram não só expondo as suas preocupações mas ao mesmo tempo conhecendo aquilo que o concelho já tinha para oferecer.

Em 2012, houve uma sessão muito produtiva onde se discutiu a falta de respostas que havia para os jovens com necessidades educativas. Havia muito aquela expectativa passiva de “eu sou uma mãe de um aluno com necessidades especiais eu quero que vocês, autarquia, encontrem uma resposta para o meu filho” remetemos a mesma exigência para os pais “Se os pais necessitam dessa resposta, então ajudem a autarquia a criar”.

Em 2012 houve um orçamento participativo, foi dos primeiros em Cascais, onde eles propuseram um projeto de 300.000€ que era um espaço muito inclusivo e que foi o projeto mais votado naquele ano. A mobilização dos pais foi de tal forma importante que conseguiram implementar um projeto muito bem estruturado e muito relevante para o concelho.

Em 2013, o projeto ficou ainda mais completo quando juntámos às famílias os profissionais da educação, professores e Assistentes Operacionais, acreditamos que estes profissionais têm aqui um papel fundamental e que por vezes são esquecidos, desvalorizados, neste trabalho de inclusão. Foi um trabalho árduo, existia ainda muita agressividade uns com os outros, estavam muito centrados em si próprios, nas suas realidades, e ao longo do ano foram percebendo que a perspetiva do outro também era válida, que o professor afinal estava a fazer o melhor que podia e sabia, a dar o seu melhor. Estas sessões aconteceram nos espaços das ludobibliotecas que se falou de manhã, onde nós, para além de trabalharmos com estes profissionais, os filhos tinham a possibilidade da guarda com a equipa das ludobibliotecas. Quisemos garantir que estes pais e estes profissionais participassem sem qualquer obstáculo em termos familiares. Foi realizada uma investigação com um professor universitário, e convidámos estes pais a dinamizar uma série de ações. Apresento agora alguns testemunhos destes pais.

Em 2004, continuámos este trabalho de facilitação de inclusão com estes pais e estes profissionais e o Projeto foi mais além. Este ano foi um ano de mudança. Era nossa intenção que este grupo fosse para as escolas para a sua comunidade e criasse projetos nesta área. Efetivamente houve um segundo OP, orçamento participativo, para uma sala de snozelen que

também vamos implementar, houve sessões de sensibilização em escolas promovidas por estes pais, estes pais e estes profissionais começaram a sair ao fim de semana, coisa que não faziam, visitar museus, espaços públicos, andar de transportes públicos, foi importante não só para próprio proveito, para dinamizarem atividades uns com os outros mas também sensibilizarem a comunidade envolvente, que eles existem, sair de facto e experimentar aquilo que os rodeia.

Em 2015, terminámos com chave de ouro este projeto, dando a estes participantes o papel ativo de dinamizarem as sessões. A autarquia passou para a retaguarda, deixou de dinamizar e de ser a gestora das sessões e foram os pais que autonomamente escolheram os assuntos que queriam debater, os projetos que iriam discutir e tivemos um ano de trabalho dinamizado inteiramente por estes pais. Simultaneamente tivemos um ciclo de palestras com vários especialistas de renome nesta área, estes pais não só precisavam de um espaço só para eles, tinham a necessidade contínua de conhecer cada vez mais e melhor a patologia do seu filho, como intervir.

Resultados: verificámos que estes pais têm maior perceção da eficácia para tal e a rede de suporte aumentou significativamente. Estes pais, que não tinham uma grande rede de suporte, a família afastou-se depois dos seus filhos nascerem. Neste momento saem com outros pais, têm relações de amizade, melhoraram a comunicação entre pais e profissionais, aumentaram o ativismo destes agentes, aumentaram as competências de comunicação, muitos deles não sabiam comunicar na escola, eram extremamente agressivos, não conseguiam resolver os conflitos que tinham, e de facto isto mudou drasticamente e melhorou as capacidades de empowerment destes profissionais. Deixo aqui alguns testemunhos, percebi que não é possível responder à inclusão com os recursos da escola antiga, pais e professores devem construir um caminho comum. Penso que a presença destes diferentes agentes educativos é muito enriquecedora, uma vez que permite desconstruir crenças e perceções e ao mesmo tempo une as pessoas em prol de uma causa.

— **ANA MORENO**, II PLANO GERONTOLÓGICO DA AMADORA, CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

Em primeiro lugar importa perceber o porquê da elaboração de um Plano Gerontológico numa cidade que até há pouco anos todos consideravam uma cidade jovem. Efetivamente, as cidades mudam e a Amadora também mudou muito nos últimos anos. Esta é uma cidade na área metropolitana de Lisboa, com um território muito pequeno, cerca de 24 km² mas com uma grande densidade populacional: 175.136 habitantes e seis freguesias. Em 2011 elaboramos o I Plano Gerontológico em que foi possível articular toda a intervenção junto da população sénior num documento de planeamento, em 2015, na sequência da atualização dos instrumentos de planeamento da Rede Social nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Social e Saúde 2015-2017 surge o II Plano específico para a área dos seniores, tendo sido um documento mais participado e mais aprofundado. Quando se fala de participação à que considerar os diversos intervenientes em presença nas cidades: as instituições públicas e privadas, nestas as instituições particulares de solidariedade social tiveram um papel muito relevante e os próprios destinatários das ações.

O principal objetivo deste plano é promover a cidadania plena, tornando a cidade mais inclusiva e melhorando a qualidade de vida deste grupo da população.

Importa agora referir como foi o processo de construção deste instrumento de planeamento: em 2014 foi atualizado o Diagnóstico Social do município,

tendo com base neste sido elaborado o Plano de Desenvolvimento Social e Saúde onde o Plano Gerontológico está integrado, como estão também os Planos Municipais contra a Violência e para a Integração de Imigrantes. Partiu-se do diagnóstico para uma definição das prioridades de intervenção na área dos seniores, sabendo-se à partida que não se poderia intervir em todas as áreas identificadas, priorizou-se a promoção da saúde e o bem-estar da população ao longo do ciclo de vida.

Para a elaboração do diagnóstico efetuou-se uma análise quantitativa e qualitativa, com a recolha dos dados estatísticos disponibilizados pelo INE e junto dos vários parceiros que tinham respostas sociais para este grupo. A partir deste dados foi-se para o terreno utilizando metodologias participativas, envolvendo-se cerca de 120 pessoas. Realizaram-se sessões de focus group nas Comissões Sociais de Freguesia para analisar com os vários parceiros as questões do envelhecimento, realizaram-se reuniões com diretores e coordenadores de respostas sociais para seniores, com dirigentes dessas instituições e depois envolveu-se na análise e discussão os próprios seniores.

Fomos para o terreno falar com os seniores saber o que eles queriam. Ouvimos os seniores que já estavam integrados em respostas sociais (centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário) os da comunidade e falámos com pessoas ainda em idade ativa mas já perto da reforma.

Qual é o caminho? O que queremos fazer? O que é que vocês precisam? Por último mas não menos importante, solicitamos a colaboração de uma Universidade - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, a quem facultamos todos os documentos elaborados para numa perspetiva de "amigos críticos" se pronunciarem sobre o processo e a estratégia de intervenção definida.

Ao nível do diagnóstico constatou-se que na Amadora 19% da população residente tem idade igual ou superior a 65 anos, sendo que 42% deste grupo tem já mais de 75 anos. Portanto estamos perante uma população muito envelhecida, com mais mulheres do que homens e com uma esperança de vida à nascença de 79 anos. Sendo que 65% destes seniores vivem sozinhos ou com cônjuge também já idoso. Atualmente existe um rácio de 100 jovens para 127 seniores e já temos 28 seniores dependentes por cada 100 habitantes. Só 7% deste grupo populacional está integrado em resposta social.

Estamos a falar de uma cidade como muitas outras da Área Metropolitana de Lisboa, construída em altura, com prédios velhos, sem elevador, com consequências ao nível do acesso e da mobilidade, de viver no espaço público.

As respostas sociais para seniores existentes na cidade também não dão resposta às reais necessidades dos mesmos nem dos cuidadores informais, verifica-se ainda a existência de listas de espera em todas as respostas, principalmente ao nível das estruturas residenciais para idosos (ERPI).

Este II Plano Gerontológico está organizado em 4 grandes áreas de intervenção: a cidadania e participação cívica, estamos a trabalhar no grande envolvimento dos seniores, na participação deste na vida da cidade; ao nível de voluntariado de proximidade fazemos anualmente duas ações com toda as freguesias, com mais de 200 voluntários porta a porta, rua a rua, a tentar encontrar e sinalizar situações de isolamento social e ou dependência que os serviços não conheçam;

O lazer e bem-estar onde desenvolvemos uma grande diversidade de ações para os seniores potenciando a aprendizagem ao longo da vida, a promoção de estilos de vida saudáveis, da atividade física e ao nível

do bem-estar, dinamização de serviços complementares dos serviços de apoio domiciliário, ao nível de cabeleireiro, manicura, pédicure ao domicílio, respostas estas diferentes mas que pretendem responder a necessidades diagnosticadas.

Na área da saúde, disponibilizamos aos séniores uma linha municipal de saúde, em parceria com uma Instituição, podendo assim os séniores fora do horário de funcionamento dos centros de saúde ter acesso a um médico no domicílio, um banco municipal de ajudas técnicas e realização de ações sobre alimentação saudável e económica.

Ao nível das respostas sociais, sabendo que estas não estão adequadas às necessidades do público-alvo temos tentado encontrar outras soluções com os parceiros que estão no terreno, procurar inovar e fazer diferente e conseguir efetivamente responder às necessidades dos séniores. Consideramos que terá que haver uma forte aposta ao nível dos serviços prestados no domicílio, pois não haverá equipamentos sociais para responder ao crescente número de séniores. A este nível temos desenvolvido em parceria o apoio alimentar os fins-de-semana e feriados, para utentes em repostas sociais só 5 dias por semana, incrementado a utilização da teleassistência, a oficina multisserviços garantido pequenas reparações na casa dos séniores e apostado em ações de formação contínua dos recursos humanos que trabalham com este grupo da população.

As nossas próximas etapas são a assinatura com os vários parceiros de um Pacto Local para o Envelhecimento Sustentável, onde também se pretendem envolver o tecido empresarial do território.

Pretendemos também manter a atualização permanente dos dados do diagnóstico para melhor ir definindo a estratégia de intervenção que deverá continuar a privilegiar todos os parceiros do território e a universidade adequando os recursos disponíveis, às necessidades que foram definidas no planeamento.

ANTÓNIO BASTOS, “UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO”, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

O Programa do Governo da Cidade de Lisboa 2013/2017 contempla medidas centrais que passam pela criação de Cidade com Espaço Público Amigável e uma Cidade de Bairros.

Com estes objetivos foi lançado o Programa “Uma Praça em Cada Bairro – intervenções em espaço público”, constituindo um dos Eixos do referido Programa de Governo da Cidade.

Apresentado na Reunião de Câmara de 28 de maio de 2014, este programa propõe, a partir de uma praça, de uma rua, de uma zona comercial, do jardim do bairro ou de um equipamento coletivo existente ou projetado, organizar-se um ponto de encontro da comunidade local, uma microcentralidade que concentre atividade e emprego, que se consagre como espaço público de excelência e local de estar, onde se privilegiem os modos suaves de locomoção, marcha a pé e bicicletas, os transportes públicos e onde o trânsito automóvel será condicionado. Pretende-se replicar a experiência de requalificação da Avenida Duque de Ávila e que revolucionou as Avenidas Novas.

Com a implementação deste programa pretende-se que o espaço público se transforme num espaço de cidadania por excelência, ambientalmente sustentável e que convide à fruição, ao convívio. Com vista a alcançar este objetivo, as intervenções caracterizam-se por “trazer” a natureza para a cidade, introduzir espaços ajardinados, alargar passeios, construir pistas cicláveis, criar quiosques e esplanadas e reorganizar o tráfego automóvel e o estacionamento. O incremento de esplanadas e quiosques virá a valorizar e alavancar o comércio de rua, criando mais emprego e novos pólos para o turismo.

O programa “Uma Praça em cada Bairro” é um dos motores fundamentais para a concretização do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, que visa transformar a cidade num espaço de acessibilidade universal. Pretende-se uma cidade reabilitada, não só ao nível edificado, mas no seu sentido mais lato, uma cidade também com espaço público reabilitado, amigável, para todos e sem barreiras. E este conceito é importante atendendo aos inúmeros exemplos existentes onde o espaço público apresenta problemas e contradições.

A génese do programa partiu de um desafio do então presidente do Município de Lisboa Dr. António Costa, no sentido de se replicar o exemplo da intervenção na Avenida Duque d’Ávila ao nível dos bairros da cidade. A ideia era encontrar espaços que tivessem centralidade ao nível local e dotá-los de condições de excelência ao nível do conforto urbano e de mobilidade, de modo a constituir uma rede de centralidades representativas dos bairros. É pois para o espaço público que este programa se vocaciona. A proposta de intervenção consiste na requalificação de cada uma destas microcentralidades aumentando as áreas de estar ao ar livre tornando-as mais confortáveis e seguras – alargando passeios, instalando esplanadas, plantando árvores, criando sombras, reintroduzindo a água como elemento da paisagem urbana, atenuando o impacto do tráfego automóvel, – mas igualmente incentivando a instalação de comércio e equipamentos coletivos de proximidade.

A metodologia utilizada consistiu, numa primeira fase, na procura de exemplos internacionais de boas práticas no âmbito da intervenção em espaço público. Desses retivemos os que se identificavam melhor com os objetivos definidos para a cidade de Lisboa, como foi o caso do Plaza Program de Nova Iorque e o projeto Centro Aberto de São Paulo. Foi na articulação entre as características observadas nestes exemplos e o conceito de Cidade de Bairros que se construiu um modelo de análise que permitisse encontrar padrões de classificação no sentido de identificar espaços públicos aglutinadores enquadrados num Bairro da cidade.

Partiu-se para uma delimitação de unidades territoriais, o mais consensuais possível, que se designaram por bairros. Para isso recorreu-se a diversas fontes de informação, nomeadamente levantamentos efetuados nos estudos para o Plano Diretor Municipal (Carta Municipal do Património), guias urbanos de Lisboa, bibliografia olissipográfica, cartografia histórica ou mesmo de trabalhos elaborados por equipas projetistas externas aos serviços da CML e ao apoio da Divisão de Reabilitação Urbana. O Bairro foi, assim, considerado uma unidade de vizinhança constituinte da cidade, sendo delimitado em função sobretudo de pressupostos históricos e morfológicos. Foi igualmente importante o conhecimento adquirido

desde 2003 no âmbito dos diversos estudos de apoio à revisão do Plano Diretor Municipal, que já implicava a utilização de metodologias de identificação de áreas homogêneas e sua caracterização.

Do processo de identificação e classificação resultou um conjunto de 230 “bairros” e 149 praças ou centralidades, associadas a uma ou mais freguesias. A fase seguinte consistiu numa priorização de centralidades tendo em vista a intervenção. Esta fase contou com a participação dos executivos das juntas de freguesia. Para estas centralidades prioritárias, perfazendo 30 locais, foi feito um trabalho de caracterização mais profundo com recurso a levantamentos atualizados de informação e elaboradas propostas de intervenção em espaço público, resultantes do diagnóstico efetuado nos levantamentos.

Concluindo, o programa, que inclui 30 intervenções em espaço público, é promovido pela CML em colaboração com as 24 juntas de freguesia de Lisboa, tendo contado com várias fases de participação pública, de que resultou o contributo da população.

A Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com as Juntas de Freguesia promoveu um período de participação pública que decorreu de Novembro de 2014 a Abril de 2015, abrangendo a totalidade de áreas de intervenção, distribuídas em 3 fases de 10 praças. Com este processo de participação, através do preenchimento de uma Ficha de Participação disponibilizada Online, pretendeu-se fazer a auscultação da população, no sentido de obter um diagnóstico, recolher sugestões para áreas de intervenção e definir prioridades. Foram pré-definidos temas chave para recolher o diagnóstico da situação existente por parte dos cidadãos e disponibilizou-se um campo para deixarem as suas sugestões. Estas foram ponderadas e, sempre que possível, compatibilizadas com os programas dos projetos em curso.

Como complemento da participação Online são ainda desenvolvidas sessões presenciais com a população, através das Juntas de Freguesia, no sentido de apresentar os princípios orientadores das intervenções e à medida que se integram os resultados e propostas mais concretas para as respetivas intervenções.

Todo este processo tem por desígnio criar uma cidade mais sustentável e amiga das pessoas - Uma Cidade para as Pessoas.

SALA B CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE

Let's Move, Câmara Municipal de Paredes
Lisboa Interativa (LxL), Câmara Municipal de Lisboa
Projeto LIFE – GEBALIS, Lisboa
Vila Moura - A mobilidade e acessibilidade como elemento de competitividade Territorial, INFRAMOURA - Vilamoura/Loulé

HERMÍNIA MOREIRA, “LET’S MOVE”, CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

Num tempo em que a desejável consciencialização coletiva dos conceitos de vida saudável e de lazer é quase universal, na prossecução desses objetivos, o Município de Paredes implementou, desde o ano letivo

transato, o programa “lets move”, que surge da convicção de que a prática do desporto poderá ser um reforço positivo da visão da escola enquanto espaço dinamizador de atividades de cariz não formal e lúdico. Nos tempos atuais, as crianças praticam menos atividades física do que antigamente. Trocam a piscina pelos jogos das consolas, o futebol pela internet, a conversa com os amigos pelo telemóvel são atitudes cada vez mais normais entre todos nós e também entre os mais pequenos.

Existe a crença generalizada de que fazer desporto faz bem à saúde das crianças. Por isso, são cada vez mais os pais que apostam no desporto como forma de ocupação dos tempos livres dos seus filhos, pois reconhecem que este veicula um conjunto de valores e mais-valias na educação das crianças.

O programa consiste na oferta de atividades desportivas, em contexto escolar, a alunos do pré-escolar e primeiro ciclo.

Por via desta iniciativa, os alunos, após o período letivo, tem a oportunidade de praticar desporto no pavilhão da própria escola permitindo que a mesma lhes ofereça atividades que muitas vezes os encarregados de educação procuram como complemento mas inacessíveis, monetariamente, a maior parte dos alunos.

Atividades como futebol americano, patinagem, zumba kids, voleibol, futsal, capoeira, yoga, judo, ténis, karaté, andebol, ténis de mesa, golfe fazem parte da panóplia de aulas a que os alunos podem ter acesso.

Muitos são também os centros escolares que garantem aulas para os pais e demais munícipes que pretendem fazer exercício físico e que possibilita a abertura da escola à comunidade em geral

Sabemos que a convivência se vai perdendo entre as pessoas, isto até nos faz pensar e antecipar um pouco aquele que é o tema do congresso internacional, “Cidades – Territórios de Convivência”

O que se pretende com este projeto, também é, fazer com que os nossos jovens, as nossas crianças, as nossas famílias, não deixando de disfrutar das novas tecnologias e de tudo o que o progresso põem à nossa disposição, valorizem a presença e a partilha do espaço físico, que troquem experiências, olhem nos olhos, que se toquem, e isso sim, é que faz a verdadeira convivência e é o que será, realmente, o mais saudável e o mais aconselhável.

Aliada a esta crescente utilização das tecnologias e a troca do convívio de pessoal e personalizado, também surge por vezes a dificuldade das famílias de terem em casa uma alternativa, é mais fácil ter em casa todos esses equipamentos, fornece-los, proporcioná-los às crianças e aos jovens e a partir daí, demitirem-se um bocadinho das suas responsabilidades. Para além da falta de tempo, temos também o problema da falta de condições de meios financeiros que possam proporcionar uma igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens e não estou a falar da parte curricular nas escolas, não estou a falar, também, da parte das atividades de enriquecimento curricular. Estou a falar de uma panóplia de oportunidades, de sugestões e ofertas, que a escola pode propor pode ter enquanto espaço educativo, mas que saia daquele que é o conceito de escola, daquele que é a essência da escola mais tradicional enquanto local de ensino e de aprendizagem.

Também temos que valorizar esta vertente, obviamente. Temos de tentar fazer a escola sair, mesmo não saindo, e isto é um conceito novo, ou seja a escola tem de se abrir e ainda que seja dentro dos seus próprios espaços, fazer a diferença e proporcionar atividades totalmente diferentes, em contextos totalmente diferentes, que não seja pura e simples do aumento da presença dos alunos na escola. Já aqui foi dito, hoje, embora não nesta sala, que a continuidade dos alunos na escola poderá não ser a melhor, depende da qualidade que dermos a esse tempo e depende da forma com ele é gerido pelos seus responsáveis.

Neste caso o que o Município de Paredes pretendeu, foi que a partir das 17h30m, podendo ser ao sábado, ou ao domingo, ou consoante os interesses manifestados pelas famílias e pelos alunos, dar uma panóplia de ofertas aos seus jovens e as às suas crianças.

Então começemos com o yoga em família, é uma das atividades que proporcionamos e que demonstra a importância que damos à relação de afetividade dentro da família, das crianças com as suas famílias, mas também, com os seus pares, visto interagirem com outras crianças presentes das mesmas idades ou aproximadamente. Esta atividade estimula o vínculo entre a família e a criança, ajuda a desenvolver a concentração, a segurança, a autoestima, e é dirigida a crianças dos 10 meses aos 10 anos. Esta é uma das respostas que temos, quer em contexto da escola, nos pavilhões, quer noutros espaços que temos disponíveis, de acordo com o número de participantes. Neste caso concreto, esta atividade não está direcionada a massas, é dirigida a pequenos grupos, doutra forma não teria o resultado pretendido. Estas iniciativas decorrem, normalmente, ao Domingo de manhã, exatamente a pensar na família e nos seus horários e é mediante uma inscrição. A verdade é que temos que ter mais que uma sessão, pois são muitas as famílias que aderem. Inicialmente, há cerca de um ano atrás, havia alguma desconfiança sobre o programa, neste momento não há dúvidas, existe uma enorme adesão e há necessidade de organizar no espaço e no tempo para abranger o maior número de pessoas possível.

Para além disso, temos ainda uma atividade para bebés e para pais. Mais uma vez destacamos a importância da ligação afetiva deste crescimento que envolve quer as crianças, quer a sua família, que podem ser os pais ou mesmo os avós. É muito interessante verificarmos a dinâmica que se instala, o gosto com que os pais aderem e se houver uma ou outra semana em que por qualquer motivo não possa haver essas sessões, questionam e solicitam informações, a fim de saberem de quando se irá realizar a próxima sessão. Há uma participação muito ativa dos pais e das crianças e o ambiente que se cria é fantástico, que muito nos orgulha e que tem sido um grande sucesso.

Este programa “Música para bebés e papás”, tem duas vertentes, uma é a própria construção dos instrumentos, que nesta partilha de socialização há toda uma descoberta de matérias, leva a um improviso e apela à criatividade das famílias e dos bebés envolvidos. A outra vertente é a exposição num ambiente, ligado à música, em que realmente começamos aqui o despertar para a música e para a sensibilidade musical. Não pretende este programa definir, ou encaminhar para a descoberta de alguma vocação, embora possa eventualmente surgir, mas é este contato com a música e com a sensibilidade artística que faz com que haja um crescimento sensorial e afetivo. Mais uma vez a palavra-chave é, mesmo, a afetividade.

Nesta imagem temos este trocadilho com “Cool e School”, e o que se pretende é mostrar que a escola é “fixe”. Nós consideramos que a escola, por si, é um ambiente de rigor, de disciplina e de regras, condições que fazem parte, necessárias e são fundamentais, mas criam muitas vezes, angustia, pressão, algum descontentamento e a verdade é que se tem um constrangimento natural, que tem vindo a ser contrariado pelas estratégias de ensino-aprendizagem, pela atratividade dos espaços escolares, cada vez se pensa mais nisso, tornar a escola atrativa para um bom ambiente de ensino-aprendizagem. Mas mesmo assim, obviamente, não podemos esquecer e ignorar que toda esta pressão com a aprendizagem, com os resultados, com o rigor, com as regras, que muitas vezes só a escola

é que os tenta implementar, muitas vezes até contrariando o que vai acontecendo em casa. Neste constrangimento, temos de encontrar a resposta. A resposta é criarmos estes momentos de lazer, momentos lúdicos, de movimento em que realmente a criança, o jovem possa conviver com os seus pares, até no mesmo espaço escolar, mas com um objetivo totalmente diferente.

Temos ainda o programa de famílias e mais uma vez uma aposta na afetividade e na relação com as famílias. Este programa é mais abrangente, dança, movimento, teatro, música, teatro de marionetas e o público-alvo será entre os 12 meses e os 12 anos. São sessões familiares quinzenais, ao domingo à tarde, que esgotam rapidamente o nosso auditório.

Fizemos aqui um percurso por diversas faixas etárias e também temos implementado o programa movimento sénior, que visa quebrar, contrariar o isolamento a que muitos dos nossos idosos estão sujeitos, e mesmo aqueles que não vivem sozinhos estão muitas vezes isolados, podem ter família mas que não lhes presta a devida atenção, ou cujas famílias trabalham e os deixam a cuidar de si próprios durante o dia, mas abrange também aqueles que estão integrados em instituições, centro de dia ou centro de convívio e há uma grande articulação entre o Município e essas instituições para lhes facultar toda esta panóplia de ofertas de atividades desportivas, de convívios, de festa, para que eles possam participar. Temos com exemplo o boccia, que estamos a competir agora no campeonato nacional em que temos provas dadas, inclusive já fomos campeões, temos também a ginástica, o golf, entre outras.

Todas as atividades são acompanhadas por profissionais credenciados. E com estas fotos com atividades dos nossos seniores, que normalmente aderem com muito entusiasmo, termino esta apresentação.

Despeço-me, obrigada a todos.

LÍDIA CAROÇO, LISBOA INTERATIVA (LXI), CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A aplicação Lisboa Interativa (LXI) corresponde a uma plataforma digital interativa que disponibiliza informação geográfica georeferenciada sobre a Cidade de Lisboa. Nesta plataforma, as pessoas podem consultar dados, visualizar informação sobre o mapa da cidade, consultar pontos de interesse, aceder à informação sobre um edifício específico, bem como fazer sugestões ou solicitar a intervenção da Câmara para situações problemáticas da sua responsabilidade. Os motivos que deram origem a esta experiência prendem-se com a necessidade de divulgação de informação georeferenciada que providenciasse uma base de suporte à decisão, sendo ao mesmo tempo adequada à comunicação com os municípios, proporcionando-lhes o conhecimento necessário sobre a exploração do espaço físico, económico e cultural da cidade, visando incentivar a sua participação ativa no processo. Como Experiência Educadora, o LXI enquadra-se, pois, no 2º e 3º grupo da Carta das Cidades Educadoras: O Compromisso da Cidade e Ao Serviço Integral das Pessoas, na medida em que cumpre, respetivamente, os princípios 9 e 19. O LXI estimula a participação cidadã no projeto coletivo (princ.9), fornecendo a informação e a transparência necessárias ao seu envolvimento, ao mesmo tempo que constitui um canal eficiente na comunicação entre as pessoas e a autarquia. O encorajamento à população para se manter informada, referido no princ.19, faz-se

através da divulgação de informação selecionada, sistematizada e atualizada, facilitando a sua compreensão, através de um recurso que está ao alcance de todos.

Os principais objetivos do Lxl são os seguintes: Constituir um meio de apoio à população residente, aos visitantes, aos investidores, à população académica e a todos os que procuram aproximar-se de Lisboa; Disponibilizar informação selecionada e em permanente atualização; Fomentar a participação dos cidadãos; Suporte à decisão.

A experiência diz respeito à área total da cidade, tendo como alvo todos os residentes, académicos, associações ou outras entidades coletivas, e também os visitantes de Lisboa. Podemos destacar como exemplo das ofertas (potencialidades) do LXI, os seguintes módulos: O Módulo Temática disponibiliza um conjunto de temas organizados em árvore, permitindo aceder a dados geográficos de diferentes áreas de estudo: Educação, Saúde, Segurança, Cultura, Cartografia, Planeamento, entre outras. O Módulo A Minha Rua permite aos cidadãos localizar e comunicar situações problemáticas (ocorrências) na cidade, solicitando a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa. A título de exemplo, uma estrada a precisar de reparação, um candeeiro avariado, ou uma árvore caída. Após a comunicação dessas ocorrências, poderá acompanhar a evolução da sua resolução. Módulo Pontos de Interesse é um roteiro de elementos de interesse na cidade de Lisboa, como museus, jardins, ou serviços públicos. Disponibiliza e caracteriza, também, percursos de interesse turístico pré-definidos na cidade. Pesquisa de Endereços é um roteiro interativo de endereços (pesquisa de edificado) e de espaço público (pesquisa de espaço público).

Metodologia/Fases: Identificação das necessidades; seleção da informação a divulgar; recolha e sistematização da informação; disponibilização; atualização permanente. Contexto: A experiência decorre na cidade de Lisboa. Os indicadores de avaliação disponíveis são: nº de visitantes por dia; nº total de visitas; tempo médio de duração da visita; origem do visitante: cidade e país; tipo de tráfego por operador de rede; percentagem relativa que cada módulo do LXI ocupa no total das visitas. Pontos fortes identificados: Abrangência da informação; Forte adesão do público-alvo. Interação progressiva; Expandibilidade a novas funcionalidades; Aplicabilidade a outras cidades.

Pontos a aperfeiçoar: Dificuldade em manter a informação atualizada; Equipa reduzida multilíngue. Propostas futuras: Versão multilíngue (já iniciada); Reestruturação para melhorar a usabilidade para o público; Disponibilização do Lxl em dispositivos móveis, tais como smartphones e tablets; Introdução do conceito de Gamification, alargando os níveis de interação.

— **MIGUEL GANHÃO**, PROJETO LIFE – GEBALIS, LISBOA

Está consagrado na Constituição Portuguesa o Princípio da igualdade entre todos os cidadãos, nomeadamente o direito a uma habitação adequada às necessidades reais de cada indivíduo, considerando-se que para tal, a mesma nunca poderá ser concebida tendo em conta única e exclusivamente as necessidades de uma pessoa com características médias ou ideais. Acessibilidade para todos e não para um indivíduo padronizado. Atualmente a grande maioria do edificado habitacional construído em Portugal não é acessível. Nas décadas de 60, 70, entendia-se a problemática da mobilidade condicionada, como um contratempo ou infelicidade de alguns. O próprio Estado assume uma perspetiva assistencialista de apoio ao deficiente, promovendo a criação

de instituições sociais onde estes indivíduos seriam agrupados. Promovia-se a exclusão social. A partir das décadas de 80, 90, o estado adota uma perspetiva de integração, na qual promove com apoios técnicos e financeiros, a adaptação das habitações às deficiências físicas dos seus habitantes. Ao exigir esta adaptabilidade ao cidadão deficiente, reconhece o seu direito de estar na sociedade. Foi neste período, que se começaram a dar os primeiros passos sobre legislação, que definisse as condições mínimas de acessibilidade nos edifícios de habitação para pessoas de mobilidade condicionada. Com o virar do milénio, a prioridade política deixou de ser a quantidade, e passou finalmente a ser uma aposta clara na melhoria da Qualidade. A Gebalis é uma empresa municipal, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Criada em 1995 para garantir a gestão dos Bairros Municipais de Lisboa que a Câmara lhe confiou. Foi a primeira empresa municipal em Portugal a ser distinguida com o Rótulo Europeu de Responsabilidade Social. Existe uma vasta cidade construída, que não responde às necessidades e solicitações atuais, como adaptar um parque habitacional construído às novas exigências? O verdadeiro desafio passa por tentar arranjar solução para como habitar/viver o espaço? Que medidas implementar para a inexistência de barreiras físicas. Neste âmbito, com base na experiência de milhares de obras efetuadas, a sua Direção de Conservação do Património, constatou que seria imperativo promover algumas alterações na forma de gerir o edificado sob sua gestão. Continuava-se a não conseguir proporcionar a todos, oportunidade ou igualdade de condições de vida. Não por falta de investimento ou vontade, apenas porque as soluções apresentadas e existentes, não respondiam às reais necessidades dos utilizadores portadores de fortes condicionalismos físicos. Foi objetivo assumido, a ambição de melhorar e possibilitar excelentes padrões de qualidade de vida para todos. Permitir autossuficiência, liberdade de movimentos. Proporcionar uma vivência de uma realidade a qual até alguns tempos atrás (desde o início do projeto) não passava de um sonho. Daí a escolha do nome projeto LIFE. Uma vida nova pautada pela igualdade de oportunidades e alegria de viver.

A GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, EM, SA é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Síntese: Atualmente graças ao aumento da esperança de vida, envelhecimento geral da população, vive-se uma nova problemática: o crescimento da população com mobilidade condicionada. Como adaptar um parque habitacional construído, algum com décadas de existência às novas exigências? Como habitar/viver o espaço? Que medidas implementar para a inexistência de barreiras físicas? A solução assumida pela Gebalis, foi desenvolver uma classe de fogos de Uso Universal, inserida num projeto com a designação LIFE, que pretende pautar pela promoção de comportamentos, intervenções e boas práticas de excelência, no campo das acessibilidades nas áreas residenciais. Habitação de Uso Universal projetada para a utilização do maior número de utentes possível e não para um utente com características médias, com recurso a domótica, automatismos, mecanismos mecânicos internamente desenvolvidos (cozinhas dinâmicas, utilização de tetos para movimentação de pesos), arquitetura moderna, dinâmica e fluída onde todo o espaço é pensado para ser vivido e com uma forte componente de eficiência energética. Uma habitação acessível não tem de parecer diferente nem ser mais cara que uma habitação corrente. A reabilitação passa cada vez mais pela requalificação. Esta é possível ser bem executada, sem

quaisquer acréscimos financeiros. Procuramos a utilização de materiais/equipamentos/soluções de marcas com qualidade, que aliados a mão-de-obra qualificada, nos garantem a durabilidade e longevidade da vida técnica do edificado.

Após a receção do pedido de ajuda do morador, inicia-se uma fase de triagem aprofundada, onde diversos técnicos de diversas áreas distintas são convidados a participar, desde área social, saúde, financeira, edificado, entre outras. Inicia-se igualmente uma aprendizagem mútua enriquecedora do que é o dia-a-dia de uma pessoa com problemas físicos específicos. Como vive, com que obstáculos se depara, quais as suas maiores dificuldades, quais as potencialidades como indivíduo que podem ser realçadas e exploradas em benefício do próprio. Dá-se igualmente início ao estudo do edificado, a ser alvo de intervenção. Regra geral, em cada obra existem 2 grandes grupos de variáveis a ultrapassar. As variáveis espaciais e as variáveis tecnológicas. As variáveis espaciais derivam do dimensionamento espacial existente, resultante de um período de construção, em que à época, nem sequer existiam preocupações com mobilidade. Existe edificado de diversas décadas, diversas soluções construtivas adotadas, diversos materiais, entre outros. A tudo isto junta-se, muitas vezes, a inexistência de registos escritos, desenhados e credíveis das obras construídas, o que obriga à realização de sondagens in loco. Objetivo final: reorganização espacial da habitação. O projeto LIFE é sempre implementado tendo em conta as pré-existências, o que só por si dificulta imenso o trabalho dos projetistas envolvidos. As variáveis tecnológicas, derivam da necessidade colmatar as fortes deficiências físicas de cada utilizador. Cada indivíduo tem as suas deficiências próprias, não existe um indivíduo padrão. Neste campo será importante salientar que a Gebalis talvez seja a única empresa em Portugal com soluções implementadas e em pleno uso, com grau de eficiência elevadíssimo, para todo o tipo de condicionamentos de mobilidade dentro do espaço edificado habitacional. Para o estudo das melhores soluções a implementar a nível tecnológico é de extrema importância a colaboração com a área médica. A título de exemplo, por questões de segurança extrema, mesmo existindo pareceres médicos a aferir a inexistência de interferências de equipamento médico a inserir no corpo humano com a tecnologia rádio frequência para execução de comandos diversos operacionais a instalar numa habitação para permitir o seu uso remoto, mesmo com frequências diferentes, não corremos riscos, por mínimos que sejam e optou-se pela utilização de outra tecnologia remota, os infravermelhos. Apuradas as variáveis inicia-se o processo de busca de soluções. É um processo bastante dinâmico, onde o utilizador final é sempre convidado a participar. Como produto final, pretende-se que a obra a submeter a concurso e a adjudicação final, consiga responder na íntegra a todas as necessidades, após conclusão dos trabalhos. Em todas as obras inseridas no projeto LIFE existem sempre ganhos diretos para o utilizador (autonomia de movimentos) e ganhos indiretos, para os familiares, instituições ou outras pessoas que prestem cuidados de assistência.

Contexto: O projeto desenvolve-se nas habitações municipais que se encontram sob gestão da GEBALIS

Avaliação: O presente projeto facilmente se adequa a qualquer sociedade, embora seja desenvolvido para o mercado da habitação municipal da cidade de Lisboa, pelo assunto universal em que incide, que é a problemática das acessibilidades condicionadas. É propósito assumido a sensibilização da sociedade em geral para a prevenção da incapacidade,

para a necessidade de conceção, produção e comercialização de produtos, equipamentos ou adaptações que assegurem a funcionalidade, a inclusão e a participação das pessoas com deficiência. Nomeadamente por razões de política de organização de solos, a reabilitação das cidades deverá incidir cada vez mais na requalificação do seu diverso património edificado. Com base na experimentação vivida desde o início do projeto, constata-se que uma habitação acessível não tem de parecer diferente nem ser mais cara que uma habitação corrente. Graças ao interesse do sector industrial e da comunidade científica, tem sido possível mesmo em tempo de crise económica, investir e apresentar um produto final com características de habitações tecnologicamente evoluídas a preços mais vantajosos que as designadas obras de manutenção, conservação e reabilitação normais. É objetivo assumido e até hoje sempre conseguido, o cumprimento escrupuloso do valor de adjudicação de obra. Derrapagem orçamental zero. Rigor total desde a fase de conceção à entrega da chave. Até hoje nunca nenhuma intervenção passou os 6 meses de duração (desde a conceção à conclusão dos trabalhos). O objetivo passa igualmente pela transmissão de conhecimento, propostas desenvolvidas, em uso, outras em fase de projeto, para que cada vez mais seja possível que as soluções cheguem a todos, de preferência com custos significativamente inferiores aos dos protótipos. Ou seja, massificação comercial de soluções que se afirmam ter potencialidade para tal. Para além de ser necessário tomar medidas corretivas em todas as chamadas economias desenvolvidas, onde embora exista edificado, este não se adequa às reais necessidades dos utilizadores, há que apostar na requalificação, e existe igualmente a necessidade de alertar todas as economias em desenvolvimento, para que não se repitam os mesmos erros e que, de raiz de preferência, se construam verdadeiros espaços habitacionais acessíveis a todos. Torna-se urgente a existência de ações de formação dos diversos agentes envolvidos no processo de construção, desde projetistas aos diversos aplicadores finais de materiais e equipamentos. Os métodos construtivos e soluções agora preconizadas implicam obrigatoriamente mão-de-obra especializada. Seria bastante proveitoso para as gerações de técnicos vindouros, a reformulação de currículos académicos atualizados às necessidades atuais e futuras. Urge igualmente contribuir para a elaboração de nova legislação a aplicar no sector residencial doméstico, especificamente no que concerne às reais necessidades de utilização de pessoas portadoras de deficiência física, independentemente do seu grau de incapacidade.

FÁTIMA CATARINO, VILA MOURA - A MOBILIDADE SUAVE
COMO ELEMENTO DE COMPETITIVIDADE TERRITORIAL,
INFRAMOURA - VILAMOURA/LOULÉ

Vilamoura dispõe hoje de uma ampla oferta turística: praias de areia dourada, seis campos de golfe assinados por prestigiados arquitetos (o Algarve foi mesmo consagrado como o melhor destino de golfe da Europa), uma animação noturna que atrai milhares de turistas em especial nos meses de verão, a Marina mais premiada da Europa, um Parque Ambiental...

Dispõe, ainda, de: área residencial de qualidade, grande oferta hoteleira, clínicas, escolas, parques desportivos, espaços comerciais, restaurantes, segurança privada, entre muitos outros.

Numa extensão de 18 Km², a Inframoura é a empresa municipal do

concelho de Loulé que gere toda a rede de infraestruturas públicas de Vilamoura e de Vila Sol. A sua missão é a de prestar um serviço de excelência na gestão, conservação e manutenção de todos os espaços públicos, que garanta elevados padrões de vida no território de Vilamoura e Vila Sol.

Esta empresa tem como áreas de atividade, a gestão da distribuição de água, o saneamento básico, a recolha de resíduos, a limpeza urbana, a gestão de espaços verdes, a gestão da rede viária, o sistema de bicicletas de uso partilhado, o estacionamento público, a ocupação do espaço público e a publicidade.

Neste território, a Inframoura tem vindo a implementar uma estratégia de mobilidade para todos, através da regulação do estacionamento, tendo em vista a diminuição do uso do automóvel, da devolução do território ao peão e da promoção do uso da bicicleta.

O espaço urbano é considerado como “zona de vida” onde os seus utentes usufruem e vivem o território através da prática de desporto, do convívio ou, simplesmente, do lazer.

A estratégia para a mobilidade está articulada com a estratégia para a sustentabilidade que a Inframoura tem vindo a implementar. Exemplo disso são os 2,5km de arruamentos com iluminação exclusivamente garantida por tecnologia LED que permite reduções nos consumos energéticos na ordem dos 40%. São ainda exemplo os pavimentos da rede urbana que integram misturas betuminosas com borracha proveniente de pneus em fim de vida.

A Baixa de Vilamoura contém um percurso totalmente acessível, com excelentes condições para percursos pedonais e com um design inclusivo. Vilamoura e Vila Sol dispõe de 103 km de vias e 25 Km de ciclovias, a quais atravessam espaços de enorme beleza.

A reabilitação de espaços em Vilamoura tem presente cinco conceitos: utilidade, conforto, segurança, inclusão e atratividade.

Centrando a atenção no sistema de bicicletas de uso partilhado, é de salientar que a Inframoura teve em consideração vários estudos que demonstram que o modo de deslocação pedonal é o mais eficiente nas deslocações até 1 km e que o uso da bicicleta é a melhor opção nas deslocações até 4 kms. De acordo com o IMT, 50% das deslocações em meio urbano têm menos de 3 km!!!

O sistema de bicicletas de uso partilhado destina-se aos residentes e proprietários de Vilamoura. Tem 39 estações, 326 espaços de estacionamento, 250 bicicletas e 5000 cartões de utilizador. Os custos para os utentes são baixos: adquirir um cartão por um ano custa 35€ e dá acesso a deslocações ilimitadas (por períodos de 45 minutos) no espaço abrangido.

Pode afirmar-se que este sistema permitiu evitar (em 2013 e 2014) a produção de 18 toneladas de CO2 para a atmosfera o que equivaleu a evitar o abate de 1200 árvores!

De acordo com a ferramenta HEAT(1), estima-se que a poupança obtida, ao nível da saúde, como resultado do nível de utilização de bicicleta registado no sistema de bicicletas de uso partilhado de Vilamoura para o ano de 2013 foi da ordem dos 142.000€!

Vilamoura é hoje um destino totalmente certificado com as normas ISO 9001 e 14001 (qualidade e ambiente). Para além disso, tem recebido vários prémios e distinções como:

Nomeação para os German Design Awards

Certificação com Normas de Qualidade e Ambiente

Bandeira “Cidades e Vilas de Excelência”

Prémio “Capacitação”

Prática de “Excelência” – Requal. da Baixa de Vilamoura

Prémio “Reabilitação Urbana” – Espaço Público

Prémio Nacional “Mobilidade em Bicicleta”

Prémio “Responsabilidade Sócio-Ambiental”

Selo de “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano” 2013 e 2014

SALA C

QUARTEIRÃO DAS ARTES

Festival do Peixe do Rio e do Pão, Câmara Municipal de Moura

Night Run, Câmara Municipal de Torres Vedras

(Re)Descobrir a Trafaria - Projeto piloto de mapa virtual para promoção da memória local e desenvolvimento do território, Associação Ensaio e Diálogos

Santa Maria da Feira um Município para todos, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

DOLORES PAPA, (RE) DESCOBRIR A TRAFARIA - PROJETO PILOTO DE MAPA VIRTUAL PARA PROMOÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO, ASSOCIAÇÃO ENSAIOS E DIÁLOGOS

“Boa tarde a todos, me chamo Dolores Papa e venho em representação da EDA, Associação Ensaio e Diálogos. Eu gostaria de primeiramente apresentar para vocês um pouco do conceito do que é este projeto, o (Re)Descobrir, e então passo a falar um pouco sobre o projeto-piloto que está quase a chegar ao fim, nessa primeira experiência.

(Re)descobrir é o nome do nosso projecto. (Re) descobrir o quê? A Associação Ensaio e Diálogos trabalha muito com projetos de intervenção urbana e de revitalização do território. Então esse também é o nosso objetivo nesse projeto. Nós buscamos mesmo um jeito diferente de trabalhar a revitalização no território, e neste caso, foi com a promoção da memória local para o desenvolvimento da comunidade. Nós buscamos trabalhar com a promoção do património material e imaterial, tratando do tema dos edifícios e das pessoas.

Nós tentamos recontar a história de uma comunidade, por meio dos seus edifícios mais simbólicos, dos seus edifícios mais significativos. E para quê isso? Porque com esse processo, a gente trabalha a revalorização do território, o sentimento de pertença da comunidade. Para além de trabalhar a reconstituição da história local e daqueles moradores. É nesse processo que acontece um redescobrir, tanto das pessoas como da sua própria comunidade. De forma mais objetiva possível, nós tentamos reconstruir a história da comunidade através da memória que as pessoas têm dos seus edifícios mais marcantes. Como isso resulta? Nós fazemos um trabalho de recolha, de organização e de partilha dessa memória. E a conclusão desse processo de trabalho é uma App, uma aplicação para internet para visualização online ou para visualização através de um CD-ROM, que pode ser vista por meio de computadores, tablets ou telemóveis. A nossa ideia é reviver a história dos habitantes e é nesse processo que também conseguimos contar a história coletiva local. É como se você navegasse pela comunidade, por meio desse mapa virtual, mas ouvindo as histórias contadas pelos seus próprios habitantes. Com o conteúdo editado e o design concebido para a App, você consegue ler sobre a história, visualizar a história, porque os edifícios são muitos deles reconstruídos a partir da memória das pessoas.

A experiência desse projeto se concretiza de facto na participação ativa

da cidade. Em várias formas e de várias maneiras. 1. No âmbito do poder público, numa primeira instância, porque o projeto acontece com o apoio, com a participação ou parte do patrocínio vindo do poder público; É também fundamental a participação dos poderes locais e do museu da cidade, porque o projeto se calca nas memórias da cidade e nos documentos oficiais que existem e que são recolhidos durante as fases do projeto, como fotos, mapas, registos para a comunidade, etc; 2. Ele também acontece com o apoio das instituições locais que enviam os seus utentes para participarem e partilharem das suas memórias. Por exemplo o Centro de Dia, as escolas, os Infantários. Vale ressaltar que o projeto tem todo um processo de troca intergeracional, sobre a história da localidade; 3. Já no âmbito da sociedade civil como é que ele acontece? Ele acontece com a participação voluntária das pessoas. Ele é aberto durante todo o processo dos encontros coletivos, das entrevistas individuais, das atividades intergeracionais. Ele é aberto para a população.

Para desenvolver o (Re)descobrir nós usamos como referência metodológica o trabalho do Museu da Pessoa, a Tecnologia Social da Memória e o Manual de Entrevistador. Essa é uma instituição brasileira que tem uma experiência de muitos e muitos anos com projetos de revitalização e promoção da memória, tem diversos projetos premiados. O que é interessante é que pela primeira vez a metodologia foi utilizada num projeto que usa como fio condutor a história do edificado urbano. E isso foi uma inovação com o projeto (Re)descobrir.

Nós pensamos muito sobre o rumo a tomar quando começamos a desenvolver este projeto, eu e as arquitetas Inês Martins e Mariana Vargues. Ele surge de um trabalho de aproximação com a comunidade, no qual começamos a recolher muita informação, muita história e depois pensamos: “Uau! Como é que nós vamos partilhar isso?! Porque é que as pessoas não param e não contam essas histórias?”. Nós fomos pesquisar outros projetos que já existem, inclusive em Almada, desenvolvidos pela Câmara, pelos Departamentos da Câmara, pelo Museu da Cidade. Ficamos a pensar sobre isso. Qual seria o foco do nosso trabalho, o que é que nós poderíamos fazer para colaborar com o trabalho que já é realizado, por instituições que são especializadas no tema, porque não é o nosso caso.

Peço até desculpas aos cientistas da área, porque nós trabalhamos com o desenvolvimento humano e comunitário, como associação nós trabalhamos principalmente com a construção coletiva, intervenção coletiva, construção comunitária, bibliotecas comunitárias. Então ficamos a pensar sobre isso, até que um membro da direção, o Mário Mendão, sugeriu a App como a melhor ferramenta para esta partilha universal e nós convidamos a engenheira Ana Pratas para juntar-se ao time e desenvolve-lo connosco. Diariamente a gente cruza com a história dos lugares por onde passamos. Todos os dias a arquitetura regista essa história. Mas será que a gente sabe o que são esses edifícios?

Será que a gente se dá conta do património material e imaterial desses lugares? Muitas vezes a gente nem percebe. Muitas vezes é preciso ver a história por trás desses lugares, a história que já está esquecida. Que os nossos pais, os nossos avós, e as pessoas que vivem naquela comunidade, até a vivenciaram, mas já não se dão conta.

E foi de uma fase de sensibilização com a comunidade e de uma fase mais técnica de pesquisa de dados históricos desses edifícios, que nós nos demos conta de que são campos de pesquisa indissociáveis, porque justamente é na ligação do que é material e do que é físico, que são esses edifícios, novos ou velhos, já devolutos, que só tem hoje uma fachada. De encontro ou somados com a memória das pessoas que vivem nesse lugar, que é o património imaterial, que se torna possível contar a história

de uma comunidade. Então esse foi o nosso objetivo, foi com esse foco que nós quisemos trabalhar. Olhar para os edifícios, olhar para eles junto com as pessoas que vivem naquela comunidade e contar sua história.

O nosso projeto-piloto chama-se (Re) Descobrir a Trafaria. Nos últimos 15 meses estivemos a desenvolver em paralelo com o projeto da Biblioteca da Trafaria, num trabalho em parceria com a Junta de Freguesia de Caparica e Trafaria, que teve o apoio metodológico, pesquisa e cessão de imagens e documentos também do Museu da Cidade de Almada e do Museu da Pessoa. Esse é um projeto que não poderia ser realizado de forma diferente. É um projeto que acontece de facto com a cidade, com toda essa rede de participação.

O projeto vai estar ainda em data de lançamento e nós estamos a concluir agora. Partilhamos aqui uma versão teste da aplicação, que também mostramos á pouco num festival. Qual foi a ideia aqui? Conforme o conceito base, a ideia foi, junto com a comunidade identificar os edifícios mais marcantes. Então foram realizados vários encontros no decorrer desses meses, no qual nós usávamos como referência metodológica os livros do Museu da Pessoa que iam orientando a forma de ouvir as pessoas e fazê-las também contarem as suas experiências com relação aos edifícios e ao território. Depois de vários meses com os encontros coletivos, nós criamos mesmo um grupo de depoentes e depois partimos para as entrevistas individuais, em paralelo identificamos os principais edifícios. Esses edifícios começaram a ser mapeados, a sua história e os seus dados técnicos. Ou seja, em termos visuais, nessa aplicação, a pessoa vai poder navegar pela Trafaria, uma freguesia que está no concelho de Almada.

Como exemplo na página de teste, apresentamos o edifício do cinema, onde nós vamos contar um pouco sobre os dados do edifício do cinema e no ícone indicativo é possível ouvir o depoimento das pessoas a falarem sobre o local, como era a sua experiência dentro desse edifício, como era a sala do cinema, como era a energia que circulava naquele ambiente, como eram as cores das cadeiras, nesse caso não tinham cores eram de madeira. Mas o que era lá dentro? Com a ajuda de arquitetos, colaboradores do projeto, nós reconstruímos esses edifícios. Então é possível identificar um pouco como era a estrutura do edificado internamente.

Esta é uma aplicação que servirá não só para as pessoas que pesquisam no âmbito social e de história local, mas também em termos técnicos para arquitetos. Apresentamos uma cronologia aproximada da história dos edifícios, para além de fotos e documentos. Na aplicação piloto foram os edifícios escolhidos para se falar na Trafaria, foram selecionados pela comunidade, pelas pessoas da comunidade. Depois são apresentadas as pessoas que participaram com maior frequência, que tiveram a generosidade de partilhar as suas histórias connosco, sobre eles e sobre a Vila, porque eles são a comunidade, não é?! E falamos sobre as memórias. Nesse momento estamos a terminar o projeto piloto e para a comunidade o resultado foi tão bom que os participantes pedem a todo o tempo que a gente continue com o trabalho que a gente continue a recolher memórias. O que nós tentamos explicar, e eu acho importante frisar aqui, é que essa é uma experiência, que também percebemos durante o processo, de um projeto que não se esgota em si, não se conclui, não termina. É impossível terminar, é impossível recolher a história inteira de uma comunidade. A nossa intenção foi dar um impulso para revitalizar este território, para reempoderar as pessoas, para estimular, para promover o amor pelo

seu espaço, pelo seu território, pelos seus edifícios, pela sua gente. Ou seja, é uma faísca.

Foi uma longa jornada, aprendemos imenso e fizemos amigos. Agora buscamos condições para terminar este processo e com a experiência que adquirimos poder seguir para novos desafios.

Este projeto pode ser replicado em qualquer lugar, pode ser replicado em qualquer freguesia, em qualquer concelho e em qualquer Vila, e nós estamos morrendo de vontade de lançar este piloto para poder desenvolver novas ações em outros territórios.

Muito obrigada.

ANA PAULA VENTINHAS E VEREADOR **JOAQUIM SIMÕES**,
FESTIVAL DO PEIXE DO RIO E DO PÃO, CÂMARA MUNICIPAL DE
MOURA

O concelho de Moura apresenta um elevado número de associações culturais com dinâmicas diferenciadas e enriquecedoras, assim como uma intervenção ao nível físico do centro histórico de Moura, através da regeneração urbana. Tendo em consideração o potencial humano do movimento associativo, da comunidade e do sector terciário, estruturou-se o festival como elemento de participação ativa e de usufruto dos novos espaços da cidade.

Nos dias 20 e 21 de junho de 2015, o Festival do Peixe do Rio e do Pão esteve de regresso ao centro histórico de Moura, na sua terceira edição, depois do sucesso das duas anteriores, realizadas em 2011 e em 2013. Classificado como um festival gastronómico e etnográfico, esta dinâmica reporta-se à época do início do século XX, com a representação de cenas das vidas de antigamente, nomeadamente com as profissões ligadas ao rio e ao trabalho do campo. Pela riqueza e diversidade de recursos naturais no concelho, o foco nos rios e ribeiras (elemento água) materializa-se na atividade da pesca e no seu produto (peixe), em harmonia com o elemento terra, associado aos moinhos e ao pão.

Neste festival, o centro histórico de Moura “vestiu-se” à época, havendo recriações teatrais e animação de rua que mostraram os modos de vida daquele tempo. A música não faltou, com a atuação de diversas bandas e grupos corais do concelho, animando os diferentes locais do Festival. A arte também “saiu à rua” artistas e artesãos locais mostraram ao vivo os seus trabalhos. Do lado da gastronomia, os restaurantes encheram-se de gentes e boa disposição, servindo pratos confecionados à base de peixe do rio e de pão, característica predominante do Alentejo.

No Festival privilegiou-se a participação das pessoas como beneficiários da atividade, e simultaneamente, como agentes de desenvolvimento, onde empresas e clientes se fundiam em dinâmicas culturais, económicas e cívicas. Os ingredientes estiveram assim todos reunidos para fazer desta terceira edição do Festival do Peixe do Rio e do Pão, mais um grande êxito para a cidade e concelho.


A Câmara Municipal de Moura e a Comoiprel, organizadoras deste evento, uniram esforços com o movimento associativo do concelho e o comércio local, que colaboraram na dinamização do Festival do Peixe do Rio e do Pão, de modo a alcançar, e até superar, as expectativas da população e dos visitantes que visitaram Moura nestes dias e apreciaram o que de melhor temos para oferecer.

Objetivos: Gerais: - Promover o património local como fator potencial de educação, turismo e desenvolvimento; - Envolver a comunidade como agente ativo de cidadania e desenvolvimento local. ESPECÍFICOS: - Promover a cultura local (gastronómica) peixe do rio e pão, musical

e etnográfica) através da realização do festival no centro histórico da cidade; - Potenciar a oferta e diversidade dos recursos de comércio e serviços locais; - Preservar as tradições locais como elemento diferenciador e de participação comunitária; - Promover a sociabilidade e vizinhança através da partilha cultural entre a população e visitantes.

O Vereador da Área Social, Saúde e Educação, Joaquim Simões iniciou a sua intervenção manifestando o seu agradecimento à organização pelo facto da experiência da Câmara Municipal de Moura ter a possibilidade de ser apresentada neste evento. Referiu que o Festival do Peixe do Rio e do Pão 2015, já vai na sua 3ª edição, sendo um festival a realizar de dois em dois anos. Frisou que foi denominado por “Festival do Peixe do Rio”, dada a existência de dois rios no concelho de Moura, o Ardila e o Guadiana, que têm espécies de peixes que sempre foram utilizados na gastronomia da região, nomeadamente o caldo de peixe, com a confeção do pargo e a carpa. Acrescentou que, tal como dita a tradição alentejana, o pão também se encontra muito presente na gastronomia da região, daí o facto de se ter acrescentado o Pão ao referido festival. Seguidamente referiu que, a intenção da Câmara em concretizar este festival, vai no sentido de recriar algumas tradições do início do século XX, nomeadamente no que se refere ao vestuário da época, no caso das lavadeiras, os cenários dos moinhos, o moleiro, os pescadores, as técnicas de pesca utilizadas na altura, permitindo desta forma que os alunos do concelho, bem como os mais novos que não conheceram esta realidade, adquiram conhecimento daquilo que existiu nesta região. Ainda no uso da palavra, disse que, tendo em conta que o Cante Alentejano foi considerado Património Imaterial da Humanidade, foram efetuadas várias demonstrações neste festival, envolvendo-se grupos corais, escolas, bem como associações que colaboram com a Câmara Municipal. Referiu que nesta matéria existe ainda a vertente urbana, tendo a Câmara optado pela requalificação do Bairro da Mouraria, cuja intervenção foi alvo da atribuição do prémio IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) 2014 – Reabilitação de Espaço Público. Seguidamente este Vereador passou a palavra, à Coordenadora da Divisão de Cultura, Património e Desporto, Ana Paula Ventinhas.

A oradora, Ana Paula Ventinhas iniciou a sua intervenção referindo que a cidade de Moura apesar de ser uma localidade do interior do país, tem um vasto movimento associativo, com diversas associações culturais, diferenciadas e muito ricas, nomeadamente no que se refere ao Cante Alentejano. Frisou também a riqueza natural, com a presença dos rios e ribeiras, encontrando-se em harmonia com a pesca e a terra associada aos moinhos e ao pão. Neste sentido o Município de Moura procura articular os interesses e a oferta junto da comunidade, sendo esta desafiada a participar. Desta forma a comunidade poderá participar na expressão artística, nos valores patrimoniais e na crítica. Referiu ser neste ambiente de participação comunitária que surge então o Festival do Peixe do Rio e do Pão, uma iniciativa bienal, realizada em 2015, durante os dias 20 e 21 de junho, tendo este festival regressado ao centro histórico da cidade de Moura, na sua 3ª edição, depois do sucesso alcançado em 2011 e 2013. Neste sentido classificou-se este festival como um festival gastronómico e etnográfico, cuja dinâmica se reporta ao início do século passado. Esclareceu que a preparação do festival tem várias fases, tendo início com a formação das equipas transversais, a qual teve uma grande aceitação e um resultado positivo. Referiu que sendo a Câmara dividida por diversos setores, nomeadamente o urbanístico, a ação social, cultural, educação, biblioteca, ludoteca e museus, tornou-se necessário, sempre que se realiza uma atividade, ter uma equipa e um



elemento responsável pela mesma. Esclareceu que após a formação da equipa, iniciam-se os primeiros contactos e as ações de sensibilização e participação. As ações de sensibilização, aprovadas pela respetiva equipa para a realização do Festival do Peixe do Rio, são posteriormente divulgadas à comunidade de forma a envolver a mesma no evento, especialmente aos moradores do centro histórico da cidade. Neste sentido este festival decorreu e perspectiva-se ainda a sua continuação no mesmo local, tendo em conta a sua actual reabilitação urbana. Acrescentou que a equipa se desloca junto da comunidade através de um “porta a porta”, divulgando a iniciativa a cada um dos moradores, incentivando-os de forma a recordarem as suas raízes, guardadas nos respetivos baús, a partilhar e a recriar as suas recordações e vivências através desta iniciativa, denominada por “Festival do Peixe do Rio e do Pão”. Frisou que o sucesso do festival se deveu à dinâmica das respetivas equipas transversais, uma vez que motivaram quer os moradores, quer os proprietários de restaurantes, quer todo o comércio local, de forma a participarem neste festival e projectarem o nome e imagem do mesmo. Relativamente aos parceiros do festival, referiu que tendo o Município um vasto movimento associativo, foram endereçados convites aos grupos corais para participarem no mesmo, os quais percorriam as ruas da cidade e actuavam nas zonas dos restaurantes e comércio local, aderentes ao referido evento. Acrescentou que os comerciantes procederam à decoração exterior dos respetivos estabelecimentos, retractando os costumes da época, tendo sido complementado com um rio, construído pelos funcionários da Câmara. Frisou que, este festival tem como objetivo principal promover o património local, como factor potencial de educação, turismo e desenvolvimento. Permitir o envolvimento da comunidade como agente ativo de cidadania e desenvolvimento local. Referiu ainda tratar-se de promover a cultura local, gastronomia, peixe do rio, música e etnografia. Disse que a participação por parte dos grupos de teatro foi no sentido de recriar cenas da época, nomeadamente fazendo barreiras para tirar as nódoas da roupa, a realização de um cortejo etnográfico para dar início ao festival, onde participaram todos os grupos do movimento associativo.

Por último, disse considerar o Festival do Peixe do Rio e do Pão uma experiência muito positiva em termos de identidade local, valorização gastronómica, transmissão de etnografia entre gerações, dinamização económica e participação cívica. Tendo em conta a participação nesta terceira edição e com base na análise efetuada por alguns intervenientes e agentes do festival, bem como pela população que usufruiu destas dinâmicas, a Câmara conseguiu sinalizar factores positivos, nomeadamente a diversidade de entidades envolvidas, desde entidades públicas a privadas e animação circulante. Referiu que neste âmbito elaborou-se um roteiro gastronómico, assinalando todos os restaurantes da cidade com a gastronomia do concelho, mencionando os pratos confeccionados com peixe do rio e pão. Relativamente a aspectos a corrigir no âmbito desta iniciativa, disse que os mesmos se prendiam sobretudo com a divulgação, no entanto tendo em conta essa falha e para que a mesma seja colmatada, este festival será divulgado na próxima edição da BTL, em Lisboa, na qual a Câmara Municipal de Moura irá estar presente, equacionando-se neste momento a hipótese de se apresentar uma prova do caldo do peixe do rio, no balcão principal.

A Oradora, Ana Paula Ventinhas terminou a sua intervenção endereçando o convite para visitarem a próxima edição do Festival do Peixe do Rio e do Pão, iniciativa a realizar em 2017, em Moura. De seguida, procedeu à entrega de um raminho de ervas aromáticas utilizadas na confeção de uma caldeirada do rio, prato típico da região.

RODRIGO ANTOLIN RAMALHO, NIGHT RUN, CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

O conceito de desporto, fruto das mudanças sociais ocorridas com a falência do modelo industrial, sofreu profundas modificações, evoluindo num sentido onde o lazer e a qualidade de vida são valores fundamentais para a compreensão do desporto enquanto fenómeno social. Conjugando a crescente importância da atividade física para a nossa população, a responsabilidade das autarquias no que toca à promoção de hábitos de vida saudável e a procura por modelos de prática alternativos, o Município de Torres Vedras, a exemplo de outras cidades, lançou o desafio a todos os seus munícipes de, caminhando ou correndo, conhecerem a sua própria cidade de uma forma diferente. A Night Run Torres Vedras possui 6 conceitos chave que a definem quanto aos objetivos e quanto à sua filosofia: 1 Atividade Física, momento de prática de atividade física. 2 Saúde/Hábitos de Vida saudável contributo para a melhoria da saúde dos participantes bem como para a aquisição ou manutenção de hábitos de vida saudável. 3 Informalidade, sem inscrições, compromissos, pagamentos ou outro tipo de burocracias. 4 Inclusão de crianças em carrinhos de bebé a cães que acompanham o seu dono, todos encontram na Night Run uma prática adequada à sua condição. 5 Sociabilidade, um espaço de convívio com amigos e familiares e de criação de novas amizades. 6 Conhecer a cidade, percorrer ruas e ruelas por onde nunca se passou, por onde não se passa há anos, ou simplesmente por onde nunca tínhamos passado com uma disponibilidade diferente para usufruir do que nos rodeia. Procurando ter como guião orientador os princípios acima referidos, a Night Run tem sido um momento aglutinador de centenas de pessoas, que, associando a atividade física ao convívio, redescobrem a sua cidade. Uma cidade que se encontra adormecida durante o período da noite de Domingo a 5ª feira, renasce com a presença de centenas de caminhantes e corredores que percorrem as suas ruas durante a hora em que decorre a Night Run. Sendo uma atividade baseada no exercício físico informal, será interessante realçar que durante a hora em que decorre a atividade, de forma quase natural, o peão toma o controlo das ruas do centro da cidade, devolvendo-lhe o espaço público e possibilitando a sua fruição de uma forma irrepetível noutros momentos. Associado aos fatores da atividade física, da sociabilização e da vivência do espaço público, procurámos ainda inserir mais um ponto de enriquecimento da atividade. Semanalmente, é pré-definido um monumento, um edifício emblemático, ou outro qualquer ponto de interesse, onde todos os grupos passam obrigatoriamente. Desta forma, levamos os participantes a visitarem locais de interesse tão díspares como o castelo da cidade, os claustros do convento, o quartel dos bombeiros, as instalações de associações da cidade, o mercado municipal, etc, etc. Afirmações como vivo nesta cidade há tantos anos e nunca tinha entrado nos claustros do convento da Graça, não entrava na minha escola desde que aqui fui aluna, há mais de 20 anos ou moro tão perto do quartel dos bombeiros e nunca tinha cá entrado são exemplificativas da curiosidade que desperta nos participantes desta atividade a visita a estes pontos de interesse.

Objetivos: Criar hábitos de vida saudável; Oferecer à população a possibilidade de aceder a uma prática desportiva informal; Promover a socialização e a vivência do espaço público; Dinamizar a cidade e os seus diversos pontos de referência; Apropriar a cidade e o seu espaço público para novas sociabilidades.

A missão do Município de Torres Vedras consiste na promoção do

desenvolvimento sustentado do concelho, garantindo serviços de qualidade, imparcialmente, a todos os munícipes. A autarquia localiza-se na cidade de Torres Vedras, e pertence administrativamente ao distrito de Lisboa e ao conjunto regional da Comunidade Intermunicipal do Oeste. A CMTV é constituída por 11 divisões, nomeadamente: a Divisão Financeira (DF); a Divisão de Recursos Humanos (DRH); a Divisão Administrativa (DA); a Divisão de Educação e Atividade Física (DEAF); a Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo (DCPCT); a Divisão de Desenvolvimento Social (DDS); a Divisão de Gestão Urbanística (DGU); a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS); a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais (DICM); a Divisão de Gestão de Áreas Urbanas (AGAU); a Divisão de Transportes e Trânsito (DTT). Existe ainda o departamento de Estratégia que se divide em 3 unidades, nomeadamente: a Unidade de Planeamento Estratégico e Territorial; a Unidade Jurídica e de Fiscalização; e a Unidade de Inovação e Comunicação. O projeto em título é coordenado pela Divisão de Educação e Atividade Física Área de Atividade Física.

Síntese: A Câmara Municipal de Torres Vedras convida a população a exercitar-se em Torres Vedras e a fruir esta cidade às quartas-feiras-feiras à noite por meio da iniciativa Torres Vedras Night Run. O ponto de encontro é na Praça da República, pelas 21h, onde se realiza o aquecimento e, durante uma hora, caminhada, corrida lenta ou corrida rápida. No final, realizam-se os exercícios de alongamento. Os percursos não estão marcados, sendo orientados por guias devidamente identificados, que os abrem e fecham. A atividade é inclusiva, ou seja, tem por objetivo que todas as pessoas cheguem ao final, em grupo, permitindo a prática informal e descontraída de atividade física, a aquisição de hábitos de vida saudáveis e a dinamização do centro de Torres Vedras com a passagem por vários locais emblemáticos desta cidade. A participação é aberta a toda a população, não requer inscrição prévia, sendo apenas necessário, como requisitos, a boa disposição, o gosto pela prática de atividade física e o espírito de grupo e ajuda. **Metodologia:** A atividade realiza-se todas as 4^{as} feiras, sempre às 21.00 horas no mesmo local do centro da cidade (Praça 25 de Abril) e inicia-se com a realização de um aquecimento por parte de um dos ginásios parceiros da Night Run. Posteriormente, às 21.30 horas, inicia-se a Night Run propriamente dita. Partindo do mesmo local, ao mesmo tempo, saem para ruas diferentes quatro grupos distintos: o grupo amarelo irá, em marcha moderada, percorrer 5 km durante uma hora, enquanto que o grupo azul, percorrerá mais 1 km resultando numa marcha mais acelerada. Os grupos encarnados e verdes, partem noutras direções e com um ritmo mais acelerado, enquanto que os verdes percorrerão 9 a 10 km num passo de corrida lenta/moderada, os encarnados percorrerão 11 a 12 km exatamente na mesma hora. Ou seja, partindo e chegando ao mesmo tempo e ao mesmo local, os participantes na Night Run poderão escolher o grupo que estiver mais de acordo com a sua condição física ou com os seus objetivos para essa noite. Uma família de quatro elementos, pode deslocar-se para o local do início da Night Run, cada elemento pode escolher o seu grupo, e voltarão encontrar-se todos exatamente no mesmo local passada uma hora. Não existem percursos pré-definidos para as caminhadas e para as corridas, os guias vão decidindo qual o caminho a percorrer sem condicionantes (exceto aquelas que têm a ver com a segurança dos participantes), resultando assim, em percursos sempre diferentes evitando a rotina de passar sempre pelos mesmos sítios com a mesma sequência. Existem no entanto duas obrigatoriedades para todos os grupos, a primeira tem a ver com o cruzamento dos grupos alguns a meio da caminhada/corrída, este cruzamento pretende possibilitar a mudança de um grupo para outro, ou seja, quem quiser aumentar ou

diminuir o ritmo da sua caminhada ou corrida, ou mesmo passar de uma caminhada para uma corrida (ou vice-versa), o momento do cruzamento dos grupos é o ideal para essa troca. A segunda obrigatoriedade, e algo que acreditamos ser uma marca distintiva da nossa Night Run, está relacionada com um local de visita/passagem obrigatória para os quatro grupos. A Night Run tem, em todas as suas edições, um local de passagem marcante para a cidade: monumentos históricos (castelo de Torres Vedras, claustro do convento da Graça, Chafariz dos Canos, etc.), edifícios de referência da cidade (Câmara Municipal, escolas, quartel dos bombeiros, mercado municipal, etc.) são locais já visitados pela Night Run e que são referidos com muito agrado pela maioria dos participantes. Às 22.30 horas, o mesmo ginásio que fez o aquecimento, fará uma sessão de relaxamento e retorno à calma, encerrando assim a Night Run por volta das 22.45 horas.

Contexto: A cidade de Torres Vedras é a capital do concelho com o mesmo nome, situa-se a cerca de 40 km de Lisboa e possui uma população residente de cerca de 20.000 pessoas. Fruto de ser o pólo agregador de um concelho disperso em termos populacionais, aumenta para o triplo a sua população nos movimentos pendulares diários. Possui um centro histórico, onde localiza a maior parte do comércio tradicional, e que tem vindo nas últimas décadas a ser intervencionado no sentido da sua revitalização e criação de zonas pedonalizadas. O ponto de encontro da Night Run é exatamente numa das praças do centro histórico, percorrendo depois toda a cidade de Torres Vedras. A população da cidade é a principal aderente a esta atividade, embora se registre uma percentagem considerável de participantes de outros pontos do concelho. Embora de forma quase residual, é possível ainda encontrar munícipes de outros concelhos a participar na Night Run Torres Vedras. Considerando a tipologia da atividade e os seus princípios base (inclusão, sociabilidade, etc.), esta atividade dirige-se a todos os grupos etários, pois os diferentes graus de dificuldade possibilitam que todos encontrem a intensidade adequada aos seus interesses e condição física.

Avaliação: Indicadores quantitativos N^o de sessões: 68 N^o total de participantes: 28.263 N^o médio de participantes: 416 Maior participação: 898 (4.6.2014) Menor participação: 71 (26.11.2014) Total de km percorridos na Night Run TV: 175.253Km equivalente a metade da distância da Terra à Lua ou a mais de 4 vezes a volta ao mundo. Indicadores qualitativos Foram realizados alguns inquéritos aos participantes na Night Run para aferir algumas questões relacionadas com a definição do perfil dos participantes bem como com a sua avaliação da atividade, tendo sido apurados os seguintes dados: - Relativamente às idades da população participante, foram questionadas pessoas com idade inferior a 18 anos e acima dos 61, o que demonstra que a atividade abrange uma grande diversidade de escalões etários, tal como é o seu objetivo. As idades mais representadas estão entre os 19 e os 30 anos, logo de seguida, estão as idades compreendidas entre os 31 e os 40 e os 41 e os 50 anos. - Acerca do local de residência a maioria das pessoas reside na cidade de Torres Vedras e no concelho, foram também contabilizados participantes do Município do Sobral de Monte Agraço, das cidades de Guimarães, Lamego e até um emigrante em França, que estava na cidade a passar férias. O número de participantes residentes na cidade representa uma percentagem de 63% e 32% são moradores no concelho de Torres Vedras. - O nível de satisfação dos participantes foi de 100%, sendo que aqui não foram contabilizadas as pessoas que estavam a participar pela primeira vez na atividade. Pontos fortes - Enorme adesão por parte dos

cidadãos - Crescente reconhecimento da importância da atividade física para o bem estar geral do indivíduo. - Informalidade da atividade, sem necessidade de estabelecer compromissos por parte dos participantes. Pontos Menos Fortes - Dependência das condições climatéricas com a consequente redução do número de participantes nas noites com clima menos agradável - Falta de dados fiáveis acerca da fidelização dos participantes Proposta de futuro: - Aumento da frequência da Night Run para duas vezes por semana - Aumento do número de grupos, alargando assim a diversidade das distâncias percorridas.

ROSÁRIO MENEZES, SANTA MARIA DA FEIRA UM MUNICÍPIO PARA TODOS, CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Ao longo dos últimos 50 anos, o mosaico urbano em Portugal tem vindo a conhecer um rápido fenómeno de crescimento. A alteração dos modos de vida fizeram com que a rede de Vilas e cidades crescesse e se adensasse a um ritmo quase exponencial, construindo-se cidades nem sempre pensadas para todos. O espaço público é a linha que une as suas diversas vivências do ambiente urbano: o trabalho, o lazer, o jardim, a habitação, as praças, os parques. Ora, deste modo, a construção de verdadeiras cidades democráticas e inclusivas, edificadas sobre o princípio base de uma total mobilidade, é um dos grandes desafios que se colocam aos municípios enquanto um dos principais agentes locais. Muito se tem falado e escrito sobre o tema inclusão para Todos, encarado como um desígnio de qualquer município, cidade ou freguesia. É notório que a resolução das barreiras físicas no espaço público, que efetivamente excluem de forma mais direta, é a face mais visível e reconhecida de um trabalho que pode, e deve, ir muito mais além.

Sem descurar a importância da eliminação destas barreiras, o grande esforço do Município de Santa Maria da Feira tem sido canalizado para um trabalho de “formiguinha”, que não é visível aos olhos da maioria, mas que representa um grande investimento na mudança de paradigmas. Entendemos que, acima de tudo, é importante sensibilizar, formar e responsabilizar todos os agentes internos e externos, com intervenção direta ou indireta no espaço público do Município, acautelando futuras intervenções a realizar.

Nesta lógica interventiva, vários são os projetos de persistente (in) formação e sensibilização, desenhados pela Provedoria Municipal para a Mobilidade e pelo Município de Santa Maria da Feira, para os mais diversos públicos, com especial incidência na comunidade escolar, com o intuito de melhor promover mudanças de comportamentos e atitudes, instigando os olhares iguais para realidades diferentes e os comportamentos que criem no futuro uma comunidade acessível a todos, nas suas barreiras físicas, educacionais e sociais.

Iniciativas a destacar: turismo acessível, entraves zero, desporto para todos, ColorAdd, Escola+Humana, Igualdade na Diferença, guia “Mobilidades: espaço público”; entre outros

Metodologia: O investimento do Município de Santa Maria da Feira na melhoria da qualidade de vida engloba segmentos de intervenção nos espaços públicos para o aumento do bem-estar da população, na democratização do acesso à cultura, turismo, desporto e apoio social, numa lógica integrada de desenvolvimento social em que o Município com os seus serviços e os seus espaços públicos é o palco da interação.

Em simultâneo, procura provocar uma maior mobilização dos agentes locais para respostas inclusivas em rede, reforçando a sustentabilidade social e económica do município. Ao nível dos equipamentos públicos:

- Museu do Papel Terras de Santa Maria: possui acessibilidades para cidadãos com limitações motoras e um desdobrável em braile;

- Museu Convento dos Lóios: possui acessibilidades para cidadãos com limitações motoras;

- Museu Santa Maria de Lamas: possui o projeto “toca e sente a arte” – réplicas para invisuais;

- Zoo de Lourosa – Parque Ornitológico: possui acessibilidade para cidadãos com limitações motoras, embora algumas zonas apresentem passeios com inclinação superior a 6%;

- Europarque e Visionarium - acessíveis para cidadãos com limitações motoras, visuais e auditivas.

- Termas de S. Jorge apresentam acessibilidades para cidadãos com limitações motoras.

Ao nível dos eventos culturais: as boas práticas centram-se sobretudo na Viagem Medieval, quer em termos de acessibilidade do centro histórico, quer ao nível da comunicação e da oferta que o evento nos brinda com serviços pensados para os turistas com limitações motoras e auditivas, mas que se destinam a todos os públicos. As áreas temáticas infantis Treino de Escudeiros, e os Pequenos Guerreiros, disponibilizam o serviço de interpretação em Língua Gestual Portuguesa. A estas iniciativas, acresce visitas guiadas com guia e intérprete em Língua Gestual Portuguesa. Ao nível da comunicação, o site da Viagem Medieval disponibiliza o programa do evento traduzido em Língua Gestual Portuguesa.

Ao nível dos transportes, Santa Maria da Feira tem o Transfeira, que oferece acessibilidade para cidadãos com limitações motoras. A carrinha “Mobilidade para Todos”, é um veículo municipal, disponível para o transporte de crianças e jovens em cadeira de rodas e seus acompanhantes, quando requisitado.

Ao nível do desporto para todos, contamos com um conjunto de iniciativas ao longo do ano de desporto adaptado.

Ao nível escolar, contamos com iniciativas de (in)formação que fomentem uma educação inclusiva.

Com uma população de 142.000 habitantes e uma área de 215 km², dividida em 21 freguesias, Santa Maria da Feira destaca-se, tanto pela força histórica de seu passado milenar, bem como o vigor com que ele desafia os tempos modernos. Dotado de uma boa rede de estradas com ligações privilegiadas com todo o país, este concelho representa a maior fatia do distrito de Aveiro que diz respeito à concentração industrial e trabalho ativo, com 29,8% e 23,5%, respetivamente. É um concelho que se caracteriza por um forte sector secundário, onde as 6337 empresas representam 62% da atividade económica, seguido pelo setor terciário, com 37%. A indústria da cortiça (11% do sector secundário e 60% das indústrias totais de cortiça do mundo) e calçados são os principais setores de atividade, seguido de metalo-mecânica, hardware, indústria da madeira, papel e fabricação de produtos para crianças (só núcleo de produção do país).

Santa Maria da Feira possui importantes atrações turísticas e monumentais, com destaque para o Castelo, um belo exemplo da arquitetura militar medieval, as Termas de S. Jorge, considerado um dos melhores spas termais do país, o Museu Convento dos Lóios, o Museu do Papel Terras de Santa Maria e o Castro Romariz. Também de referir o magnífico complexo do Europarque e Visionarium, o Museu de Santa Maria de Lamas e o

Parque Ornitológico - Zoo de Lourosa, que integra fauna provenientes dos cinco continentes, devidamente integradas no seu habitat natural, e com espécies raras e ameaçadas de extinção.

A dinâmica deste Município também se baseia no forte investimento em atividades turísticas e culturais. A Festa das Fogaceiras, tradição que data do século XVI, que tem suas raízes no cumprimento de um voto de gratidão feita ao Mártir S. Sebastião e do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, que traz anualmente a Santa Maria da Feira espetáculos de teatro de rua de uma variedade de países, são apenas dois exemplos. Um evento de grande destaque e que merece destaque especial é a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria que, durante dez dias, recria espaços de idade média e episódios históricos.

O concelho de Santa Maria da Feira é um município, por excelência, educador, faz parte da rede internacional das cidades educadoras. Tem como princípio que a educação/formação é fundamental para o desenvolvimento económico, social e sustentado da sua comunidade. Nesta caminhada é importante a participação e empenhamento de todos: escolas, pais, comunidade, autarquia, empresas, associações instituições públicas, privadas, etc.

Num momento em que a conjuntura do país e do concelho exige que as políticas sejam mais assertivas, mais do que nunca temos de continuar a apostar numa educação e formação de excelência, num projeto de desenvolvimento e promoção de valores de forma a termos cidadãos mais críticos, solidários, justos, empreendedores e por conseguinte uma comunidade mais inclusiva.

Todo o trabalho educativo a pretende ser construído e discutido com as entidades parceiras, pretende ser uma ferramenta de trabalho orientadora, que com a colaboração de todos os agentes educativos, culturais, desportivos e sociais, facilitará o desenvolvimento de projetos, atividades e educação desporto e juventude estratégias de intervenção ao nível da cidadania, cultura, património, educação, saúde e ambiente, delineando um fio condutor comum para todas as entidades locais que intervêm no desenvolvimento educativo e formativo do concelho.

Com estas iniciativas pretende-se potenciar a integração social e esperamos alcançar impacto local assim como esperamos ter impacto regional e nacional, através da partilha de conhecimentos e competências adquiridas e alargamento do mesmo às regiões vizinhas, ou mesmo através do efeito multiplicador. A título exemplificativo, na Viagem Medieval, nas visitas guiadas para cegos, ambliopes, surdos e pessoas com mobilidade condicionada, tivemos cerca de 70 pessoas enquanto que nas visitas privadas (sem solicitação de guia) de grupos com mobilidade condicionada e cegos tivemos 22 pessoas. Ainda a nível da programação da viagem medieval, dedicaram-se 12h em Língua Gestual Portuguesa (teatro, exposição, visitas, jogos, site), contamos com 45 voluntários com formação em turismo acessível e 8 voluntários para as visitas guiadas; desporto para todos – iniciativa do “Entraves Zero” que contou com a

participação de 50 pessoas com deficiência. Ao nível da exposição tátil, tivemos uma média de 85 visitantes com deficiência visual, auditiva ou motora

As principais responsabilidades municipais são: promover e proteger os interesses pessoais das respetivas populações. Os municípios têm responsabilidades, em particular, nas seguintes áreas: equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; património, cultura e ciência; desporto e lazer; saúde; ação social; habitação; proteção civil; meio ambiente e saneamento; defesa do consumidor; promover o desenvolvimento; ordenamento territorial e urbano; cooperação externa, entre outros.

É a divisão de educação que assume o papel fundamental na política educacional do concelho, tendo como principais objetivos estratégicos: contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de Santa Maria da Feira, a melhoria da educação, da formação e da cultura; promover o aumento da qualidade da aprendizagem e para garantir a continuidade ao longo da vida, adaptando a oferta formativa às reais necessidades do município, a fim de contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa, assegurando o desenvolvimento social do município; orientar a expansão da educação em termos de sistema de política económica, social e cultural, a fim de promover e garantir a igualdade de acesso à educação; combater o abandono escolar precoce; orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia que possam contribuir para o Município de Santa Maria da Feira como um educador capaz de enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento, através da sua política de educação com base no conhecimento, inovação e empreendedorismo.

A elaboração de políticas que potenciem o desenvolvimento humano e a inclusão social através do desporto, cultura, turismo e lazer permitirá ao cidadão o seu ingresso efetivo no processo de democracia. É neste contexto que Santa Maria da Feira explana, sinteticamente, a sua experiência quer na área do desporto para todos, do turismo acessível, promoção e programação cultural, entre outras iniciativas de (in) formação que fomentem uma educação inclusiva. O estímulo para o crescimento local está relacionado com o desenvolvimento humano e a inclusão social da comunidade através da promoção de um conjunto de iniciativas facilitadoras tais como turismo acessível, programação cultural da viagem medieval, desporto para todos, entre outras.

12 DE NOVEMBRO

17H00-18H30

EXPERIÊNCIAS CONVIDADAS | PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE EDUCADORA

Apresentação e moderação: **Pedro Pina**, Vereador da Câmara Municipal de Setúbal

/ **BARREIRO** CIDADANIA ATIVA: PILAR DA COMUNIDADE

Sofia Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro

/ **LISBOA** BIP/ZIP

José Ferreira, Chefe da Divisão de Apoio a Intervenções Locais da Câmara Municipal de Lisboa

Apresentação dos projetos: Empreendedorismo Low Cost; Gravidez Sem Violência (1+1=3); HANGAR; Oficinas do "SABER"; 2 de Maio todos os dias.

/ **LOURES** GALERIA DE ARTE PÚBLICA

Maria Eugénia Coelho, Vereadora da Câmara Municipal de Loures

/ **VILA NOVA DA BARQUINHA** O CIEC DE VILA NOVA DA BARQUINHA: FRUTO E SEMENTE DE E PARA UMA VILA EDUCADORA

Ana Rodrigues, Diretora do CIEC e Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

APRESENTAÇÃO E MODERAÇÃO: VEREADOR **PEDRO PINA**

Vereador do Pelouro de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social

Membro da direção da Associação de Profissionais de Serviço Social, foi presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social entre 1999 e 2001.

Foi Coordenador da Equipa de Animação do Chapitô nos Centros Educativos do Instituto de Reinserção Social Bela Vista e Navarro Paiva e Coordenador Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa para a área da Juventude/Voluntariado e Projetos de Prevenção.

De 2009 a 2013 exerceu funções como Adjunto Executivo da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa.

Nasceu a 12 de janeiro de 1976 e é licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

BARREIRO

CIDADANIA ATIVA: PILAR DA COMUNIDADE

SOFIA MARTINS, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

Sofia Martins, Engenheira, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro desde outubro de 2005 com responsabilidade na área das obras municipais, águas e saneamento e Vice-Presidente da Associação de Municípios da Região de Setúbal desde 2013.

O DIA B surgiu como uma oportunidade de refletir a cidade enquanto espaço coletivo de pertença de todos os cidadãos que aí têm de encontrar

condições e oportunidades para a sua realização pessoal, social, política e económica, requisitos fundamentais do bem-estar urbano de uma cidade moderna.

Este projeto veio dar um novo significado à participação ativa das populações na cidade onde habitam. O desafio de trabalhar lado a lado com as populações, empresas locais, movimento associativo, comunidade escolar, entidades sociais por um objetivo comum – melhorar a imagem da cidade – é a inovação do conceito de voluntariado, ao qual designamos de voluntariado urbano.

Este projeto tem vindo a assumir uma ligação com as escolas bastante positiva, onde os alunos, professores, auxiliares e encarregados de educação são chamados a propor ideias e projetos a desenvolver por si mesmos na própria escola. Estes projetos recaem maioritariamente na criação de hortas pedagógicas ou manutenção de espaços verdes que existem no recinto escolar, pintura de salas e muros da escola, limpeza dos pátios e manutenção de brinquedos do recreio, entre outros.

Em 2013 participaram 4500 pessoas em 118 ações e em 2014 foram envolvidos mais de 5500. Já em 2015 ultrapassou os 6000 participantes, tendo sido neste ano premiado com o Prémio EDP/Visão "Todos queremos um bairro melhor", entre 324 projetos nacionais.

Este projeto reflete a cidade que queremos. Uma cidade assente na participação, solidariedade, democracia e cidadania, onde todos fazem parte das decisões, propondo os locais e áreas onde querem intervir e posteriormente preservando e respeitando os espaços intervencionados.

LISBOA BIP/ZIP, **JOSÉ FERREIRA**, CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A INTERVENÇÕES LOCAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

O conceito e a metodologia dos Bairros de Intervenção Prioritária (BIP) inspirou-se numa Resolução do Governo Central, que aprovou a Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", consideradas decisivas na política de cidades. Este conceito (BIP/ZIP) foi desenvolvido e assumido pelo Programa Local de Habitação de Lisboa (PLH), provindo do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Social da CML.

Com base num levantamento e na seleção de variáveis e indicadores estatísticos georreferenciáveis, nas dimensões Urbana, Social e Ambiental, foram construídos índices compostos, que, aplicados aos diferentes territórios, conduziram ao mapeamento da Fratura Sócio-territorial da cidade, e subsequentemente à Carta dos BIP/ZIP: a consultar no Link: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=2720001>

Esta carta foi submetida a consulta pública e debatida em workshops com especialistas externos e técnicos camarários, autarcas e associações locais. Foi elaborado um questionário, que visava medir a concordância ou discordância relativa à Carta dos BIP/ZIP, identificar os seus principais problemas e alterações. Este questionário foi divulgado online, email e em suporte de papel, através de folhetos próprios. Foi enviado a cerca de 1700 organizações civis; foi feita a distribuição de 5.000 folhetos, com informação de base sobre a Carta dos BIP/ZIP e destacável com o inquérito. Foi fornecido Kit da consulta pública contendo o relatório "Metodologia de Identificação e Construção da Carta. <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=301000100533,045>

Deste processo, resultou a construção de diagnóstico das principais carências dos bairros e respetivas tipologias (Histórico, Municipal, AUGI e Outro/Misto) e a versão final da Carta dos BIP/ZIP, com a identificação e delimitação de 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), com uma população estimada de 141.126 residentes em 2010.

Para os territórios da Carta dos BIP/ZIP foi elaborado um Programa Parcerias Locais, <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=2738001> aprovado em Assembleia Municipal, com objetivo de fomentar a participação comunitária, a auto-organização e potenciar o empreendedorismo e a iniciativa local, através de pequenas intervenções propostas e executadas pelos candidatos. Em todo o processo, a Câmara estimula a participação, mobilizando os moradores, promovendo reuniões e grupos de trabalho, incentivando a formação de parcerias e apoiando tecnicamente os projetos.

Para o Desenvolvimento deste Programa foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=400800100507,030>. O GT BIP/ZIP faz a monitorização e articulação, nos territórios BIP/ZIP, das diversas estratégias, programas, planos, projetos e ações municipais, desenvolvidas ou a desenvolver pelos diferentes pelouros municipais, serviços e empresas. Cabe ainda ao GT promover: a articulação do trabalho dos Gabinetes de Apoio ao Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP). Este grupo de suporte local têm como missão dinamizar processos de requalificação e regeneração dos BIP/ZIP, através de processos de cogestão territorial, a circulação e partilha de informação entre os diferentes atores, cumprindo toda uma Estratégia de Intervenção Prioritária para Lisboa, focada numa matriz descentralizada, participativa e apoiada na estrutura local.

Com a Restruturação dos Serviços da CML, em 2015, criou-se o Departamento de Desenvolvimento Local (DDL) onde foram enquadrados os GABIP'S e o GT dos BIP/ZIP, com equipas técnicas na Divisão de Apoio a Intervenções Locais (DAIL) e criação de Planos de Desenvolvimento Local e a monitorização dos territórios BIP/ZIP, na Divisão de Desenvolvimento e Planeamento (DPD).

Através do Programa BIP/ZIP pretende-se promover a iniciativa local, fomentando a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização, a procura coletiva de soluções, Emprego, competências e empreendedorismo, sentido de pertença e coresponsabilidade com o património comum, prevenção de comportamentos de risco, melhoria dos cuidados de saúde, mobilidade e acessibilidade, reabilitação do espaço público, de lazer e fruição, intervenções no tecido edificado e/ou a regularização de questões urbanísticas e patrimoniais.

O Programa tem um ciclo anual, constituído por 7 fases (Preparação - Divulgação e Capacitação - Apresentação de Candidaturas - Apreciação das Candidaturas - Publicação dos Resultados - Início formal da Execução - Acompanhamento à Execução - Avaliação).

O Programa rege-se por um conjunto de regras onde estão clarificados os objetivos do mesmo, as ações elegíveis, as entidades beneficiárias, os montantes e o processo de financiamento, as despesas elegíveis; a formalização das candidaturas; os critérios de avaliação das candidaturas; o processo de decisão; as condições de sustentabilidade e repercussão dos projetos; os prazos de execução; o acompanhamento e monitorização dos projetos; as possíveis alterações no âmbito da execução; a publicitação, os casos omissos e a revisão anual das regras na sequência da experiência de cada edição do Programa.

Este Programa foi apresentado através de Workshop de divulgação e capacitação às entidades que trabalham ou venham a trabalhar nos territórios BIP/ZIP com o objetivo de promover as parcerias locais e a apresentação e execução de projetos com financiamento municipal.

Será de salientar, que nas cinco edições do Programa (2011-2015) foram apresentadas 546 candidaturas, tendo sido selecionados 188 projetos, resultantes de parcerias entre 698 entidades locais, num total de financiamento superior a seis milhões de euros, promovendo cerca de 1199 atividades em 63 territórios BIP/ZIP distintos.

Empreendedorismo Low Cost

BIP 67 – Alta de Lisboa Centro

UIT – Norte

Freguesia – Santa Clara

Destinatário – Adultos Desempregados

Temática – Competências e Empreendedorismo

Promotor – Centro Social da Musgueira

Parceiro – Cidadãos Empreendedores

Montante Solicitado – 16.750,00 €

Total execução – 19.250,00 €

Principal Objetivo – Promover o empreendedorismo de base local, desenvolvendo competências para criação dos próprios negócios 'low cost'. Construção dos projetos e sua sustentabilidade; Construção de ferramentas de promoção e comercialização. Tutoria aos empreendedores e aos projetos.

Principal Atividade – Formação em duas fases de candidatos à criação do próprio emprego: 1ª fase montagem da ideia de negócio e da sua sustentabilidade (3 turmas); 2ª fase implementação de 15 negócios; Tutoria e apoio aos primeiros passos do auto-emprego e do negócio implementado.

Análise Swot:

Potencialidades – Formar para a transformação de uma ideia numa realidade; Motivar outros para a concretização das suas ideias de negócio e auto-emprego

Dificuldades – Tomada de consciência das próprias incapacidades e da não viabilidade económica de muitas das ideias de possíveis negócios.

Continuidade/Repercussão – Manter o acompanhamento de tutoria aos negócios implementados.

Execução 2013-2014; Sustentação 2014-2015

[Gravidez Sem Violência (1+1=3)]

BIP 27 – Lóios

BIP 28 – Amendoeirais

BIP 30 – Condado

UIT – Oriental

Freguesia – Marvila

Destinatário – Família

- Total Destinatários: 172

Temática – Inclusão e Prevenção

Promotora – Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe

Parceiros – Fábrica da Igreja Paroquial de São Maximiliano Kolbe do Vale de Chelas; Junta de Freguesia de Marvila; Centro Social e Cultural Santa Beatriz; Ponto de Apoio à Vida

Montante Solicitado – 49.986,00 €

Total execução – 49.986,15 €

Principal Objetivo – Prevenção, deteção e intervenção nas situações de violência doméstica na gravidez

Principal Atividade – Aplicação do Rastreio de Violência na Gravidez; Diagnóstico Multidisciplinar e Intervenção Integrada; Sensibilização da comunidade técnica

Análise Swot:

Potencialidades – Composição e experiência da equipa; Contactos já existentes entre o Promotor e rede local de parceiros; Canais de divulgação e comunicação disponíveis; Caracter inovador do projeto.

Dificuldades – As novas configurações ao nível da política de saúde, assim como a abertura manifestada pelos profissionais clínicos, aquando da apresentação da candidatura, acarretou alguns constrangimentos.

Continuidade/Repercussão – Produção e disseminação de um documento relativo ao plano teórico e às práticas associadas, inter e intra institucional, que podem ser replicadas uma vez percebida a importância da dimensão violência doméstica na avaliação clínica; Preparação na rede local de uma intervenção especializada com aptidão para intervir junto de grávidas vítimas de violência doméstica, particularmente vulneráveis; A quebra de transmissão dos padrões disfuncionais da família facilitam a inclusão social, motivando a (re) construção de novos projetos de vida e de novos modos de se relacionar, influenciando positivamente as gerações seguintes; Plataforma online disponível e interativa possibilitando dar respostas a novas situações.

Execução 2014-2015; Sustentação 2015-2017

HANGAR

BIP 23 – Graça

UIT – Centro Histórico

Freguesia – São Vicente

Destinatário – Comunidade: Total Destinatários: 4.800

Temática – Melhorar a Vida no Bairro

Promotora – Xerém Associação Cultural

Parceiras – ZOOM Lisboa

– Editora Orfeu Negro

– Artéria - Associação de Arquitetura e Reabilitação Urbana

– CEC - Centro de Estudos Comparatistas da FLUL

– Junta de Freguesia de São Vicente

Montante Solicitado – 50.000,00€

Total Executado – 69.000,00 € (acima do previsto em candidatura)

Principal Objetivo – Criação de um centro artístico e comunitário, para o desenvolvimento de atividades artísticas turísticas e culturais com o envolvimento da comunidade, essencialmente com jovens desempregados.

Principal Atividade – Adaptação do espaço para o desenvolvimento do Centro Comunitário. – Programa Educativo. – Residências Artísticas.

Análise Swot:

Potencialidades – Forte participação da comunidade do território. – Forte adesão de visitantes provenientes de fora do território.

Dificuldades – Dificuldade em aferir responsabilidades pela infiltração no imóvel e eventual ressarcimento de despesas acrescidas.

Execução 2014-2015; Sustentação 2015-2017

Oficinas do “SABER”

BIP 35 – Rego (Bairro de Santos e PER)

UIT – Centro

Freguesia – Avenidas Novas

Destinatário – Comunidade

- Total Destinatários: 515

Temática – Competências e Empreendedorismo

Promotora – Igreja Nossa Senhora de Fátima

Parceiros – Instituto de Solidariedade, de Ação e Desenvolvimento Social – Associação

Montante Solicitado – 24.990,00 €

Total execução – 51.615,00€

Principal Objetivo – Promoção de competências profissionalizantes e

empreendedoras em áreas técnicas face ao insucesso escolar do bairro

Principal Atividade – Oficinas para jovens e pais

Análise Swot:

Potencialidades – Disponibilidade da equipa, possível estágio profissional

Dificuldades – Poucos recursos financeiros sala Espaço Jovem Dificuldade arranque escolar

Continuidade/Repercussão – Apoio da Junta de Freguesia, produção e comercialização de produtos feitos nas Oficinas.

Execução 2014-2015; Sustentação 2015-2016

2 de Maio todos os dias

BIP 02 – Dois de Maio

UIT – Ocidental

Freguesia – Ajuda

Destinatário – Comunidade

Temática – Reabilitação e Requalificação de Espaços

Promotora – Junta de Freguesia da Ajuda

Parceiros – Associação Atividades Sociais Bairro 2 de Maio

Associação de Moradores Bairro 2 de Maio

Faculdade de Arquitetura - UTL

Montante Solicitado – 49.400,00 €

Total execução – 63.100,00 €

Principal Objetivo – Promover a qualidade de vida no bairro com intervenções multissetoriais sobretudo com intervenção no espaço público e recuperação de um espaço para a ‘Casa para Todos’

Principal Atividade – Criação da ‘Casa para Todos’; intervenção de recuperação e de requalificação do Largo do cantinho; capacitação dos parceiros e residentes para a preservação dos seus espaços comuns; sensibilização para a limpeza do bairro; criação de um espaço hortícola; realização de eventos comunitários para informar e motivar os residentes na participação do projeto

Análise Swot:

Potencialidades – Criar novas forças vivas no bairro que acreditem na sua regeneração e na capacidade dos residentes em darem respostas às suas próprias necessidades.

Dificuldades – Processo longo e complexo nas autorizações das intervenções programadas.

Continuidade/Repercussão – Este projeto está a criar as bases de confiança da população de que é possível intervir no bairro, criando espaços comuns ao serviço da comunidade e reabilitando o espaço público pela e para a comunidade.

Execução 2013-2014; Sustentação 2014-2016

LOURES - GALERIA DE ARTE PÚBLICA, MARIA EUGÉNIA COELHO, VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

A Quinta do Mocho é uma urbanização municipal onde residem perto de 3000 munícipes e com uma imagem fortemente ligada à delinquência e à criminalidade.

Tendo presente este estigma, o Município de Loures organizou, em conjunto com a Associação Teatro Ibisco, um festival de três dias com teatro, música, arte urbana, entre outras atividades, chamado O Bairro i o Mundo.

Foi então entendido que não bastava realizar uma iniciativa de três dias para desmontar um estigma com mais de uma década. Foi com

esta preocupação que surgiu a ideia de avançar com a criação de uma galeria de arte urbana.

Esta iniciativa permitiu trabalhar a dois níveis, por um lado que os técnicos do Município estejam em permanência no bairro, percebendo problemas e dificuldades, ajudando a resolução dos mesmos, por outro lado, trazendo visitantes ao bairro, demonstrando que a imagem distorcida não corresponde à realidade de um bairro vivo com espírito de comunidade e com uma imensa vontade de participação e transformação.

VILA NOVA DA BARQUINHA - O CIEC DE VILA NOVA DA BARQUINHA: FRUTO E SEMENTE DE E PARA UMA VILA EDUCADORA, ANA RODRIGUES, DIRETORA DO CIEC E PROFESSORA AUXILIAR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

O CIEC de Vila Nova da Barquinha: fruto e semente de e para uma vila educadora

O Centro Integrado de Educação em Ciências [CIEC] é parte integrante de uma escola inovadora do 1º Ciclo do Ensino Básico [CEB] – Escola Ciência Viva de Vila Nova da Barquinha [ECV - VNB]. É pois, o símbolo de uma vila educadora dentro da escola e da extensão da escola, enquanto instituição promotora de aprendizagens ao longo da vida, na vila.

O CIEC corporiza-se na criação de um espaço de educação não-formal de ciências dentro de uma instituição de educação formal, e na criação de um laboratório de ciências concebido especialmente para realizar atividades práticas de ciências no âmbito da educação formal, para os primeiros anos de escolaridade. Trata-se de uma inovadora perspetiva de organização da educação em ciências, integrando o formal e não formal. Este projeto foi fruto da visão estratégica da autarquia de VNB, que reconhecendo a importância da investigação em educação, encetou uma parceria com a Universidade de Aveiro, em particular com o Departamento de Educação e do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF). A singularidade do processo de conceção e desenvolvimento deste projeto, pretende-se também com o facto de ter envolvido uma equipa multi e transdisciplinar, abarcando diferentes áreas do conhecimento, tais como investigadores, formadores, autarcas, arquitetos e designers.

O fruto CIEC, que abriu oficialmente ao público em janeiro de 2013, contém inúmeras sementes que visa disseminar por toda a vila, tornando-a mais educadora. Estas sementes visam também germinar em outras terras e é neste sentido que tem recebido, para além de visitantes locais, visitantes de outros concelhos e mesmo de outros países.

Para além da exposição permanente com 40 módulos-desafios contemplados nas áreas temáticas: "(Em)barca com a Ciência", "Explorando o castelo", "Explorando a barquinha", "Explorando o Tejo" e "Explorando o ar e o voo", o CIEC promove também eventos de divulgação científica, tais como: Contos & Ciências: barquinha de vivências, Cafés de Ciência, Jantares de Ciência, Férias com Ciência, Espetáculos "Magia com Ciência", Festas de aniversário com Ciências, Trilhos de Ciência & Arte e workshops Ciência nos Sabores. Promove ainda ações de formação para professores com particular enfoque em práticas integradas de ensino em contextos de educação formal e não-formal de ciências.

O CIEC tem assim uma identidade própria vincada, que advém do facto dos seus conteúdos estarem ancorados nas realidades locais, onde a compreensão da coerência do conjunto implica um conhecimento e um

sentir do território. Não se trata, portanto, de um espaço temático, nem tão pouco de uma mera seleção avulsa de módulos interativos. Trata-se de um espaço de Ciência com módulos e atividades que visam a compreensão de conceitos e fenómenos científicos globais, partindo da realidade e contexto local (ex. Rio Tejo, Barca, Castelo de Almourol, Paraquedismo e Arqueologia). Aos visitantes locais proporciona a exploração de conceitos e fenómenos científicos contextualizados na sua própria terra e aos visitantes não locais, para além dessa exploração, dá-lhes ainda a possibilidade de conhecerem VNB e a sua história. Procura ser, assim, um núcleo de divulgação de cultura científica à comunidade.

Esta integração dos conceitos e fenómenos científicos com a realidade local constitui-se, assim, como um dos principais princípios estruturantes e identitários do CIEC, mas outros, não menos importantes, se podem apresentar. Destacam-se por exemplo: a integração das aprendizagens e das atividades desenvolvidas nos diferentes contextos da escola ECV (ex. laboratório de ciências, sala de aula, horta, pomar, espaço não-formal do CIEC, visitas de estudo) e a integração a nível de outros espaços de educação informal e não-formal locais; a integração da educação em ciências ao longo da vida dos indivíduos e a nível intergeracional; e a integração multi, inter, transdisciplinar e interciclos, desenvolvendo-se projetos de cariz interdisciplinar (ex. exposições, workshops, dispositivos experimentais, teatros científicos) para apresentar à escola, agrupamento ou comunidade, e envolvendo grupos de estudantes de diferentes níveis de ensino.

Outro aspeto identitário e singular do CIEC é o facto de ter sido um produto de investigação e ser atualmente objeto de investigação.

Finalizando, considera-se vital a integração de e entre todos os participantes neste processo (ex. professores, estudantes, monitores, técnicos operacionais, administrativos, pais, autarquia, investigadores, parceiros da comunidade) em prol de uma intervenção dinâmica no desenvolvimento deste projeto comum, de todos e para todos, que é a EDUCAÇÃO.

Ana V. Rodrigues - Professora auxiliar no Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, membro do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF), e Diretora do Centro Integrado de Educação em Ciências (CIEC) de Vila Nova da Barquinha (www.ciec.vnb.pt). Doutorada em Didática e Formação.

Tem desenvolvido projetos e publicado sobre formação de professores e educação formal, não formal e informal em ciências em revistas nacionais e internacionais. É uma das autoras dos guiões didáticos para o 1ºCEB desenvolvidos no âmbito do PFEEC.

www.anavrodrigues.pt

13 DE NOVEMBRO

09H30 - 11H00

SUBTEMA 3: PARTICIPAÇÃO ATIVA DA CIDADE

“A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e corresponsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos. Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.” – Carta das Cidades Educadoras

Apresentação e moderação: **Filipa Ramalhete**

Intervenientes: **Álvaro Domingues** | **Lucília Salgado** |

Tiago Mota Saraiva

APRESENTAÇÃO E MODERAÇÃO, **FILIPA RAMALHETE**

Licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Doutora em Engenharia do Ambiente, ramo de Ordenamento do Território pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Docente do departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa onde coordenou diversos projetos: Arte e Comunidade – Monumento à Multiculturalidade em Almada; Fronteiras Urbanas - Laboratório de Intervenção em Arquitetura (2012- 2015). Desta atividade tem dado conta em múltiplos encontros e publicações científicas. Diretora da revista estudoprevio.net.

Muito bom dia a todos, bem-vindos ao terceiro e último dia deste encontro, que tem sido muito rico e produtivo. Começamos com um ligeiro atraso, pelo que vou ser breve nesta introdução, para passar rapidamente a palavra aos nossos oradores. Queria dar os parabéns à organização, pela forma irrepreensível como preparou o programa, toda a informação curricular dos oradores já está disponível para os participantes irem consultando com calma, à medida que vão ouvindo as intervenções, pelo que não me alongarei nas apresentações. Neste primeiro painel, vamos abrir o subtema “Participação ativa na cidade”. Neste momento, o mundo assiste a uma realidade, sobejamente conhecida: mais de metade da população mundial vive em cidades. Mas sabemos que falar de cidades num dado contexto (como Portugal) é completamente diferente de falar de outros contextos, no país vizinho ou noutro continente. O que significa que, quando dizemos que mais de metade da população vive em cidades, estamos a falar de realidades muito diversas. No entanto, de qualquer das formas, tudo indica que nós, definitivamente, estamos transformados em populações urbanas, independentemente dos diversos contextos.

Temos hoje aqui um painel de oradores que nos vai ajudar a pensar um pouco sobre o que é isto de viver na cidade, e discutir que cidade queremos para o futuro. Não há dúvida que as cidades são lugares onde podemos crescer como cidadãos, onde podemos ter novas oportunidades. Mas também são lugares de injustiça, social e espacial, de exclusão, por vezes, até, de solidão. No entanto, não podemos cair na tentação, face à escala atual da urbanização, de achar que “o campo é que era bom” ou de querer, de alguma forma, criar uma ideia romântica daquilo

que é a vida fora das cidades. Temos, ao invés, de aceitar o desafio de pensar nas cidades que temos e nos mecanismos e nos projetos que nos vão ajudar a transformá-las naquilo que nós efetivamente gostávamos que elas fossem.

Falando agora de Portugal, há uns anos houve uma série de documentários muito interessante coordenada por Álvaro Barreto, que se chamava “Portugal, um retrato social”. Recordo-me de que havia um episódio dedicado ao ordenamento do território que terminava dizendo “é difícil viver nas cidades portuguesas”. Nós sabemos que realmente nem sempre é fácil, que temos problemas de ordenamento (ou de desordenamento...), e que são grandes os desafios para aumentar a qualidade de vida - em particular dos que vivem, como nós, nas áreas metropolitanas. Mas também temos visto, ao longo destes dias, que - provavelmente- vivemos no melhor tempo e no melhor espaço para inovar, para pensar, para debater - e para fazê-lo de uma forma em que todos nós podemos, se quisermos (e espero que todos nós aqui queiramos) ser parceiros ativos nessa mudança. E, nesse sentido, este tempo é o melhor tempo.

Para terminar, queria só notar que este painel está muito bem equilibrado: em termos de género, o que é sempre uma coisa boa, também está muito equilibrado em termos e formações: vamos ouvir primeiro a Lucília Salgado, que vem da área das ciências da educação; a seguir o Tiago Mota Saraiva traz-nos uma visão de um arquiteto que pensa mas, simultaneamente, intervém; e vamos fechar com o Álvaro Domingues, da geografia, uma ciência que tem muito para dizer sobre as cidades de hoje e de amanhã.

Muito obrigada.

LUCÍLIA SALGADO, PARTICIPAR NA CIDADE, UMA FORMA DE APRENDIZAGEM RICA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, PELO TRABALHO E PELA CIDADANIA

Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade Nova de Lisboa, tendo feito uma pós-licenciatura em Ciências de Educação - em Psico-pedagogia da língua materna e Educação de Adultos na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genève. É Professora-coordenadora da Escola Superior de Educação de Coimbra onde desempenhou o cargo de Presidente do Conselho Pedagógico. É diretora do Curso de Animação Sócio Educativa, coordenadora da pós-graduação em Bibliotecas e Animação da Leitura e do Mestrado em Educação e Lazer e da comissão de coordenação do Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local. Foi professora no ISPA entre 1980 a 1987 e na Licenciatura em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra de 1989 a 1999. Coordenou o estudo nacional “CNO Uma Oportunidade Dupla: da promoção da Literacia Familiar ao Sucesso Escolar das Crianças” financiado pela ANQ - Agência Nacional para a Qualificação; construiu um modelo de intervenção sistémica, com a participação da animação socioeducativa, para construção do sucesso escolar em meios de baixas qualificações escolares para a região de Coimbra. Pertence à Comissão da Avaliação Externa (CAE) da A3ES para avaliação dos Cursos de Animação.

Muito bom dia a todos e a todas aqui presentes. Começaria por agradecer à Câmara Municipal de Almada o convite que me foi formulado para estar aqui e agradecer-lhe também a qualidade com que nos presenteou com um Encontro deste nível. Realmente não só pela organização, mas pela qualidade dos participantes cujas experiências já tive oportunidade de vir conhecendo, nas suas práticas e nas suas reflexões, produziram um encontro que merece parabéns.

Estamos a passar do paradigma da educação centrada na escola para o reconhecimento do papel na comunidade. O que é que isto quer dizer? Que teremos de refletir a aprendizagem e perceber o que é que a comunidade nos está a dar, como está a contribuir para a educação, especificamente neste conceito das Cidades Educadoras.

Esta reflexão não é original. A chamada Estratégia de Lisboa 2000 reconhecida na conferência que a União Europeia realizou nesta cidade, neste ano, assenta na importância primordial do desenvolvimento do saber, do conhecimento: temos agora a economia que descobre a importância da educação. Assim, a educação começa a ganhar outra força nas nossas sociedades, porque a economia vem dizer que o conhecimento é a base para se conseguir evoluir na produtividade. E a importância deste reconhecimento não interessa apenas ao desenvolvimento das economias nacionais – ou europeias, neste caso – mas sobretudo porque o não acesso a este conhecimento conduz ao desemprego e à exclusão social. Não interessa se estamos contra ou favor, se consideramos ou não injusto, mas a realidade será – está já a ser – fatalmente esta mesma.

E não nos interessa estar a criar uma sociedade onde as pessoas, por não terem competências, sejam excluídas do mercado de trabalho. Interessamo-nos construir uma sociedade onde todos possam ter acesso também emprego, e de uma forma consciente. O paradigma fordista mudou. Cada vez mais hoje se exige que o trabalhador seja uma pessoa que perceba o que está a fazer. A robótica já veio acabar com o indivíduo que apenas executa gestos mecânicos, felizmente para o nosso cérebro humano. Teremos forçosamente de resolver os problemas sociais que daí advêm: desemprego, exclusão...

A conferência de Lisboa, veio colocar novos problemas em relação à educação, em relação ao seu contexto, vindo até reconhecer o contexto território como um contexto educativo. Fala-se agora de Educação ao Longo da Vida. A aprendizagem deixa de se processar num tempo centrado na escola, na família para ser algo que se prolonga ao longo da vida.

O Memorando da União Europeia (2000) vem reconhecer ainda a importância dos contextos não formais e informais no desenvolvimento de conhecimentos e competências fundamentais neste domínio. Diz que a Escola – o domínio formal – já não chega. Precisemos o que fomos conseguindo entender nestes conceitos: referimo-nos a educação não-formal quando desenvolvemos atividades lúdicas ou diferentes do modelo escolar com uma determinada intencionalidade educativa. Por isso, nestas atividades, poderemos fixar objetivos claros e até avaliá-los em cada participante. Falamos de educação informal, quando criamos um contexto que sabemos ser rico do ponto de vista educativo, onde cada um acabará por usufruir de acordo com os seus interesses, as suas necessidades, de uma forma mais ou menos consciente.

A este propósito, podemos fazer aqui um parêntese para precisar estes conceitos. Pierre Furter (1983, *Les Espaces de la Formation*) vai mais longe ao afirmar que estes termos – não formal e informal – pecam por não definirem o conteúdo do conceito. Dizem apenas o que não é – que não é escolar! – mas o que encerram estes três conceitos, tão imprecisos? Furter prefere falar de espaços de formação cabendo-nos ver como aí

acontece a educação difusa para, na nossa intervenção, enriquecermos a educogenia desse espaço. Não é esta abordagem que pretendemos no desenvolvimento das Cidades Educadoras?

Penso que este encontro está a dar um grande contributo neste debate por isso é que formulo aqui esta questão. Na linguagem de Furter este Encontro está-nos a mostrar como é que a comunidade pode responder, como se pode desenvolver a sua educogenia. Como é que a comunidade pode tornar-se um espaço de formação.


Mas voltando à questão da Economia do Conhecimento – como foi chamada, em 2000, na referida conferência – esta nova abordagem explícita conduz-nos a outros níveis de reflexão: Instance da OCDE questionava: então e nesta sociedade do conhecimento o que é que vamos fazer à escola? Porque a escola, em praticamente todos os países, tornou-se num contexto que não é muito rico. Porque em termos do conhecimento será pouco o que fica ao longo da vida. Basta olharmos para o que se aprende na escola, muitas vezes ficamos apenas com um menu de má consciência. Dizemos “eu já dei isso”, mas não ficamos com competências. Esse saber não passou da escola, não entrou no conhecimento não se transformou em competência. Toda a gente começa a ter um bocado de consciência do que é que está a acontecer na escola. Não é só cá em Portugal. E então diz Instance: o que é que vamos fazer à escola? Há três hipóteses: “reformar a escola, revolucionar a escola ou acabar com a escola”. Há experiências em todos estes sentidos em muitos Países e nós aqui também andamos a ver algumas coisas que ainda não formalizamos. Mas cuidado, Instance na OCDE, apresenta estas três hipóteses mas dá para cada uma delas duas outras saídas: a) a resposta dada pela comunidade e b) a resposta dada pelo mercado. O que é que nos interessa?

Penso que neste encontro temos claramente a resposta da comunidade. Vemos como é que a comunidade pode contribuir numa sociedade do conhecimento, que não procura só responder às necessidades da economia, mas dá uma resposta integrada em que forma para a cidadania em que realmente a educação vai acontecer de uma outra maneira, de uma forma integrada.

Herdamos o conceito de Educação Permanente, nascido em França, nos anos 50 do século passado, onde, outros processos educativos, diferentes dos escolares, apareciam e se tornavam necessários por razões de cidadania: um dos grandes problemas a resolver seria formar cidadãos que não permitissem a existência de mais guerras. Por isso esta formação, para além do saber (conhecimentos) e do saber fazer (capacidades) procurava sobretudo desenvolver o saber ser ou estar (atitudes e comportamentos) que não eram objetivos explícitos da Escola. Hoje, este conceito de Educação ao Longo da Vida – Life Long Education como antes se traduzia Education Permanente – remete para a formação global do indivíduo mas está preocupada com a sua formação para responder aos desafios da Economia. Penso que o aproveitamento da perspectiva, que também nos interessa procurando fugir à exclusão social, para alargarmos à preocupações de formação geral do cidadão em todos os contextos da sua vida, tornando-o uma pessoa mais capaz de compreender os desafios que lhe são dirigidos e de lhes controlar as respostas. Nomeadamente no campo económico.

Seria um modelo diferente do da educação escolar que se desenvolveu então, sobretudo a partir de contextos associativos.

Quando falo de educação escolar refiro-me ao quadro escolar tradicional mas que ainda está patente na maioria das escolas não fosse esse o modelo que é apresentado nas universidades! Felizmente, há muitas escolas que já têm algumas práticas de educação permanente, de formação global do indivíduo de participação na sua formação.



Torna-se necessária uma educação mais participativa. Que eu saiba o objetivo do que é e por que quero aprender. Claro que eu tenho um objetivo mas há sempre outras coisas que eu vou aprendendo e que eu vou desenvolvendo. O que se procura é a aquisição e desenvolvimento de competências e uma educação centrada nos destinatários para aquilo que, desde Piaget, sabemos é a génese da aprendizagem e que hoje dá pelo nome de participação. Também aqui não nos referimos ao que na maioria das salas de aulas se chama de “participação”. Falamos de participação em termos cognitivos, no envolvimento de cada um na sua aprendizagem.

Temos vários autores que nos falaram deste tipo de formação, em que a aprendizagem acontece através da realização, da produção de algo útil, através de ações. A aquisição de competências, de troca de saberes culturais que permaneçam no indivíduo passíveis de ser utilizados no momento em que se revelem necessários. Os meninos, ou os adultos que participam em ações sobre o património, que vão ver uma exposição com uma pessoa que conta vivências, nunca mais esquecem. Tornam-se saberes que ficam para a vida toda, desenvolvem autonomia, valorização e emancipação. Paulo Freire - que já foi ontem aqui referido – diz que se apresenta através da prática, através das produções, das realizações, dos jogos, daquilo que se faz e esta aprendizagem está ligada ao ato voluntário. Esse ato voluntário permite o envolvimento, a motivação e o desenvolvimento de processos auto avaliativos. Eu sou capaz de ver em cada momento se estou a aprender se não estou, o que é que estou a fazer. E corrigir. São projetos baseados em processos cognitivos e educativos. Normalmente implicam a aprendizagem por descoberta por tentativa e imitação, com parceiros, uma aprendizagem diferente do estar sentado a ouvir um discurso.

É interessante que hoje, um dos contextos onde se desenvolvem atividades educativas mais ricas - e todos nós temos essa experiência - são os contextos de lazer. Dumazedier define lazer desde o tempo em que surgiu, depois da 1ª guerra mundial, através do que os brasileiros chamam de uma forma interessante, os 3 D. O que é que nós procuramos num processo de lazer? Procuramos os 3 D's: descansar, divertir, desenvolver e este desenvolver é uma forma de aprendizagem quando nós estamos no contexto de educação permanente, não é? Quero ver o que faz esta população, quero ver como é esta região. Isto são hoje aprendizagens que devem ser reconhecidas. Muitas das atividades que foram aqui apresentadas são ligadas ao lazer das pessoas e ainda bem que esse lazer é rico. Aí se aprende, sem stresse (cansaço), de forma agradável ou mesmo divertida!

Depois, este tipo de aprendizagens, tem também outras características: são inter-geracionais quer dizer não é crianças para um lado, adultos para o outro. Normalmente a população aparece como aparece na sociedade. O envelhecimento provoca um enriquecimento da vida familiar. Ontem vimos como os pais se relacionavam com os filhos. Tive oportunidade de ver as pessoas que faziam o RVCC, (reconhecimento, validação e certificação de competências) – processo de educação de adultos – como transformavam a sua vida familiar com riqueza para os seus filhos em idade escolar e realmente como esses contextos eram ricos e importantes. Esperemos que eles se continuem a desenvolver porque são contextos onde a pessoa ganha autonomia, se emancipa e participa de uma outra forma, na sua própria família.

Queria referir também os contextos associativos que temos também vindo a reconhecer como muito ricos. Por exemplo com aprendizagens específicas: música, desporto, teatro, dança, jogos. Aqui há uns anos eu vi aqui em Almada que havia 4 coletividades onde se aprendia a jogar majong. Ninguém imaginava isso. Mas realmente as coletividades têm coisas riquíssimas e nós temos que estar atentos. Há ecologia, património

material e imaterial (já vimos isso ontem) aprendizagem da vida ativa. Nos contextos associativos as pessoas aprendem a conceber projetos, a gerir projetos, a ter liderança. A realizar trabalho de cidadania e em grupo. Aprendem tolerância, democracia, e entreajuda. Este trabalho reveste formas participativas e democráticas da aprendizagem.

Participação, remete ainda para outros contextos de desenvolvimento, educativos. Por exemplo, o desenvolvimento local. Terei de chamar aqui Roque Amaro como o grande homem que realmente trabalha este domínio. Costumo referir-me a alguns projetos da Agenda 21, do Orçamento Participativo, e, sobretudo, das Cidades Educadoras.

Falou-se aqui do mundo rural. Tenho estado muito ligada ao mundo rural, no distrito de Coimbra, na região Centro e realmente vemos os territórios de baixa densidade tornarem-se em espaços de formação riquíssimos. Quando chega uma pessoa de fora, o forasteiro, ou o turista desenvolve trocas com os locais. São trocas de saberes diversas e ricas, para os que vêm de fora e para os que estão no território. Desenvolvem-se, propostos pelas entidades locais em parcerias, e passam pelos domínios socioeducativos, socioeconómicos, pela economia solidária em parceria, mobilizando potencialidades, recorrendo a todos os atores locais onde os mais jovens são também fundamentais.

As pessoas mais velhas das comunidades possuem saber e filosofias de vida que interessam muito aos que vivem em meios urbanos e que cada vez mais procuram os meios rurais para o seu lazer. No entanto para a relação com este saberes precisamos do acesso às novas tecnologias que os mais novos e até as crianças dominam. E com estas tecnologias, os jovens e as crianças, nas suas produções, enriquecem muitos dos saberes que já possuem - muitas vezes sem deles terem consciência – reconhecem-nos como portadores de valor social, difundem-nos, criam relações com os que vivem noutros contextos.

E para finalizar, clarificando, coloco a questão: pode a cidade responder à escola? Pode tornar-se a escola um espaço de formação? A escola não só poderia ser um espaço de formação, - como muitas escolas encetaram já esse caminho – mas respondendo a Instance afirmo que não estamos num tempo de acabar com a escola embora muita gente sinta, na sociedade, que isso é uma perspetiva que existe. Não é a minha, de maneira nenhuma! Nós conhecemos cada vez mais práticas, extremamente ricas, que existem em escolas. E a escola pode participar nesta Cidade Educadora. Nós vimos aqui já vários casos de como a escola participa nesta Cidade Educadora.

Queremos uma escola democrática e com sucesso para todos. Este, para mim, é o primeiro problema e um desafio. Neste momento cerca de 60% das nossas crianças é colocada em situação de não aprendizagem, de insucesso. Reprova pelo menos um ano até ao 12º ano e, ao contrário de certos governantes, não estou preocupada pelo dinheiro que se gasta com estas reprovações dos meninos. Inquieto-me com a não aprendizagem que acontece e que nós temos que ter em conta. A maior parte de nós, aqui nesta sala, teve uma certa mobilidade social através da escola. Teremos que repensar como é que vamos conseguir que essa mobilidade social aconteça a todas as crianças que hoje frequentam a escola de modo a que 60% não seja posta de parte. Este é um problema de insucesso da escola em relação à maioria, dos seus destinatários. Até porque a escola reconhece, e penso que todos reconhecemos que sozinha a escola não poderá fazer muito mais.

Este é também um grande desafio lançado às Cidades Educadoras: como é que eu vou fazer participar 60% de meninos que vêm normalmente

de famílias de baixas qualificações escolares na Cidade Educadora? É uma opção progressista a lançar. Nesta sociedade do conhecimento o desafio está em não marginalizar à partida estas crianças. Não se pode é fingir, não ver que isto está a acontecer.

Queremos a democracia na escola para uma escola democrática com a participação de todos na aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Isto implica novas governanças para a educação quer em termos dos governos centrais quer locais. Que se reconheçam estas práticas de que nós temos estado a explicitar ao longo destes dias e de outras. Que as financiem e que as tenham como parceiros educativos. Trata-se de uma parceria em conteúdos e metodologias e não apenas administrativa.

E por isso, terminava aqui lembrando que “para ensinar uma criança é preciso uma aldeia” diz o Povo, e eu gostaria de afirmar que “Para que todos aprendam é preciso uma cidade!”

Muito obrigada.

TIAGO MOTA SARAIVA, TRABALHAR COM OS 99%

Licenciatura em Arquitectura, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2000) e especialização em Arquitectura, Território e Memória da F.C.T. da Universidade de Coimbra (2004). Prémio Comendador Joaquim Matias Quelhas dos Santos para alunos melhor classificados na disciplina de Projecto 5º ano da FAUTL (20 valores). Menção Honrosa no Prémio SECIL Universidades de 2000. Colaborou em diversos ateliers de arquitectura (1995-2012). Membro do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos (AO) durante dois mandatos (2003-07) e Tesoureiro Nacional (2005-07). Membro da Comissão Organizadora do Ano Nacional de Arquitectura 2003 (ANA '03). Comissário do Prémio Tektónica 2003, 2004 e 2005, organizado pela AIP-FIL e OA. Comissário do Concurso Internacional Celebração das Cidades, organizado pela UIA. Comissário do Prémio Secil Universidades 2003, 2004 e 2005 – Arquitectura e co-comissário do Prémio Secil 2004. Organização do Prémio Mobilidade 2005 (parceria Santa Casa da Misericórdia de Lisboa /Ordem dos Arquitectos). Delegado português ao Congresso da UIA de 2005 em Istambul, Turquia. Assistente Convidado da Universidade Moderna de Lisboa (2007) e Assistente Convidado da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2007-2008). Correspondente em Lisboa da revista espanhola “Pasajes de Arquitectura y Crítica” (1999-2002). Curador da exposição “Tanto Mar - Portugueses fora de Portugal”, CCB (Março 2014). É, desde 2005, sócio-gerente do ateliermob onde exerce atividade regular desde a sua constituição. Escreve uma coluna de opinião no Jornal i desde 2012 e é dirigente da cooperativa Largo Residências que opera no Bairro do Intendente em Lisboa.

Muito bom dia. Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite e a vossa presença.

Eu venho aqui falar um pouco sobre a nossa prática de arquitetura. Ou seja, não venho falar de arquitetura - não se assustem - mas venho falar sobre a prática dos processos e de tudo aquilo que tem a ver com desenvolvimento de práticas participadas, desenvolvimento local e que se cruza com o tema deste congresso.

Peço-vos que recuem ao 1º e 2º anos da troika e às referências que tínhamos, na altura, porque esta história que eu vos venho contar começa um pouco aí. Nós iniciámos o nosso trabalho há cerca de 10 anos e trabalhávamos muito em torno da encomenda pública, participando em concursos - ganhando ou não -, sendo esta a forma como angariávamos trabalho.

E víamos nestes anos 2000, um pouco antes até, um cenário em que os nossos mestres iam fazendo parte do discurso da emigração dizendo: “bem não há lugar para a arquitetura em Portugal”. Aqui estão algumas citações do arquiteto Siza Vieira.

Tentámos analisar a situação em concreto e começámos a tentar perceber o que é que se passava em Portugal nestes primeiros anos da troika. De que modo é que as condicionantes estavam a determinar a nossa prática profissional

Temos aqui o gráfico do aumento do desemprego até 2012, dos índices de pobreza até 2012, e este - que também é bastante importante -, que tem a ver com o crédito imobiliário. Com os default de créditos imobiliários. Ou seja, a situação das pessoas que já não conseguiam pagar o seu crédito imobiliário e que, ao contrário do que sucedia, por exemplo, em Espanha - onde esta era uma realidade muito visível e existiam fenómenos de resistência - em Portugal esta era uma dinâmica mais ou menos silenciosa. Havia uma cultura de vergonha: se as pessoas ficavam a dever dinheiro ao banco, não queriam que fosse notado. Era motivo de vergonha. O que ainda hoje acontece naquela lógica que nos foi inculcada de que devemos ser bons pagadores, mesmo quando se trata de uma questão básica como o direito à habitação.

E, no fundo, foi este o fruto da nossa reflexão: só não há arquitetura se não houver trabalho de arquitetura por fazer. Será que durante a crise a arquitetura se torna inútil? A arquitetura só pode existir em tempos de abundância? Acho que em Portugal nunca se viveu em abundância. Eu comecei a trabalhar em 1995 num escritório de arquitetura, enquanto ainda era estudante e não me lembro de nenhuma época em que não se falasse da crise.

Chegámos a este pensamento sobre o trabalho de arquitetura que tem a ver com esta ideia de trabalhar com os 99%. O que nós dizíamos, e dizemos, é que existe uma população, que são esses 99%, que não tem condições para contratar serviços de arquitetura, mas que tem necessidade de serviços de arquitetura. Desenvolvemos um modelo que alterava, de certa forma, a nossa prática profissional mais ou menos centrada num triângulo entre um dono de obra, um promotor ou cliente, que encomenda a construção; os projetistas, arquitetos, engenheiros e toda a gente que participa na elaboração dos projetos; e um empreiteiro.

Portanto esta era a triangulação que motivava, habitualmente, a prática da arquitetura e o que nós dizemos é que é possível inventar um quarto vértice, transformando o triângulo num quadrado, em que passaremos também a ter um financiador.

Os projetos para os 99% são sempre de comunidades constituídas por pessoas que, na sua maioria, não têm capacidade financeira para contratar arquitetos e, inclusivamente, para promover obras. Aqui, nós também somos atores na procura de financiamentos para a execução e para suportar o nosso trabalho.

Este é o primeiro caso: a Prodac Norte. É um bairro em Lisboa, pertencente à freguesia de Marvila, de autoconstrução anterior ao 25 de Abril, que tem uma história curiosa. O bairro já esteve sob ameaça de demolição: no 1º PDM de Lisboa a sua zona era considerada área verde e, portanto, já havia uma relação de resistência e de litigância, com o próprio município. É uma população remediada, composta maioritariamente por reformados que construíram as suas próprias casas - o grande ativo de uma vida que querem deixar aos seus descendentes. Durante 40 anos viveram na iminência de poderem ser notificados para sair dali e de ficarem sem aquilo que construíram.

É um bairro de pequenas moradias - 88, para ser mais preciso - e foi um processo muito interessante. Inicialmente, a nossa entrada no bairro tinha o intuito de regularizar os processos urbanísticos das casas. Apresentámo-nos como os arquitetos da Associação de Moradores.

Mas a nossa entrada não deixou de se litigante. Na primeira Assembleia de Moradores que tivemos houve uma pessoa que perguntou: “Mas o que é que vêm aqui estes arquitetos fazer? Vêm aqui desenhar as nossas casas que já estão feitas e que nós fizemos?” E, no fundo, nós vínhamos tratar de todo o procedimento, que para eles era uma planta. Tentámos explicar que não era só a planta, era uma memória descritiva, era uma explicação sobre o que é que cumpre ou não cumpre a legislação em vigor... Portanto, era uma análise técnica, e um assumir de responsabilidade, sobre todo aquele processo.

A relação que aquela população tinha com os arquitetos era uma relação muito litigante. Os arquitetos eram aquelas pessoas - os arquitetos, não os políticos - que, nos tempos do primeiro PDM, lhes diziam que era tudo para demolir. Viam-nos como uma entidade que passava e talvez lhes resolvesse o problema. Entretanto, o problema tem-se vindo a resolver. Durante dois anos entrámos, praticamente, em todas as casas e, quando acabámos o trabalho de levantamento, a Associação de Moradores, e os próprios moradores, chamaram-nos para participarmos numa nova Assembleia (nestes bairros existe uma grande cultura de participação, portanto as Assembleias são muito participadas). Nesta Assembleia, os moradores fizeram um processo de elencagem de todos os trabalhos necessários no espaço público do bairro. Nós construímos com eles um processo de reabilitação de espaço público, a ser executado pelos próprios moradores.

O bairro sofria - em 2011-2012 -, com as questões do desemprego: os filhos, desempregados, dos cooperantes originais, já com 30/40 anos, regressavam ao bairro para viver com os pais. Regressavam aos seus quartos antigos, mas já com as suas famílias. Era uma grande dose de conflito e nós estávamos muito preocupados em construir um processo que também deixasse algum rendimento no bairro.

Conseguiu-se outro plano de financiamento para o bairro e organizou-se uma bolsa de trabalhadores constituída pelos moradores que se inscreveram voluntariamente. Conseguiu-se envolver, neste processo, a SECIL e a CIN que deram formação local aos moradores-trabalhadores. Foi um processo, de requalificação do bairro, absolutamente extraordinário. O bairro fica mesmo atrás da Zona J, em Chelas, e não só houve um imenso cuidado e carinho no decorrer de toda a obra, como também tem havido um imenso cuidado na manutenção do que se fez, que já lá está há 2 anos.

Iniciámos este processo no bairro da Prodac Norte, mas no bairro da Prodac Sul a situação era exatamente a mesma, mas com outra dimensão. Estamos a falar de 458 casas, e de uma população de cerca de 2500 pessoas.

Aqui também iniciámos o processo de licenciamento, como podem ver com assembleias muitíssimas participadas, e fizemos um processo um bocadinho mais evoluído, inclusive ao nível do processo participado, porque o financiamento foi mais curto em função do bairro ser maior.

Depois do processo de regularização, fizemos também um projeto participado onde as pessoas escolheram e elencaram uma lista de problemas a resolver no espaço público.

Eram 8 propostas, que nós quantificámos, dizendo, nesta quantificação, quanto é que ficava para a bolsa de trabalhadores e quanto era atribuído à compra de materiais ou ferramentas. É muito interessante porque este processo tem tido algum mediatismo e cada vez há mais empresas privadas a quererem entrar no próprio processo.

Esta imagem é do dia da votação.

Sobre estes processos participados, nós não temos grandes conclusões a tirar como é que se deve fazer. Há sempre coisas muito surpreendentes. Este dia foi particularmente surpreendente porque, neste bairro - não

aconteceu no bairro do norte -, cerca de 10 mulheres não aceitaram o voto. Disseram que o marido votava, coisa que nós não estávamos manifestamente preparados para responder.

Houve cerca de 200 votos, salvo erro. Isto é o processo de construção daquilo que eles decidiram na 1ª fase e estamos, neste momento, numa 2ª candidatura, para a qual já conseguimos financiamento, para fazer a 2ª, 3ª e 4ª escolha dos moradores (a realizar em 2016).

Uma das coisas que foi muito interessante, e eu acho que é uma forma de perceber que as propostas vieram, realmente, da base, é que nós tínhamos 8 propostas. A proposta que teve mais votos, não chegou a 80 votos (creio que teve 77). A proposta que ficou em 8º lugar teve cerca de 40. Portanto, todas elas - é nossa conclusão - eram necessárias e tinham uma sustentação popular significativa.

Mas esta foi a que teve mais votos. Isto é o dia da inauguração com o Presidente da Associação de Moradores, a Sr.ª Vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, Paula Marques, e a banda do bairro, preparada para começar a actuar. E o baile.

Vou agora mostrar, rapidamente, mais alguns projectos que têm a ver com outra dimensão que, de repente, começámos a identificar.

Fomos, entretanto, chamados a fazer um workshop em Milão, um pouco em torno do trabalho com a comunidade - o que é impossível no espaço de tempo de uma semana. Era uma comunidade na zona do bairro chinês, de muito difícil contato. Foi muito difícil, esta proposta, porque não havia ligações, e uma das características destes processos participados é que demoram tempo e esse tempo não é necessariamente mensurável. Às vezes os projetos vão e vêm, não é? Em função também das opiniões das pessoas que vão podendo e que vão aparecendo.

Outra faceta, que também é importante no nosso trabalho, é que a determinada altura começamos a aperceber-nos de que, para além dos nossos amigos que emigrando ao longo dos anos, havia imensos técnicos portugueses - arquitetos, urbanistas ou designers - a trabalhar no universo da arquitetura de intervenção pelo mundo fora.

Fomos fazendo uma recolha, desde 2011: numa 1ª fase para consumo interno do atelier e numa 2ª fase com o objectivo de a divulgar numa exposição - Tanto Mar - que teve financiamento da Direção Geral das Artes e que teve lugar na Garagem Sul do Centro Cultural de Belém em 2014.

No fundo, era a nossa tentativa de registar, e de conseguir alargar o leque de registo, de portugueses a trabalhar fora de Portugal neste tipo de intervenções urbanas e, às vezes, de emergência. Por exemplo, um dos trabalhos fantásticos que encontramos é o de uma portuguesa num campo de refugiados na Somália, trabalhando questões básicas da construção nos campos de pessoas que estavam a fugir. Ou outros tipos de intervenção, por exemplo, na Holanda ao nível da habitação social. Outro projecto importante. A determinada altura, somos convidados pelo Pedro Campos Costa a participar na representação portuguesa da Bienal de Veneza de 2014. Num atelier de arquitetura, quando estamos num trabalho muito prático, muitas vezes falta-nos a componente teórica da investigação. Nós tentamos sempre equilibrar as coisas, o que é muito importante nestes períodos em que nos dão espaço. Neste caso, a ideia era perceber o que é isto do informal em Portugal. Da construção informal. E quando digo construção informal, refiro-me a toda aquela que não é formal desde o seu início. Ou seja, a que não é legalizada e não passa pelo processo clássico de licenciamento e de obra. Pode, inclusivamente, já estar legalizada mas continuar a ser de génese informal.

E nós temos mais de meio Portugal construído assim. Isto deu origem a um jornal, onde também trabalhamos com o Paulo Moreira - com um trabalho mais prático em Matosinhos.

Entretanto, surge também um programa de financiamento comunitário em Basilicata (2 cidades de Basilicata) em que nós somos parceiros internacionais. Fomos convidados para, tanto em Matera como em Potenza, desenvolver dinâmicas comunitárias e participativas. No caso de Matera, é trabalhar um pouco em torno do que fazer desta zona que não em Sassi, que está a ser absolutamente gentrificada e, praticamente, só tem bed & breakfasts neste momento.

Este é outro trabalho, estamos neste momento a trabalhar muito ativamente na zona de Marvila Velha, em Lisboa. Marvila é um dos locais onde se nota, mas cada vez menos, uma presença da história de Lisboa. Do movimento operário dos anos 50/60, muito em torno do trabalho da fábrica de sabão e da distribuição do vinho. O PDM, e as várias intenções municipais, classificam a zona como ideal para a localização do maior hospital de Portugal - que ia abarcar, praticamente, todos os hospitais de Lisboa - para se construir a 3ª travessia, e uma como a grande área para a construção nova em Lisboa. Nós entrámos naquele território, sobretudo, a partir do ano passado e um pouco na tentativa de criar redes naquele contexto e tentar combater a sua gentrificação.

Muitas reuniões, continuam as reuniões, e continua a discussão sobre o que fazer e como fazer. Já deu origem a isto: um processo de construção de um pequeno espaço inter-geracional, onde a população, envelhecida, tem os filhos a viver maioritariamente na periferia. Também teve uma certa lógica de agitação. Tentámos explicar, seja ao Município seja às próprias pessoas, esta questão: como estavam a ser gentificados, retirando autocarros, os edifícios novos ficando por construir e sendo embargados. É uma ação que fomos desenvolvendo, de agitação da população, sem se perceber muito bem quem é que tinha afixado os cartazes.

Este trabalho que é aqui, no Município de Almada, nas Terras da Costa, tentarei explicar um pouco melhor nas experiências que vão decorrer a partir das 11h30. É a construção de uma cozinha comunitária. Envolvendo a Fundação Calouste Gulbenkian e a Câmara Municipal de Almada, conseguiu-se levar um ponto de água a um bairro que não tinha água. Muito obrigado.

ÁLVARO DOMINGUES, DA CIDADE AO URBANO

Geógrafo, doutorado em Geografia Humana e professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, FAUP, onde também é investigador no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, CEAUFAUP. Como investigador do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, tem desenvolvido uma atividade regular de investigação e publicação no âmbito de projetos com a Fundação Calouste Gulbenkian, com a Fundação Ciência e Tecnologia, com a CCDR-N, CCDR-C, com a Xunta da Galiza, com a Escola Técnica Superior de Arquitectura da Coruña, com a Erasmus University of Rotterdam- EURICUR, com o Club Ville Aménagement - Paris; com o CCCB, Barcelona, com a Universidade Técnica de Barcelona-Arquitectura, com a Universidade de Granada - Planeamento e Urbanismo, com as Universidade Federal de S. Paulo e do Rio de Janeiro-Brasil, com as Universidades do Minho, Coimbra, Évora, Faro e Lisboa com os municípios de VN Famalicão, Guimarães e Porto, com a Ordem dos Arquitectos, com a Fundação de Serralves e a Fundação da Juventude, entre outros. No CEAU-FAUP a sua atividade centra-se na Geografia Humana, Paisagem, Urbanismo e Políticas Urbanas, quer em

termos de investigação, quer em termos de assessoria externa e formação. Desenvolve uma ação continuada como conferencista e performer. Das suas publicações mais recentes, destacam-se: "Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal" (organização e texto). (Ed. Argumentum, Lisboa, 2006) "A Rua da Estrada" (Ed Dafne, Porto, 2010); Políticas Urbanas II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2011 (com PORTAS; A., CABRAL, J.); "Vida no Campo" (Ed. Dafne, Porto, 2012); "Paisagens Transgênicas", in BANDEIRA, Pedro, CATRICA (org.), Missão Fotográfica: Paisagem Transgênica (INCM, Lisboa, 2012); Território Casa Comum (com N Travasso), FAUP, Porto, 2016)

Bom dia a todos. Queria também começar por agradecer à organização este amável convite e espero estar à altura porque, como geógrafo e investigador em urbanismo estou a jogar um bocadinho fora.

Trago-vos, fundamentalmente, uma reflexão sobre o que é que está implícito na prática e no pensamento deste conceito de Cidades Educadoras. Já se viu aqui e já se tem visto noutros lugares e ocasiões que as polémicas em torno do que é a educação são mais que muitas e não raro contraditórias. Ainda bem que assim é porque senão haveria um modelo único e provavelmente não seria muito interessante.

Do nosso lado - falo enquanto geógrafo -, também a palavra cidade anda um bocado..., eu diria até demasiado, confusa, uma vez que o que é hoje a urbanização e os seus territórios imensos não corresponde àquela ideia muito coerente, muito situada territorialmente, do que é a cidade; além do mais, como é já sabido o território é uma construção social, como dizia Henri Lefèbvre, e portanto não há aqui duas entidades separadas, uma coisa que se chama a sociedade, e outra coisa que se chama território, como se o território fosse uma espécie de contentor ou recipiente dentro do qual a sociedade estaria.

Quero com isto dizer que aquilo que chamamos ao território, ou aquilo que é o território, é habitualmente aquilo de que se fala quando fala do território, como diria o Bruno Latour. Ou seja, a palavra ganha sentidos vários consoante as polémicas e os assuntos que são debatidos a propósito disso e o mesmo também ocorre para a cidade. Não há uma definição clara e consensual de cidade, cidade e território são, cada um deles, uma espécie de plataforma discursiva que é capaz de atrair determinadas questões que são discutidas por um coletivo, por um conjunto de atores sociais que, na grande maioria das vezes, quando falam de território não estão mais do que a territorializar questões sociais; se as questões forem outras o significado e o uso do território no discurso e na argumentação, mudará outra vez.

Então, a tese, se é que assim se pode falar, desta minha comunicação é a seguinte: o ponto de vista do que é a sociedade - e é bom que não se tenha a ideia de que essa sociedade é coisa estável, clara e perfeitamente reconhecível - é uma questão que se vai construindo ao longo do processo da análise ou da ação. Como o Tiago já explicou de uma forma bastante clara, mesmo em micro sociedades, não há grupos sociais à partida e a mesma coisa também se aplica para a sociedade. Quando adjetivamos qualquer coisa de social, às vezes esquecemo-nos que o social é a coisa que se constrói no ato, no processo em que estamos envolvidos. O social hoje em dia caracteriza-se sobretudo por fenómenos de polarização, de pobreza, de instabilidade, de conflito, de diversidades de estilos de vida, de movimentos de individuação ou até de tribalização; a sociedade está muito longe de ser um coletivo perfeitamente estável, definido nos seus conteúdos, nas suas instituições, nas suas relações de poder. Não é preciso invocar coisas graves que se

estão a passar como é o caso dos refugiados, para dar conta do que é esta instabilidade social. Por isso fico um bocado atrapalhado quando se usa em demasia a palavra comunidade, porque a comunidade, segundo a forma que foi estudada por antropólogos e etnólogos, é a mais coesa das sociedades e a menos complexa. Se lermos os livros de Jorge dias - "Vilarinho da Furnas - uma aldeia comunitária, por exemplo -, percebemos o que é que é a comunidade enquanto comunhão absoluta de valores, de ética, de crenças, de visão do mundo, inclusivamente de meios e formas de organização da produção: desde os pastos comuns ao boi do povo, à gestão da água para os lameiros, ao forno comunitário, à vezeira..., tudo isso era comum, de posse comum ou de forma de organização. Para o bem e para o mau, a comunidade era o grupo de pertença, o dispositivo de socialização e de inserção no mundo, se quiserem, uma micro-sociedade no seu formato coeso, para o bem e para o mal. A comunidade é capaz das melhores coisas e é capaz das piores. A comunidade não tolera, quem não alinha pelos valores e regras da comunidade é castigado, ostracizado ou é expulso. Não se trata por isso de uma palavra que seja de todo inocente e por isso é necessário parar muitas vezes antes de continuar com ela. Esta é a primeira questão. A segunda questão decorre desta: o que é a cidade ou melhor dizendo, como depois vão ver a seguir: o que é a urbanização? Trata-se de duas coisas distintas. Por mim, penso claramente que a cidade acabou e hoje o que se verifica aqui em todo o lado são fenómenos de urbanização que devem ser postos no plural e que correspondem a coisas tão diversas, injustas e contraditórias como a urbanização rapidíssima que se faz em África e na América Latina ou na Índia - quando se diz hoje que maior parte do mundo está urbanizado ou que a maioria dos humanos vive em cidades, não estamos a falar mais do que a urbanização da pobreza e de situações muito, muito complexas que não têm nada a ver com o modelo urbano que conhecemos aqui na Europa.

Nesta urbanização, por ela ser construção social, verificam-se fenómenos de fragmentação imensos, os territórios urbanizados são descontínuos, são extensos, verifica-se uma diluição de limites, não é possível dizer mais onde é que termina e acaba seja o que for, há uma fragmentação, uma diversidade de situações enormes desde extensas áreas muito pobres a pequenas áreas prime muito ricas; desde áreas densamente construídas, densamente infra estruturadas, a outras que não tem quase nada, a geografias mais ou menos escondidas ou desconhecidas por onde a urbanização se estende enquanto edificação e infraestrutura (quando existe) que suporta essa edificação e as funcionalidades que aí têm lugar. Estudar e cartografar as formas do território urbanizado, a denominada morfologia urbana, não chega. Isso é apenas a urbis; a civitas e a polis, a sociedade e as suas formas de organização e regulação, devem ser articuladas na mesma abordagem para que se entenda a relação entre conteúdos (sociais) e contentores (edifícios, sistemas infraestruturais). Invocar a cidadania é invocar um direito político de inclusão num grupo social e na tomada de decisões que dizem respeito a esse colectivo. O urbanismo é apenas a parte da decisão/acção que diz respeito aos critérios de urbanização e de edificação.

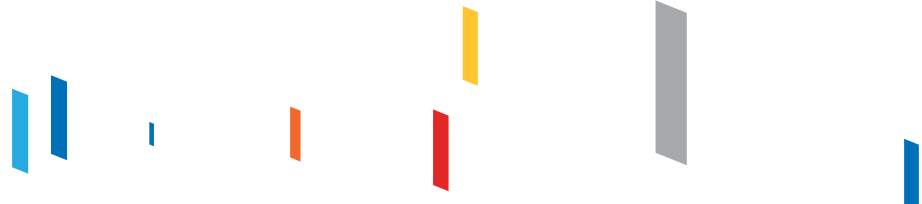
Quando falámos em cidadania, falámos em conjunturas de participação. Hoje, o Estado está-se a derreter; o Estado suicidou-se. Nos últimos tempos, as notícias que temos são as de que a garantia da coesão do que fosse possível - da coesão social, da regulação territorial - e que era assegurada pelo Estado e pelo modelo de referência que era o Estado Social, está em profunda erosão.

O Estado Social ou Estado Providência que se desenvolveu e cresceu na Europa depois da Segunda Guerra Mundial está agora a desfazer-se sob pressão do capitalismo mundial desregulado. O Estado-Nação perdeu soberania, não tem moeda própria; os tratados mundiais do comércio e a globalização da economia fazem com que as mudanças das coisas ao nível local tenham perdido boa parte da lógica que conhecíamos. Já não se pode explicar localmente o que acontece ao nível local. Como na teoria do caos que regula a física da atmosfera, o bater de asas de uma borboleta na China pode provocar uma inundação em Almada. Estamos nesta sociedade onde tudo mexe constantemente, onde tudo é desconfinado, o que é exatamente o contrário da geração que nos antecedeu onde o Estado tinha uma enorme centralidade, uma certa capacidade de conduzir as dinâmicas sociais e, no caso, das democracias europeias, de ser o garante e o agente principal da equidade e da justiça social: citando Sérgio Godinho, a garantia da " paz, do pão, saúde, habitação" e todas aquelas funções que o Estado Social tinha, portandose como uma espécie de Robin dos Bosques que ia buscar dinheiro à economia, sob forma de impostos, taxas, etc. e depois redistribuía sob forma de bens e serviços coletivos, garantindo assim os direitos consagrados na Constituição como são a educação ou habitação, ou o transporte, ou o que for.

Hoje em dia as palavras-chave são: privatiza-se, concessionaria-se. Os agentes responsáveis pela regulação social são entidades mais ou menos abstratas que se chamam mercados, e que de vez em quando afloram enquanto organizações e pessoas que até têm nomes dentro dos mercados e que provocam as mais diversas proezas para conseguir a regra única do mundo a que pertencem: dinheiro que faz dinheiro. Esta é a sociedade em que nós vivemos e é aí que temos que pensar os contextos educativos porque esta é a sociedade que queremos mudar. Portanto o desafio, vimos exemplos também nesta última intervenção do Tiago, é aquilo que Bruno Latour chama reassembling the social, isto é reorganizar o social que, pelos vistos, não existe fora da sua abstracção. Ou melhor, existe mas está com tendências de invisibilidade ou deriva, ou existe sob realidades muito formais, por exemplo quando os direitos sociais são enunciados apenas como princípios consagrados no direito e não mais que isso; quando os conflitos sociais se pretendem juridificar para assim se decidir sobre eles de forma a-política, ou melhor, segundo formulações que não têm nada que ver com os processos de legitimação próprios dos mecanismos de discussão e de deliberação da política democrática.

Aqui há dias, a conversa sobre o metro do porto - que é uma empresa de gestão privada endividada até ao osso -, era sobre o que é que mudava quando uma pessoa que vai no metro passa da situação de cidadão à situação de utente ou à situação de cliente. Trata-se, de facto, de coisas completamente diferentes: o cliente, se tiver dinheiro, vai, se não tiver dinheiro, não vai. O utente é aquele que grita e protesta; se tiver muitos decibéis por sua conta, é capaz de ser ouvido, se não tiver, anda para a frente e vai gritar para outro lado; o cidadão, finalmente, está confinado a um espaço cada vez menor - tem direito à mobilidade e ao transporte colectivo mas isso é apenas um princípio sobre o qual os mercados podem ter outra opinião.

Por tudo isto, o desafio para a sociedade é construir coisas comuns, construir algo acerca do qual sentimos que aquilo de algum modo nos pertence ou nos diz respeito, que temos algo a dizer sobre aquilo.



Construir coletivos no sentido em que através desse dispositivo nos identificamos com o outro. A cidadania em termos territoriais não é mais do que a construção dessa casa comum, qualquer que seja a sua geografia às vezes muito micro territorial, quase ao nível do prédio ou da vizinhança, às vezes muito macro territorial porque tem que ver com outras espacialidades.

Era isto o que queria dizer. Agora vêm as ilustrações.

Primeiro

Sobre educação, eu ainda venho deste mundo aqui ilustrado. Lá no Portugal profundo, em Melgaço, no período final do salazarismo, a escola era isto...; não era a cidade educadora, era o campo educador. E o campo ensinava sobretudo para o trabalho. Nós tínhamos um estatuto, enfim, um pouco mais elevado que aquele carneiro o painel de azulejos, aquele burro, tínhamos que trabalhar, tínhamos que ter respeito pelo Estado, tínhamos que ser amestrados - era aquela ideia de educação, aquela ideia de escola que ninguém quer. Nós não levávamos os cadernos para o campo como neste desenho, íamos para a escola, depois pousávamos os cadernos e íamos para os campos trabalhar. Muitos iam mais para os campos do que para a escola.

Depois evoluímos para coisas que são completamente contrárias a esta. Foi um certo retorno ao bom selvagem e à educação natural de Rousseau. Assim se representam estas crianças, os inocentes nós, postos neste jardim ... num local ameno, a serem educados. Só que hoje nesta tal sociedade desconfinada e instável de que se falou, na tal sociedade da informação por mil vezes referida, os nossos infantes, por muito natural que seja a sua educação, encontram-se assim, rodeados de próteses tecnológicas, vivendo em vários mundos reais e virtuais ao mesmo tempo - sendo que os mundos virtuais também são reais.

A experiência diz-nos que os mundos virtuais e reais estão cada vez mais metidos uns nos outros ao ponto de nós podermos inverter a situação e dizermos que "bom, um mundo real é um mundo virtual que se consegue provar que existe" e por isso tudo é real. Estes jovens abandonados às suas próteses eletrónicas e aos mundos que vão na internet e noutras redes, também andarão bastante baralhados e serão sujeitos a doses excessivas de informação sem daí obterem conhecimento ou utilidade social. Basta pensarmos um bocadinho, por exemplo, no que é que é a sociedade facebook como um modelo de organização social e darmos conta rapidamente que aquilo se pode transformar rapidamente numa charada sem grande interesse ou no exacto contrário. Quantas mais próteses estiverem disponíveis para socializar - a internet é a mais potente -, mais atentos teremos que estar aos usos e modos de apropriação dessas extensões do real.

Segundo

Esta imagem que vos trago é de um pintor italiano muito conhecido - Ambroglio Lorenzetti que, em 1330, pintou este fresco na Sala do Conselho dos Nove de Siena. O fresco pretende representar (vou só falar do lado de cima) a cidade. Esta é a imagem que ainda perdura no senso comum - a cidade é densamente edificada, é uma ideia de aglomeração como esta parte de Almada onde estamos. Depois e ao mesmo tempo, a cidade é também ou são também as pessoas que nela vivem com toda a diversidade social que se pode constatar, e são também as instituições que regulam a cidade. Tudo somado, a ideia mais comum de cidade é que ela é, indo buscar a raízes clássicas já aqui referidas, *urbis, civitas* e *polis*: *urbis* no sentido que é o território edificado, contido dentro de uma muralha; *civitas* enquanto grupo social que vive aí dentro; e *polis* (de onde vêm política e polícia...), ou seja as instituições que regulam essa sociedade e essa cidade. Ou seja, o sentido comum de cidade, é uma cidade-estado com na Itália do Renascimento.

Esta memória que nós temos da cidade amuralhada e dos grupos sociais confinados dentro da muralha, ainda hoje existe e, no entanto, é extremamente falsa. Na realidade de todos os dias não existe esta ideia de que a cidade tem uma forma muito clara, que tem um centro e que tem um limite definidos. A urbanização, ao contrário, está espalhada, tem vários centros e tem uma forma que é indefinida e limites que são irreconhecíveis. Por exemplo, Almada, que está aqui na parte de baixo deste mapa, faz parte desta imensa constelação que tem cores amarelas e laranja a que costumamos chamar Área Metropolitana Lisboa. Diz-se que Almada faz parte da Margem Sul, da periferia de Lisboa. O conceito de área metropolitana surgiu para caracterizar uma aglomeração urbana que já não é uma cidade e, ao mesmo tempo, para dizer que essa aglomeração se declina em dois espaços: o centro e a periferia ou subúrbio; o centro que dirige e comanda e a periferia onde se dorme e para onde vão as coisas indesejáveis na cidade-centro. No centro estaria a maior parte dos empregos, a maior parte das funções, as elites, aquilo que chama gente e que está no Município de Lisboa; Lisboa tem hiper-concentração de atividades e funções e intervenções recentes como o Parque das Nações acentuaram ainda mais esse efeito de concentração, atraindo mais funções, mais emprego, mais gente. Esse hiper-centro centrifuga boa parte da função residencial. Centrifuga quer residências de luxo, quer residências de pobres. Na sociedade existem os que podem escolher e os que não podem; portanto, em doses de super-luxo e super pobreza, os municípios mais mono residenciais vão-se espalhando por esta área captando crescentemente, também, uma classe média mais fragilizada. Com a crise da atividade industrial da Margem Sul, das grandes empresas químicas, estaleiros, siderurgias, etc., ficou a Ford/Wolskswagen e portanto esta dependência de Lisboa aumentou. Almada, tal como o Barreiro, tal como o Seixal, tal como outros municípios, são entendidos como coisas à parte, "exteriores" à cidade de Lisboa e que a ela se ligam por grandes suportes infra-estruturais, as auto estradas, as pontes, os comboios, os cacilheiros..., onde a cidadania metropolitana (coisa difícil de entender) se desgasta em longas horas de filas e congestão.

As representações cartográficas desta relação dependente, de entre muitas que se podem encontrar na internet, acaba por legitimar esta ideia: Almada está ali representada por um ovoide por trás do Cristo Rei. A pergunta é: e o resto? O resto das atividades, como nós vemos nestas outras plantas que o Município fez recentemente. Esta, por exemplo, chama-se Cidade de Almada e a gente olha para ali e vê a densidade das ruas e adivinha a densidade das construções; esta aqui chama-se União das Freguesias da Caparica e Trafaria e olha-se para ela e vê-se a mesma coisa, uma densidade de vias, uma densidade de edificações... ou seja, a urbanização continua nestes territórios desconfinados a que, pelos vistos, não se chama cidade.

Esta é uma boa questão para os desafios das "cidades educadoras", não vá alguém pensar que as cidades são de primeira, segunda e terceira mas só as de primeira o são. Li cuidadosamente a Carta das Cidades Educadoras e acho que é uma boa lista de coisas que não sei onde é que existem. Provavelmente existem no paraíso mas não é nada mau acreditarmos que elas possam existir na realidade; é bom, é uma espécie de utopia que nós podemos realizar. No entanto, quando se fixa o sentido de afirmações como "o ordenamento do espaço físico urbano

deverá realçar o conhecimento das necessidades de recreio e de lazer e propiciar a abertura a outras cidades e à natureza (eu não sei o que é que é natureza, a natureza vai dos vírus até ao cosmos. A natureza, basta perguntar à biologia, à ciência à Física, o que é que é, um sem fim de assuntos ...) tendo em conta a interação entre elas e o resto do território." Este tipo de formulação é extremamente vaga e corre o risco de ser simplória e depois nos lançar num plano de concepção das coisas que podemos fazer que é, na minha opinião, demasiado genérico e afastado da realidade dos educadores e dos educandos. Nós não vivemos num Paraíso assim com os anjos a tocar. Esta fotografia é de ontem; foi tirada no Torrão que é um lado menos agradável da sociedade não é? Um lado que preferimos ignorar mas que é bem comum. É bom que conservemos um certo optimismo e que aquele anjo não se canse de tocar na sua viola de cimento - bem precisa, dadas as circunstâncias pouco facilitadoras que ali se verificam.

A urbanidade é a complexidade, é a contradição, é, como se diz, para usar uma palavra mais cara, a heterotopia, ou seja é muitos lugares no mesmo lugar. Pensando que estamos num lugar, e se tivermos dúvidas, basta olharmos em volta para percebermos que estamos em muitos lugares ao mesmo tempo. Porque vivemos num território, numa sociedade que estão repletos de dispositivos tecnológicos desde os automóveis aos telemóveis aos comboios, aos computadores..., de tudo o que são coisas que são capazes de distorcer relações espaço-tempo e de nos porem ao mesmo tempo em dois lugares. Quando existe uma via rápida, o que estava longe pode tornar-se perto porque os suportes tecnológicos da mobilidade distorcem a relação espaço/tempo. Já não é a mesma situação que antes caracterizava o bairro onde maior parte da vida do quotidiano se confinava num único espaço com as mesmas pessoas; agora as interações espaciais/sociais são mais que muitas e face a isso não podemos pensar em modelos educativos baseados em sociedades perfeitamente tipificadas, equilibradas ou estáveis. Como é que isso é possível para uma sociedade que é tão versátil, tão elástica, que é tão instável quanto contraditória?

Terceiro, o que nos compete é construir as utopias possíveis. Esta é uma rua de Vila Nova de Famalicão, chama-se Rua da Utopia. Esta utopia, enfim..., até lhe falta um bocado de asfalto ali no caminho, mas tem umas casas decentes, tem umas vinhas, tem um nível de vida normal, digamos, ou bom, até, olhando para o que se passa no resto do País e na maior parte do globo. Queria dizer com isto que para mim a utopia não é algo de irrealizável ou de impossível. Etimologicamente, utopia significa não lugar ou em lugar nenhum. Gostava, porém, de entender a utopia mais como uma referência, uma visão do mundo se quiserem e, portanto, como um horizonte que funciona como um guia para a prática, qualquer coisa que vamos construindo com aqueles materiais que tivermos à mão acreditando que somos capazes apesar de sermos pequenos face a essa complexidade que é a sociedade, mas com a firme convicção de que somos capazes de mudar alguma coisa.

Muito obrigado.

13 DE NOVEMBRO

11H30/13H00

APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (3)

/ PARTICIPAÇÃO ATIVA DA CIDADE

Alemão em Cena, Escola Secundária Emídio Navarro, Almada
Árvores da Memória, CES da Universidade de Coimbra - Coimbra/Lisboa
Bastidores das Cidades, Câmara Municipal do Porto
Braga Romana Reviver Bracara Augusta, Câmara Municipal de Almada
Nós da Cidade: Um projeto Escolar, Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, Almada
Planisfério da Interculturalidade: participação, educação, coesão social, Câmara Municipal de Almada

SALA B – CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE

Carta Educativa - Um documento estratégico de corresponsabilização partilhada, Câmara Municipal de Évora
Comemorações 8 Séculos de Língua Portuguesa. 400 anos de publicação da "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto, Associação 8 Séculos de Língua Portuguesa Associação - Almada
Laboratório de Intervenção de Arquitetura, CEA/UAL - Lisboa
Projeto DELL: Um toolkit para a inclusão económica dos emigrantes, Câmara Municipal de Lisboa
Rio no Coração da Cidade, Câmara Municipal de Santo Tirso
Rua Cândido dos Reis, Câmara Municipal de Almada

SALA C – QUARTEIRÃO DAS ARTES

Almada ontem e hoje no percurso da nossa História: Almada Quinhentista - Feira Manuelina sob o Signo da Peregrinação: Um Sarau na Corte, Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade, Almada
Casa do Vapor, ATELIERMOB - Almada/Cova do Vapor
Cozinha Comunitária das Terras da Costa, ATELIERMOB - Almada/Cova do Vapor
Orçamento Participativo Braga, Câmara Municipal de Braga
Orçamento Participativo Funchal, Câmara Municipal do Funchal
Poesia participa na história da cidade, PIAGET Almada

— MARIA DE LURDES CRUZ, ALEMÃO EM CENA, ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO MENDES PINTO, ALMADA

Muito boa tarde a todos.

Em primeiro lugar gostava de dirigir os meus agradecimentos à Câmara Municipal de Almada pelo convite para estar aqui. Por questões de tempo não vou alongar-me, mas muito obrigada pela possibilidade de partilhar a minha experiência.

Passo a apresentar a iniciativa "Alemão em Cena" que decorre na Escola Secundária com 3º Ciclo de Fernão Mendes Pinto, em Almada. Seleccionei esta experiência como exemplo duma experiência feliz. Acho que devemos trazer para momentos como este exemplos de iniciativas que correm bem, exemplos de iniciativas que se iniciaram e de alguma maneira já se consolidaram no nosso território. É o caso do "Alemão em Cena".

O que é o “Alemão em Cena”?

O “Alemão em Cena” é um festival de teatro escolar em língua alemã, fomentando o uso de práticas teatrais enquanto estratégia de aprendizagem de línguas estrangeiras, é um festival com dimensão nacional e internacional, promovido e financiado pelo Goethe-Institut Portugal, em parceria com a iniciativa PASCH: escolas, uma parceria para o futuro. Tem tido sempre Almada como palco, e a Câmara Municipal de Almada como parceira. Desde o início que é na Fernão Mendes Pinto, onde, a nível local, a experiência se tem desenvolvido, liderada pela equipa constituída por Carlos Melo, pedagogo de teatro, responsável pela parte artística, e por mim, responsável pela parte pedagógica e linguística do projeto.

Porquê trazer este projeto, no contexto das Cidades Educadoras?

Porque acho que lhe está subjacente muito do que é importante, quando falamos de Cidades Educadoras, quando falamos desta permeabilidade entre a escola e o território educativo, quer a nível local, quer numa dimensão mais alargada, dada a projeção internacional que o “Alemão em Cena” também tem.

Para compreendermos a evolução desta iniciativa, situemo-nos no seu início, no ano de 2008. Partiu de um desafio lançado pelo Goethe-Institut à Escola Fernão Mendes Pinto, o de criar e preparar um grupo de alunos que pudesse representar Portugal no festival internacional de Turim “Lingue in Scena”. O tema do festival era o grande escritor Johann Wolfgang von Goethe e, por isso, fazia todo o sentido que alunos duma escola piloto de alemão, como nós somos, nele participassem. Aceitei o desafio. Matéria prima eu tinha, alunos da escola interessados em fazer teatro. Faltava-me, todavia, alguém que fosse da área, o que me levou a procurar quem quisesse trabalhar em parceria comigo. Surgiu, neste contexto, o dramaturgo, encenador, pedagogo, Carlos Melo, que, motivado, aceitou a proposta. A parceria então constituída mantém-se até aos dias de hoje e é com ela que o “Alemão em Cena” se tem desenvolvido. Ponho a tónica no termo “parceria”, pois, sem ela, o projeto não teria arrancado, e, quiçá, o “Alemão em Cena”, não existiria, ou pelo menos não existiria nos moldes em que hoje o conhecemos em Almada. Mas voltemos a 2008 e às imagens que ilustram as minhas palavras.

Para o Festival de Turim preparámos, em língua materna, a peça “Fausto”, de Goethe, e, como tínhamos que levar também uma outra peça de autor estrangeiro, escolhemos “Huis Clos” de Sartre, apresentada em língua francesa. Antes de exibirmos o nosso trabalho em Turim, em maio de 2009, tivemos a oportunidade de o fazer aqui na Quinzena da Juventude e no Festival Interescolas de Teatro. É importante chamar a atenção para este aspeto, pois ele assinala a já referida permeabilidade entre a Escola (Fernão Mendes Pinto) e o território educativo em que ela se integra. Passo algumas imagens rapidamente, devido ao pouco tempo que temos, para chegarmos a Itália.

O festival de Turim “Lingue in Scena” era um festival curioso. Em palco esteve uma interpretação do Fausto, de Goethe, que aproveitou passagens das prestações de todos os países participantes, com uso das suas línguas maternas - um novo modelo, para nós. Orgulhámo-nos do muito bom trabalho desenvolvido pelos nossos alunos.

O diapositivo que agora estou a projetar contém uma notícia que escrevi depois do regresso de Turim e chamo a atenção para o segundo parágrafo, com os apoios recebidos no que toca a iniciativa: Goethe-Institut Portugal ; Escola Fernão Mendes Pinto - Conselho Executivo,

colegas, encarregados de educação; Goethe-Institut de Turim; Câmara Municipal de Almada; Junta de Freguesia do Pragal; Junta de Freguesia de Almada; Sociedade Recreativa União Pragalense; Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular; Universidade Nova de Lisboa. Se este projeto avançou é porque pudemos contar, desde o início, com alianças no terreno, alianças situadas a todos os níveis: ou porque precisámos de um espaço para fazer ensaios, ou porque precisámos de um espaço para fazer apresentações ou porque precisámos de apoio logístico, o facto é que estas parcerias existiram desde sempre.

Almada é uma cidade que reconhece o esforço de quem trabalha e, no início do ano letivo seguinte, o grupo de teatro da Fernão Mendes Pinto foi distinguido. Recebeu o prémio “Almada, Terra de Mérito”, algo extremamente importante pois, simbolizando o acompanhamento, interesse e reconhecimento da cidade pelo que foi feito, constituiu um estímulo, uma motivação completamente diferente para quem estava em ação.

Na sequência do êxito alcançado levámos a experiência para fora de Almada e estivemos noutras escolas.

Preparámos também nova intervenção para o festival do ano seguinte e o que estão a ver já é o “Lingue in Scena” de 2010, em Turim. Apresentámos a peça “Muros”, em língua alemã, uma homenagem à queda do Muro de Berlim, da autoria de Carlos Melo, e o “Rei Ubu”, de A.Jarry, em francês. O nosso trabalho veio a ser, posteriormente, exibido noutros espaços de Almada, como o Teatro Extremo.

As duas experiências vivenciadas em Turim inspiravam-nos e, tendo por base o mesmo modelo, começámos a pensar: “se isto acontece em Turim, porque é que não há de acontecer em Almada?” A reflexão gerou ação e, em conjunto com o Goethe-Institut, a Câmara Municipal de Almada e todos aqueles que conosco colaboraram, demos início ao “Alemão em Cena”. O ano de 2011 viu surgir a primeira edição. Estiveram em Almada treze escolas, a nível nacional, e foram apresentadas quinze peças em língua alemã.

Nesse ano voltámos a exhibir, como podem ver na imagem, uma peça nossa no estrangeiro, desta vez em Paris, no festival “Théâtre lllemand Vôtre”, promovido pelo Goethe-Institut ali sediado.

De acordo com o formato do “Alemão em Cena” existe sempre um tema aglutinador e todas as escolas trabalham à volta dele. Em 2012 o tema foi “Encontros”. Estiveram em Almada dez escolas, a nível nacional, com treze peças. A seguir, em 2013, com o tema “Trânsito” contámos com a presença de treze escolas e quinze peças. O festival de 2014 teve por tema “Heróis” e representou um momento importante para nós, em Almada, na medida em que ganhou dimensão internacional. Visitaram-nos escolas de Lille, Madrid, Malta e Roma. Juntamente com as escolas portuguesas foram exibidas dezasseis peças, das quais estão a ver algumas imagens. Chegamos assim a 2015, cujo tema foi “Utopias”. A peça da Fernão Mendes Pinto, “O Testemunho”, foi apresentada não só em Almada, no Fórum Romeu Correia, como também no “Festival Internacional de Teatro Escolar das Escolas Pasch do Centro Leste e Sudoeste da Europa”, em Berlim, entre 9 e 13 de maio. Neste festival os nossos alunos contactaram com colegas de Espanha, Hungria, Itália, Malta, França e Lituânia.

O “Alemão em Cena”, continua. Entramos na sua sexta edição.

Hoje à tarde vamos ter o primeiro ensaio para preparar o festival deste ano que tem como tema “Caminhos”.

O interesse pelo “Alemão em Cena”, por parte dos nossos alunos, é confirmado pelo facto de haver alguns que iniciam a sua participação

no 7º ano de escolaridade e a continuam durante anos seguidos. É o que vai acontecer com o nosso grupo de trabalho deste ano: tem jovens que entram no seu 4º ano de teatro. Ligados à iniciativa no 7º, 8º e 9º ano, estão agora no 10º ano e não deixam de participar. Foram-nos vendo nas imagens, ano após ano. Já tivemos também grupos mistos, de várias faixas etárias. Trabalhamos com grupos abertos, a única condição é a peça ter que ser em alemão, é esse o objetivo.

Volto agora ao princípio para fazer a ligação com o que foi dito e fechar a minha intervenção. Vou ser concisa.

Acho que a iniciativa “Alemão em Cena” é um bom exemplo para este Congresso das Cidades Educadoras. Porquê? porque prova que Almada é uma cidade que dialoga.

Há efetivamente diálogo com as escolas e isso ocorre tanto em reuniões que temos nos equipamentos autárquicos como, o que eu muito louvo, nas deslocações dos próprios membros da Câmara Municipal de Almada às escolas para aí falarem connosco, se inteirarem dos nossos planos de atividades, colaborarem no desenvolvimento das iniciativas;

porque mostra como, pelo diálogo, Almada assume o papel de facilitadora no desenvolvimento das iniciativas;

porque confirma que Almada promove e acompanha as iniciativas do seu concelho, mantendo um interesse constante, desde a fase do seu lançamento, à do seu desenvolvimento e disseminação;

porque testemunha como o trabalho feito pelas equipas é valorizado e reconhecido quer através da atribuição de prémios, quer pela própria disseminação das atividades, em jornais, na internet, por outros meios.

Em suma, Almada é uma cidade dinâmica que apoia o desenvolvimento de iniciativas, iniciativas essas que revertem em favor do concelho mas que também funcionam como ponto de encontro de jovens e adultos promovendo o harmonioso e enriquecedor contacto entre homens e culturas diversas que, independentemente da sua faixa etária e da sua condição social e proveniência, se redescobrem na descoberta do outro.

Digo-o com conhecimento de causa porque tenho a felicidade de poder atuar em vários palcos. Na qualidade de professora aposentada, fazendo trabalho voluntário, cruço-me na Escola Fernão Mendes Pinto com os seus juniores mas também com público da Universidade Sénior de Almada, podendo transferir entre eles dinâmicas e estratégias que se revelam eficazes. A propósito refiro, por exemplo, que também na Universidade Sénior de Almada decorreu um projeto internacional durante dois anos e que um grupo de participantes esteve, em julho passado, na Roménia, a apresentar uma peça de teatro, criada nos mesmos moldes do “Alemão em Cena” e exibida, com as dos outros parceiros, à semelhança da estrutura do “Lingue in Scena”.

Almada é uma cidade que educa, ao longo da vida.

Almada, é uma cidade criativa que se move. Os seus embaixadores promovem-na e dão-na a conhecer a nível nacional e internacional, disseminando saberes e valores que nos dignificam, fazem respeitar e valorizam a nossa imagem e cultura.

Enquanto cidadã almadense a minha última mensagem seria esta: que, estimulando a aquisição e troca de saberes e apoiando os agentes que se propõem para tal contribuir, Almada consiga, cada vez mais, unir para tornar mais fortes todos os projetos capazes de gerar mudanças significativas, derrubando muros e ultrapassando obstáculos, sem o que as divisões e perspetivas individualistas nos afastarão daquilo que é o bem comum e o interesse coletivo.

Relembro palavras do Senhor Presidente da Câmara proferidas ontem, opinando que “a autarquia está por cima e pode ter uma visão global daquilo que se passa, com a noção dos recursos humanos que tem...”, para, convictamente, afirmar que as escolas precisam dessa visão global,

precisam de quem una aquilo que de mais válido existe, transformando todas essas mais-valias num projeto coletivo que ganhe força e se imponha.

— **PEDRO LEITE** - CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FILIPA ZACARIAS – VIDA, ÁRVORES DA MEMÓRIA, CES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - COIMBRA/LISBOA

Boa tarde a todos. Saúdo a Câmara Municipal de Almada por este excelente Congresso e agradeço a aceitação a apresentação desta experiência que estou a desenvolver. Saúdo a mesa e os meus colegas, em particular a Sra. Presidente, Ângela Luzia que tenho o prazer de rever, bem como a minha colega Ana Isabel Ribeiro, diretora da Casa da Cerca que agora reencontro com muito prazer. Felicito-as também pelo trabalho que tem vindo a fazer neste município. Saúdo os membros desta Sociedade que nos acolhe, a Incrível Almadense. Saúdo finalmente todos os presentes neste congresso, bem com a equipa que o torna possível e nos acolhe com tanto entusiasmo e empenho.

Vou apresentar este trabalho em três breves pontos: vou-vos contar onde é que ele teve origem; como é a forma como ele se processa; e onde é que tem sido aplicado.

Este trabalho surgiu a partir da pesquisa que eu tenho vindo a desenvolver no sul de Moçambique, em Djabula. Esta bonequinha que vêm aqui em cima da mesa é djabulina, uma boneca feita pelas mulheres de Djabula, onde contam as suas histórias de vida e através disso da sua comunidade. É isso que procuro fazer. Encontrar as memórias locais, os saberes das pessoas, para procurar que eles tomem consciência de si e dos outros.

Ao longo do meu trabalho em Moçambique conto com o apoio de uma ONG a VIDA – Voluntários Internacionais para o Desenvolvimento Africano local, que é portuguesa e que está a trabalhar há mais de 20 anos em Djabula. Esta comunicação é feita em parceria com a VIDA, e embora a minha colega Filipa Zacarias não possa estar cá hoje (porque trabalha com a comunidade em Djabula). A Filipa dá apoio técnico local às atividades agrícolas e ao associativismo agrícola. Ela viva no Catembe, uma pequena cidade a sul de Maputo, do outro lado do rio. Durante as conversas que íamos mantendo sobre a comunidade local, sobre a sua história, veio à conversa a construção da ponte e da estrada vai ligar o Maputo às praias do sul. Uma estrada que passará sobre o Catembe, onde está em curso um grande projeto de urbanização. Eu estou-vos a falar disto porque todos nós sabemos o que aconteceu há cerca de 50 anos, aqui em Almada, quando na década de sessenta se concluiu a construção da ponte sobre o Tejo e seus acessos, catalisando um fenómeno de crescimento urbano ao longo de vias de acesso. Para o bem e para o mal este espaço, que era agrícola e industrial, transformou-se num espaço urbano moderno.

Regressando ao Catembe e às conversas com a Filipa Zacarias, ela questionava-me sobre que instrumentos se podem usar para recolher as memórias das pessoas que residem num espaço em transformação, argumentando que há muita pressão para saírem das suas casas, e com isso serão perdidas muitas memórias sobre o sítio. As narrativas biográficas, a cartografia da memória, a carta do património são instrumentos que, lhe apresentei, e que podem ser usados para fazer esse tipo trabalho. Contudo, do que me ia apercebendo sobre o projeto urbano que estava a ser pensado para o Catembe, era que ele foi planeado (desenhado se preferirem) num gabinete, sem preocupação em ouvir as pessoas que lá residem, ou procurar resolver as suas necessidades. Nos dias de hoje,

os processos de planeamento devem ouvir as pessoas. Devem partir das realidades locais para construir cidade. A produção de espaço urbano não deverá ser feita através da exclusão dos patrimónios locais.

É certo que há uma tradição europeia, modernista, de construir novo, arrasando o velho. Uma tradição de ordenar o espaço e o tempo da cidade de acordo com o modelo da racionalidade. Mas há também uma corrente no urbanismo de pensar as cidades do sul a partir de outros paradigmas de conhecimento. Procurando mais regenerar para melhorar as condições de vida das pessoas, para melhorar o acesso a bens e equipamentos públicos, para dar oportunidades de negócio com base no respeito pelo ambiente e pela sustentabilidade.

Se a situação hoje visível no Catembe, parece não incluir as pessoas que já lá vivem, mais do que procurar apenas história e memórias, valeria a pena mobilizar as pessoas para pensarem no espaço em que vivem e que de forma o podem melhorar ou modernizar. A proposta foi pois o de desafiar o processo de transformação urbana. Levar as pessoas do aglomerado a pensar de nas possíveis formas de transformação e, ao mesmo tempo, pensarmos como é podemos intervir, com os instrumentos do património e da educação no âmbito dos processos urbanos. Daí a proposta da *Árvore das memórias*, com base nos círculos de memória. O espaço do Catembe é um aglomerado urbano bastante fragmentado que cresceu ao longo das principais vias de acesso ao interior, radiculando para caminhos secundário em pequenas bolsas, onde surgem os espaços de ocupação, de construção, de habitação e de hortas de subsistência que dele são parte integrante. Não raro, nas fachadas das ruas arteriais instalaram-se pequenas lojas ou cantinas para pequenos comércio. Uma urbanização que cresceu por acrescentamento, que foi acolhendo o novo no que já existia.

O Catembe é um território de imigrantes. Ao longo dos últimos setenta, oitenta anos afluíram ao espaço pessoas que chegaram de várias partes do país, por variadas razões. A margem sul Maputo era mesmo uma margem. Primeiro ainda periférica e distante. Primeiro os Tembe, Depois foi aí que se instalaram os canecos, pescadores vindo de Goa, para bastecer o crescente mercado de Lourenço Marques. Depois, com o desenvolvimento do Porto e com a regularidade da travessia do rio, surgem alguns bairros de colonização. Nos anos sessenta, as vistas sobre a Cidade e as praias, tornaram o espaço como área de lazer e transgressão, porque fora na norma colonizadora. Com a independência o espaço mais barato, ajuda afixar. Na guerra civil, a sua segurança também é atrativa. Embora a região seja mais barata, encontra-se hoje em forte dinâmica, como já falamos. Há semelhanças entre Maputo e a área metropolitana de Lisboa e a área metropolitana de Maputo, mas avancemos.

A minha aproximação ao lugar passou por procurar quem eram os meus interlocutores. Fui à procura das suas histórias de vida. Conversei com os líderes locais, os mais velhos, os comerciantes. Falar com as pessoas, recolher a informação de como tinham chegado ao território. Procurei criar o meu próprio mapa do espaço.

Foi a partir destas histórias de vida, e este é o segundo ponto da minha intervenção, que se propuseram à criação dos círculos de memória. Esta proposta dos círculos de memória é um projeto de pesquisa que tenho vindo a desenvolver nas intervenções que faço através da aplicação de metodologias qualitativas de pesquisa-ação. De alguma forma assemelham-se aos círculos de aprendizagem desenvolvidos pelos processos de Educação Popular. Através deste Círculo procuro forma de

uso da memória coletiva, para a partir dele criar consciência de si, dos outros e do mundo, através duma ação transformadora.

Procuro trabalhar a partir das pessoas, dos seus saberes e facilitar o reconhecimento do posicionamento de cada no mundo. Em relação a si e em relação aos outros, em contextos. Procuro que cada um encontre o que tem de comum com os outros e que assuma o compromisso sobre o que pode dar à comunidade

Como já enunciei, tentei aproveitar os recursos locais da ONG Vida que já está nessa comunidade há mais de vinte anos. Isso ajudou-me a entender melhor as dinâmicas locais, a identificar mais facilmente e quem eram os parceiros relevantes. Facilitou o mapeamento, mas ainda falta finalizar o trabalho. Estou nesta altura à procura de formas de financiamento para conseguir desenvolver esta pesquisa de uma forma mais consistente, o que implicará a permanência no espaço durante algum tempo e o desenvolvimento dos círculos de memória como proposta de intervenção social. Evidentemente que este financiamento que procuro não é o que agora está na moda de ir agora à procura das empresas ou concorrer em projetos. Procuró que ele se implemente através de formas de economia solidária, que permitam criar rendimentos complementares a partir dos recursos locais.

Quais é que são as oportunidades que estes trabalhos sobre os círculos de memória podem proporcionar? Nós sabemos que desde setembro na ONU foram discutidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS que são conhecidos coma a Agenda 2030, inevitavelmente irão marcar a agenda do desenvolvimento nos próximos 15 anos. Eles incluem questões tão diversas e complexas que através de 17 objetivos procuram trabalhar questões como o combate à pobreza, a fome, ao direito à educação base, à igualdade de género; as alterações climáticas, o combate à perda da biodiversidade.

Não podemos aqui falar desta agenda mas eu chamo aqui a atenção para o número 4 que é a Educação ao longo da vida e a qualidade da educação. Enquanto os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM – 2000-2015) foram sobretudo orientados para os países do sul, para os países menos desenvolvidos; esta Agenda 2030 apresenta objetivos são globais. Para o mundo. A educação que era um objetivo de implementação básica e universal (extensiva) - passou agora a ser compreensiva. Abre oportunidade para a aprendizagem ao longo da vida e dá mais relevância à qualidade da educação.

A utilização dos círculos da memória que até aqui são usados naquilo que se chama educação informal, (uma educação que pode acontecer em qualquer espaço, em qualquer tempo e que se procura adequar às necessidades dos seus participantes), constituem um processo que facilita o encontro entre as pessoas, o reconhecimento de si e dos outros em contexto, que promove a ação cidadã e facilita a construção de novas ideias úteis para o mundo, aquilo a que chamamos agora criatividade e inovação social. Estes são os objetivos destes círculos de memória e que neste contexto da agenda 2030 apresenta um potencial de aplicação. Como e quem e o que se faz nos círculos de memória? Vamos passar rapidamente pela aplicação desta proposta. Há sempre um animador presente que tem como função criar as dinâmicas de grupo. São três os momentos dos círculos, que se repetem em todas as sessões: o primeiro, a que se chama "aquecimento", procura cria dinâmicas de grupo para facilitar a interação entre as pessoas e a busca dum tema relevante para todos, no contexto. O tema escolhido será então trabalhado no segundo tempo, o tempo da ação, onde é proposta uma atividade de exploração de narrativas sobre a questão. Estas atividades podem ser

de representação teatral, prática de desenho, de arte, de performance, ou qualquer tipo de intervenção que o grupo queira desenvolver. Finalmente o terceiro tempo, que é o tempo do diálogo, do reconhecimento e construção de relevâncias, em que as pessoas voltam a reunir em círculo e que através do diálogo, procuram tomar consciência sobre o que é que aconteceu. É o momento de crescimento interior feito em interação com os outros.

Concluindo: Para que é que isto nos serve? Pode ser trabalhado com qualquer questão que seja importante para o grupo ou para uma dada comunidade, para criar participação cidadã. Por isso eu apresento esta experiência participativa aqui.

Onde é que está a ser aplicado? Tenho apresentado esta proposta, para além do trabalho feito no Catembe, através do projeto de extensão educativa que existe no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra: "CES vai às escolas". Os professores das várias escolas podem ir a esse site escolher e solicitar entre os vários temas que são proposto a presença dum investigador na escola, para durante um tempo letivo, falar da questão. Esta oficina "Círculos de Memória" faz parte deste trabalho e através dela eu tenho apresentado este trabalho e procuro criar "círculos de memória" a partir das questões e preocupações locais. Está disponível para os professores e escolas que queiram desenvolver oficinas de participação. No próximo ano irá também estar disponível através de uma experiência da Universidade Lusófona que é a Oficina da Diversidade Cultural e Oficina de Museologia Social proposta no âmbito da Rede de Escolas Lusófonas.

Termino com um slide com as várias experiências de Círculos de Memória que mantivemos ao longo deste último ano. Dinamizamo-los, para além de Moçambique, numa escola primária em Lisboa e em diversas escolas básicas e secundárias na zona de Lisboa, Leiria e Coimbra. Usamo-los em contexto de formação universitária e em museus, em Portugal e no Brasil. Trata-se dum instrumento de trabalho com elevado potencial para a criação da participação das comunidades. Muito obrigado pela vossa atenção.

BRANCA TEIXEIRA, BASTIDORES DAS CIDADE, CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Em nome da Câmara Municipal do Porto, queria cumprimentar a Câmara Municipal de Almada por ter tido a coragem de montar um evento destes, bastante complicado e bastante difícil, portanto, em nome da Câmara Municipal do Porto, os meus parabéns. Vamos apresentar aqui o projeto "Nos bastidores da cidade" que consta do seguinte: o projeto "Nos Bastidores da cidade" é destinado a crianças do pré-escolar, dos 5 anos, e está integrado num programa que é o programa "SIMCidade" e que contém cerca de sete projetos já implementados, outros no prelo. O SIMCidade abarca toda a escolaridade e os seus projetos são transversais a várias unidades orgânicas da Câmara. Este, em particular, é destinado às crianças dos 5 anos, mas temos projetos intergeracionais que são bastante interessantes. O projeto "Nos bastidores da cidade" tem por objetivo formar as crianças para a cidadania, portanto, para terem a noção ou começarem a ter a noção das diversas profissões que existem na sociedade e que nos passam, muitas vezes até a nós, ao lado. Começar a dar noção às crianças, de pequeninas, que para pôr uma cidade a andar é preciso um conjunto imenso de profissões e de profissionais. Para além disso, não há só as profissões na cidade, há também todo

um leque de profissões que existem e que posteriormente será abordado pelas educadoras, pelos pais, pelos educadores. Os objetivos são dar a conhecer essas profissões com as suas tarefas, incentivar as crianças para o respeito que devem ter por todas as profissões, todas elas... dar-lhes ou tentar transmitir-lhes. Como sabem o Porto é a segunda cidade do país, portanto, é grande... como dizia transmitir às crianças, na medida do possível, o que existe e que é complexo na cidade e também criar-lhes a noção de que devem pensar para poder agir, ou seja, a noção de que podem posteriormente ter uma voz ativa na construção da sua cidade. E vamos ter que ir por partes. A primeira sessão é feita nos jardins-de-infância onde fazemos uma abordagem a algumas das profissões que eles vão contactar durante o projeto. Com o material que levamos e com aquilo que os miúdos vão sugerindo, fazemos uma montagem das profissões, do que existe na cidade, do seu património, e aqui lançamos um desafio aos meninos e às educadoras: a construção de uma maquete uniformizada; normalmente o material é de papel, reciclado ou não. Eles constroem uma maquete onde localizam a sua escola, onde integram o seu bairro, o local da cidade onde eles vivem, os monumentos ou os sítios que consideram mais emblemáticos. Tudo isto as crianças colocam, ou não, de acordo com a sua vontade/criatividade na referida maquete. A maquete é posteriormente, no fim do projeto, apresentada numa exposição.

Então como é que isto se processa?

Esta é a primeira sessão, posteriormente tem várias sessões. Uma fora da escola, nos equipamentos da Câmara e outras na escola. Vão por exemplo visitar o batalhão de sapadores bombeiros, uma coisa de que eles gostam imenso, porque andam nos carros dos bombeiros, veem o material dos bombeiros, andam nas ambulâncias, tocam os sinos das ambulâncias e começam a ser sensibilizados para a importância que o bombeiro tem, quando existe alguma catástrofe. Começam a ter essa sensibilidade em relação às profissões apresentadas. Vão à Casa do Infante e na Casa do Infante têm o contacto com o que é ser historiador, uma outra profissão, e visitam a casa onde nasceu o Infante D. Henrique. Vão também ao Pavilhão da Água onde têm contacto com o cientista, fazendo algumas experiências; aos Paços do Concelho onde são recebidos pelo Presidente ou pela Vice-presidente e onde aprendem a valorizar a responsabilidade de gerir uma autarquia, não deixando de perceber a simplicidade e acessibilidade que o/a Presidente pode ter. Na escola ou no jardim perto da escola, contactam com os jardineiros, experienciam até a plantação de algumas espécies. Os cantoneiros de limpeza que limpam grafittis, limpam a cidade, também lhes ensinam o que fazem. Com a polícia municipal, em que o que se transmite é que a polícia não é repressora mas sim para ajudar também, e com a proteção civil, que normalmente as crianças não sabem para que é que serve, passam a ter um primeiro contacto. Temos aqui imagens, começando pela primeira do lado esquerdo, que é nos Paços do Concelho, depois no Pavilhão da Água, a Casa do Infante, onde eles à lupa veem muitas coisas, têm aqui o cantoneiro de limpeza, o jardineiro e a proteção civil, são algumas das imagens que nós trouxemos. Aqui, também é no Pavilhão da Água. E pronto, é a continuação da explicação da importância que cada uma das profissões, da mais pequenina, se é que existe profissão pequenina. Desde cantoneiro de limpeza que limpa as ruas da cidade, até ao Presidente da Câmara, que coordena toda a autarquia, tudo é importante e tudo é para respeitar e desempenhar bem. É isto que se pretende com as crianças. Pretende-se também envolver as famílias na construção das maquetes e na sensibilização para as profissões, de modo a que respeitem e ensinem as crianças a respeitar o edificado, o património e as pessoas que vivem na sua cidade (claro que fora dela também).

LÍDIA DIAS, BRAGA ROMANA REVIVER BRACARA AUGUSTA,
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Boa tarde. Para mim é um enorme gosto estar aqui a apresentar esta experiência. Esta experiência representa a vivência de uma cidade. Braga Romana - Reviver Bracara Augusta não é mais uma recriação histórica, é muito mais do que isso. Ela consegue envolver as diferentes associações, escolas, lares de idosos, associações de defesa do património, não só durante cinco dias mas durante o ano.

Neste momento já vamos na XII edição com um crescimento cada vez maior de participantes.

O objetivo é muito simples: fazer uma viagem no tempo. Braga é uma cidade com 2000 anos de história e queremos valorizar aquilo que é nosso...o nosso património e, neste caso, o legado romano. Com isso queremos dar a conhecer o património mas também dar a conhecer as manifestações culturais, políticas, artísticas e outras daquele tempo. Nós só podemos amar aquilo que conhecemos. E se amamos a cidade, a nossa história e o nosso património com certeza seremos muito mais críticos daquilo que nós queremos para o nosso território e é isso que também é uma cidade educadora porque se quer mais participativa.

Sobre Bracara Augusta, fizemos diferentes meios informativos que ajudam a compreender e a localizar o evento. Reviver Bracara Augusta está sinalizada em diferentes espaços: a parte pedagógica, o mercado, os palcos e recreações, a parte da gastronomia. Igualmente assinalados todos os espaços museológicos, com destaque para o Museu D. Diogo de Sousa que contém um conjunto alargado de achados deste período. Estão igualmente assinalados, uma escola romana, um acampamento militar, uma quinta com animais, uma exposição de vários lugares no território que nós tentamos recriar o modus de vida de há 2000 atrás. Em números temos 100.000 € de orçamento, temos 179 mercadores com 220 tendas, temos 36 escolas e associações no mercado.

Temos outros números que traduzem e espelham aquilo que é efetivamente a participação, 2615 participantes num cortejo noturno, 5574 participantes num cortejo de abertura. É toda a nossa comunidade escolar que se envolve durante o ano na construção de objetos, de fatos, de coreografias e cenografias. Esta participação das escolas conta com o acompanhamento técnico e científico Câmara em conjunto com o Museu D. Diogo de Sousa.

Este evento tem já doze anos. É um exemplo da participação ativa de diferentes gerações. Estas apresentam-se na recriação histórica quer como atores, mercadores, colaboradores, figurantes, voluntários... É um evento que cresce a cada ano que passa. Que procura incluir e promover a coesão social, através de uma festa com alegria e diversão e conhecimento.

RUTE NAVAS, NÓS DA CIDADE: UM PROJETO ESCOLAR,
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EMÍDIO NAVARRO

Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de poder apresentar o projeto escolar intitulado Nós da Cidade. Saúdo a Câmara Municipal de Almada pela organização deste magnífico congresso; saúdo os meus colegas de mesa; saúdo a sra. Presidente Ângela Luzia que além de ser um dos nós da mesa também foi, também é, um dos nós do projeto.

Todas as cidades devem ser descobertas com os os livros, com os autores, com os narradores a servir de guias. Naguib Mahfouz convida-nos a conhecer o Cairo; V.S. Naipaul abre-nos a porta de Bombaim; Ohran

Pamuk percorre as duas margens de Instambul, Paul Bowles deixou-nos memórias deTânger e Hugo Pratt de Veneza.

O projeto Nós da Cidade, lançado em 2013-2014, pelo Centro UNESCO Ciência, Arte e Engenho do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro com alunos dos vários níveis de ensino, desde o 1º ciclo ao ensino secundário, envolveu na sua coordenação outras escolas secundárias do centro da cidade de Almada: a Escola Secundária Anselmo de Andrade do Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade e a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto. O projeto teve como parceiro o Museu da Cidade, local onde decorreram as sessões com os alunos e a apresentação pública, aberta à comunidade educativa. Com base nesta iniciativa, lançou-se uma formação de professores onde foram aprofundadas as temáticas relevantes na perspetiva da filosofia, artes, literatura, arquitetura e música. De facto, nos contextos escolares, o estudo da Cidade abre caminho para o desenvolvimento das várias perceções do quotidiano, dos espaços de vivência que se transformam em lugares de património e de identidade, possibilitando uma dinâmica de transformação mais humana e participativa da própria cidade. Importa reforçar uma formação para a cidadania que fomente as diferentes representações visuais como um património a preservar, quer ao nível individual, quer coletivo. Pretende-se ir ao encontro dos princípios da UNESCO e desenvolver, na escola, através da educação literária a exploração cartográfica das imagens da cidade, nas várias expressões visuais e vivenciais. As imagens desenhadas, filmadas ou fotografadas acabam por evidenciar as diferentes lentes literárias (realistas, impressionistas, futuristas, intimistas e outras) que filtram as realidades quotidianas e humanas. Importa, aqui, mostrar a transversalidade do tema a partir dos roteiros da cidade de Almada, ora com base nas narrativas do imaginário infantil, ora com referência ao estudo de textos literários do final do século XIX e do início do século XX, apontados pelos programas escolares.

O primeiro roteiro, representado com recurso ao prezzì, foi elaborado no âmbito das atividades da biblioteca escolar por alunos do 4ºano, do 1º ciclo, envolvendo as expressões artísticas e o uso do português como língua de comunicação, na moldagem das figuras com plasticina, bem como, na conceção do enredo com os espaços, a caracterização das personagens e os momentos de ação. Tratava-se de imaginar, a partir de um mapa visual da cidade, as peripécias de um roubo aparente de uma bicicleta. A investigação policial permitiu reconhecer as ruas e os espaços dos lugares mais emblemáticos. Esta breve história de polícias e ladrões terminou com uma surpresa que transfigurou a ideia do roubo: na realidade os dois amigos pegaram na bicicleta simplesmente para dar uma volta pelas ruas e praças bem conhecidas pelos habitantes. A partir do 2º ciclo até ao ensino secundário, a representação da cidade centrou-se na transposição de leituras, primeiro as da literatura juvenil, e mais tarde, as das obras poéticas, em particular as de Cesário Verde e de Fernando Pessoa (ortónimo e heterónimo).

Importa dar conta dos três trabalhos desenvolvidos nos anos finais do ensino secundário, nas diferentes escolas e agrupamentos da cidade, todos eles respeitando os desafios propostos pelos programas curriculares. O primeiro exemplo, desenvolvido pelos alunos da Escola Secundária Emídio Navarro, teve como base a poesia intimista de Álvaro de Campos, designadamente o poema Lisbon Revisited (1926). O efeito da lente poética traduziu-se numa sucessão de imagens, oferecendo ao espetador o significado de uma outra cidade, mais intimista, realçando os lugares

mais significativos para o aluno que vive em Almada. A leitura dos diferentes espaços surgiu, assim, a partir do movimento de uma câmara subjetiva, orientada pela sensação de uma nostalgia desencantada da infância.

O segundo exemplo, com recurso à fotografia, foi trabalhado pelos alunos da Escola Secundária Anselmo de Andrade e teve como objetivo fixar os espaços captados pela lente impressionista da poética de Cesário Verde. O desafio proposto foi o de olhar e pensar a cidade através das imagens que realçavam as percepções suscitadas sob um ponto de vista estético previamente estudado. Neste trabalho, o olhar fotográfico estendeu-se do cais de Cacilhas a outros lugares, com o intuito de captar a luminosidade, as cores, eventualmente os odores e os ruídos das ruas. Todas estas percepções traduziram, em última instância, a subjetividade de quem valoriza o impressionismo como forma de representar o lugar.

O terceiro exemplo permitiu comparar a imagem fixa impressionista com a representação intimista em movimento, desenvolvida pelos alunos da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto. Neste último caso, o ambiente captado pelo vídeo sugeria uma outra experiência do lugar de partida, explicitamente metafórica. O ritmo lento da imagem em movimento permitiu realçar o texto introspetivo, de uma lente poética pessimista e angustiada, da última fase de Álvaro de Campos.

Com base nestes exemplos, acreditamos que a cidadania pode ser e deve ser incentivada nos diferentes tempos escolares. O tema da Cidade, escolhido para este projeto, pode ser entendido enquanto estudo transversal ao curriculum. Se é certo que a literatura tem um papel essencial para o conhecimento da língua materna, é, não menos verdade, que pode ter um papel essencial para o desenvolvimento de um pensamento reflexivo capaz de promover o indivíduo, quer naquilo que lhe é intrínseco, quer no âmbito social e da cidadania. O texto literário, pela sua complexidade, mais do que qualquer outro permite diversificar experiências de leitura e de interpretação e desenvolver formas de transferência, todas elas decisivas na aprendizagem de um diálogo intercultural.

Intervenientes:

Dr^a. Rute Navas – Agrupamento de Escolas Emídio Navarro

Dr^a. Sara Cacela - Agrupamento de Escolas Emídio Navarro

Dr^a Maria José Januário - Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade

Dr^a Maria Manuel Martins – Escola Secundária Fernão Mendes Pinto.

ANA ISABEL RIBEIRO ALMADA PLANISFÉRIO DA
INTERCULTURALIDADE: PARTICIPAÇÃO, EDUCAÇÃO, COESÃO
SOCIAL, CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Boa tarde a todos e a todas. Saúdo as minhas companheiras e o meu companheiro de mesa e gostaria de vos dizer que é para nós um gosto maior estar aqui e no contexto do Congresso das Cidades Educadoras a apresentar esta experiência da qual me considero como que uma porta voz porque como entenderão, no decorrer e no final da apresentação, foi um projeto que foi trabalhado com muitas mãos e muitas vontades. Falar do Planisfério da Interculturalidade implica fazer uma abordagem ainda que sumária claramente imposta pelo tempo disponível da apresentação da arte pública do concelho de Almada. A aproximação às mais de centena e meia de obras existentes no concelho, na sua maioria de promoção municipal permite a caracterização das suas linhas programáticas fundamentais. Assim, apesar de nos anos 50, no monumento ao Cristo

Rei, marcar de forma indelével o território, permanecerá a obra isolada e solitária até à década 80 do sé. XX, marcada em 1979 pela implantação do Monumento aos Perseguidos, em homenagem à vítimas do fascismo, erigido por subscrição pública, numa Praça recém batizada do MFA. Os anos 90 ficaram marcados pelo ciclo dos monumentos evocativos das causas simbólicas, o trabalho, o associativismo, a vida, a paz, a liberdade, e também pela colocação de obras junto a novos edifícios municipais. O novo milénio, por sua vez, iniciou-se com um conjunto de onze esculturas, uma por cada freguesia comemorativa dos 25 anos da instauração do poder local democrático depois também evocado com novas obras nos seus 30 e 35 anos.

Esta breve caracterização poderá levar-nos então em síntese a dizer que a arte pública, fazendo este percurso, tem sido assumida em Almada, como um instrumento de apoio à produção de dinâmicas culturais, por forma de preservar memória da história contemporânea e também uma afirmação pública do projeto político de desenvolvimento local. É neste contexto que em 2011 teve início um processo de conceção e produção de arte pública, não por encomenda direta, não por subscrição pública ou concurso público, procedimentos habituais até então, mas através duma prática pioneira no concelho de Almada, ou seja, através de uma parceria entre a Faculdade de Belas-Artes de Lisboa e a Câmara de Almada que viabilizou a implementação e desenvolvimento dum processo participativo que deu origem à concretização do monumento à multiculturalidade, previsto no plano de atividades municipal, para um território específico. Trata-se de uma zona abrangida pelo antigo plano integrado de Almada, que teve início em 1971 e cuja aprovação da primeira fase data de 1973 mas que foi apenas iniciado dois anos depois. É evidente que não terei tempo de detalhar os vários momentos por que todo este território passou, e saltaria um pouco em arco para 2004 quando foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Almada e o IHRU, o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que visava a implementação do Programa Integrado de Regeneração Urbana de Almada Poente, que tinha como objetivo executar um plano de recuperação e reconversão urbana para uma área delimitada dentro do antigo plano integrado de Almada com base nos financiamentos CRE e POLIS 21. Esse plano de intervenção tinha como eixos prioritários a constituição do Centro Cívico de Caparica, o reforço e a qualificação da rede local de equipamentos, nomeadamente uma biblioteca e uma piscina, a inserção profissional das populações e a qualificação dos espaços públicos dos Bairros Amarelo e Filipa d'Água. Importa referir também, de forma bastante sintética, que este território nomeadamente a área assinalada a vermelho que é a área que vamos particularizar, é um território isolado, restringido pela orografia e pelas infraestruturas ferroviárias e viárias está limitado a norte pelo rio Tejo, a leste pela autoestrada, a sul pela via rápida e a oeste pelas arribas da Costa de Caparica. É também um território que foi marcado desde o final dos anos 70, por ter sido um local de realojamento de comunidades de Almada e da grande Lisboa, por retornados das ex colónias, desde 1987, que também concretiza uma concentração de grupos socialmente carenciados tornando este Bairro Amarelo uma zona de elevada densidade, diversidade social, económica e étnica. Partindo dos eixos prioritários de intervenção para este território que antes referi, simultaneamente também pretendiam a criação de novas centralidades,


foi desenhado então o Centro Cívico de Caparica, foi construída uma nova Biblioteca, a Biblioteca Maria Lamas, foi feita uma nova piscina municipal e foi também apoiada a construção da nova sede do Clube Recreativo União Raposense, a estrutura associativa local mais antiga e com atividade relevante e reconhecida.

Considerando por um lado a vertente prevista de requalificação urbana de espaço público neste território e por outro as suas características específicas foi aqui que foi colocada o monumento à multiculturalidade. Iniciado em 2011, inaugurado em 2013 no âmbito das comemorações municipais do 25 de abril, este monumento desenvolveu-se a partir de sessões de trabalho comunitário com a população residente naquela área de intervenção, sessões essas que foram mediadas por uma equipa interdisciplinar, gerando através de uma metodologia de desenho participativo, não uma escultura mas três elementos escultóricos, que constituem o monumento. Este trajeto que vim a fazer é importante para o entendimento no fundo daquilo que é o centro da intervenção. Porque nesse mesmo lugar e contexto e no intuito de continuar a potenciar o vínculo dos moradores ao seu território, o processo iniciado no Centro Cívico exatamente com a realização do monumento à multiculturalidade, foi desenhado um novo projeto que promovesse e ampliasse a reflexão coletiva que tinha sido iniciada em torno de conceitos e metodologias conducentes à apropriação real e simbólica do espaço que depois foram materializados em narrativas visuais, esculturas, porém agora envolvendo a comunidade educativa.

Assim, em 2012, começou a tomar forma um projeto educativo de coesão social em ambiente escolar, com participação voluntária que foi concebido e desenvolvido pelo Serviço Educativo da Casa da Cerca- Centro de Arte Contemporânea, apoiado pela Faculdade de Belas Artes e pela Junta de Freguesia da Caparica num projeto dirigido aos alunos da escola pública, do pré-escolar ao 12º ano, envolvendo assim os dois agrupamentos, a Agrupamento do Monte de Caparica e o Miradouro de Alfazina num total de sete escolas e também a escola sede do Agrupamento de Escolas de Caparica. Este projeto tinha como objetivo final a produção dum mural cerâmico constituído por azulejos de 15x15, realizados em contexto de sala de aula e previa-se a sua colocação no Centro Cívico de Caparica. Cada um destes azulejos constituem a representação do seu autor, através dum molde por si escolhido para se auto-representar e uma vez montado, através da definição de um plano de cor, este mural iria permitir e permite duas leituras: uma de análise, uma de aproximação, que simboliza cada um dos azulejos, ou seja, cada um dos indivíduos que nele participou, mas também uma leitura de afastamento, uma leitura de síntese, que permite a leitura do planisfério do planeta Terra, afinal a metáfora maior da intervenção. A concretização deste projeto teve início em março de 2013 e entre março e junho realizaram-se 100 sessões em contexto de sala de aula. Uma segunda fase que decorreu durante março de 2014 deu lugar a mais 46 sessões. Como antes referido este projeto teve com entidade gestora o Serviço Educativo da Casa da Cerca. Porém, para o seu desenvolvimento e concretização, em termos de recursos humanos, para além dos professores, educadores, auxiliares de educação das escolas envolvidas, foi determinante a participação de cerca de uma centena de voluntários, licenciados, reformados, desempregados, estudantes do ensino superior, mestrandos, doutorandos, estagiários do Programa Leonardo da Vinci, técnicos de outras instituições e também nossos colegas da Câmara Municipal de Almada. Em contexto de sala

de aula, enquanto monitores ou desempenhando outras tarefas, como o registo fotográfico de cada azulejo, ou a sua identificação numa base de dados, os voluntários foram um corpo de trabalho de entusiasmo indissociáveis deste projeto. Conceptualmente o projeto compreendia objetivos específicos, objetivos para os alunos e objetivos para os voluntários, alguns dos quais estão descritos e poderão ver neste slide. O início de cada sessão em contexto de sala de aula era antecipado por uma breve explicação do que era o projeto do Planisfério e também o que tinha sido o processo do monumento à multiculturalidade, era feita a apresentação da turma ao grupo de voluntários e vice versa sem que em cada sessão existiam 5 a 7 voluntários que eram coordenados no local por Mário Rainha Campos, o técnico que coordena o Serviço Educativo da Casa da Cerca, que no fundo concebeu todo este projeto, e o espaço de sala de aula era organizado em diferentes postos de trabalho, gerando uma dinâmica espacial que permitia que todos os alunos estivessem em cada um desses postos de trabalho. Assim, havia uma mesa livre de modelação, que tinha a presença dum monitor responsável e do professor titular onde cada um coletivamente modelando um sólido geométrico com o barro que ia ficando do trabalho dos azulejos, aguardava a sua vez para execução da sua peça. O apoio era individual, cada aluno tinha o apoio de um voluntário que supervisionava o processo de modelação por pressão do objeto escolhido, promovia todas as possibilidades de exploração de gravação e composição desse objeto num pedaço de barro que tinha em cima da mesa para esse efeito, já na dimensão do azulejo final e em conjunto com cada aluno, os voluntários contribuíam para a reflexão do porquê daquele objeto ter sido escolhido pelo aluno para se auto-representar.

Quando terminada a fase de produção dos azulejos, foram armazenados numa loja do Mercado de Caparica, cedida para o efeito pela Junta de Freguesia, os azulejos foram depois transportados para a Faculdade de Belas Artes, onde foram cozidos e vidrados. Mas quando chegámos a este momento já era evidente que este projeto tinha permitido novas abordagens de aprendizagem em relação à criação artística na escola, em grupos suscetíveis de exclusão social, como os grupos PIEF e CEF e não só, tinha contribuído para a vivência e convivência futura no âmbito do espaço público e tinha inequivocamente despoletado laços de afeto, construídos a partir de uma aprendizagem comum e partilhada. Entrava-se assim, numa nova etapa, foi criado o plano de cor, foi feito o projeto de implantação do mural pelo Departamento de Planeamento Urbanístico, Divisão de Qualificação Urbana da Câmara, que potenciava e promovia simultaneamente os usos do Parque e do próprio Polidesportivo. Assim, na parede posterior do muro onde o planisfério foi colocado, foi criado um palco que está associado esse campo polidesportivo e também se prevê a montagem de uma plataforma palafita sobre a linha de água adjacente ao próprio painel a ser executada futuramente também com trabalho comunitário. Ao longo do mês foram colocados 2187 azulejos, o projeto passou então a ser uma realidade, realidade muito para além de somatório de identidades, tornando evidente que cada um de nós é uma parte integrante do desenho do mundo. O planisfério foi inaugurado a 14 de outubro passado, numa festa em que quisemos celebrar os valores da participação e da escola pública. Internamente, para os serviços da Câmara, foi também um momento importante no cruzamento de intervenção indispensável para que esta festa tivesse lugar e que foram mobilizados com todas as suas Divisões, 9 Departamentos, 1 Divisão, para além dos SMAS de Almada, União de Freguesias de Caparica e Trafaria e também naturalmente, parceiro indissociável deste projeto, o Clube Recreativo União Raposense. Alguns indicadores deste projeto, indicadores quantitativos que nos permitem também uma diferente abordagem para



a leitura do planisfério da interculturalidade. Para terminar, gostaria de vos dizer que temos a certeza que a concretização deste projeto não lhe dita um fim mas antes um início de um novo princípio. Ou seja, do nosso ponto de vista é indispensável dar-lhe continuidade, para que vá adicionando novos e deferentes sentidos, com e para a comunidade de proximidade, com e para o território alargado onde se insere. Para tanto, para uma maior assertividade de dinâmicas induzidas ou apoiadas, é indispensável avaliar as intervenções realizadas, quer o monumento à multiculturalidade, quer o planisfério da interculturalidade. Embora não sendo processos recentes, os processos participativos no domínio artístico mais que por modelos metodológicos estabilizados, são suportados por experiências que têm vindo a ser desenvolvidas a vários níveis e por diferentes agentes com intervenção no território. Estas experiências devem ser avaliadas e tendo em vista o seu aperfeiçoamento, o entendimento do conceito de participação ativa na cidade, já que se constituem como contributos fundamentais para a construção integrada, inclusiva e coesa de uma cidade educadora. Obrigada pela vossa atenção.

—
SALA B
CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE

—
NUNO CAMELO, CARTA EDUCATIVA - UM DOCUMENTO
ESTRATÉGICO DE CORRESPONSABILIZAÇÃO PARTILHADA,
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

“Olá bom dia a todos, obrigada por se terem juntado a nós para partilharmos estas experiências, aquilo que a Câmara de Évora hoje trás aqui tem a ver com a elaboração de um documento estratégico que é a Carta Educativa de Évora. Aquilo que estamos a fazer nesta altura é procurar cruzar a dinâmica de elaboração deste documento estratégico por um lado com o conceito de Évora Cidade Educadora e por outro com a construção do nosso próprio projeto educativo local. E isto cruzado faz com que tentemos que este procedimento legal da persecução de um ponto estratégico possa ser também motivador e mobilizador desta participação ativa da cidade, tema das experiências que hoje aqui trazemos, neste painel. Portanto Évora dispõe deste instrumento desde o ano de 2006, altura em que foi elaborado tendo sido homologado pela tutela em 2007. E é um documento que tem uma abrangência com todo o território concelhio e que está obviamente por estar ligado ao território também em constante evolução e reformulação. Isso foram os dois processos de monitorização que realizamos em 2011 e 2013 e neste momento está em curso o trabalho de revisão ou de elaboração da carta educativa para um novo período 2017-2027. E procuramos neste momento concreto de elaboração deste instrumento envolver efetivamente à luz da cidade educadora, à luz do nosso projeto educativo local envolver a sociedade civil e os parceiros locais naquilo que achamos que é a construção de um instrumento que diz respeito a todos e que incorpora não só as expressões da educação formal como cada vez mais e sobretudo as questões da educação não formal e informal e por acreditarmos nisso encetamos uma fase de elaboração que assenta muito na participação da população em dois momentos muito concretos, primeiro uma fase de participação preventiva onde os envolvidos são chamados a fazer-me chegar as suas ideias sobre aquilo que pode ser a carta educativa por este período e depois já numa fase posterior com proposta firmada por

esse instrumento à consideração através de um período de discussão pública. Para isso e atendendo que é preciso envolver também desde o início, criamos uma imagem que pudesse ser apelativa e congrega-se no fundo o que é o nosso desejo que é ter todos aqueles que estão no território e que estão, que contribuem para a sua própria transformação, polos todo juntos a pensar aquilo que poderá ser a carta educativa neste horizonte temporal. Em termos de linhas estratégicas a nossa carta educativa assenta numa série de questões de resto muito transversais a outras cartas educativas e a outros territórios obviamente, mas do qual destaco obviamente a questão de pela primeira vez neste instrumento compreender aqui as dimensões formal e não formal que o nosso projeto educativo local nos realça e obviamente também a questão da educação para a cidadania e do próprio papel da cidade educadora e das entidades que tem e que são e que tem intencionalidade educadora no nosso território. Obviamente que ela passará por requalificações, por rentabilizar os recursos e esta é a palavra cada vez mais também como formar e investir nesta área. Em termos de metodologia, este processo assenta em quatro pontos essenciais: primeiro a criação de uma equipa de trabalho interna com algumas parcerias, quer com a Universidade de Évora, quer com a DEGEST da região do Alentejo, mas sobretudo assente numa estrutura interna de técnicos de várias divisões. Na fase da participação preventiva organizamos um conjunto de painéis temáticos sobre as temáticas que estão aqui identificadas como forma prévia de ao construir o que será um instrumento para os próximos 10 anos, termos a possibilidade de discutir, não só com a população em geral, mas também com quem labora nestas temáticas, aquilo que são os pontos de vista, os pontos de inicio importantes para a construção deste processo. O processo tem de ser parte da elaboração do documento que aliás é transversal em toda a linha de trabalho e que terá depois uma discussão pública já com proposta firmada e ainda assim essa alvo de alterações e adaptações conforme forem as adaptações que forem recebendo. Só em termos de estrutura destacar daqui a importância do diagnóstico e da análise demográfica, estando ela, toda ela na base daquilo que são as propostas da carta. A Carta conta com população, as propostas que a carta venha a ter são de aplicação à população e temos que conhecer que população é essa e temos sobretudo que tentar antecipar através de estimativas populacionais, que população temos no próximo horizonte temporal. Em termos de cronograma, começamos em janeiro de 2015 e devemos terminar em dezembro de 2016 e portanto estamos aqui mais ou menos a meio caminho.

Destaque aqui realmente da fase de prevenção preventiva, que se apoiou muito na questão dos painéis temáticos mas que vai para além disso, estamos ainda em fase a todo o tempo de recolher participações que possam integrar nos nossos trabalhos e depois uma fase também de construção de propostas, de discussão pública para além de todos os tramites legais que a carta depois terá que ser submetida. Como é que chamámos as pessoas a participar, através de comunicação assente a convites diretos, a publicação dos eventos que íamos realizando, neste caso concreto dos painéis temáticos, que devem envolver diretamente os atores locais, que influem e se movem neste âmbito do sector educativo e também da educação formal e não formal. Os painéis temáticos tentamos que eles fossem também os mais participados possíveis, pois eles versaram sobre estas áreas que ali expomos. Já todos realizaram entre os meses de março e junho, para cada um deles divulgamos os meios ao nosso dispor, tentando trazer também a população a participar e com isso em cada um deles procuramos discutir os principais temas e assuntos e sensibilidades que cada um dos temas encerrava em si. Depois de cada painel realizado tivemos o cuidado de produzir um documento que sintetizava as principais conclusões dessa discussão. Está e estão todos disponíveis na página da Câmara. E para o efeito envolvemos

muito o nosso conceito de Conselho Municipal de Educação, quer no acompanhamento dos trabalhos, quer também na própria redação daquilo que são as conclusões principais. Aqui também uma listagem das principais entidades que estiveram, presentes nos slides não só a convite, mas outras que se mostraram diretamente interessadas e se fizeram presentes. Algumas imagens dos slides que passaram. Construímos para o efeito ... aliás alojamos a nossa página do município, este separador de Carta Educativa, onde tínhamos não só a publicidade, publicitação da carta educativa como os próprios documentos de conclusão, bem como todo um outro conjunto de informação em torno do processo. Essa publicitação fizemo-la também através do processo do nosso perfil do facebook de Évora Cidade Educadora, portanto mais uma vez vincando a intenção e a intencionalidade educadora de associar estes processos, bem como na página da rede territorial portuguesa das cidades educadoras, onde também divulgamos e trocamos inclusive algumas experiências com outros municípios. Fizemos ainda uma ficha de participação preventiva onde qualquer pessoa presente nas temáticas pudesse deixar o seu contributo, numa chamada de atenção, numa nota sobre o processo que estava a decorrer. Os objectivos são estes, incentivar a participação responsável, consciente, cada vez mais assumindo que o objectivo tem de ser comum, porque quando falamos de comunidade, à pouco o Álvaro Domingos falava disto, é preciso muita atenção quando falamos em comunidade, pois o que queremos é realmente uma comunidade educativa que saia da própria comunidade, que é este território com gente dentro. Precisamos realmente conhecer o que é que cada um acha o que pode ser o sector nos próximos anos. Queremos este contato direto e regular entre os eleitos e as populações. Populações essas que depositam os maiores desejos, nesses mesmo eleitos. E com isso conseguiremos identificar um conjunto de problemas e obviamente estabelecer soluções que possam servir a todos. Estes são os pontos fortes que nós a esta distância conseguimos já retirar, as respostas a curto prazo as reflexões e esta mais valia de encontrar e de sentar todos à mesma mesa, sobre os mesmos assuntos. Infelizmente isto também tem pontos fracos dos quais eu destaco a fraca adesão nalguns painéis, continuamos com isto. É preciso participação, a desejável participação, mas quando toca o sino para nos reunirmos, nem sempre contamos com grandes efetivos. Esta experiência traduz a construção de cidades mais participadas e adaptadas às necessidades dos seus municípios. Acreditamos que será assim... Muito obrigado.

— **MARIA JOSÉ MAYA**, COMEMORAÇÕES 8 SÉCULOS DE LÍNGUA PORTUGUESA. 400 ANOS DE PUBLICAÇÃO DA “PEREGRINAÇÃO” DE FERNÃO MENDES PINTO, ASSOCIAÇÃO 8 SÉCULOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Associação 8 Séculos de Língua Portuguesa foi a entidade promotora das Comemorações dos 8 Séculos da Língua Portuguesa. Agregámos a estas Comemorações a celebração dos 400 anos de publicação da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto, cuja importância merece ser realçada por ser a obra portuguesa de literatura de viagens mais traduzida no mundo, revelando o testemunho de um homem e da sua época, num tempo de mudanças nas relações económicas, sociais e culturais entre o Ocidente e o Oriente.

Tivemos como objetivo:

- 1- Contribuir para valorizar a obra de Fernão Mendes Pinto;
- 2- Contribuir para tornar mais consciente a ligação de Fernão Mendes Pinto a Almada;

3- Contribuir para tornar mais consciente Almada como centro de partida e chegada de viajantes/migrantes.

Esta Associação cultural sem fins lucrativos, foi criada em 2012 para promover as Comemorações dos 8 Séculos de Língua Portuguesa. As comemorações tiveram o seu início a 5 de maio de 2014 e terminaram a 4 de julho de 2015. Atualmente a associação está a fazer as adaptações necessárias para continuar o seu trabalho em prol da promoção da língua portuguesa e das culturas que nela se expressam.

As Comemorações dos 8 Séculos de Língua Portuguesa e dos 400 anos de publicação da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto abarcou um conjunto diversificado de experiências, um ciclo de conferências, a dinamização de escolas, de que realçamos a feitura de 800 postais por alunos do 4º ao 10º ano das escolas do Concelho de Almada. Estes postais estiveram em exposição no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, Almada.

Esta experiência foi concluída, todavia, a feitura dos 800 postais feitos nas escolas do concelho de Almada será o ponto de partida para o alargamento desta experiência às escolas do país e escolas portuguesas no estrangeiro.

“A língua em viagem” abrangeu um conjunto de conferências sobre literatura de viagens, em que se falou da viagem de Vasco da Gama à Índia, da Carta do Achamento do Brasil por Pêro Vaz de Caminha, Os Colóquios dos Simples, de Garcia da Horta, tendo terminado com a conferência “Conversas de Ocidente a Oriente e de Oriente a Ocidente”. Esta experiência foi desenvolvida pela Associação, pela Câmara Municipal de Almada, pelo Centro de Formação de Professores Almada Forma, pelas escolas do Concelho de Almada e pela USALMA e os cidadãos que desejaram participar.

— **FILIPA RAMALHETE**, ALMADA LABORATÓRIO DE INTERVENÇÃO EM ARQUITETURA, CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA, CIDADE E TERRITÓRIO (CEACT/UAL) - LISBOA

Bom dia.

Os Laboratórios de Intervenção em Arquitetura realizam-se desde 2012, com o objetivo de reforçar os laços entre a Universidade e a Comunidade. Criam momentos de reflexão e de atuação no real, sempre numa perspectiva de ligação aos espaços e às comunidades e agentes do território. Proporcionam uma experiência única aos estudantes, que são confrontados com a possibilidade de projetar e construir, com as próprias mãos, para um lugar e pessoas reais, contribuindo para a resolução de problemas concretos. Na primeira edição participaram 6 tutores e 30 alunos. Foram realizadas conferências com convidados portugueses e estrangeiros. Nas sessões de avaliação e apresentação, esteve presente um representante da Câmara Municipal de Almada. O laboratório procurou pensar e encontrar propostas e linhas de discussão sobre o bairro de génese espontânea das Terras do Lelo Martins, na Costa da Caparica. As edições seguintes foram realizadas em parceria com a CMA, entre outros parceiros. Na segunda edição, após um trabalho de investigação de sete meses, desenvolveu-se o tema da intervenção em bairros de génese espontânea e os trabalhos decorreram com uma semana para projeto e conferências, duas para produção e uma para construção, no bairro do Bairro do 2º Torrão, na Trafaria, com a participação da comunidade

(e apoio da Câmara Municipal de Almada e Junta de Freguesia da Trafaria). As equipas de tutores, com cerca de 60 alunos, investigaram e discutiram necessidades, materializando algumas das propostas na construção de equipamentos e melhoramento do espaço público (espaço para as crianças, reabilitação do edifício da Associação de Moradores, limpeza e construção de espaços para o lixo, hortas). A terceira edição contou uma sessão de abertura com conferências realizadas no ISCTE e no Presídio da Trafaria. Neste ano, 2 tutores coordenaram grupos de trabalho, com o objetivo de consolidar, no 2º Torrão, as intervenções do ano anterior. Assim, com cerca de 30 alunos e algumas dezenas de moradores, os espaços exteriores do Largo do Convívio e do Largo da Associação foram melhorados, através da construção de estruturas mais perenes. A edição de 2015 pretendeu, com a participação de cerca de 40 alunos orientados por 2 tutores, trabalhar o tema da intervenção em espaços consolidados, em articulação com duas associações locais, a APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental e o Centro de Arqueologia de Almada. Pretendeu-se responder a necessidades de melhoramentos no espaço exterior da Quinta dos Inglesinhos e também ao restauro de uma nora de valor patrimonial. Em 2014 e 2015, os materiais de construção foram, em grande parte, reutilizados de excedentes dos estaleiros da CMA, num exercício de reutilização de materiais que introduz um valor acrescentado, particularmente em contextos de escassez e de dificuldades económicas, como os que foram trabalhados ao longo dos 4 anos de existência dos Laboratórios de Intervenção em Arquitetura.

Objetivos gerais: O objetivo final do projeto é a resolução de problemas concretos em contextos urbanos contemporâneos, com resultados visíveis e efetivos para a qualidade de vida das populações locais. O facto de ser um projeto que implica intervenção traz também oportunidades para criar parcerias com entidades locais e para os alunos e jovens arquitetos participarem em experiências inovadoras. Pretende-se, assim, conjugar investigação e intervenção, contribuindo para a afirmação do ensino de arquitetura de excelência e para a melhoria da qualidade de vida de uma população. **Objetivos específicos:** Cada edição possui problemáticas, desafios e objetivos próprios, consoante o contexto trabalhado.

Gostava, em primeiro lugar, de agradecer à Comissão Científica por ter aceitado a partilha da nossa experiência neste painel. Chamo-me Filipa Ramalheite e sou docente do departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa, onde coordeno um pequeno núcleo de investigação, o Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (CEACT/UAL). Venho apresentar uma experiência que já tem quatro anos, a experiência dos Laboratórios de Intervenção em Arquitetura. São já quatro anos, quatro edições diferentes, cada uma com as suas particularidades. Espero, sobretudo, conseguir suscitar a vossa vontade de conhecer mais, e estarei à disposição para vos contar todos os detalhes e pormenores que entenderem.

Começo pela pergunta “o que são os Laboratórios de Intervenção em Arquitetura”? Os Laboratórios de Intervenção em Arquitetura são uma iniciativa que partiu da Universidade Autónoma, à qual se têm associado muitos parceiros, e que tem como objetivo uma experiência de intervenção no território. A nossa intenção, desde o início, foi juntar uma experiência académica com a intervenção laboratorial, saindo da academia. Os participantes são, sobretudo, alunos de Arquitetura, mas temos tido também pessoas de outras áreas.

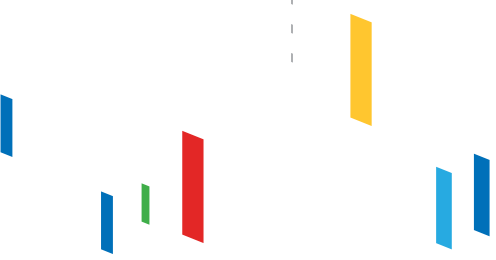
Neste contexto, o que nos move é, sobretudo, resolver questões concretas, problemas concretos. E, para isso, fomos montando e aperfeiçoando uma estrutura que resulta num trabalho muito intenso (normalmente isto passa-se num espaço muito curto de tempo).

Na prática, aquilo que acontece é que durante uma, duas semanas (depois, é claro, de vários meses de preparação) temos várias dezenas de participantes a pensar um determinado problema, num determinado território, com um tempo muito intenso de projeto, de conferências sobre os temas de especialidade daquele laboratório, sempre acompanhados por vários grupos de tutores, pela organização, e pelos parceiros no terreno - e, a seguir, a construir as soluções que propõem.

Como disse, foram feitas até à data quatro edições. A primeira (Noutra Costa, em 2012), nas terras da Costa, foi a única que teve uma construção muito residual, foi sobretudo pensamento. A ideia de fazer este laboratório em Almada surgiu porque, nessa altura, o CEACTION/UAL era parceiro de um projeto de investigação FCT, que focava o território das Terras da Costa. Começámos em Almada e, devo dizer-vos, com muita alegria minha, nunca mais nos fomos embora! Já fizemos mais três edições neste Município, com um envolvimento cada vez maior por parte da Câmara Municipal, por parte das Juntas de Freguesia e por parte dos vários parceiros com que temos colaborado. No fundo, embora estejamos a falar de experiências que são, em si próprias bastante circunscritas no tempo, na realidade estamos a falar de uma experiência de colaboração que já vai em cinco anos.

Continuando a explicar o que são os laboratórios, há também que dizer o que eles não são: Primeiro, não são para resolver tudo. A nossa intenção nunca é resolver os problemas das Terras da Costa, do Bairro do Segundo Torrão (onde foram as segunda e terceira edições – INSITU e INSITUaction, em 2013 e 2014), ou da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental, onde trabalhamos este ano (INSITU'15, em 2015). Também não são projetos assistenciais. Não são laboratórios para ajudar, são laboratórios para pensar, e, em primeiro lugar, quem mais ganha com todo o processo somos sempre nós. Outra coisa que também não podemos dizer é que os laboratórios são projetos de intervenção participada. Ou seja, não vamos ser ingénua e imaginar que, em quinze dias, conseguimos fazer uma intervenção com dinâmicas verdadeiramente de participação, como que as que assistimos, por exemplo, hoje de manhã. Não estou a dizer que as pessoas não estão envolvidas, estão, mas o projeto não se centra nessa dinâmica.

Retomamos, então, a questão inicial: o que são os Laboratórios (que, cada vez mais, começam a ser conhecidos como os projetos INSITU)? São experiências laboratoriais, são espaços de experimentação. De experimentação de muitas coisas: de contacto humano, de tecnologias, de construção. São também projetos académicos, dado que têm uma componente de investigação. E também são projetos pedagógicos, de uma pedagogia muito crua. Ou seja, quando os nossos alunos começam a dizer “agora era bom fazermos aqui um muro”, e, depois, percebem que quem tem que fazer o muro são eles, começam logo a perceber que há uma relação entre a teoria e a prática, que eles normalmente desconhecem. Aqui metem, literalmente, as mãos na massa. Portanto, em primeiro lugar, são projetos laboratoriais, académicos e pedagógicos. Em segundo lugar, são projetos de comunidade. E nesta definição incluem todas as comunidades, dos moradores à Câmara Municipal. Portanto, são projetos com várias culturas, sejam elas quais forem: a academia tem a sua cultura, as Câmaras e o funcionamento institucional também, as associações, como a APPACDM e o centro de Arqueologia de Almada, têm uma cultura associativa, o Bairro do 2º Torrão ou o Bairro das Terras da Costa têm uma cultura muito própria, ou uma diversidade de culturas...



Neste sentido, os Laboratórios são, na realidade, projetos onde há um contacto humano com as várias dimensões das várias comunidades que estão presentes no terreno.

Por fim, os Laboratórios são - pelo menos nós gostamos de assim pensar - projetos inovadores e pioneiros. Quer na metodologia - porque, tanto quanto nós sabemos, a nível nacional e internacional há poucas experiências deste género -, quer nos temas trabalhados. São também projetos com capacidade de mudança - nós gostamos de pensar que é isso que fazemos, que a mudança é possível, e que é possível, e até desejável, que todos nós sejamos atores desta mudança. E as universidades também têm de fazer o seu papel. Eu acho que é possível mudar o mundo para melhor; se calhar, não é possível mudar tudo de uma vez, mas é possível mudar "aos bocadinhos" - e nós tentamos, de alguma forma, fazer parte daquilo que nós achamos que será a nossa mudança.

Vou só terminar explicando um pouco o Laboratório deste ano, que foi na Quinta dos Inglesinhos. Nas edições anteriores, centrámo-nos sobretudo na construção de pequenas estruturas de apoio à população (como melhorar o edifício da Associação de Moradores, ou construir um parque infantil ou hortas urbanas), mas nesta trabalhámos também a temática da reabilitação patrimonial, e, com a parceria do Centro de Arqueologia de Almada e da empresa FRADICAL, fizemos o restauro do poço de uma nora, contribuindo, também, para a manutenção do património local, para além da já habitual construção de estruturas de apoio.

Apenas gostava de deixar uma nota final: temos vindo a discutir sobre a falta de práticas de avaliação dos projetos que existe em Portugal. Nós avaliamos pouco - devia haver um seminário só sobre avaliação de todas estas coisas que andamos a fazer. Trabalhamos muito, mesmo muito, e depois avaliamos pouco. Deveríamos investir nessa reflexão, para a passar às gerações mais novas, para nós - e elas - aprendermos com aquilo que fazemos, para podermos fazer mais e melhor, no futuro. Obrigada.

—
CRISTINA SANTOS SILVA PROJETO DELI: UM TOOLKIT PARA A INCLUSÃO ECONÓMICA DOS EMIGRANTES, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Queria começar por agradecer o convite para apresentar e partilhar esta experiência. Queria também dizer que, tomámos a liberdade de trazer alguns folhetos e flyers sobre este projeto.

Este projeto é essencialmente uma experiência participatória, uma experiência de promoção de diversidade cultural e foi para nós um grande prazer, sermos os primeiros, em Lisboa e talvez até no país a trabalhar estas questões que trago aqui hoje. E nesse âmbito de projeto piloto, é que estamos aqui no interesse das Cidades Educadoras.

Este projeto foi um convite da Europa à Câmara Municipal de Lisboa, através de rede de cidades interculturais para fazermos parte de um consórcio de 10 cidades europeias, que estariam então interessadas em trabalhar as questões da integração económica dos emigrantes.

Passo então a dizer quais são os objetivos essenciais e primordiais do projeto DELI. Que significa; Diversidade Local e Integração Económica e os objetivos é trabalhar estes conceitos nas áreas das migrações, co advantage e diversified advantage, ou seja, trazer para Lisboa esses conceitos no sentido em que a diversidade cultural possa ser entendida e trabalhada como uma vantagem competitiva nas economias locais e nas cidades.

O grande objetivo, então, era promover a integração de negócios de emigrantes na economia. O 3:00 main extrem da cidade, através essencialmente da constituição de uma plataforma de parceria local, daí a tal ideia de projeto participatório e participado, que proponham então estratégias e instrumentos para a execução de alguns objetivos que tinham sido desenvolvidos a nível teórico por entidade consultiva, em colaboração com o concelho da Europa.

Os três grandes objetivos, que quer a nível europeu, quer a nível local, ainda muito, pouco ou nada trabalhados, são:

Adoção de medidas políticas públicas locais e medidas de gestão de apoio empreendedor especialmente ao emigrante;

A inclusão dos empreendedores emigrantes na lista de fornecedores de serviços e a contratação pública de emigrantes para fornecimento de serviços à cidade;

A inclusão de cláusulas sociais e igualdades em contratos públicos;

A nossa grande conquista, ou o grande resultado deste projeto, foi de facto, conseguirmos trabalhar uma plataforma que formalizou, digamos, um trabalho cooperativo e participado entre vários stakeholders estratégicos da cidade de Lisboa, que naturalmente não estavam a trabalhar em conjunto, ou seja, pegámos em vários departamentos do próprio município, responsáveis pelos mais diversos assuntos, como políticas sociais e integração, assuntos económicos, contratação pública, centrais de compras, departamento de finanças da câmara, pegamos em câmaras de comércio em que também costumam trabalhar, por tradição, individualmente, e pusemo-las a trabalhar em conjunto e connosco, tal como por exemplo, a câmara de comércio luso-chinesa, a câmara de comércio colombiana, os bancos, grandes empresas, empreendedores emigrantes, associações de emigrantes e também a participação de sindicatos. Portanto sentámos à mesa várias de entidades que geralmente não trabalhavam em conjunto, mas que trabalhavam individualmente estas questões e fizemos o que costumamos chamar uma espécie de sittang, para tentarmos perceber como iríamos alcançar os objetivos propostos pelo DELI.

Lançamos o projeto e anunciamos os seus objetivos em Lisboa, ainda no início de 2014, reuniu-se com a coordenação do concelho da Europa e em setembro de 2014, tivemos condições para lançamos em Lisboa.

As várias entidades que responderam ao nosso call, à nossa chamada, para fazer parte deste projeto tiveram muito interesse em participar e foi juntamente com elas e com o que estava delineado com a estrutura do projeto do concelho da Europa que definimos um conjunto de atividades que atravessariam os próximos meses, pois tínhamos como horizonte temporal cerca de 18 meses para esse projeto.

Essencialmente sentámos à mesa, debatemos e fizemos propostas. Podemos dizer que funcionámos como um sittang, portanto como um grupo de reflexão, que tinha como principal objetivo chegar no final, a conjunto de medidas e recomendações de política pública que pudessem dar resposta às necessidades dos empreendedores emigrantes e integrar e contribuir para a coesão social, através de integração económica dos emigrantes da nossa sociedade.

Quando começámos, como é óbvio, a questão dos emigrantes em Portugal, era mais pacífica do que é hoje, pois como sabem, este projeto atravessou a crise no mediterrâneo e da Europa, e a partir daqui, tivemos também que articular um pouco os projetos e os seus objetivos, tendo em conta os refugiados que estão e que irão chegar ao nosso país.

Mas voltando à nossa agenda, fizemos várias mesas redondas, fizemos vários workshops, e depois de todos estes momentos de trabalho conjunto e de reflexão, fizemos uma conferência final de encerramento do projeto, em junho deste ano.

Nessa conferência ficou definido que não teríamos interesse em concluir o projeto apenas com recomendações de política pública, mas seria necessário, ainda, recolher mais dados e aproveitar os que já tinha sido recolhidos, aproveitar o trabalho que já tinha sido realizado, as metodologias e os resultados que já tínhamos alcançado e seria necessário, o que nós chamamos um DELI II, ou seja um momento mais de operacionalização. Podemos dizer que até esta data, tivemos essencialmente a refletir e a fazer um programa de ação, se assim poderemos chamar, e agora seria necessário a operacionalização.

Bom, deverão estar a perguntar-se o porquê de estar a apoiar empresas imigrantes. Porque de facto, as empresas imigrantes têm uma taxa de sucesso muito maiores, ou seja as empresas de imigrantes contribuem muito para a economia local, e a taxa de sucesso, aqui, revela que há uma forma de integração muito mais eficaz do que a integração no mercado de trabalho, que é muito mais volátil e estão sujeitos aos vários condicionalismos. Nós não temos dados para Portugal, mas temos para outras cidades europeias. Por outro lado, os imigrantes têm tendência a empregar outros imigrantes, resolvendo assim o problema da sua integração e também têm tendência a trabalhar em negócios de nível local, trabalhando, portanto com fornecedores locais e contribuindo assim para o desenvolvimento económico das cidades onde estão instalados. Esse impacto está medido, por exemplo, em Viena e em Munique, onde temos 12 mil negócios geridos por imigrantes. Nós ainda não temos estes dados para Portugal.

Trabalhamos o conceito de diversidade de fornecedores, este é um dos objetivos, vemos como é que as autarquias, os serviços públicos em geral, a administração central, as entidades públicas, etc., podem e devem dar também, hipótese de estes fornecedores imigrantes de serem também seus fornecedores, e há vários benefícios ao fazermos isso, pois estamos a dar oportunidade de integração e de sucesso na integração destes empreendedores. Depois, trabalhamos também aquelas questões das cláusulas sociais, no sentido em que talvez, seja necessário introduzir o que chamamos discriminação positiva, embora este conceito, hoje em dia já não seja tão consensual para os imigrantes, talvez faça sentido aqui, nós próprios nos confrontámos com isto, porque convidamos apenas empresas internacionais e não convidamos empresas de imigrantes locais que temos instaladas nas nossas áreas económicas.

Queria também dizer, que há um questionário que está online, no qual todas as instituições sejam ONG, sejam autarquias, sejam serviços públicos, podem responder para tentar perceber em que medida é que estão focados, ou não, nestas questões das cláusulas sociais de integração económica dos emigrantes.


Posso dizer que neste momento nas propostas de 2016, vamos fazer um estudo quantitativo e qualitativo, dos empreendedores imigrantes em Lisboa, para percebermos de que números estamos a falar. Vamos também tentar fazer um route show, uma divulgação dos casos de sucesso de inclusão económica dos imigrantes a nível nacional, vamos continuar a trabalhar a nossa plataforma e vamos concorrer a financiamentos comunitários para passarmos para a tal operacionalização e vamos também, tentar trabalhar, com outros municípios portugueses, daí também, o interesse em estar aqui hoje a apresentar o projeto, para tentarmos ter uma plataforma mais de nível nacional e não apenas local, em Lisboa. Temos o nosso link, onde podem assistir a um vídeo de síntese do projeto.

Estes são os nossos empreendedores com quem trabalhamos e onde podemos encontrar mais informação sobre o projeto. Muito obrigada.

—
ANA MARIA FERREIRA, RIO NO CORAÇÃO DA CIDADE,
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Santo Tirso sempre esteve fortemente associado à imagem do Rio Ave, mas nem sempre conseguiu aproveitar as potencialidades deste tão importante recurso natural. As fragilidades do tecido urbano acabaram por fazer sobressair as potencialidades do Rio Ave enquanto fator aglutinador e aproximador dos cidadãos à cidade e às dinâmicas por esta proporcionada. Foi neste contexto que surgiu o projeto relacionado com a regeneração e revitalização urbana das margens do Rio Ave. Uma parceria entre agentes públicos e privados, que tem como objetivo recuperar uma zona do Vale do Ave fortemente afetada com a crise da indústria têxtil. Com a falência de várias fábricas na zona do Vale do Ave, as margens do Rio Ave acabaram por ficar votadas ao abandono. A implementação deste projeto assenta no desenvolvimento de um conjunto de medidas materiais e imateriais que têm permitido transformar as frentes ribeirinhas num espaço de sociabilização e fruição para todos os habitantes e visitantes de Santo Tirso, aproximando a cidade do rio. O enfoque dado ao Rio Ave fez com que os habitantes de Santo Tirso se identificassem mais facilmente com o objetivo deste projeto, situação que contribuiu para um melhor e maior envolvimento e participação ao longo das várias fases da sua concretização. O reconhecimento das potencialidades possibilitadas pela presença do Rio Ave e pela localização central de Santo Tirso, enquanto concelho charneira entre o Grande Porto, o Tâmega e o Ave, veio assim favorecer a ideia de que era necessário desenvolver ações suscetíveis de desmitificar a falta de recursos desta zona, depois da falência dos têxteis. Foi com o objetivo de aproveitar estas potencialidades que foi arquitetado este projeto, de natureza transversal e abrangente, quer pelas parcerias que este envolve, quer pela diversidade das estratégias que promove, de âmbito ambiental, cultural e social. Considerando a temática do Congresso Nacional das Cidades Educadoras, a apresentação incidiu em particular nas ações desenvolvidas mais recentemente e que, em simultâneo, mais promoveram a participação e envolvimento dos cidadãos, numa ótica de transformação da imagem do espaço público enquanto espaço de exercício da cidadania. Acreditamos que o exercício desta cidadania encontrou neste projeto um exemplo singular de como esta pode ser colocada em prática em prol do bem comum e da melhoria das condições gerais de vida de todos os cidadãos, transformando, em última instância a própria forma de organização do espaço público e das atividades que nele se desenvolvem. Uma dessas formas de transformação mais evidentes prende-se com a recuperação e revitalização da Fábrica do Teles, um dos ex-líbris têxteis do concelho de Santo Tirso, que fechou ainda na década de 80, e que agora tem nela encerra o maior projeto de regeneração urbana levado a efeito em Santo Tirso.

Objetivos: 1) Objetivo Geral: Potenciar a economia local e aproximar a população ao concelho, em particular, a camada mais jovem. 1.1) Objetivos específicos: - Criar infraestruturas e recursos que, através do potencial criado pelas frentes ribeirinhas da cidade, permitam o desenvolvimento de atividades desportivas, recreativas, formativas e



sociais assentes em experiências diferenciadoras e únicas; - Permitir a criação de novas oportunidades de emprego; - Potenciar os clubes e associações incumbentes da cidade de Santo Tirso; - Potenciar o comércio a retalho através da rentabilização dos espaços e localização da Fábrica de Santo Thyrsó, incentivando o desenvolvimento de práticas de consumo inteligente e captação de marcas especializadas. 2) Objetivo geral: Melhoria do ambiente urbano da cidade de Santo Tirso. 2.1) Objetivos específicos: - Apropriação pela cidade dos espaços livres e abandonados, recuperando-os para usufruto direto da população; - Aproveitamento das potencialidades desses espaços enquanto polos de atração turística; - Apropriação dos espaços verdes urbanos por parte da população em geral; - Potenciar os espaços naturais espaços verdes como recursos educativos; - Desenvolver parcerias e mobilizar os cidadãos para a beneficiação, gestão e conservação do espaço público. 3) Objetivo geral: Revitalizar as frentes ribeirinhas da cidade. 3.1) Objetivos específicos: - Aumentar a atratividade recreativa da frente ribeirinha, transformando toda esta zona numa referência para a população local e dos concelhos limítrofes; - Potenciar a frente ribeirinha através da exploração da atratividade exercida pelo forte ativo natural local que é o Rio Ave, dinamizando atividades que recorram e aconteçam na sua área envolvente. 4) Objetivo geral: Promover a convivência social e o envolvimento de todos os cidadãos na vida da cidade. 4.1) Objetivos específicos: - Criar espaços que permitam o acesso generalizado e gratuito a atividades promotoras de hábitos e estilos de vida saudáveis; - Desenvolver parcerias com associações de cariz social de forma a possibilitar o acesso de todos a modalidades desportivas e atividades culturais que estariam vedadas a uma grande parte da população devido a condicionamentos de ordem económica.

Cumprimentar naturalmente todos os congressistas que aqui hoje se deslocaram a esta sala. Com certeza que as experiências que estavam anunciadas despertaram algum interesse. Portanto esperamos não defraudar as vossas expectativas.

Bom, o Rio no Coração da Cidade é o título, mas vão perceber mais à frente o porquê deste título. Fazer-lhes um pequeno enquadramento muito rápido: o concelho de Santo Tirso tem cerca de 74 mil habitantes, tem 140 km² de área, mas 50 % são zonas verdes. Tem dois tipos de aglomerados: tem uma zona rural e uma zona industrializada. Aliás, este concelho foi marcadamente industrializado na época da indústria têxtil, que teve o seu auge, mas também o seu declínio, a sua degradação. E foi precisamente na década de 80, com uma grande degradação, com um grande declínio, com uma grande crise da indústria têxtil que passamos também a ter uma grande crise económica, trazendo outros problemas. Porque é que estou a fazer este enquadramento? E acreditem que, na minha intervenção será bastante difícil conseguir sintetizar tudo aquilo que era importante também conseguir aqui transmitir.

Esta imagem reflete um pouco alguns dos exemplos que eu vou aqui dar: o rio, como fator agregador na cidade, e toda a sua frente ribeirinha. Era algo que marcava - e marca - a nossa identidade em Santo Tirso. O Mosteiro, a Escola Agrícola, o Parque Urbano e a Fábrica de Santo Thyrsó, que vos vou falar, mas que não é visível nesta imagem. Em Santo Tirso há assim esta interligação entre a zona verde, a zona industrial e a área cultural, tudo interligado com ciclovias. O que é que fizemos então em Santo Tirso? Na época de 80, a Fábrica, que depois encerrou e foi adquirida pela Câmara Municipal de Santo Tirso, era um exemplo, um ex-libris, desse auge da indústria têxtil. Então, em termos institucionais,

em termos de economia e em termos de sociedade, tentamos dar a volta a esta situação, não só com esta revitalização, com esta regeneração, mas também com toda a economia virada também um pouco para o têxtil, mas para outras áreas também. Surge então uma oportunidade para se operar uma regeneração urbana. Começa aqui um exemplo da participação da população e das associações, participantes ativos neste projeto de regeneração urbana. E o projeto de regeneração urbana tem precisamente como objetivo regenerar toda a zona ribeirinha, toda a zona envolvente ao rio, passando precisamente por uma área da Escola Agrícola, que fica junto ao rio. Passa também pela Fábrica de Santo Thyrsó, que é uma das fábricas que fica também junto ao rio. E toda esta regeneração urbana teve como parceiros, além da Autarquia, associações/clubes desportivas e muitas outras associações culturais e recreativas que se associaram para levar a efeito esta regeneração urbana. Para levar a efeito esta regeneração urbana, é importante dizer também que estas parcerias envolvem Fundos Comunitários. Conseguimos desenvolver e potenciar esta atratividade exercida por este forte ativo local que é o rio. Construímos novas lógicas de (re)funcionamento entre os espaços de que vos falei. E esta ligação central ao rio como elemento agregador, relacionando os espaços emblemáticos da cidade também. E criamos esta possibilidade de desenvolvimento de várias sinergias ao longo da frente ribeirinha. Este é um exemplo de regeneração, de revitalização do espaço público, com o envolvimento da participação dos cidadãos na reorganização do mesmo. Os dois exemplos que vos trago aqui, muito sucintamente, são: revitalização de um espaço verde - o Parque do Ribeiro do Matadouro - e a revitalização da Fábrica de Santo Thyrsó. Há um trabalho feito, como é óbvio, pela Câmara Municipal, mas os dois exemplos aqui apresentados - uma vez que estamos num Congresso com o tema "Cidades Participadas, Cidades Adaptadas(áveis)" - refletem essencialmente essa gestão participada na requalificação de dois espaços públicos: um parque urbano, que fica no centro da cidade, e a Fábrica de Santo Thyrsó. A valorização dos espaços verdes, potenciando o uso destes espaços naturais, como recursos educativos, através, por exemplo, do desenvolvimento de Workshops. Possibilitamos também diferentes tipos de recreio com abrangência às várias classes económicas, sociais e etárias. E a natureza - como já perceberam - nunca fica de fora. Cerca de 50 % da área total do concelho corresponde a zona verde. Os outros 50% continuam a ter também a integrar muitos espaços verdes. Além da revitalização deste espaço verde urbano, chamado Parque do Ribeiro do Matadouro, temos também a renovação e valorização da Fábrica de Santo Thyrsó, projeto que envolve mais de 10 000 m² e que partiu de uma necessidade de desmistificar e atuar contra uma falta de recursos provocada pela crise da indústria têxtil. É importante aqui perceber que, quando atingimos, por exemplo, 20 % de desemprego num concelho, é algo que deixa marcas. Assim, assumimos a missão, enquanto autarcas, de conseguir revitalizar, de conseguir dar a volta a essa conjuntura económica. A revitalização desta fábrica, além de ter o seu valor histórico e patrimonial, também encerra, como é óbvio, um conjunto de memórias que também não queríamos ver apagadas, e não estão apagadas, levando à criação do atual Centro Interpretativo, integrado também nesta Fábrica. Vimos assim oportunidade de aumentar a atratividade da cidade, valorizando todo este património, e fizemos toda esta interligação com uma estrutura e um projeto de revitalização e requalificação das frentes ribeirinhas. É um pouco difícil, numa apresentação, conseguir transmitir-vos o sentimento das pessoas em

relação a todo este processo, e a mudança de mentalidade e a forma como vivem, hoje em dia, a frente ribeirinha, a Fábrica de Santo Thyrsó e o Parque do Ribeiro do Matadouro, sempre numa lógica de interligação e relacionamento com a cidade. Atualmente, caminha-se a pé com muita facilidade no centro da cidade. Temos criado também imensas ciclovias, fazendo toda esta interligação entre todos os espaços. É extremamente gratificante quando vemos pessoas que trabalharam naquela Fábrica, e hoje em dia, vão assistir a um evento cultural e a várias iniciativas e recordam-se: era aqui que ficava a fição, era aqui que ficava a tecelagem... É extremamente gratificante perceber esta mudança, mas também, e ao mesmo tempo, manter esta identidade em termos de memória. Por outro lado, temos o exemplo do Parque do Ribeiro do Matadouro: o antes e o depois. Foi inaugurado em setembro de 2013. Integra um circuito pedonal. Além destes, temos vários outros circuitos pedonais, que permitem fazer a ligação do centro da cidade a imensos parques também. Viram ali, de uma forma muito rápida, um percurso pedonal de 1.5 km, que liga um parque urbano - que não aparece aqui na imagem - ao centro e ao Mosteiro, e que irá permitir potenciar o uso de um conjunto de equipamentos existentes no espaço público, tirando partido de uma cintura verde que envolve toda a cidade. Mas, voltando ao exemplo da participação e como chegamos, por exemplo, a este nome. Fizemos imensos fóruns, imensas reuniões: com associações de estudantes, com jovens e com outro tipo de associações. Para conseguirmos perceber o exemplo da participação e desta requalificação do Parque do Ribeiro do Matadouro: esta envolveu todos estes espaços, todos estes fóruns de participação pública. O próprio nome do Parque foi também algo participado. Na imagem vemos também outro exemplo de um instrumento de participação a que ainda hoje recorremos: um dos Workshops de Educação Ambiental. Podem visualizar, do vosso lado esquerdo, uma imagem que nos mostra a Fábrica antes de ser intervencionada. Neste momento, já tem uma parte requalificada, porque conseguem perceber, pelos telhados, que há aqui já uma recuperação do edifício que - como vos disse - era um ex-libris do têxtil- que, entretanto, foi objeto de várias requalificações. Convém também ter presente que os orçamentos das autarquias não permitem suportar, a 100%, todas estas requalificações. Estes decorrem também de candidaturas. E as candidaturas têm o seu timing. Portanto, as requalificações vão acontecendo. Qual é o exemplo da Fábrica de Santo Thyrsó? Uma requalificação que já aconteceu com uma incubadora de base tecnológica, com uma incubadora de moda e design, com um centro de artes e cultura que vai nascer, com um centro interpretativo, com uma nave cultural e com imensos outros espaços. Mas, o que conseguem ver aqui ao lado, que está a amarelo e azul, é o exemplo que vos trazemos aqui da participação, o chamado Fun Park. Este nasceu também de um conjunto de entrevistas, de um conjunto de fóruns, de um conjunto de reuniões. Ouvindo a população, sabendo o que já existia na Fábrica, procurou-se dar resposta às necessidades e interesses da população, procurou-se dar resposta à pergunta: O que é preciso nascer aqui? Então nasce o Fun Park. Este projeto foi apresentado publicamente há relativamente pouco tempo: tem skate, tem escalada, tem trampolins, tem uma série de zonas dedicadas à área desportiva, etc. Tem, acima de tudo e também - porque é um projeto sustentável - imensas zonas comerciais, de restauração, preparadas para fóruns, seminários. É um projeto que nasce - e isto era aquilo que queria sublinhar - da participação. Todo este espaço nasce dessa consulta pública. Refletida nas imagens está esta valorização, esta oferta vasta de várias atividades que já vos falei, estúdios de música, salas multimédia, parque para todos, zonas dedicadas às crianças, às famílias e o Rio no Coração da Cidade vem assim, transformar as frentes ribeirinhas num espaço de sociabilização para todos os habitantes e visitantes de Santo Tirso. Tenho a noção de que

muito ficou por dizer. Essencialmente, a mensagem que queria passar - e num Congresso cujo tema é "Cidades Participadas, Cidades Adaptadas(Áveis)" - é que Santo Tirso é uma cidade que ouve a população, uma cidade que cresce com a participação da população, naturalmente adaptando-se e sendo adaptada. Obrigada."

— **ANTÓNIO JANEIRO E FERNANDA MARQUES**, RUA CÂNDIDO DOS REIS, CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

"Ciente do enorme potencial do centro histórico de Almada e da sua orla fluvial, enquanto área de excelência e de interesse urbano, económico e paisagístico, a Câmara Municipal de Almada delineou e tem vindo a executar, uma política de revitalização da cidade antiga, que engloba os núcleos primitivos de Almada Velha e do seu porto fluvial, Cacilhas. De facto, a recuperação do património edificado e a sua refuncionalização têm assumido particular importância na atuação municipal neste território, subordinada à valorização do património histórico e identitário que, enquanto memória coletiva da identidade cultural destes lugares, urge preservar, mas também como espaço de suporte a atividades económicas.

A intervenção de requalificação do principal eixo comercial do núcleo histórico de Cacilhas, a R. Cândido dos Reis, objeto desta apresentação, constitui um exemplo de aplicação desta linha de política, estando assente numa intervenção caracterizada por forte investimento municipal nos domínios da valorização patrimonial e qualificação do espaço público enquanto motores para a dinamização económica e modernização da atividade comercial, a que se associa, na sequência da intervenção pública, a publicação da ARU direcionada para a reabilitação do edificado privado.

Em concreto, a valorização deste eixo passou pelos seguintes domínios: Reabilitação do edifício dos antigos Bombeiros Voluntários de Cacilhas e instalação do Centro Municipal de Turismo. Este espaço acolhe os serviços do turismo e atendimento ao público, apoio turístico e ponto de partida de exploração do território da Cidade antiga, de Cacilhas a Almada Velha e ao Cristo Rei;

Pedonalização da Rua Cândido dos Reis, considerando a valorização da frente comercial da rua, através do incentivo à ocupação do espaço exterior pelos estabelecimentos de restauração, dominantes neste eixo; Promoção da mobilidade suave (flexibus) e introdução da valência ciclável;

Dinamização de um programa de animação do espaço exterior que assegurou a visibilidade do espaço e a afirmação da sua vocação turístico-recreativa;

Aprovação e dinamização da ARU de Cacilhas, proporcionando a reabilitação do parque habitacional privado.

Objetivos: Esta intervenção articulou assim, um conjunto de projetos em torno dos seguintes objetivos específicos:

Contribuir para a renovação dos usos e das funções do centro histórico da Cidade de Almada e da sua frente ribeirinha;

Criar um circuito turístico-cultural que articule a oferta cultural de Almada Velha com a fruição paisagística da frente ribeirinha e inscrevendo este território nos circuitos turísticos e recreativos da região;

Qualificar a oferta comercial e criar novas oportunidades para a fixação de iniciativas empresariais no centro da cidade;

Melhorar os padrões de vida das populações locais;

Devolver à Cidade a fruição do rio.

Vamos fazer uma apresentação conjunta: eu e o meu colega António Janeiro. Vamos apresentar uma experiência que terão oportunidade de vivenciar, se tiverem inscritos no percurso que irá decorrer durante a tarde e que é a intervenção na Rua Cândido dos Reis. A Rua Cândido dos Reis e a intervenção que nós vamos aqui relatar rapidamente, não foi uma intervenção isolada, integra-se num trabalho que se iniciou no núcleo histórico de Almada Velha e que se estendeu nos últimos anos também a Cacilhas.

O objetivo da intervenção é o de contribuir para a dinamização destes centros históricos, Almada Velha e Cacilhas, que são contíguos, e que têm vindo a passar, nos últimos anos, por um processo de envelhecimento, que é característico de muitas destas zonas da cidade antiga. Uma das dimensões relevantes da atuação municipal neste território nos últimos vinte anos tem sido a refuncionalização de edifícios com valor patrimonial para usos públicos, equipamentos de natureza variada, mas em que a componente cultural é dominante e ainda, de requalificação do espaço público.

A intervenção que hoje vamos relatar tem, também, esta natureza, ou seja, o Município reabilitou o antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, onde instalou os serviços municipais de turismo e um posto de atendimento e informação ao público e pedonalizou e qualificou a R. Cândido dos Reis. Paralelamente, avançou-se com a constituição da ARU de Cacilhas, o que permitiu associar, ao investimento público que já referi, a dinamização do investimento dos privados na reabilitação do edificado. O meu colega António Janeiro vai-se centrar mais no trabalho que tem vindo a decorrer desde que concluímos a intervenção na rua e que tem a ver com este processo de mobilização dos particulares, a partir da área de reabilitação urbana que entretanto foi criada para aquela zona.

A Rua Cândido dos Reis é uma pequena artéria no núcleo histórico de Cacilhas, muito próximo do rio e do terminal que nos liga a Lisboa. Esta rua constitui com um conjunto de outras um eixo central que atravessa o Cacilhas e depois vem subindo, entrando no tecido histórico de Almada e que nos conduz depois até ao Cristo-Rei, que está aqui no limite poente da zona consolidada do núcleo antigo. Antes da intervenção a rua tinha este aspeto, esta ocupação, muito problemática pelo desordenamento do estacionamento e das cargas e descargas, muito limitada do ponto de vista do seu perfil, com uma utilização de comércio que tinha vindo, em grande medida a degradar-se, mas onde era já importante a presença de restauração e que esta atividade continuava, apesar de tudo, a manter-se e a sobreviver. Um dos problemas fundamentais na ocupação da rua era, pois o estacionamento desregrado que ocupava os escassos passeios existentes, e portanto o espaço público, coexistindo de forma caótica com as esplanadas dos estabelecimentos comerciais. Portanto, a rua tem um perfil muito estreito, como vos disse, este é basicamente o único alargamento no início de quem vem do lado de Cacilhas no sentido de Almada, e depois tem um segundo alargamento junto aos Serviços de Turismo.

Nós começámos a intervenção nesta zona pela refuncionalização do edifício dos Bombeiros, e, de certa forma, a instalação dos serviços de Turismo neste edifício vem sinalizar aquilo que é a vocação que nós

pretendemos que venha a fixar-se e a consolidar-se nesta zona, e que tem a ver, naturalmente, com a sua utilização recreativa, lúdica, e de zona de receção – estamos em Cacilhas, que recebe fluxos significativos de turistas - para uma utilização de turismo e lazer.

Neste contexto, antes de a obra avançar para o terreno, fizemos uma abordagem aos moradores, mas também aos comerciantes que tinham atividade na zona de intervenção, com vista a preparar, não só a fase de execução da obra, mas também a pedonalização total do espaço. Nós sabíamos à partida que haveria pouca adesão no início da intervenção a esta ideia, e portanto preparámos as frentes de trabalho com as pessoas da rua, quer os moradores, quer os comerciantes, considerando três momentos principais: a gestão da obra, que nós sabíamos que ia ser problemática e crítica; a fase pós-obra, em que a normalidade da rua viria a acontecer com outro uso e com um conjunto de ocupações diferentes daquela que era a inicial e a instituição de regras para a ocupação do espaço público, que veio a culminar num normativo específico relativo quanto a aspetos como mobiliário, publicidade, etc.

Em concreto, nós preparámos desde o início da intervenção um plano de comunicação que passou pela informação sistemática à população, sempre direcionada de forma diferenciada para os comerciantes e os moradores, acompanhando a sua distribuição com a realização de reuniões periódicas.

Um aspeto muito importante na relação de proximidade com os residentes e comerciantes foi a instalação de um ponto de informação no Posto de Turismo, com atendimento diário, em que tivemos uma técnica presente todos os dias, que fazia a relação quotidiana com as pessoas e que ia dirimindo, digamos, as questões que iam surgindo. Este elemento ia fazendo, simultaneamente a ligação à direção do projeto. Em síntese, recorremos à edição de folhas informativas, à realização de reuniões regulares com os moradores e os comerciantes, com quem íamos falando sobre o decurso da obra e os problemas que estavam a acontecer. Só para vocês perceberem o impacto daquilo de que estamos a falar: a rua ficou neste estado, ou seja, com pavimentos levantados e valas abertas durante largos meses, muito para além do prazo inicialmente previsto, porque tivemos o problema do empreiteiro ter falido a meio. Ou seja, tivemos que avançar com novo procedimento para a contratação de segunda empreitada e executar todo o projeto de substituição do saneamento básico, iluminação pública e arranjo do espaço exterior até chegarmos, então ao resultado final que é aquele que poderão ver logo à tarde.

Finalizada a obra, preparámos a reabertura da rua, querendo marcar muito bem e dar visibilidade à função recreativa associada a um reforço da atividade de restauração daquele espaço, pelo que resolvemos organizar a inauguração com os comerciantes, de forma a ter um impacto e uma visibilidade que atraísse novos utentes para esta nova ocupação. Optámos por um evento, que foi uma sardinhada, em que se envolveram os comerciantes e a Junta de Freguesia e assumimos que iríamos manter um Programa de Animação de médio prazo com este formato participativo. Identificámos um logotipo, uma imagem, que a partir daí foi usada para todos os eventos que fomos mantendo ao longo dos dois anos em que estivemos sediados no espaço para as animações e desenvolvemos então, a partir da inauguração, um programa de animação regular que acontecia durante todos os fins-de-semana dos meses de verão, com uma regularidade nos eventos. Isto foi feito a partir da constituição de uma comissão ad hoc, em que estava, como já referi, a Câmara, a Junta a Associação de Comércio e representantes diretos dos estabelecimentos. À medida que o tempo foi passando fomos transferindo esta responsabilidade para a Associação de Comerciantes, com quem formalizámos um protocolo assegurando que, a partir de certa altura,



fossem eles a avançar com iniciativas próprias.

O balanço neste momento é bastante positivo, uma vez que a partir do investimento público realizado se tem vindo a observar uma importante dinâmica de reabilitação e instalação de atividades na zona, a que o meu colega Arq. António Janeiro se vai referir seguidamente. Obrigada.

Boa Tarde.

Aquilo que vos vou falar é, digamos, uma das facetas desta intervenção: tem que ver com o património privado de todos os edifícios que envolvem a rua; e com o envolvimento também, porque aí a questão da participação não acaba, digamos, na obra pública, porque para conseguir captar os privados é preciso acompanhá-los e o Município mudou claramente a sua estratégia de abordagem no sentido de se tornar parceiro das próprias intervenções, participar com as pessoas nas próprias intervenções, e nas próprias opções que cada um foi tendo, com a nossa ajuda, com acompanhamento permanente, em que as pessoas eram abordadas porta a porta, eram atendidas no próprio local no sentido de as cativar para a reabilitação. (entretanto, terminaram as animações), A ARU de Cacilhas foi a primeira área de reabilitação aprovada no país. Assegura uma série de incentivos fiscais, financeiros, taxas municipais, etc. Permite fazer as obras com a taxa de IVA reduzida; permite uma fixação de população jovem que é majorada em 20 %, aliás, a população jovem para arrendamento nestas áreas centrais da cidade, em que a sua, digamos, opção de vir morar para o centro da cidade é apoiada e subvencionada a fundo perdido no contexto do mercado de arrendamento, do ponto de vista do tratamento dos processos internos da Câmara foi criado um circuito, digamos, de aceleração relativamente às respostas, o que nos permite, de facto, responder a um prazo extremamente reduzido. Eu chamava especial atenção para estes dois quadros: o quadro da esquerda diz respeito aquilo que foi o processo de reabilitação cujos antigos programas RECRIA/RECRIPH num prazo de vinte e dois anos, de 1988 a 2010, em que captámos um investimento privado de 3 milhões e 501 mil euros; este investimento privado num tempo que o crédito era relativamente fácil, em que, enfim, havia uma série de condições, pós-crise, não se verificaram. Quero salientar que, entre 2011 e 2015, se repararem, ou seja, nestes quatro anos, nós já conseguimos captar quase 8 milhões de euros de investimento privado; em que o rácio do investimento privado, que é a última linha, passou de cada euro público que era atribuído reproduzia-se em 2.33 euros privados, passo a expressão, no tempo das vacas gordas, digamos assim. E, posteriormente, nestes últimos quatro anos, esse euro investido pelo erário público está-se a reproduzir em 16.67 euros privados. Ou seja, há de facto um esforço maior, apesar das dificuldades económicas e as dificuldades, digamos, de acesso ao crédito que neste momento existe. Queria salientar que no âmbito destas operações nós já reabilitamos perto de 300 fogos, e repare-se que destes 300 fogos, 37 % estavam devolutos no centro da cidade. E estes fogos encaixaram completamente no mercado de arrendamento, e permitiram que a cidade fosse reocupada, digamos assim. Em Cacilhas, concretamente, nós tivemos, portanto, os quadros de cima dizem respeito ao contexto das ARU'S que existem em Almada; em Cacilhas já captámos perto de 2 milhões de investimento privado. (Eu peço desculpa, mas é isto é portanto relativamente ao que tínhamos visto, desformatou, não sei exactamente porquê) Este slide, aquilo que tinha, era o rácio de investimento relativamente ao m2 de construção que nós estamos a atingir. Neste momento estamos no valor médio das obras que temos a atingir o valor de m2 de construção de cerca de 380 euros, que é cerca de metade daquilo que é a habitação a custos controlados, o que também nos faz repensar se vale a pena canalizarmos investimento para este tipo de intervenções, ou investimento no âmbito da habitação tradicional, social, que custa o dobro daquilo que isto aqui custa; e não conseguimos

de facto refuncionalizar os centros das cidades. Eu não vos vou mostrar a Rua Cândido dos Reis como está, porque a memória é curta e o tempo também. Faço-vos uma proposta para quem vá connosco fazer a visita. Isto são fotografias da Rua Cândido dos Reis acerca de 4 anos e meio atrás. E para quem sobretudo for fazer a visita, vai perceber a transformação brutal que aquela rua teve do ponto de vista da refuncionalização, da reabilitação dos edifícios, da reocupação de áreas, de fogos devolutos que não existiam, e da qualidade do espaço urbano. Portanto, isto é o início da rua, vou percorre-la muito rapidamente. Aqui, vou-vos mostrar apenas algumas intervenções pontuais que foram feitas na rua: do Quartel dos Bombeiros -que a minha colega já falou-; que teve esta intervenção, esta foi de iniciativa municipal; e algumas intervenções particulares no âmbito das áreas de reabilitação; do antes e depois. Este edifício, por exemplo, aquelas partes vegetais que estão a sair da fachada são sementes da árvore que estava ali que foram- exactamente é um jardim vertical- pronto, este edifício, aliás, foi a primeira intervenção que fizemos. Este edifício é particularmente interessante do ponto de vista da intervenção, porque é um edifício, digamos que esta fachada foi montada nos anos 50, nem sequer havia processo na câmara; era uma fachada clandestina, parecia-nos imediatamente um edifício posterior a 1951, etc. Quando fomos fazer a vistoria, verificámos que este edifício tinha levado uma segunda camada, que estava presa pelas lajes de pedra das varandas antigas, que tinha por trás da hammerite, as cantarias antigas, e que tinha esta situação, que era uma situação de brutal risco, porque não tinha qualquer compensação de contrapeso para o lado do edifício. Foi posta uma camada de betão em cima de uma parede de areia. E felizmente qualquer engenheiro que fizesse o cálculo aquilo estava no chão. Só estava em pé na prática. O proprietário, connosco, e conjuntamente fomos trabalhando esta obra e esta solução, resolveu voltar a pôr o edifício que estava por trás desta fachada. O edifício que estava por trás desta fachada, até porque tínhamos fotografias antigas dele, descobrimos depois, é este. Pronto, património não são só edifícios de alvenaria de pedra, também são os edifícios mais recentes. E património também são as pessoas. Queria só deixar esta nota que é extremamente importante: nós temos conseguido fazer esta reabilitação sem expulsar população. A população é tão património quanto são os edifícios e quanto são todas as referências de qualquer local. Muito Obrigado.

SALA C QUARTEIRÃO DAS ARTES

MARIA NAZARÉ JESUS ABREU PEREIRA, ALMADA ONTEM E HOJE NO PERCURSO DA NOSSA HISTÓRIA: ALMADA QUINHENTISTA -FEIRA MANUELINA SOB O SIGNO DA PEREGRINAÇÃO: UM SARAU NA CORTE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANSELMO DE ANDRADE, ALMADA

Em nome do Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade e em meu nome pessoal, gostaria de congratular a Câmara Municipal de Almada, pela realização deste 6º Congresso, sendo para nós uma honra nele podermos participar. Gostaríamos também de começar por saudar os elementos da mesa e todos os participantes.

A nossa experiência subordinada ao tema Almada ontem e hoje no percurso da nossa História e que integrou dois projetos intituados, Almada Quinhentista feira manuelina (em 2013) e um Sarau na Corte, sob o signo da peregrinação Sarau na Corte (em 2015), decorreu de dois desafios que nos foram lançados: um pela nossa Diretora, Dra Margarida Lucena,

e, outro, pela Câmara Municipal de Almada em parceria com o Centro de Formação Almadaforma e com a Associação 8 Séculos de Língua Portuguesa, aquando das comemorações centenárias dos 400 anos da publicação da primeira edição da Peregrinação e dos 500 anos do foral atribuído a D. Manuel ao concelho de Almada.

Na percussão destes projetos foram vários os motivos e os objectivos, quer gerais quer específicos, inerentes à sua realização, destacando a construção e o desenvolvimento de saberes, na valorização da História Local integrada nos currículos, na valorização da articulação dos currículos e dos ciclos no enriquecimento da cultura de Escola e outras formas de cultura através de uma relação dinâmica entre a Escola e a Comunidade, mas valorizando também, a articulação entre os princípios e valores daquele que é o nosso Projeto Educativo de Escola e o Projeto deste Município empenhados, o primeiro, em promover a formação integral do alunos e a formação de cidadãos ativos, e, o segundo, em construir cidades educadoras participadas e adaptadas ou adaptáveis. Mas permitam-me que vos diga, que a percepção da necessidade de revitalizar entre as gentes um passado histórico que não se pode deixar morrer, entre a Memória e a História numa relação passado presente, de modo a compreender Almada como um processo de continuidade e de mudança, também pesou e bastante na realização destes projectos. Não é por acaso, que já os poetas e Humanistas da época quinhentista, cantavam Almada e cantavam esta mudança, como é o caso do Camões, no seu Canto Sétimo e o de Gil Vicente, na ilha de Samatra.

Com estes desafios, arregaçamos as mangas e “colocamos as mãos na massa”, sem saber muito bem o que nos ia esperar.

Uma coisa era certa! Abraçamos dois projetos de todos e para todos, decorrentes de um trabalho colaborativo e que obrigavam necessariamente à sensibilização de toda a Comunidade Educativa, desde os alunos, aos pais/Encarregados de Educação, às Associações de Pais, ao Conselho Geral e a todos os parceiros, não só Instituições Municipais, como Instituições culturais, como as Associações de Artesãos e de Comerciantes e tantas outras.

Obrigava também a todo um trabalho de investigação e de recolha documental, o qual nos foi facilitado pelo Arquivo Histórico de Almada. Com a preciosa ajuda desta Entidade, acedemos a um valiosíssimo acervo de fontes primárias e de fontes secundárias que nos permitiram fazer a recriação histórica, o mais rigorosa possível, dos momentos e acontecimentos históricos em causa.

Também era preciso fazer o levantamento, em Almada Velha, dos espaços, onde eventualmente estes acontecimentos ocorreram. Para isto foi imprescindível a ajuda do Centro de Arqueológico de Almada. Procedemos então, à implementação dos projetos no espaço: à localização dos pontos de luz e de água, à definição da localização dos lugares onde os diferentes acontecimentos iam ocorrer e quais, em que momentos e como, ao reconhecimento dos espaços que eram necessários decorar à época, à criação de cenários, dos figurinos. Procedemos a todas as marcações precisas sempre num trabalho e numa dinâmica em que os recursos humanos, logísticos, técnicos, de cenários, de figurinos, de animadores, de músicos, de artesãos eram fundamentais. Também era fundamental a questão da publicitação dos projectos, já que também era fundamental, as pessoas acreditarem que de facto todo o trabalho desenvolvido consubstanciava um Projeto de todos e para todos, tentando de facto atribuir a cada um, diversas atividades.

E eis os produtos finais:

relativamente ao primeiro, o desfile histórico aquando da chegada do Rei D. Manuel I, a apresentação do foral – uma cópia genuína do mesmo-, a sua atribuição por D. Manuel I aos Homens Bons do Concelho de Almada, a sua leitura para as gentes do Concelho que fazem a aclamação do Rei, a animação de ruas e das gentes, com jogos tradicionais quinhentistas, representações teatrais de Comédia del Arte e de Gil Vicente, danças de corte, feira dos saberes, feira dos ofícios, o jantar manuelino; quanto ao segundo, o desfile histórico para receção do Rei Filipe, aquando da sua chegada a Almada, em 1583, o seu encontro com Fernão Mendes Pinto que o presenteia com excertos da sua obra, a Peregrinação, e com excertos da sua história de vida (recriações/representações), e, por fim, o Sarau na Corte.

Os dois projectos implicaram ainda a publicação de um Diário Quinhentista e uma Exposição de Caravelas elaboradas pelos alunos do 1º Ciclo do nosso Agrupamento de Escolas.

E a saga continua para 2016 – 2017 ...

Um muito obrigada a todos por me terem ouvido.

– **DIANA PEREIRA E SOFIA PINTO, CASA DO VAPOR, ALMADA/ ASSOCIAÇÃO ENSAIOS E DIÁLOGOS**

A Casa do Vapor surge após o Coletivo Exyzt finalizar o projeto Construir Junto para o Laboratório de Curadoria de Guimarães Capital Europeia da Cultura em 2012. Preocupados com o destino que teria os 40m3 de madeira utilizada em Guimarães e a fim de evitar o desperdício o Exyzt solicita a doação da madeira para um novo projeto. Naquele momento a Casa do Vapor ainda era uma ideia, uma proposta de construção colaborativa, temporária experimental que tinha como objetivo funcionar como uma plataforma cultural e artística sendo capaz de receber residências artísticas e gerar troca de saberes e experiências entre os habitantes da Casa e a comunidade local. A Casa do Vapor durou entre abril e outubro de 2013 e a sua estrutura flexível e fortemente adaptada e permeável ao meio propiciou um forte contato e grande aproximação com a comunidade local.

A Casa do Vapor teve como principal objetivo estimular a aprendizagem, troca de conhecimento, a criação e experimentação artística para a ação e inclusão social. O projeto desenvolveu e apoiou atividades que buscavam a valorização humana da comunidade da Cova do Vapor bem como o fortalecimento da identidade e património local. A grande variedade de pessoas envolvidas no projeto como arquitetos, carpinteiros, pesquisadores, estudantes e artistas de diferentes origens e permitiu aplicar ideias e métodos e ensaiar novas modalidades de ação e formas de intervir no território. A multidisciplinaridade, interculturalidade e na forte articulação entre os vários projetos.

A Ensaios e Diálogos Associação foi fundada com o objetivo de gerir os recursos e doações adquiridos para a realização da Casa do Vapor. No entanto após o término da Casa do Vapor a EDA continuou a desenvolver e apoiar projetos artísticos e culturais como por exemplo, a Biblioteca do Vapor, Biblioteca da Trafaria, Cozinha Comunitária Terras da Costa, Opereta a~mar, Biblioteca Itinerante entre outros. A mesma madeira

reutilizada desde Guimarães Capital Europeia da Cultura continua a contribuir fortemente na realização dos projetos.

Síntese: A Casa do Vapor foi uma construção temporária que durou 6 meses, de abril até outubro de 2013 na Cova do Vapor, uma pequena vila de pescadores na foz do Rio Tejo na Trafaria, em Almada. Foi construída colaborativamente entre o Coletivo Exyzt, moradores da Cova do Vapor e um grupo de jovens voluntários de diversos países.

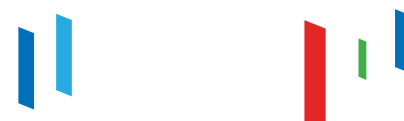
Ao fim da Casa do Vapor a madeira seguiu para a construção permanente da Biblioteca do Vapor e para a Cozinha Comunitária das Terras da Costa no projeto do AtelierMob e executado pelo coletivo Warehouse. A experiência da Casa do Vapor desafiou os métodos tradicionais de construção e de produção artística e se consolidou como forma de resistência buscando alternativas de trabalho em condições de crise com recursos escassos.

A metodologia utilizada na Casa do Vapor teve origem nas práticas do Coletivo Exyzt e no método ConstructLab desenvolvido por Alex Römer. O Exyzt busca gerar uma plataforma de criação multidisciplinar que desafia a ideia de arquitetura enquanto prática independente, embarcando em experiências construídas de forma coletiva. Constrói e habita sítios urbanos inutilizados, para serem usufruídos pelo público de várias formas. Em cada projeto, tenta envolver os diferentes elementos de uma comunidade local, convidando-os a habitar um espaço temporário. O método ConstructLab pratica construção colaborativa e desafia os processos convencionais nos quais o arquiteto desenha e o construtor constrói, sendo que aqui, conceito e construção, estão unidos. O designer projeta e constrói e continua a projetar no sítio. Os designers-construtores dão vida ao local, habitando-o e permitindo a integração de outros participantes. Desta sinergia resultam projetos onde se combina o criativo e o prático, o pensar e o fazer e dá ao local de construção um sentido de lugar. Na Casa do Vapor as metodologias Exyzt/Constructlab foram utilizadas em processos com pouca hierarquia em que os trabalhos foram realizados maioritariamente por voluntários que trabalharam inicialmente na construção da cozinha, de uma área externa que servia como playground com um baloiço e como esplanada para refeições. A seguir foram construídos o módulo biblioteca, área para oficinas de artes, arquibancada, rampa de skate, ciclofocina, forno de pão e uma instalação sonora. Em outubro de 2013 a Casa do Vapor foi desmontada e a madeira foi novamente reaproveitada e armazenada. Foram construídas estantes e mobiliário para a adaptação da Biblioteca do Vapor em sua versão permanente, parte das madeiras seguiram para o projeto Cozinha Comunitária das Terras da Costa e por fim parte para o desenvolvimento de protótipos para Biblioteca da Trafaria. A madeira ainda é utilizada pela Ensaios e Diálogos Associação que consegue executar projetos com recursos mínimos por conseguir reutilizar a madeira. A Casa do Vapor recebeu apoio da Câmara Municipal de Almada, ganhou prêmio Crisis Busters da Trienal de Arquitetura de Lisboa, foi apoiada por mais de 100 voluntários, recebeu apoios em material de diversas pequenas empresas e pessoas singulares que se dispuseram a colaborar com o projeto.

A Cova do Vapor é uma comunidade piscatória que surgiu nos anos 40 e continua a ser habitada por pescadores. Erguida pelos seus habitantes, apresenta características arquitetónicas únicas. Situada numa zona de grande erosão costeira, nas margens da foz do rio Tejo e banhada pelo oceano Atlântico a sul, sempre registou recuos significativos na linha de costa. Desde os finais dos anos 40, os moradores tiveram que deslocar

e reconstruir as suas casas várias vezes. A Cova do Vapor ainda mantém a arquitetura informal, com construções relativamente precárias que foram construídas de forma espontânea. Atualmente a Cova do Vapor encontra-se numa situação jurídica complicada, pois situa-se em domínio público marítimo e não foi abrangida nos processos de legalização de áreas de génese ilegal. Localizada na linha da Costa da Caparica e é a única vila que não sofreu grandes modificações no programa de reabilitação urbana POLIS 2001. O seu isolamento geográfico promove uma economia de carácter sazonal e fraca oferta de emprego, levando assim a um acentuado processo de migração pelo jovens e portanto o envelhecimento da população (200 moradores, metade idosos). Esse é um dos fatores de vulnerabilidade e fraca autoestima mas em contrapartida é também gerador de espírito de resistência e solidariedade entre os moradores. A falta de apoios governamentais levou a comunidade a desenvolver uma grande capacidade de resolver problemas pelos seus próprios meios, através de uma grande coesão social e fortes laços de solidariedade. Além de construírem as suas próprias casas, todos os habitantes contribuíram para a construção das redes de água, eletricidade e alcatroamento das ruas principais da localidade. Por outro lado, com pouca garantia de segurança pública, a comunidade pratica autojustiça, o que contribui para sentimentos de medo, racismo e xenofobia que agravam relações de vizinhança entre as comunidades locais. O território da Trafaria é caracterizado por baixa escolaridade e elevados índices de abandono escolar.

Os indicadores que avaliam quantidade e qualidade do impacto da experiência devem ser analisados com extrema cautela no caso da Casa do Vapor. Por se tratar de uma experiência fora dos padrões a análise também deve ser feita fora dos padrões. Os números, não são baixos mas dizem pouco. Como medir o impacto? A Casa do Vapor aumentou a autoestima, combateu a alienação, saber fazer e saber que é possível fazer algo foi a principal conquista. Sobre a Casa do Vapor Manuel Graça Dias escreveu no jornal Público em 15/10/2013: Tenho um pouco de receio quando grupos de fora, de outras coordenadas culturais, se propõem ajudar ou colaborar em situações destas. Tenho medo, por maiores as boas vontades, dos involuntários paternalismos, de uma certa sobrançeria urbana, dos desacertos de linguagem, das impossibilidades comunicantes, da violência imposta do exterior. Mas perdi estes medos, pelo menos aqui, num fim de tarde de domingo, sentado com moradores e "dinamizadores" pelo chão do Largo da Avozinha, a falar do sítio, das histórias do sítio, da presença destes arquitetos. Esta Casa do Vapor irá ser desmontada (...) Os moradores têm pena, não percebem porque não haveria de continuar -- a Casa e a animação que tem trazido, mais aquelas presenças que adotaram amigas. Dizem que até a atitude da criançada do sítio mudou, desde que os arquitetos para ali foram; que os miúdos, que nunca se teriam sentido considerados e que queriam ser rufias, foram carinhosamente tratados pelos construtores da Casa, pouco repreendidos, que cumprimentam agora toda a gente na rua, que andam com outra auto estima, que estão mais atentos. A arquitetura não faz milagres, mas a discussão dela parece poder ajudar. Os futuros utilizadores das coisas a quererem participar nas decisões e mais os arquitetos a saber interpretar esses quereres difusos, podem construir bocados de cidade melhores, de modos mais informais, mais generosos e mais úteis. Mais bonitos, entretanto. Para o futuro? Consciência e a certeza de que é possível fazer. Esse foi o principal legado da Casa do Vapor.



TIAGO MOTA SARAIVA, COZINHA COMUNITÁRIA DAS TERRAS DA COSTA, ALMADA/ATELIERMOB/COVA DO VAPOR

Sem água, saneamento e entre construções precárias. Eram estas as condições de vida de quase 500 pessoas (aproximadamente 100 crianças) que habitavam um bairro de gênese ilegal na Costa da Caparica. Designado Terras da Costa, este bairro é maioritariamente ocupado por duas comunidades: uma de origem africana, outra de etnia cigana. Não existem dados oficiais relativos à gênese deste bairro. Apenas se sabe que a construção de casas, nestes terrenos, terá começado a partir da existência de construções de apoio à atividade agrícola, havendo relatos de moradores que dizem ali habitar há 30 anos. Em registo fotográfico aéreo, de 2001, conseguimos já identificar um bairro consolidado, cujos limites foram aumentando no decorrer da última década. Este era um território isolado e invisível.

O ateliermob começou a trabalhar com esta comunidade no âmbito do workshop "Noutra Costa", promovido pelo Departamento de Arquitetura (DA/UAL) e pelo Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (CEACT/UAL) da Universidade Autónoma de Lisboa. Desde então, tem vindo a reunir com alguns dos seus representantes, membros do projeto Fronteiras Urbanas - um projeto académico essencialmente focado na alfabetização, à época em desenvolvimento no bairro - tendo participado no processo de eleição da primeira comissão de bairro e promovido, junto da Câmara Municipal de Almada, as reuniões iniciais entre o Município e os moradores.

Através de um processo participativo, a população decidiu que a construção de uma cozinha comunitária seria o passo prioritário na melhoria das suas condições de vida, constituindo-se como um espaço que poderia vir a ser partilhado por todos e gerido pelos moradores. Um lugar que poderia oferecer condições básicas para estar e cozinhar coletivamente, com alguns pontos de água e anti-incêndio.

Com a comunidade, a Comissão de Bairro das Terras da Costa, a associação entre o ateliermob e o Projeto Warehouse, parte das madeiras e membros da Casa do Vapor, com a Câmara Municipal de Almada e o fundamental apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, propusemo-nos desenvolver o projeto e a construção de uma cozinha comunitária no bairro das Terras da Costa.

A Cozinha Comunitária das Terras da Costa (com os necessários pontos de água e saneamento) foi inaugurada em Dezembro de 2014 em clima de festa.

Assustei-me muito com esta ideia de resumir o Projeto das Terras da Costa em 10 minutos, por isso produzimos este vídeo. O projeto das Terras da Costa tem várias histórias dentro da sua história e imensa gente temo esquecer de valorizar no processo. Sendo assim fizemos este vídeo. Posteriormente utilizei os cinco minutos restantes numa lógica de reflexão futura. O vídeo mostram diferentes momentos é uma colagem de vários registos que foram sendo feitos destes três anos.

(VIDEO)

A intenção do ateliermob e projecto warehouse foi desenhar uma cozinha comunitária através de um processo participado oferecendo um espaço que podia ser partilhado por toda a gente e gerido pelos seus habitantes. Um espaço que pudesse facultar as condições básicas para reunir as pessoas e para cozinhar. Este projeto contou com o apoio entusiástico da comunidade que reuniu em assembleia de bairro para discutir a cozinha e que a considerou a sua principal prioridade.

Isto é de 2013, portanto é o início do trabalho da cozinha. Ainda não havia financiamento para se começar a desenvolver o processo em 2013. Também contamos com o apoio das organizações locais que já estavam a trabalhar no terreno, com quem trabalhamos para construir o processo democrático de eleição de uma primeira comissão de bairro.

Esta parte do vídeo é apresentada só para perceberem bem a nossa entrada inicial no bairro. Ainda não tínhamos grandes possibilidades e viabilidade de construção da cozinha, mas quando fomos mostrar este vídeo a Barcelona, a um festival de arquitetura para tentar explicar e começar a angariar um movimento de financiamento internacional para a construção desta cozinha.

Os arquitetos tem que ser vistos como uma ferramenta para mudar a vida das pessoas. Como é que os arquitetos podem trabalhar com a vida das pessoas que não tem dinheiro, nem vão ter no futuro próximo? Como é que poderão ser remunerados pelo seu trabalho?

Os arquitetos precisam de estar no epicentro da crise. Destes territórios emergentes. Territórios de conflito. Mesmo se os seus habitantes não têm dinheiro ou possibilidade económica para pagar pelo seu trabalho. Isto é particularmente interessante e vai ser tema da próxima Bienal de Arquitetura de 2016 de Veneza - "Reporting From the Front". Tem muito a ver com este elemento de colocar os arquitetos no centro da resolução dos problemas da crise.

Usando agora os dois ou três minutos que me restam, pretendo apenas vincar que isto é um projeto do Ateliermob com o Projecto Warehouse e que tem inúmeras, inúmeras pessoas, com que fomos contanto ao longo do processo. Por exemplo, a Diana - presente na mesa - que foi muito ativa na activação das Workshops. Deixem-me também vincar que este processo só foi possível porque houve uma simbiose entre todas as entidades que participaram no local e, sobretudo, o Município fez uma escolha política clara em prol de uma questão básica, de um direito humano básico, como se vê até pela declaração no dia da inauguração da Senhora Vereadora.

Agora como está a acontecer em todos os bairros em que nós entramos, não gostamos de sair e de alguma forma aquele bairro tem uma condição que é particularmente pioneira. Tem a ver com uma dinâmica comunitária única, que consegue reunir na comissão de bairro a comunidade cigana e uma comunidade de raiz africana, sobretudo cabo verdeana. Ou seja, neste momento, há três anos de trabalho continuado nosso, mas não somos os únicos no terreno nem os primeiros. É um trabalho que vinha de trás e que é acompanhado pelo município. Há também uma dinâmica comunitária invulgar.

Terminando. Nós arquitetos não defendemos que aquelas pessoas vivam assim. Naquelas condições. Sempre o dissemos, desde o início deste trabalho, que a cozinha devia ser o primeiro passo, não um primeiro passo para glorificar ou esteticizar aquela pobreza, mas num primeiro passo para dar visibilidade aquele bairro e para construir um processo de realojamento. Há cerca de um mês, esse processo de realojamento foi anunciado pela Câmara de Almada. Um processo de realojamento nas Terras da Costa pode ser feito de duas formas:

- a forma clássica, e que tem gerado inúmeros problemas, que é a forma de encontrar lugar para cada uma destas pessoas no espaço das habitações disponíveis e destruindo qualquer comunidade que possa existir
- a segunda forma de o fazer, mais morosa, que implica considerar as pessoas como indivíduo mas também como colectivo ou comunidade. Um processo participado que, no fundo, é o grande desafio daquele bairro e é a grande expectativa daquelas pessoas.

FÁTIMA PEREIRA, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO BRAGA,
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

O Município de Braga colocou nas mãos da população o direito e a responsabilidade de decidirem o destino a dar a parte do orçamento global do Município anual, sendo que dessa verba, uma parte será canalizada para o orçamento participativo escolar. Esta iniciativa é uma forma de desafiar os cidadãos a participarem ativamente na vida da Cidade, ajudando o Município a ajustar as suas opções de investimento aos anseios da população. Os projetos concorrentes abrangem várias áreas de intervenção Municipal como a Solidariedade e Coesão Social, Cultura e Património, Equipamentos, Educação, sendo uma excelente oportunidade para os cidadãos formularem propostas, julgarem as propostas dos outros e tornarem a sua opinião ainda mais consequente num projeto que lhes dá poder para definir onde serão alocadas as verbas do Município disponíveis para o efeito. Para além da participação na elaboração e apresentação de projetos, todos os municípios podem participar na eleição do projeto que querem ver vencedor através do seu voto online. Relativamente ao orçamento participativo escolar, pretende-se trabalhar com as crianças e jovens valores fundamentais como a responsabilidade cívica, a educação para a cidadania e o envolvimento nos assuntos de interesse para a comunidade.

O Município coloca à disposição dos bracarenses, dando continuidade ao exercício de uma cidadania ativa, informada, responsável e escrutinadora das políticas desenvolvidas pelo Executivo Municipal, uma parte da verba do seu orçamento para apoiar projetos apresentados pelos cidadãos. Em 2016, o montante global será dividido em dois grupos de projetos: uma verba de 650 mil euros para concretizar projetos de valor igual ou inferior a 85 mil euros, e um valor de 100 mil euros para o Orçamento Participativo Escolar, destinado a concretizar projetos apresentados por Escolas de valor igual ou inferiores 25 mil euros. Quanto ao orçamento participativo escolar o princípio geral é delegar nos mais novos a decisão relativamente ao que fazer com uma parte do Orçamento do Município, oferecendo novos direitos e novas responsabilidades à comunidade escolar.

O Município disponibiliza um montante parcial do seu orçamento, colocando à disposição dos municípios. Estes, singularmente ou organizados, elaboram e apresentam os seus projetos. Poderão participar no Orçamento Participativo todos os cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, que residam, trabalhem ou estudem no Concelho de Braga e grupos de cidadãos maiores de 16 anos informalmente organizados. Depois de devidamente apreciados por um júri que avalia e enquadra em termos regulamentares, os projectos vencedores são colocados à votação online. Numa primeira fase cada cidadão votará em seis projectos, escolhendo a proposta que considerar mais importante em cada uma das seis áreas apresentadas: ecologia, ambiente e energia; solidariedade e coesão social; equipamentos e espaços públicos; cultura e património; trânsito, mobilidade, acessibilidades e segurança rodoviária; turismo, comércio e promoção económica. Posteriormente serão seleccionados os cinco projectos mais votados em cada uma das diversas áreas, perfazendo um total de 30 propostas. Nesta segunda fase, cada cidadão irá escolher apenas um projecto entre os que foram apurados na primeira fase. As propostas podem ser apresentadas de duas formas: através da Internet, no portal de participação da Câmara Municipal de Braga, acessível em <http://participe.cmbraga.pt>, e presencialmente, em assembleias participativas que serão organizadas pelo território do Município. O

montante global é de 750.000 euros. Uma parte desta verba, 100.000 euros, destina-se ao Orçamento Participativo Escolar. Os 750.000 euros serão cabimentados no Orçamento para 2016 da Câmara Municipal de Braga. As assembleias participativas servem para apresentar e discutir propostas, promovendo a participação, particularmente das pessoas com dificuldade de acesso à Internet. Visam, além disso, dinamizar o debate público, escutar sugestões e prestar esclarecimentos sobre o Orçamento Participativo.

Braga é uma cidade portuguesa, fundada pelos romanos como Bracara Augusta, com mais de 2 000 anos de História, em constante desenvolvimento, crescimento e expansão. Situado no Norte de Portugal, Braga é sede de um Município com 183,4 Km² de área, uma população de 181 494 habitantes (2011) e 137 000 habitantes no seu perímetro urbano (2012) (3^a maior cidade de Portugal, a seguir a Lisboa e ao Porto), sendo o centro da antiga região denominada Minho, com mais de um milhão de habitantes.

Um local cheio de cultura e tradições, onde a História e a Religião vivem lado a lado com a indústria tecnológica e com o ensino universitário. Em 2012 foi distinguida como Capital Europeia da Juventude, concedido pelo Forum Europeu da Juventude, tendo desenvolvido várias iniciativas de âmbito cultural, social, político e económico destinadas aos jovens. Este projeto destina-se assim a toda a população bracarense, dando voz aos cidadãos em geral, à população escolar, em particular, através do orçamento participativo escolar e à população juvenil através do projeto "Tu decides" que visa apelar à participação dos jovens na decisão dos projetos a implementar na cidade. Em 2015, para o orçamento do próximo ano, foram oito os projectos vencedores da segunda edição do Orçamento Participativo (OP) do Município de Braga, aos quais se juntam mais sete do Orçamento Participativo Escolar (OPE). Os bracarenses responderam afirmativamente ao repto lançado pela autarquia Bracarense e mobilizaram-se para escolher e votar nos projectos que vão ser desenvolvidos durante o próximo ano, em diversas áreas de intervenção municipal. No OP Geral, num universo de 67 projectos em votação, divididos em seis áreas, passaram à segunda fase 27. A existência de duas fases de votação foi uma das novidades deste ano, tendo-se registado um total de 7117 os votantes na primeira fase e 9455 na segunda.

Eduardo Jorge Madureira, coordenador do OP, destacou o modelo seguro e fiável adotado, que foi alvo de uma constante monitorização. Para o responsável este projeto reforça a ligação entre o cidadão e o Município e fortalece a participação cívica, mostrando-se satisfeito com a variedade e a qualidade global dos projetos apresentados.

JOÃO PAULO BEJA, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO FUNCHAL,
CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

O Município do Funchal, em 2014, com o intuito de prosseguir uma política de inclusão e de dinamização da sociedade civil promoveu a realização do Orçamento Participativo com carácter deliberativo, permitindo aos municípios participar nas decisões da autarquia. O Orçamento Participativo do Funchal iniciou-se a 6 de Outubro de 2014 com o primeiro encontro de participação, sendo que esta fase decorreu até 6 de novembro com a realização de 8 encontros em que participaram 972 funchalenses

que apresentaram 248 propostas, das quais 42 foram aprovadas para análise técnica pelos serviços da Câmara. Na fase de análise técnica da discussão entre os proponentes e os técnicos da Autarquia foram apuradas 27 propostas para submissão à votação final que cumpriam os critérios e se enquadravam nas regras do Orçamento Participativo. Ao processo de votação final, que decorreu de 2 a 20 de março, foram introduzidas algumas inovações em relação ao que normalmente era feito nos processos de orçamento participativos que decorreram até então. Assim, foi utilizada a votação eletrónica presencial através de um software especificamente criado para o efeito, de forma a possibilitar uma maior participação. Foram definidos nove pontos de votação fixos espalhados pela cidade e, igualmente inovador, pôde contar-se com um posto de votação móvel instalado num autocarro que foi decorado com a imagem criada para o Orçamento Participativo do Funchal. A 28 de março de 2015 foram anunciados os resultados da votação: 4240 pessoas votaram e 6 projetos foram aprovados. Pela sua diversidade refletem as preocupações e as vontades dos funchalenses. Entre eles destacam-se a construção de uma acessibilidade ao mar para pessoas com necessidades motoras especiais, a construção de um skate park, de um cemitério para animais e o "Carrega-te" (carregadores para telemóveis nas paragens de autocarro). O Orçamento Participativo do Funchal assume-se como elemento integrante de uma Cidade Educadora em diferentes aspetos: contribui para a formação cívica e de cidadania dos munícipes do Funchal; garante, pelas suas regras, que o resultado da votação final é implementado pela autarquia e que os munícipes são participantes diretos nas decisões sobre a cidade; permite aos trabalhadores da autarquia, que participaram em regime de voluntariado, desenvolver as suas competências; ao realizar o Orçamento Participativo Escolar na Escola Secundária Jaime Moniz, promove a participação dos jovens que, com as mesmas regras e orçamento, apresentaram, defenderam e aprovaram projetos para o Funchal. Por outro lado, a integração deste projeto no "Portugal Participa" reforça o investimento nas competências da sociedade civil e dos atores públicos na conceção, implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Objetivos: O objetivo deste programa prende-se com o despertar dos munícipes para as vantagens da participação na vida da cidade, assim como nas decisões do seu desenvolvimento. Procura promover a capacitação da população para uma postura de participação e exigência cidadã, perante as decisões da autarquia. Em suma, através deste mecanismo de participação pretende-se contribuir para uma consciencialização política dos munícipes que, melhores conhecedores dos mecanismos de participação municipal, poderão avaliar e envolver-se nas políticas públicas.

A Câmara Municipal do Funchal é um órgão executivo do município, composto pelo presidente e por 4 vereadores com pelouro. A estrutura nuclear do Município do Funchal é constituída pelas seguintes unidades orgânicas nucleares: 1- Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa 2- Departamento de Infraestruturas e Equipamentos 3- Departamento de Ordenamento do Território 4- Departamento de Ambiente 5- Departamento de Ciência e de Recursos Naturais 6- Departamento de Educação e Qualidade de Vida 7- Departamento de Economia e Cultura 8- Departamento Jurídico e de Fiscalização 9- Bombeiros Municipais 10- Serviço Municipal de Proteção

Civil. O projeto "Orçamento Participativo" é da responsabilidade do Vereador com o pelouro da Democracia Participativa e Cidadania.

Síntese: O Município do Funchal, em 2014, na sua política de inclusão e de dinamização da sociedade civil promoveu a realização do Orçamento Participativo com carácter deliberativo, permitindo aos munícipes envolverem-se diretamente na gestão da autarquia.

Metodologia: O mecanismo do Orçamento Participativo tem as seguintes fases: - Encontros de participação, em que os munícipes se reúnem para debater propostas, podendo ser aprovadas para submissão a análise técnica no máximo cinco, consoante o número de participantes; - Análise técnica, em que os proponentes em diálogo com os técnicos da Câmara aferem da compatibilidade legal, exequibilidade e compatibilidade dos projetos com os regulamentos do orçamento participativo. - Votação final, os munícipes através de postos de votação eletrónica, com software próprio, votam nas duas proposta que consideram melhores para a cidade; - Divulgação dos resultados da votação: apurados os resultados da votação são seriadas as propostas e considerados para execução, num prazo de 18 meses, todas aquelas que se possam inserir na dotação orçamental que a autarquia definiu. - Execução dos projetos vencedores. As entidades envolvidas nesta experiência são: munícipes do Funchal, a Autarquia e os seus departamentos e possíveis instituições da cidade que possam ser envolvidas na execução dos projetos vencedores. Neste momento (30/09/2015) o Orçamento Participativo do Funchal encontra-se na fase de execução dos projetos vencedores tendo já sido inaugurado o que recolheu mais voto. Acessibilidade ao mar para pessoas com necessidades motoras especiais, projeto ao qual se associou a possibilidade de utilização da praia por pessoas invisuais ou com deficiências visuais.

Contexto: O Funchal é a Capital da Região Autónoma da Madeira e ocupa uma área de 76,15 km², distribuída por 10 freguesias, onde residem 111.892 habitantes (41,8% da população da Região), segundo os censos 2011. A cidade do Funchal está intimamente ligada aos espaços naturais envolventes e encerra um património urbano muito rico e diversificado e que, ao longo do tempo, lhe foi conferindo um carácter único e particular, com interesse e valor urbanístico inegável. O Atlântico limita-a a sul e o mar é uma constante da paisagem. A norte a cidade expande-se pela montanha. O Funchal é o principal centro urbano e turístico da Região, e é aqui que se concentra a principal oferta de serviços e atividades económicas, no âmbito do turismo, equipamentos administrativos e sociais, eventos, património, restauração, entre outros. O Projeto "Orçamento Participativo" surgiu da vontade de incentivar a participação dos munícipes na vida da Autarquia e dessa forma combater o afastamento dos munícipes da política.

Avaliação: Pela natureza do projeto não se pode adiantar indicadores quantitativos pois não é possível antecipar o grau de adesão da população dado que esta foi a primeira edição do Orçamento Participativo. A não possível quantificação do número de participantes invalidou quaisquer estimativas de propostas apresentadas nos encontros de participação bem como propostas a ser sujeitas a votação final. À partida estava definida a realização de 8 encontros de participação que, pela sua localização e locais escolhidos, permitiria a cobertura geográfica da cidade. Os 8 encontros de participação realizaram-se e contaram com a participação de 972 pessoas, o que constituiu um grau de participação que se pode considerar excelente para uma primeira realização, comparando-o igualmente com dados dos orçamentos participativos realizados anteriormente nas diferentes autarquias do país. A fase de votação final, que contou com 27 propostas, teve um número bastante bom de votantes

- 4240 tanto mais que se optou por um sistema de votação presencial que obrigou os municípios a tomar uma atitude ativa de se deslocar aos dez locais de votação para defenderem a sua opinião. Do resultado da votação resultou a aprovação de seis projetos que tiveram cabimento na dotação orçamental prevista para o Orçamento Participativo. Pontos fortes do Orçamento Participativo do Funchal - boa participação da população nas diferentes fases do processo, grau de envolvimento dos serviços da Autarquia, existência de um serviço de baby-sitting durante os encontros de participação, que possibilitou aos pais o seu envolvimento no processo, sem preocupações, contribuição do processo para o reforço da dinamização da participação da população na vida da cidade. Todos estes fatores conferem ao Orçamento Participativo uma vertente de Cidade Educadora. Pontos fracos do Orçamento Participativo do Funchal. Poderia ter havido um número ainda superior de participação das pessoas. No caso do Funchal procurou dinamizar-se e divulgar os Encontros Participativos através de sessões de esclarecimento, divulgação nos meios de comunicação social e com a criação de uma imagem apelativa e arrojada.

—
RITA ALVES, POESIA PARTICIPA NA HISTÓRIA DA CIDADE,
PIAGET ALMADA

O Instituto Piaget, Instituição Cooperativa sem fins lucrativos, sendo uma instituição formadora, distingue-se também através da realização de eventos que intervêm positivamente na nossa sociedade e, em nosso entender, podem mesmo ser agentes de mudança. É exemplo desta acção este projecto, lançado em 1989, através do Centro Internacional de Epistemologia e Reflexão Transdisciplinar (C.I.E.R.T.): O Cancioneiro Infanto-Juvenil para a Língua Portuguesa.

Objetivos: Gerais: O Cancioneiro Infanto-Juvenil para a Língua Portuguesa pretende estimular toda a comunidade educativa para a aprendizagem da escrita e da leitura, baseada no prazer, no lúdico, na descoberta constante. Específico: Pretende reintroduzir a dimensão poética no sistema educativo e cultural. Pretende reintroduzir a nossa cultura literária infanto-juvenil na formação de leitores. Pretende capacitar todos os agentes educativos, de instrumentos, que lhes permitam estar presentes de forma activa na educação de um leitor, desde os primeiros anos de vida. O desenvolvimento do projecto implica uma formação contínua de professores e comunidade educativa, em geral, na área da escrita criativa, estimulando a implementação de espaços de criação poética no contexto escolar e familiar. Após a realização das acções com professores, alunos e pais sistematizam-se os resultados escritos, dando origem aos concursos poéticos do Cancioneiro Infanto-Juvenil para a Língua Portuguesa.

A história do Instituto está intimamente ligada ao percurso e ao trabalho do homem que dá nome a este universo, Jean Piaget. Uma evolução marcada pela adaptação, pelo interesse natural na dinâmica e na mudança das coisas e pelo seu estudo. Uma história que se define numa transformação por etapas para ser cada vez melhor. Constituído em 1979 como cooperativa sem fins lucrativos, denominando-se então Cooperativa para o Desenvolvimento da Criança, SCRL, assume a sua actual denominação Instituto Piaget - Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL. Anos mais tarde, fruto de um percurso onde se desenvolveram e implementaram diversos projectos de carácter pedagógico e social. O Instituto Piaget tem como principais objectivos

proporcionar um ensino de qualidade, criar conhecimento e difundir valores humanos fundamentais para uma indispensável formação pessoal e intelectual de todos os seus agentes, docentes, estudantes, trabalhadores e cooperantes. No seguimento deste propósito e procurando privilegiar a criatividade e a inovação, o Instituto Piaget tem vindo sistematicamente a reinvestir todos os seus excedentes na melhoria e aperfeiçoamento constantes do seu projecto educativo e sempre no cumprimento rigoroso do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo. Com estes princípios, a actuação do Instituto Piaget tem vindo a diversificar-se, abrangendo uma multiplicidade de áreas que vão da educação à investigação, passando pela acção de cariz social e pela implementação de projectos de desenvolvimento, tanto em Portugal como em países da CPLP e ainda, pela edição de livros.

Síntese: Num tempo em que a as questões relacionadas com a literacia inquietam todos os que nos preocupamos com a educação, todas as achegas que possam contribuir para o encorajamento e valorização da palavra são dignas de aplauso. Certamente há muitas iniciativas merecedoras de relevo mas consideramos que o Cancioneiro Infanto-Juvenil para a Língua Portuguesa pode funcionar como um forte estímulo à criatividade. A poesia, pelas suas características intrínsecas de ritmo, harmonia e rima, aproxima-se dos ritmos biológicos e, talvez por essa razão, seduz tão facilmente as crianças e os adultos que ainda preservem, com sabedoria, espaços de encantamento. É fácil descobrir que a poesia agrada à criança basta experimentar, sabemos também que é nos primeiros anos que, quase sempre, os nossos caminhos tomam o rumo que hão-de seguir no futuro. Torna-se pois bastante claro que a sensibilização à poesia pode ser uma forma excelente de despertar o prazer da palavra, a música dos sons, a capacidade de sentir e ler o mundo. E este prazer da palavra, quando adquirido, é garante de uma relação de sucesso com os diferentes obstáculos que a conquista da literacia pode apresentar. Além deste contributo como facilitador de aprendizagens no domínio da Língua, não duvidamos da sua intervenção activa ao nível do desenvolvimento de uma sensibilidade criativa que enriquece o sujeito e a sociedade em que este se encontra inserido.

Metodologia: Concursos Poéticos que se têm repetido de três em três anos, aproximadamente, e está previsto que se prolongue durante trinta anos. Formação para profissionais da área de educação, famílias, escolas na sensibilização para a presença da poesia na instituição escola, desde o berçário. Actuação nas AEC e CAF dos agrupamentos de escolas alocadas ao Instituto Piaget (Almada) ao longo dos seis últimos anos lectivos.

Contexto: O Cancioneiro Infanto Juvenil para a Língua Portuguesa está sediado em Almada mas a sua actuação sempre foi nacional. Nos últimos seis anos centralizou a sua acção no concelho de Almada, nas escolas do município, em contexto TEIP. A população a quem sempre se dirigiu é a comunidade educativa, no seu todo (pais, educadores, professores, alunos, filhos, família)

Avaliação: Ao longo de quase trinta anos de projectos temos no Cancioneiro o contacto de treze mil participantes (via envio de texto poético) e mais de vinte mil textos poéticos em arquivo. Ao longo dos últimos seis anos contactamos com mais de cem crianças, com idades compreendidas entre o Pré Escolar e o ensino básico do 1º ciclo, por semana. Proposta de futuro: avaliação do projecto junto da comunidade que foi "tocada" pelo Cancioneiro ao longo desde trinta anos.

13 DE NOVEMBRO

14H30-15H30

APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS (4)

SALA A
ACADEMIA ALMADENSE

PAULO LOURO, ARTE EM BAIRRO, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

O Projeto Há Arte no Bairro, integra-se na estratégia de 2015 para a arte urbana da Câmara Municipal de Lisboa e consubstancia-se na experiência desenvolvida nesta área em anos anteriores no Bairro do Amadora, no Bairro da Flamenga e ainda no Bairro de San Giorgio a Cremano, em Nápoles Itália.

Os jovens envolveram-se fortemente durante todo o decorrer do projeto e as parcerias estabelecidas com as restantes entidades revelaram-se bastante positivas - Gebalis e Centro Social e Paroquial Maximiliano Kolbe.

Na esteira do trabalho desenvolvido, a arte urbana, tem vindo a revelar-se uma ferramenta importante no domínio da inclusão social, quer na atenuação de tensões sociais e culturais, quer na promoção do diálogo entre gerações. A realização de peças de arte urbana pode traduzir-se numa mais-valia para a paisagem urbana e num enriquecimento artístico e cultural da área envolvente contribuindo para o sentimento de valorização e de desenvolvimento de laços relativamente a um território. Este projeto insere-se na estratégia municipal para a arte urbana de 2015, na qual um ciclo de trabalho dedicado aos bairros municipais constitui uma das prioridades de atuação para este ano. Este ciclo surge na esteira da atuação desenvolvida nesta área em anos anteriores, no Bairro do Armador e no Bairro da Flamenga, e ainda no Bairro de San Giorgio a Cremano, em Nápoles, Itália, com resultados muito positivos. Ao longo de seis anos de existência temos vindo a verificar, quer a nível nacional quer internacional, que a arte urbana pode constituir uma ferramenta importante para a inclusão social, para atenuação de tensões sociais e culturais, bem como para a promoção do diálogo entre gerações. Por outro lado, a realização de peças de arte urbana pode traduzir-se numa mais-valia para a paisagem urbana e num enriquecimento artístico e cultural da área envolvente que contribuem para o sentimento de valorização do território e o desenvolvimento de laços de pertença ao mesmo.

Metodologia: Projeto CONCLUÍDO Fases e ações do projeto: 1ª Ações de sensibilização sobre arte urbana; 2ª Visitas guiadas com os jovens às peças de arte urbana mais emblemáticas da zona de Marvila; 3ª Workshops de arte urbana com um street artistas, dentro de sala; 4ª Realização de um mural coletivo inspirado na paisagem, história e vivências do Bairro, numa das suas principais artérias, que envolveu a

população residente e em particular os jovens utentes daquele Centro, instituição de solidariedade social enraizada no Bairro.

Contexto: Este projeto insere-se na estratégia municipal para a arte urbana de 2015, na qual um ciclo de trabalho dedicado aos bairros municipais constitui uma das prioridades de atuação para este ano. Este ciclo surge na esteira da atuação desenvolvida nesta área em anos anteriores, no Bairro do Armador e no Bairro da Flamenga, e ainda no Bairro de San Giorgio a Cremano, em Nápoles, Itália, com resultados muito positivos. Avaliação: Pontos fortes: O forte envolvimento dos jovens no projeto, desde o início ao final do projeto (incluindo os e as Parcerias com as restantes entidades (Gebalis e Centro Social e Paroquial Maximiliano Kolbe) funcionaram muito bem. Perspetivas do futuro: Possibilidade deste projeto com esta metodologia ser replicada noutros Bairros da cidade de Lisboa.

FÁTIMA PEREIRA, CONSTRUIR PONTES COM A CIDADE, OSMOPE - PORTO

A importância do trabalho em rede para a melhoria das práticas em educação de infância "O Jardim de Infância contemporâneo deve ser um espaço de comunicação reflexivo e criativo, menos elitista e predefinido nos seus objetivos e funções. Este atende às necessidades e expectativas das novas sociedades e de todos os que, de uma forma cada vez mais plural, as constroem e lhes dão vida, nunca sendo um resort educativo."

Vinculada a uma perspetiva sócio construtivista, a OSMOPE, situada na cidade do Porto, mobiliza formas e processos de criação artística e cultural como ferramentas imprescindíveis a uma educação "sensível". O trabalho de projeto planeado, experimentado, avaliado e exposto ao confronto e à discussão favorece e determina o desenvolvimento de aprendizagens significativas.

A criação de parcerias diversificadas, o contacto com técnicas e materiais diferentes, uma nova forma de olhar o "conhecido", explorando outras dimensões do "comum" e organizando novos e velhos conhecimentos são pilares presentes em todo o projeto educativo da instituição. A OSMOPE é da "cidade" e pratica uma maneira de estar aberta, proactiva; é uma Instituição que se envolve.

Objetivos: Favorecer um ambiente de abertura da Instituição em relação à diversidade de possibilidades culturais que a cidade oferece, promovendo hábitos regulares de fruição e vivências; Fomentar uma Educação para os valores e ideais numa perspetiva democrática; Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade; Valorizar a singularidade cultural de cada criança e suas famílias; Desenvolver o sentido estético e a criatividade da criança através do acesso as diferentes formas de Cultura; Promover as experiências artísticas como forma de conhecimento individual, fomentando a construção de diversos pontos de vista sobre a realidade; Assegurar uma participação das famílias no processo educativo, mediante as convenientes interações de esclarecimento e sensibilização; Desenvolver uma preparação integral, facilitando a transição da criança para os outros ciclos de ensino; Envolver ativamente a Comunidade Educativa na vida Institucional da cidade do Porto.

SANDRA VAZ, PROJETO BAIRROART, CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Projeto Bairr'Art é um projeto de governação partilhada e integrada, que visa a inclusão e mudança social através da ARTE, pelo seu poder único de unir pessoas, construindo pontes entre comunidades que habitualmente não se cruzam. A prioridade da ação está centrada nos jovens, suas famílias e idosos residentes na Habitação Social nas freguesias de São Clemente e Quarteira, cujos bairros se localizam na periferia, o que fomenta o isolamento geográfico. Pretende contribuir para a construção de uma cultura de comunidade ativa e participativa, estimulando o desenvolvimento de redes de proximidade, fomentando a intergeracionalidade e a sustentabilidade, aumentando o sentimento de pertença comunitário ao Bairro e mudando a imagem destes territórios muito marcados pelo estigma. Transformar o espaço público comum, requalificando-o e melhorando a sua imagem, em benefício dos seus residentes e visitantes, derrubando fronteiras e abrindo portas a estas comunidades. Desta forma foi envolvido neste projeto, todos os programas/projetos que o Município e Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações Culturais e Sociais têm em desenvolvimento, e cujo objeto de intervenção se integra no âmbito do Bairr'Art. Destaca-se de extrema importância o projeto Dar Cor à Cidade, dinamizado pela Divisão de Ambiente Espaço Público e Transportes do Município de Loulé, que surgiu no seguimento do projeto Mancha Branca, iniciado pela autarquia em 2010 e através do qual se procurou contribuir para a melhoria qualitativa do ambiente no concelho, dedicando particular atenção à limpeza de equipamentos e mobiliário urbano e à pintura de edificações públicas (edifícios, pontes, viadutos e pontões) que se encontravam degradados e/ou vandalizados. Foi neste contexto, e por forma a permitir aos artistas de arte urbana uma intervenção de qualidade, legal, com estética e simbolismo, integrada em espaços adequados que surgiu complementarmente, o projeto Dar Cor à Cidade, que de forma pedagógica, tem procurado incentivar uma atitude positiva relativamente ao espaço urbano e social, que é de todos os cidadãos, promovendo o graffiti e a street art, no respeito pelos valores patrimoniais e paisagísticos, de âmbito material e imaterial, em oposição aos atos ilegais de vandalismo que agridem os espaços da cidade e não conceituam a criatividade e a arte de quem os pratica. Bem como a Permacultura no Bairro, iniciado tendo em conta as características do território alvo, que inclui habitações unifamiliares com quintais, bem como terrenos na área envolvente, fomentando a sustentabilidade do bairro. De salientar que o feedback da população local, suas necessidades e aspirações conduziu à implementação do projeto, surgindo a permacultura como metodologia a adotar para alcançar estes objetivos. Encontrando no projeto Bairr'Art um contexto de intervenção propício, avançou-se com um projeto piloto de permacultura que visa a criação de sistemas orientados para simplificar a vida das pessoas que habitam e visitam aquele espaço.

Objetivos: Os principais objetivos do projeto Bairr'Art passam por: Promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida da comunidade residente em Habitação Social/Bairros Sociais; Fomentar uma cultura de identidade ao Bairro/território; Fomentar uma cultura de desenvolvimento sustentável; Construir pontes intergeracionais e solidárias; Embelezar os espaços comuns e públicos; Promover o diálogo intercultural; Capacitar a comunidade para a ARTE; Construir um Bairro Inclusivo e Sustentável; Fomentar o exercício de uma cidadania ativa; Reforçar a participação dos moradores e a sua ligação com o espaço público; Promover a

participação e a coresponsabilidade dos moradores na identificação e resolução dos problemas identificados; Transformar o espaço público em espaços artísticos de divulgação dos patrimónios e saberes locais. No que se refere aos objetivos do projeto Permacultura no Bairro, os mesmos traduzem-se no melhoramento da qualidade de vida da população alvo, através da capacitação individual e coletiva, numa ótica de desenvolvimento sustentável e de estratégias regenerativas; no redesenho e adaptação do bairro municipal, de forma a criar resiliência e possibilitar a criação de postos de trabalho; Na contribuição para uma comunidade inclusiva e participativa; cocriação de um "espírito" bairrista saudável e orgulhoso e no desenvolver de atividades variadas de formação informal, que capacitem os participantes no âmbito das novas estratégias para desenvolvimento sustentável e regenerativo.

ANA MOURA, TENHO 25 ANOS, CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO E FUNDAÇÃO SERRALVES - PORTO

TENHO 25 ANOS - parte do pressuposto de que a interação intergeracional contribui decisivamente para a saúde e o equilíbrio em todas as idades e que o bem-estar é uma construção permanente, para a qual a experiência lúdica e a criatividade contribuem de forma privilegiada. Grande parte dos participantes provém de histórias de vida difíceis. Deste modo, o Projeto visa também garantir o acesso a bens culturais e a inclusão social por meio da Arte.

Apresentação da Instituição: A Fundação de Serralves desenvolve, desde 1989, um projeto cultural de vocação nacional e internacional, que inclui intenções pedagógicas nos domínios da arte contemporânea, do ambiente e da paisagem. Através de programas educativos inovadores, adequados a todos os tipos de pessoas, de todas as idades, o Serviço Educativo da Fundação tem vindo a desenvolver uma atividade continuada no domínio da sensibilização e formação de públicos com particular ênfase no público infantil e juvenil, fruto de um trabalho de equipa sólido, centrado numa ação programada a longo prazo. A partir de uma rede de parcerias com as autarquias em todo o País, a Fundação têm trabalhado ativamente de modo a promover a inclusão social, apoiar a revelação de novos talentos, divulgar a Coleção de Serralves e qualificar a programação de equipamentos existentes.

Síntese: Resultado de uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto e o Serviço Educativo da Fundação de Serralves, o projeto intergeracional TENHO 25 ANOS envolve séniores do Centro de Dia do Bom Pastor (Cruz Vermelha - Porto) e jovens do Centro António Cândido (Porto). Concebido e orientado por Cristina Camargo e Ivone Almeida, com a coordenação do Serviço Educativo de Serralves e a consultoria de Elvira Leite, o projeto partiu da convicção de que a interação entre as diferentes gerações é um fator fundamental no crescimento equilibrado de adolescentes e jovens, bem como na promoção de um envelhecimento ativo, saudável e participante a todos os níveis, afetivo, relacional e cognitivo. A designação TENHO 25 ANOS denota o objetivo de, entrecruzando passado e futuro, aproximar os grupos em presença e, entre todos, estabelecer um elo de ligação. Nas instalações das instituições envolvidas e nos espaços de Serralves, têm lugar atividades e encontros fomentadores de uma relação harmoniosa marcada pela aprendizagem comum e a partilha de experiências.

Metodologia: O projeto é realizado por meio de oficinas realizadas nas instituições participantes e também visitas ao Museu. As oficinas são desenvolvidas a partir de uma proposta presente em todo o projeto: parte-se de um jogo de papéis situado num "aqui" e num "agora" imaginários.

Todos, adolescentes e sêniores assumem-se, imaginam-se, com 25 anos e esta faixa etária passa a ser ponto de encontro para imaginação, partilha e reflexão. Em cada ano os trabalhos desdobram-se a partir de um tema. O tema escolhido durante o ano 2014 / 2015 foi: *Histórias*. A discussão de formas variadas de histórias a partir de relatos de experiências, histórias de vida, lendas, vidas de santos, relatos bíblicos, mitologias, estórias do património oral (orações, lengalengas, quadras populares) e também histórias relativas a datas e eventos marcantes para o grupo, obras literárias, biografias, poesia, canções foram o mote para a realização das oficinas e visitas às exposições desenvolvidas na Fundação de Serralves. Os encontros foram realizados todas as quartas feiras entre 15h e as 17h nos espaços /Sala Bonita do Centro António Cândido, a sala do Centro de Dia do Bom Pastor, o Espaço BOA (Bombarda Oficinas de Artes) e o Museu de Serralves

Contexto: O projeto intergeracional “Tenho 25 anos” é fruto de uma parceria entre a Fundação de Serralves e a Câmara Municipal do Porto, através do Pelouro da Educação, Organização e Planeamento. Na sua mais recente edição, envolveu sêniores do Centro de Dia do Bom Pastor (Cruz Vermelha - Porto) e jovens do Centro António Cândido (Porto).

Avaliação: Entre os resultados localizados destacamos os laços de cumplicidade e amizade estabelecidos entre jovens e seniores grupos etários que normalmente mantém-se socialmente distantes. Também foi identificado um crescimento emocional significativo entre os jovens e, no grupo de seniores, alegria e vitalidade a partir do contato com os jovens em tal clima de cordialidade. O estar com outro promovido pelo projeto estimula a vivência de novas realidades e, a partir desta, reflexões profundas sobre modos diversos de viver e de pensar, promovendo também maior tolerância e pertença social.

SALA B **CINE-TEATRO ACADEMIA ALMADENSE**

Congresso Almada 2015 - *Pensar o Futuro*, Câmara Municipal de Almada
Convenção Multidisciplinar de Educação: “*Perspetivas sobre a Educação Especial*”, Câmara Municipal de Gondomar
Nós Propomos Cidadania e Sustentabilidade na Educação Geográfica, Câmara Municipal de Braga
Planeamento Local de Emergência e Voluntariado de Proteção civil em Lisboa, Serviço Municipal de Proteção Civil - Lisboa

—
PAULO PARDELHA, CONGRESSO ALMADA 2015 - PENSAR O FUTURO, CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

A estratégia no planeamento espacial está claramente consagrada no quadro legal do sistema de planeamento em Portugal e, em particular, no que respeita aos Planos Municipais de Ordenamento do Território. O Plano Diretor Municipal (PDM) enquanto plano estratégico encerra uma complexa metodologia envolvendo interesses sectoriais, públicos e privados, buscando a sua visão sobre o futuro que se antecipa como possível e, sobretudo, como desejável. Desse confronto, resulta uma consensualização em torno de um cenário de futuro legitimado por esta discussão e que compromete e responsabiliza todos na sua defesa. No caso de um instrumento de gestão territorial, a estratégia não deve ser assim entendida mas deve saber interpretar as apreensões e expectativas dos atores, públicos e privados, ajudando a criar as condições materiais (territoriais e outras) para que se possam dar a essas questões respostas

adequadas em sede de planeamento e gestão do território. O seu desenvolvimento constitui um passo fundamental para a construção da proposta do plano diretor municipal, ajudando a encontrar prioridades e sustentabilidade na utilização dos recursos, compatibilizando interesses divergentes em matéria de uso territorial. Os resultados reunidos deste amplo processo de discussão permitiram encetar a reformulação, revisão e aprofundamento dos Estudos de Caracterização elaborados na fase inicial, reforçando assim o seu papel fundamental na sustentação do modelo estratégico. As onze sessões temáticas ocorridas nas Freguesias enriqueceram a construção da visão sobre o futuro comum, sem esquecer as referências fundamentais do caminho percorrido, as novas realidades e os instrumentos de que dispomos para construir cidade, numa lógica de planeamento e desenvolvimento urbano sustentável e solidário no quadro do processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso. Tratou-se de um processo que envolvendo todos os órgãos autárquicos do Concelho de Almada: Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesias e Assembleias de Freguesias culminou na realização nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2015, do primeiro Congresso Almada: *Pensar o Futuro*. Contando com a participação dos cidadãos e cidadãs do nosso Concelho, traduziu-se na elevação do debate e dos seus conteúdos, aprofundando a relação entre todos, sobre os atuais desafios que se colocam ao Poder Local Democrático, e às grandes linhas de desenvolvimento para o Concelho de Almada, enquanto território integrado na Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa.

Objetivos gerais e específicos: Reforçar a participação ativa dos cidadãos e da Sociedade Civil, partindo do quadro de referência local baseado na Visão Almada+, nos eixos de desenvolvimento definidos nas Grandes Opções do Plano e nas linhas de orientação estratégica tendo em vista a formulação de uma estratégia coletiva para a gestão sustentável do território

Como objetivos específicos:

Auscultar as maiores preocupações e expectativas sentidas por parte dos atores em diversos domínios de atuação;
Apoiar o exercício da definição dos principais desafios e linhas estratégicas que ajudem a preparar o futuro do território municipal;
Contribuir para o desenvolvimento da construção da estratégia do plano diretor municipal, considerando as dinâmicas económicas, sociais, territoriais e ambientais.

O Congresso Almada “*Pensar o Futuro*” permitiu desta forma a participação cidadã para a construção da visão estratégica da revisão do Plano Diretor Municipal com uma perspetiva crítica e corresponsável.”


A Participação Pública no âmbito da elaboração ou revisão de um “Plano Diretor Municipal”. Como é que eu posso colocar questões que podem servir para um fim tão complexo e tão estratégico como é o Plano Diretor Municipal (PDM)?

A complexidade dos documentos e das questões é inibidora da Participação?

Como conseguir um processo de Participação Pública eficaz?

Em Almada temos uma Carta de Princípios da participação pública e temos um longo trabalho, um longo caminho percorrido, ao nível da participação pública, não só em sede de instrumentos de gestão do território (IGT), Planos Pormenor, Planos de Urbanização, Plano Diretor Municipal, nos quais vamos muito além daquilo que é a participação pública que está prevista no regime jurídico dos instrumentos de gestão do território (RJIGT).

O RJIGT estabelece dois períodos obrigatórios de participação pública: um preventivo, quando se inicia o processo de planeamento e se pedem



sugestões, existindo para consulta os “Termos de Referência” para a elaboração do Plano – documento de alguma complexidade; no final, já perante a Proposta de Plano, a discussão pública, disponibilizando um conjunto mais vasto e complexo de documentos.

Obviamente que estes dois momentos não encerram a participação pública, são o mínimo definido na lei, e não exclui todo um conjunto de processos de participação que cabe a cada um, a cada instituição, decidir a profundidade que dará a esse processo de participação.

Noutros âmbitos temos exemplos de processos de participação pública, menos informais, mais informais, mais diretos, indiretos como são por exemplo:

A Agenda XXI, um projeto que em Almada designamos “Agenda XXI da Criança”, um “Parlamento da Criança”.

Sobre projetos que decorrem ao longo do ano nas escolas que culminam no Dia Mundial da Criança (1 de junho) com a realização de um parlamento em que os eleitos do Município estão perante crianças que desenvolveram esses projetos. A Discussão dos projetos faz-se em forma de parlamento perante o executivo (os eleitos), com a possibilidade de algumas das questões discutidas poderem ser incluídas no trabalho municipal.

O trabalho sistemático que realizamos no Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico, com as escolas, seja do ensino secundário, do ensino superior ou do ensino politécnico, realizando várias apresentações, sobre o PDM, sobre Planos de Pormenor, sobre projetos estratégicos, trabalhos que estamos a fazer, recebendo as escolas ou indo às escolas.

Entendo, entendemos que este trabalho, de fundo, servirá para uma maior capacitação para a participação.

No âmbito do processo de revisão do PDM, compreendendo a complexidade e diversidade própria do instrumento, entendemos construir uma metodologia de participação que desmistificasse, que envolvesse, que facilitasse, que comunicasse, que fosse eficaz.

A preocupação numa 1ª fase foi a de procurar perceber a perceção que os “atores” têm do PDM em vigor.

Que PDM temos? Que questões se nos colocam da sua execução? Que problemas sentimos? O que potenciou mais? Estas foram algumas das questões colocadas, por exemplo às Juntas de Freguesias, que estão mais próximas das pessoas, questões sentidas no dia-a-dia, no quotidiano e que podem ser melhoradas num processo de revisão do PDM.

Trabalhamos também, numa fase muito inicial do processo, com painéis de atores-chave, ao nível do social, da educação e da formação, da cultura, do desporto e da economia.

Pedimos a participação de pessoas com intervenção realizada dentro destas áreas, que nos dessem o seu testemunho, da sua experiência, da sua reflexão.

Realizámos várias sessões de trabalho, com elevada participação. Não apresentámos propostas, perguntando antes, que questões, que caminhos é que poderiam ser traçados.

Após a elaboração de Estudos de Caracterização do Território Municipal, refere a legislação, a elaboração do Quadro Prévio de Ordenamento, sem contundo, especificar sobre o conteúdo deste documento.

Quisemos perceber como é que este documento foi trabalhado, de norte a sul, no nosso país, que papel é que tinha este documento na fase posterior, da elaboração da Proposta de Plano, e acabámos por fazer um caminho muito próprio: que este documento servisse não só para territorializar as opções estratégicas, usando uma linguagem mais

próxima e mais acessível, mas territorializar em mapas, que apesar de tudo, já estão em nível intermédio em termos de compreensão.

Identificámos a metodologia de trabalho até ao final da Revisão do PDM e quisemos também construir um processo, não um processo de participação, mas sim, como da participação que iríamos fazer, e vamos fazer ao longo do processo, como extrair o conjunto de informação que advém dos próprios processos de participação.

Esta questão era para nós fundamental, porque verificamos que existem lacunas relativamente ao aproveitamento da informação que é discutida em sessões públicas.

Partindo da identificação de problemas, oportunidades, recursos e desafios, utilizando uma linguagem que pretende ser mais próxima das pessoas, traçar aquilo que irá ser a visão estratégica participada e comum, não de todos, mas que a grande maioria se reveja na visão estratégica para o Concelho.

Foi muito importante para nós que quando perguntássemos às pessoas o que é que identificavam como problema, como oportunidade e como desafio, cristalizar previamente a sua definição, para que todos identificassem de acordo com os conceitos definidos.

A identificação de problemas e/ou de oportunidades levam à formulação de um ou mais desafios.

Recursos, problemas, oportunidades e desafios, então, constituem no fundo as ideias mobilizadoras que nós entendemos para desenvolver a estratégia que deverá depois moldar a proposta do PDM.

Definida a visão estratégica, passa-se à definição de todo o processo, identificando linhas estratégicas, objetivos-fim, objetivos-meio, etc.

Fundamental é também a Monitorização e só é possível monitorizar se existirem ações, indicadores muito bem definidos e muito concretos.

Fizemos sessões de trabalho com eleitos das Assembleias de Freguesia, das Juntas de Freguesia, da Câmara Municipal, com técnicos da Câmara Municipal,

A informação recolhida não é perdida.

Nem tudo o que recolhemos da participação é de âmbito estratégico, muitas questões são ao nível da ação diária, de rotinas que a Câmara deve desenvolver ao longo do seu trabalho, no seu dia-a-dia.

A informação, depois de sistematizada passa por uma chave dicotómica, que identifica: O que é do âmbito do PDM; O que é terrorizável ou não; o que não é PDM aplica-se a quê?

A organização do “Congresso Almada – Pensar o Futuro” foi, também, uma aprendizagem a nível local, porque envolveu todas as forças políticas do concelho.

A comissão organizadora deste Congresso Almada teve, na sua génese, todas as forças políticas, todas elas participaram no desenvolvimento deste trabalho.

O Congresso Almada teve um momento preparatório com a realização de onze sessões temáticas nas onze freguesias - a procura da proximidade, com temas e especialistas que podiam suscitar e motivar a discussão com a população.

Todas as sessões foram registadas e a informação foi sistematizada de acordo com a matriz: problemas, oportunidades, recursos e desafios.

O Congresso Almada, o momento Plenário, que aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2015 (sexta, sábado e domingo) teve uma ampla participação, e foram discutidos temas que agruparam os temas mais específicos das sessões nas Freguesias.

Toda a informação foi também tratada segundo a mesma metodologia e será devolvida à população.

Este trabalho não teve como preocupação teorizar sobre metodologias de participação, mas como conseguir retirar do processo de participação,

informação útil, registá-la, ela estar sempre presente, devolver essa informação às pessoas e conseguir com todos os contributos CONSTRUIR UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARTICIPADA DO FUTURO DO CONCELHO DE ALMADA.

Muito Obrigado.

— **AURORA VIEIRA**, CONVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO: “PERSPETIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL”, CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Gondomar vem afirmando-se como um Município de boas práticas Educativas, de inclusão e transversais ao exercício de uma cidadania ativa e participativa, e ao seu desenvolvimento como CIDADE EDUCADORA. Neste contexto insere-se a “Convenção Multidisciplinar para a Educação- Perspetivas sobre a Educação Especial” que decorreu no Multiusos de Gondomar nos dias 30 de abril, 1 e 2 de maio e teve como objetivo a prossecução de uma Visão de uma Educação para Todos e na concretização da declaração de Salamanca na sua proclamação de que “Nós,...Acreditamos e Proclamamos”, Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciar de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governos e organizações sejam guiados. Esta convenção apresentou-se como um espaço de diálogo dos vários domínios do saber que concorrem para uma intervenção educativa que se quer de cada vez maior qualidade. A abordagem multidisciplinar e as diversas temáticas do evento, criaram espaços de partilha de boas práticas e de divulgação de novos saberes. Ao longo de três dias existiram momentos de exibição de projetos, conferências, workshops, exposição de posters, exposição de trabalhos e uma mostra multidisciplinar e interativa, com a participação de várias instituições, desde as escolas às empresas. Os vários espaços estiveram acessíveis ao público em geral, havendo outros destinados aos profissionais com interesse na área da intervenção educativa no âmbito da educação especial e/ou pessoas com deficiência. Pretendeu-se, com este evento, estimular o debate e a troca de ideias, com o intuito da melhoria das respostas à população com deficiência. Para tal, contámos com a colaboração e participação de reputados especialistas e investigadores nacionais e estrangeiros, escolas, instituições, empresas e artistas com intervenção sob a égide do grande tema da inclusão. As áreas temáticas abordadas foram: Educação e Serviço Educativo; Saúde e Bem-Estar; Legislação; Gestão; Tecnologias; Ciências Sociais e Serviço Social; Mobilidade; Turismo; Artes e cultura. Se a “consciencialização é um compromisso histórico,” (Paulo Freire), a Convenção Multidisciplinar de Educação – Perspetivas sobre a Educação Especial foi um ponto de partida do compromisso autárquico de consciencializar para a necessidade de inclusão das crianças e jovens no cumprimento do Direito constitucional à Educação.

Objetivos: Qualificar a comunidade educativa implementando workshops, exposições e uma mostra Multidisciplinar e interativa, no âmbito das Necessidades Educativas Especiais; Estimular o debate e a troca de ideias, com o intuito da melhoria das respostas à população com deficiência.”

“Muito Obrigada. Muito Boa Tarde a todos. Apresentamos nesta comunicação o que se tem vindo a desenvolver, enquanto cidade educadora, no domínio da Educação Especial e que tem como título: “Convenção Multidisciplinar para a Educação”.

O Concelho de Gondomar está inserido na Área Metropolitana do Porto (AMP) sendo considerado o oitavo maior concelho em termos de área geográfica, e o quarto em população. A rede escolar é constituída por onze Agrupamentos e uma escola não agrupada.

No ano letivo 2014/2015 estão inscritos 18.353 alunos nas escolas públicas do Concelho, sendo que destes 864 se encontram referenciados como crianças/jovens com Necessidades Educativas Especiais, representando 5% dos alunos matriculados no ensino público.

Nos últimos meses temos definido linhas orientadoras de trabalho com as famílias e com as escolas organizados em quatro eixos de intervenção, sustentada por uma equipa multidisciplinar, constituída por jurista, técnicos de ação social, psicólogos, que desenvolvem um trabalho de articulação com as escolas no sentido de as capacitar e acompanhar os alunos. Temos ainda um acordo de colaboração com a EPIS.

Considerando a realidade do Município, no que concerne às necessidades educativas especiais dos alunos foram definidos quatros eixos de intervenção: formação e suporte aos agentes educativos; intervenção educativa e terapêutica; transição para a vida ativa e inclusão na comunidade e por último acessibilidade e mobilidade.

No que concerne à formação e suporte aos agentes educativos, o Município desenvolveu o projeto “Incluir Gerações D’Ouro” – financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian que permitiu a formação do pessoal docente e não docente.

Relativamente à intervenção educativa e terapêutica, o Município desenvolve AECS adaptadas nomeadamente a natação adaptada. No que diz respeito à transição para a vida ativa, que é um dos fatores fulcrais, nomeadamente com a transição para o 12º ano, em virtude da obrigatoriedade da permanência na escola até aos 18 anos, temos vindo a trabalhar em parceria com os agrupamentos nas designadas atividades da vida diária.

Com o objetivo de envolver os pais nestas temáticas iniciamos agora o ciclo de tertúlias “À conversa com quem faz” e estamos a preparar o Observatório para a Educação Especial.

O que é que se pretendia? Qualificar a comunidade educativa, divulgar, falar, essencialmente quebrar silêncios, abrir portas, garantindo que as portas teriam fluxos bilaterais, em que todos pudessem debater ideias.

Desta troca de ideias surgiu a I Convenção Multidisciplinar de Educação, que nos surpreendeu e ultrapassou completamente as nossas expetativas. Envolveram-se as universidades, associações, empresas e agrupamentos de escolas. Aproveito para agradecer aqui em especial à Faculdade de Desporto do Porto, que foi um dos grandes motores desta iniciativa nomeadamente do primeiro dia, onde foram dinamizadas diversas atividades desportivas adaptadas para os alunos das escolas do Concelho de Gondomar, permitindo-lhes, não só a oportunidade de experimentar essas modalidades, como de contactar com atletas paralímpicos portugueses.

Esta iniciativa visou a sensibilização dos alunos e da comunidade em geral para a problemática da deficiência e para a valorização do desporto para pessoas com deficiência.

Esta Convenção, direcionada a educadores de infância, professores do 1º, 2º, 3º ciclo e secundário e técnicos nas áreas da educação/

saúde /serviço social, abordou diversas áreas temáticas das quais se destacam Educação e serviço educativo; Saúde e bem-estar; Legislação; Gestão; Tecnologias; Ciências Sociais e serviço social; Mobilidade; Turismo; Artes e cultura e contou com a colaboração e participação de reputados especialistas e investigadores nacionais e estrangeiros, escolas, instituições, empresas e artistas.

No decorrer dos três dias do evento, participaram 448 alunos das escolas do concelho e 270 Professores frequentaram as sessões de formação acreditada, sendo que o total de visitantes nesta Convenção foi cerca de 1000 participantes.

Da avaliação realizada ao Ciclo de Conferências verificou-se que globalmente os formandos fizeram uma avaliação muito positiva do mesmo.

Refere-se que o mesmo contribuiu para enriquecer os conhecimentos da população no domínio da Educação Especial, tomaram conhecimento de algumas ferramentas que poderão auxiliar a prática educativa, ampliaram conhecimentos a nível pessoal.

Alguns participantes referiram que a convenção foi enriquecedora e elucidativa para o percurso profissional com intervenções valiosas e oportunas.

Na sequência deste evento estamos agora a articular com os agrupamentos de escolas e o Comité Paralímpico de Portugal a concretização do “Dia Paralímpico na Escola – Gondomar 2016”.

E agora, deixo-vos com ação, e deixo-vos sem a minha palavra. Muito Obrigada pela vossa atenção.”

FÁTIMA PEREIRA, NÓS PROPOMOS CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

O projeto “Nós Propomos”, é um projeto de âmbito nacional que é promovido, patrocinado e coordenado pela Universidade de Lisboa (CEG IGOT) que pretende aliar a necessidade curricular de Geografia. A do 11º ano está à vontade de promover uma participação pública alargada e consciente nas tomadas de decisão relativas ao ordenamento do território, designadamente no âmbito da Revisão do PDM. Este projeto pretende, pois, mobilizar os alunos para a identificação das principais orientações do Plano Diretor Municipal e para a apresentação de propostas de intervenção no bairro, localidade e/ou município, que promovam um desenvolvimento local sustentável. Visa, por outro lado, a promoção de uma ativa cidadania territorial. A relevância de projetos como este, pelo contributo que constituem na tomada de decisão, revertem, igualmente, para uma adequada Governança, assente nos cinco princípios do Livro Branco da UE: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência.

Este projeto dinamiza a implementação do “Estudo de Caso”, familiariza os alunos com o PDM e com a própria autarquia, sensibiliza os alunos para os problemas territoriais locais, através da elaboração de propostas de intervenção local a contemplar no PDM e, por último, estimula a cooperação entre universidade, autarquias e escolas. A autarquia de Braga esteve disponível para dialogar, colaborar e contribuir para o sucesso dos trabalhos que os alunos desenvolveram. Nesse sentido foram ensinadas dinâmicas com as escolas e alunos envolvidos, designadamente, através das apresentações nas Escolas das políticas urbanas subjacentes ao PDM, das visitas de grupos de alunos às instalações dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Braga e do fornecimento de elementos gráficos e escritos necessários à adequada prossecução dos trabalhos. Os

alunos pelo contacto com os técnicos municipais adquiriram conhecimento sobre o ordenamento do território e ganharam consciência da importância de determinadas intervenções para o desenvolvimento do território.


Nos dois últimos anos letivos, o Município de Braga acompanhou ao Seminário Nacional do Projeto Nós Propomos, mais de 200 alunos do 11º ano das Escolas Secundárias. Das preocupações e propostas desenvolvidas para Braga, neste âmbito, destacam-se as referentes aos temas: espaços verdes, ciclovias e reabilitação urbana.

A pertinência da participação das escolas neste projeto torna-se ainda mais relevante no contexto de Discussão Pública do PDM de Braga que decorreu durante esses anos letivos, integrando a comunidade escolar na “lista de stakeholders” desse processo. Não foi, igualmente de descurar a oportunidade de definição de propostas aptas para integrar nos processos de orçamento participativo subsequentes, motivando, deste modo, os jovens para que sejam cidadãos mais ativos.


Objetivos: Qualificar e valorizar as pessoas e organizações; Qualificar e valorizar o território de intervenção numa perspetiva de sustentabilidade; Promover a cidadania ativa, informada, construtiva e solidária; Fomentar uma sociedade civil dinâmica e coesa; Fomentar nos mais jovens o gosto e o orgulho pela sua cidade; Sensibilizar para a importância do Planeamento e Ordenamento do Território na construção do Território; Incentivar a participação pública; Aproximar os munícipes da autarquia, aumentando a transparência da atividade governativa; Conhecer e responder às reais necessidades e aspirações da população; Reforçar relações entre comunidade escolar e as entidades locais.”

ARQUITETA FÁTIMA PEREIRA

“Muito Obrigada a todos. O Município de Braga vem cá hoje apresentar não só um projeto. Vem apresentar uma experiência partilhada, que recebemos no fundo de um Congresso semelhante a este, que o Sr. Vereador Professor Doutor Miguel Bandeira quis aplicar na cidade de Braga. Portanto, também é um repto para os presentes, para se perceberem o seu interesse de o desenvolverem também dentro das suas autarquias. Este é um projeto que visa no fundo a ligação entre a cidadania e a educação para a Geografia; é um projeto que envolve os alunos do ensino secundário do 11º ano; é um projeto de âmbito nacional, de incidência local, porque procura desenvolver projetos locais sempre com uma perspetiva geográfica, e com uma perspetiva de sustentabilidade e de educação para a cidadania; é um projeto de apoio à participação pública nas tomadas de decisão; é um projeto que nasce em Braga numa altura em que estávamos a rever o Plano Diretor Municipal (PDM); em que procurávamos também novas formas de estímulo para a participação pública, numa cidade que não estava muito habituada à participação e a ser estimulada para tal. Portanto este projeto nasceu como o repto para divulgarmos a revisão do PDM; para tentarmos que ele chegasse no fundo às casas de uma forma mais comunicativa e mais desmaterializada daquilo que muitas vezes se assume que é um PDM, e os grandes eixos, as grandes linhas estratégicas. Nós entendemos que pela mão das crianças poderíamos fazer com que o plano chegasse a um nível, que pela mão da autarquia seria complicado chegar de forma imediata. É um projeto que envolve a Universidade de Lisboa (UL), o Instituto de Gestão e Ordenamento do Território (IGOT), o Centro de Estudos Geográficos (CEG), a Ciência Viva, e o ESRI. É um projeto que nasce pela mão do Prof. Sérgio Claudino, e que Braga acolheu depois de uma experiência partilhada pelo Município de Évora, que foi convidado a vir à sociedade de Braga, e no fundo a dar-nos a conhecer pormenores na aplicação deste projeto. Como já disse, é um



projeto que se dirige ao 11º ano. É um projeto que se integra na disciplina de Geografia no âmbito do estudo de caso(?). No ano de 2014/2015 foram cerca de 30 escolas participantes. O Município de Braga, este é o terceiro ano consecutivo que participa no projeto, já integramos 200 alunos no projeto. Este ano acho que conseguiríamos chegar aos 300. É um projeto que visa promover a participação informada, ativa e construtiva dos jovens munícipes. Aproximar os jovens da autarquia, aumentando a transparência da atividade governativa, principalmente no PDM, em que muitas vezes, isto não são conceitos muito associados pela comunidade em geral. Fomentar uma sociedade civil dinâmica e coesa. Conhecer e responder às necessidades e aspirações dos jovens. Ou seja, o repto que nós deixamos nas escolas é que chega de “blá-blá”; chega, no fundo, de ter uma atitude crítica no sentido da cidade, e de alguns condicionalismos que as pessoas se deparam no dia-a-dia, e vamos construir no fundo uma cidade mais coesa, mais integrada, mais participativa, vamos propor medidas que realmente podem ser aplicadas. Portanto, isto é os grandes eixos do projeto: qualificar e potenciar e valorizar as iniciativas dos jovens; qualificar e valorizar o território; promover uma cidadania ativa e solidária, e fomentar nos jovens o gosto e orgulho pela sua cidade. No fundo, as grandes vantagens do projeto faz com que os alunos possam saber olhar para o território; uma abordagem à temática da participação cívica construtiva, o saber poder. Uma motivação dos alunos para a elaboração e apresentação de propostas, o saber fazer. E o estímulo à cooperação entre parceiros, entidades públicas e privadas, o saber ser. A promoção da participação pública positiva, ou seja, o saber participar. Potenciando um mundo participativo, responsável e solidário, transformando cada cidadão num agente ativo na construção das políticas e projetos para a cidade. A nível territorial este projeto desenvolve-se numa primeira, no fundo, abordagem à escola em que apresentamos o projeto. Segue-se as reuniões de trabalho dentro das escolas em que muitas vezes a autarquia faz com que os técnicos cheguem à escola, apresentem o PDM. Os alunos são convidados a vir à autarquia e a conhecer os gabinetes, e a estarem com grupos de trabalho dentro da área em que selecionaram o seu projeto. Quem resolve estudar o centro histórico vai para a equipa do centro histórico; quem resolve uma abordagem mais de planeamento, integra mais a equipa do planeamento. Depois, este projeto termina em Braga com uma apresentação à autarquia, no fundo, essas propostas, e há um seminário nacional no IGOT onde se faz apresentação de todas as propostas a nível nacional das escolas; pode-se, entretanto, este projeto foi desenvolvido. Este ano estamos a pensar neste em chegar à Assembleia Municipal; alguns dos projetos. No fundo, o que basta é ter uma ideia. Isso é o que tentamos estimular nos alunos. Eu recorde um caso em particular, um repto da comunicação anterior, em que na Escola Carlos Amarante tentamos estimular para que também participassem no projeto, o ano passado. E um aluno invisual que estava na turma, acabámos por estimulá-lo a responder a algumas provocações da Câmara Municipal. Ele dizia-nos, depois de algum estímulo, que a cidade não era no fundo construída à semelhança das suas necessidades, que tinha muitas barreiras arquitectónicas. E foi interessante, porque esse aluno acabou por encabeçar um projeto. Um projeto inclusivo, porque mobilizou



alguns alunos da turma para fazer o levantamento das necessidades das barreiras arquitectónicas na cidade com que ele se deparava. Portanto, tudo começou com uma ideia e terminou num projeto de inclusão, de participação pública, e de capacitação. No fundo, a participação pública é imprescindível, para uma boa governança, promovendo a justiça e a equidade. Permitindo aos cidadãos um papel ativo nas tomadas de decisão. É isto que este projeto procura. É ensinar exatamente como ensinar, como fazer, e como chegar, no fundo, às estâncias das tomadas de decisão. Muito Obrigado.”

LÍDIA BRANCO E LUIS MIGUEL PEREIRA, PLANEAMENTO LOCAL DE EMERGÊNCIA E VOLUNTARIADO DE PROTEÇÃO CIVIL EM LISBOA, SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL - LISBOA

“O Projeto de Planeamento Local de Emergência é uma iniciativa do Serviço Municipal de Protecção Civil de Lisboa (SMPC) que pretende desenvolver, em parceria e conjuntamente com as juntas de freguesia da cidade, a preparação e o aumento da capacidade de resposta e recuperação das populações numa situação de acidente grave ou catástrofe. A criação de grupos de Voluntariado de Protecção Civil de Lisboa assenta no princípio de que, em situações de acidente grave ou catástrofe, as primeiras medidas de socorro são realizadas pela comunidade, assumindo esta, um duplo papel: vítima e agente de socorro imediato. Uma vez que os serviços de emergência levam algum tempo a organizar-se, as capacidades de prevenir, planear e treinar respostas em situação de catástrofe são vitais para qualquer comunidade. Apresenta-se um exemplo de implementação do projeto na Freguesia do Beato.

Objetivos: Este projecto tem como base três pilares essenciais: 1. Desenvolver e reforçar uma cultura de prevenção 2. Preparar e organizar a resposta às situações de emergência a nível local 3. Aumentar a resiliência das populações e do território

Muito boa tarde aos membros da mesa e a todos os presentes.

O Serviço Municipal de Protecção Civil propõe-se apresentar neste Congresso, o projecto Planeamento Local de Emergência e Voluntariado de Protecção Civil em Lisboa, através do qual se pretende preparar e organizar a população para fazer face á ocorrência de acidentes graves e catástrofes. Iremos assistir ainda a um dos exemplos de implementação do projecto na Freguesia do Beato.

Neste âmbito, desde 2003 que o Serviço Municipal de Protecção Civil de Lisboa, em parceria com as Juntas de Freguesia de Lisboa, estão a implementar o projecto em várias freguesias da cidade, visando preparar a população para agir em situação de acidente grave ou catástrofe, considerando que, em situação de acidente grave ou catástrofe a resposta organizada dos serviços de emergência só têm início após cerca de 72 horas e que nos momentos imediatos à ocorrência do sinistro, a ação dos cidadãos, da comunidade e das Juntas de freguesia é vital no apoio e resgate de vítimas.

As capacidades de prevenir, planear, treinar e organizar respostas são vitais em qualquer comunidade.

Assim, pretende-se dotar as Juntas de Freguesia de:

1. PLANOS DE EMERGÊNCIA - No qual se define a organização da resposta em situação de acidente grave ou catástrofe a desenvolver pela Junta de Freguesia;

2. CENTROS DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA - Estrutura a direção e coordenação das ações de proteção civil na ocorrência de acidente grave ou catástrofe;

3. VOLUNTARIADO DE PROTECÇÃO CIVIL - Criação e organização de grupos de voluntários locais, enquadrados pelas Juntas de Freguesia, capazes de colaborar e participar em situações e/ou atividades no âmbito da Protecção Civil;

4. INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO - Sensibilizar e informar as comunidades sobre os principais perigos, vulnerabilidades e riscos e respetivos comportamentos de autoproteção.

Na prossecução destes objectivos, consideram-se as seguintes fases:

1. Apresentação do projecto aos executivos das Juntas de Freguesia
2. Constituição do grupo de voluntários
3. Formação dos voluntários, adquirindo conhecimentos para atuarem em acções de carácter preventivo e em situação de emergência.
4. Elaboração do Plano Local de Emergência da freguesia
5. Constituição do Centro de Operações de Emergência
6. Levantamento de Meios e Recursos
7. Exercício CPX com cenário de sismo, com o objectivo de testar o Plano, o Centro de Operações de Emergência e sistema de comunicações.
8. Realização de actividades de voluntariado no âmbito das actividades da freguesia
9. Exercício LIVEX

De referir que, com a reorganização administrativa da cidade de Lisboa (aprovada em Nov/2011 e tomada de posse da CML Out/2013), tendo passado de 53 freguesias para 24 freguesias obrigou a uma reestruturação do projecto, no sentido de melhor se adequar e adaptar às novas realidades. A título de exemplo, a Freguesia de Stª Maria Maior resultou na agregação de 12 freguesias da zona histórica de Lisboa resultando em realidades distintas. Neste caso, optou-se por fazer cinco planos consoante a especificidades de cada um dos bairros.

Como avaliação, ao fim de mais de uma década, apontamos como:

PONTOS FORTES

- Proximidade do SMPC aos executivos das Juntas de Freguesia e à comunidade em geral, com o objectivo de apelar a uma cultura de segurança;
- Elaboração do Plano Local de Emergência (PLE) e constituição do Centro de Operações de Emergência (COE) nas Juntas de Freguesia;
- Sensibilização da população para a temática da segurança (Riscos, Prevenção e Auto-Protecção);
- Criação e formação de grupos de voluntários

PONTOS A MELHORAR

- Inculcar nos executivos das JF a importância da existência de uma cultura de segurança;
- Díficil compromisso, por parte de alguns voluntários, em estarem presentes nas datas assumidas;
- O trabalho é frequentemente vezes desenvolvido em horário pós-laboral;

- Actuais restrições orçamentais colocam alguns constrangimentos e exigem maior sacrifício e imaginação

PERSPECTIVAS DE FUTURO

- Desenvolvimento de estratégias de reforço do envolvimento do executivos das JF no projecto;
- Calendarização anual, em articulação com cada Junta de Freguesia, do trabalho a ser desenvolvido e acompanhamento do trabalho;
- Reestruturação do plano de formação para o voluntariado, com certificação do curso de voluntário de protecção civil;
- Dinamização dos voluntários através da realização de actividades regulares;
- Envolvimento dos voluntários em situações de emergência do quotidiano (sob direção do SMPC) e apoio em eventos da cidade, de forma a rotinar procedimentos.

Na página do Facebook do SMPC www.facebook.com/ProtecçãoCivilDeLisboa, poderá ser acompanhado o trabalho desenvolvido pelo SMPC, bem como, algumas das actividades desenvolvidas no âmbito deste projecto.

Muito obrigada!

[LUÍS MIGUEL PEREIRA]

“Muito Obrigado. Boa Tarde a todos. Chamo-me Luís Miguel e sou coordenador do Centro de Emergências da Junta de Freguesia do Beato. Antes de mais quero agradecer ao Serviço Municipal de Protecção Civil da Câmara Municipal de Lisboa, que nos convidou a estar presentes. É com muito orgulho que aqui estou. E na pessoa da Dra. Lídia Branco, que nos tem apoiado desde o primeiro dia que o Centro de Operações de Emergência da Freguesia do Beato foi criado. Nós existimos já há alguns anos. Foi em 2010, quando foi lançado o segundo repto, uma vez que este grupo já existia, apesar de estar inactivo. Nós pegamos neste repto, e o que é que temos feito? Criámos o novo grupo de Voluntários de Protecção Civil. Fizemos o novo convite à população e ele foi aceite. Atualmente o grupo é composto por 22 elementos. O que é que nós temos feito perante isto tudo? Temos feito muita coisa pela Freguesia do Beato, como viram na carta anterior, que foi apresentada pela Dra. Lídia Branco. A nossa freguesia está sujeita a vários riscos, nomeadamente tsunami, sismo, derrocadas. Estivemos presentes numa atividade conjunta que a Câmara Municipal de Lisboa através do Serviço Municipal de Protecção Civil levou a cabo no dia 1 de março – Dia Internacional da Protecção Civil – que decorreu na Alameda D. Afonso Henriques, na qual estavam voluntários de outras freguesias, bem como o Dr. Carlos Castro, que é o Vereador da Protecção Civil.

O Centro de Operações de Emergência da Junta de Freguesia do Beato tem um espaço atribuído pela Junta, onde nós temos muita coisa que nos certamente irá fazer falta, em caso de emergência. Porque como sabem, se houver emergência, as comunicações vão colapsar, garantidamente. Como poderão ver, temos aqui algumas imagens, a parte da coordenação, temos também sala de reuniões e operações. Aqui temos o nosso colete em uso, que foi para que todos os elementos possam estar identificados perante a população. Temos também comunicações rádio, temos também meios de primeira intervenção, nomeadamente extintores. Frequentámos a formação inicial ministrada a todos os voluntários, com

vários módulos, nomeadamente primeiros-socorros e meios de primeira intervenção (extintores).

Fazemos várias ações de sensibilização, muitas delas com o material que nos é disponibilizado pelo Serviço Municipal da Protecção Civil. Através da utilização de uma placa sísmica, que tivemos na zona da Madredeus, pudemos demonstrar aos alunos das escolas da freguesia, a vibração de um sismo.

Quanto aos Pontos de Encontro, na Freguesia do Beato existem dois pontos de encontro: um no Largo da Madredeus, e outro na zona da Picheleira, na EB 2/3 das Olaias, que toda a população conhece. Apoiamos ainda várias actividades que se realizam na freguesia: a Gala do Beato 2014, o Dia Mundial da Criança, o Festival Nacional de Folclore que se realiza todos os anos na zona da Madredeus, as procissões noturnas na Picheleira, e diurnas na zona do Beato/Madredeus/ S. Bartolomeu do Beato, apoio ao Corpo Nacional de Escoteiros no São Jorge, no ano de 2014, no Parque das Nações, e um simulacro no qual contamos com a presença dos técnicos e diretor do SMPC bem como do Sr. Vereador Carlos Castro. Portanto, fazemos ações de sensibilização às crianças das escolas da freguesia, nomeadamente âmbito dos planos de evacuação e emergência.

Queremos continuar o bom caminho; prometemos continuar a fazer aquilo a que nos propusemos através do Serviço Municipal de Protecção Civil da Câmara. O qual eu agradeço.

Finalizo com a nossa página do Facebook. Obrigado a todos. Boa Tarde.

SALA C – QUARTEIRÃO DAS ARTES

— **FERNANDO FERREIRA**, ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM,
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA XIRA

O projeto Assembleia Municipal Jovem resulta de uma consciência da necessidade de incentivar os jovens munícipes a participar ativamente na vida do Município, e que não se esgota, de todo, na sua organização em torno de Associações Juvenis ou Grupos Informais de Jovens. A reflexão sobre como chegarmos a estes jovens que não estão organizados de forma espontânea, levou-nos a desenhar este projeto em estreita colaboração com o órgão da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira e com os Agrupamentos de Escola do Concelho, os quais promovem nas suas escolas a criação de grupos de alunos que preparam as suas propostas e ideias enquadradas num tema específico que é apresentado anualmente, envolvendo cerca de 500 alunos do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário. A experiência adquirida com a realização das edições ao longo dos anos e a reflexão entretanto efetuada com as escolas participantes permitiu-nos obter linhas orientadoras no sentido de efetuar alterações no projeto com o objetivo de que seja ainda mais mobilizador do seu público-alvo. Em 2008 realizou-se a primeira sessão da AMJ, uma sessão experimental que desde então se tem concretizado todos os anos, abordando os seguintes temas: 2008 - Energias renováveis/ Preservação ambiental; 2009 - Cidadania e participação dos jovens; 2010 - Biodiversidade do Estuário do Tejo, desenvolvimento sustentável e preservação; 2011 - Ser Jovem nos Dias de Hoje; 2012 - Solidariedade entre Gerações - Envelhecer com Qualidade no Concelho de Vila Franca

de Xira; 2013 - Os Cidadãos pela Água; 2014 - A Escola nos 40 Anos do 25 de Abril; 2015 - Desporto com Vida - A Importância do Desporto na Vida dos Jovens. A partir de 2010 integrou-se no programa uma atividade paralela que contempla uma Exposição Fotográfica realizada pelos alunos subordinada ao tema em discussão, a qual fica patente no local onde decorre a Sessão da AMJ.

Objetivos: Os objetivos deste projeto consistem em incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política, sublinhando a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político. Por outro lado, quer-se dar a conhecer o significado do mandato de membro da Assembleia Municipal e o processo de decisão da Assembleia, enquanto órgão representativo de todos os munícipes, bem como incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância, do respeito e da solidariedade e envolver de forma ativa a comunidade escolar no projeto.

Metodologia: O programa desenvolve-se ao longo de seis fases:

1. Apresentação do projeto dos agrupamentos e Escola não agrupada e apresentação do tema.
2. Receção de candidaturas e seleção das escolas. O objetivo das candidaturas é que seja da iniciativa das escolas, em função do seu interesse e possibilidade de incluírem este projeto no seu plano de atividades. Não se trata de um processo burocrático de candidatura mas sim de uma demonstração de interesse em participar. Se a intenção de participação originar um elevado número de candidaturas será permitida a associação de escolas de modo a possibilitar a participação de todos.
3. Debate do tema e escolha dos eleitos dentro da Escola. Cada Escola deverá fazer-se representar com um grupo de sete alunos escolhidos por critérios definidos por cada escola. Um dos jovens será escolhido como líder da bancada (5 elementos). Os restantes jovens ocuparão respetivamente os seus lugares no público (1 elemento) e na comunicação social (1 elemento). Pretende-se que o tema seja trabalhado em quase todas as áreas curriculares, permitindo às Escolas organizarem o debate do tema numa ou em diversas turmas, ou entre grupos de alunos, e se possível com a comunidade educativa. O professor responsável pelo projeto na escola deverá ser o responsável pela coordenação do programa e o respetivo interlocutor com a Assembleia Municipal (AMVFX).
4. Indicação dos alunos participantes e eleição da mesa. As Escolas devem indicar se desejam inscrever alunos para acompanhar a sessão; da lista de sete alunos, as Escolas devem indicar qual a função que lhes é atribuída: membros efetivos da bancada escolar, líder de bancada, público e comunicação social. O aluno que fizer parte do Público deve ter questões preparadas para o período de intervenção do público. Em reunião com os líderes de bancada serão eleitos os membros da Mesa da AMJ.
5. Preparação da AMJ e sessões de esclarecimento nas escolas. A Escola deverá informar a AMVFX do desenvolvimento do respetivo projeto e das propostas que irão apresentar. Toda a informação será distribuída pelas restantes escolas para poderem preparar a sua argumentação para a discussão das propostas. Em cada Escola irá ser promovido um Encontro entre os membros AMVFX ou do Executivo da CMVFX para preparar a Sessão da AMJ.
6. Sessão da Assembleia Municipal Jovem. A sessão da AMJ realiza-se com a seguinte organização: Transporte dos alunos

e professores envolvidos; Credenciação dos jovens eleitos, professores e jornalistas escolares; Início dos trabalhos, com abertura solene pelo Presidente da AMVFX e com a presença do executivo camarário. A sessão realiza-se de acordo com o estabelecido no Regimento da AMJ, o qual é elaborado com base no Regimento da AMVFX. As sessões são abertas ao público. Ao longo do ano letivo, para além da sessão da AMJ, os eleitos da AMVFX realizam visitas e sessões abertas nas escolas, onde dão a conhecer o funcionamento dos diferentes órgãos Municipais, permitindo ao mesmo tempo que os alunos participantes apresentem as suas preocupações numa perspetiva local.

Contexto: O Concelho de Vila Franca de Xira integra características urbanas e rurais, a sua localização permite-lhe usufruir de um valioso património natural: da beleza do rio Tejo, à Reserva Natural do Estuário do Tejo; do esplendor das Lezírias à imponência dos Montes. Com uma área de 317,7 Km², é composto por 6 Freguesias (União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, União das Freguesias da Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, União das Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, Freguesia de Vialonga e Freguesia de Vila Franca de Xira), com uma população residente de 136.886 pessoas (fonte: Censos 2011). No início do ano letivo 2015/2016 o mapa escolar da rede pública do Concelho permite identificar 9 Agrupamentos de Escolas e 1 Escola Secundária não agrupada, dos quais fazem parte 34 Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e 24 Jardins de Infância, divididos por 44 edifícios. Encontramos ainda 9 escolas com oferta de 2.º e 3.º ciclo e 6 Escolas com oferta de ensino secundário. Neste ano letivo estão inscritos na rede pública do Concelho um total de 17.133 alunos, sendo 1.277 alunos da educação pré-escolar, 4.936 alunas do 1.º ciclo do ensino básico, 7.598 alunos do 2.º e 3.º ciclo e 3.322 alunos do ensino secundário. Os destinatários do projeto Assembleia Municipal Jovem são os alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário das Escolas do Concelho, que no ano letivo de 2015/2015 perfazem 8.134 alunos divididos por 10 escolas. Dado existir na área do Município um elevado número de estabelecimentos escolares que ministram estes níveis de ensino, torna-se necessário prever formas de conseguir obter uma participação construtiva e vantajosa para todos os jovens alunos, mantendo níveis de oportunidade de participação bastante elevados. Assim, propõe-se incentivar a participação das várias Escolas propondo que se candidatem ao projeto incluindo-o no seu plano de atividades.

Avaliação: Ao longo dos oito anos de realização, para além do envolvimento de todas as escolas básicas (3.º ciclo) e secundárias do Concelho, já participaram diretamente na estrutura da Assembleia Municipal Jovem mais de 1500 jovens (500 nas sessões da AMJ), enquadrados nos grupos parlamentares e cerca de 1000 alunos nas sessões de esclarecimento realizadas nas escolas e exposição de fotografia). A Assembleia Municipal Jovem tem permitido aos jovens alunos do Concelho tomarem conhecimento da relevância do órgão da Assembleia Municipal, destacando-se a sua motivação após conhecerem o seu funcionamento e a possibilidade que a mesma lhes permite na tomada de decisões sobre os demais assuntos relacionados com a vida do Concelho onde residem. Desde 2008 que as avaliações quer dos responsáveis dos estabelecimentos escolares quer dos próprios alunos, tem sido sempre positiva, concluindo-se na pertinência de fazer chegar a

iniciativa a um número maior de alunos, tendo como princípio promover o seu conhecimento e sensibilizar para a importância da participação cívica dos jovens. Destaca-se também a importância das sessões de esclarecimento realizadas previamente e em ambiente escolar, nas quais, para além ficarem a conhecer o âmbito da AM e o seu funcionamento, os alunos têm a oportunidade, perante a presença dos autarcas das freguesias, de expor as suas preocupações e sugestões a um nível mais local.

— **CRISTINA CORREIA**, PLANO DE PROMOÇÃO DE PARTICIPAÇÃO INFANTIL E JUVENIL (PPPIJ), CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

Quando em 2011 começámos com o projeto piloto “Eu participo!” na Escola Básica de Batudes apostávamos, tal como diz José Pacheco, “Porque não partir do princípio que a cidadania aprende-se no exercício da cidadania?”. Convictos de que a informação é o passo essencial para um exercício consciente dessa cidadania e que essa ação enche-se de sentido quando responde a uma realidade próxima e que a construção de conhecimento será mais consistente quanto mais se construir com base na nossa vivência, avançamos com a ideia de um projeto construído pelas próprias crianças partindo dos seus contextos, interesses e necessidades. E neste âmbito promover a sua relação com o poder local mas no sentido de ser este a aproximar-se das crianças e serem estas a criarem o tipo de elo de comunicação e participação.

Fomos sentindo e ouvindo as crianças, o corpo docente, as famílias e, em conjunto, fomos construindo caminho.

Continuamos a desenvolver o Projeto “Eu Participo” fomentando esta oportunidade das crianças / jovens liderarem projetos, a partir das suas necessidades e da sua criatividade em prol da sua comunidade, com base nos seus direitos e deveres. Em 2012/13 surge o Projeto “Poder Local: Eu conheço, Eu Participo!”, baseado em 4 fases e essencialmente direcionado para conhecer e vivenciar o Poder Local e, posteriormente, em 2013/14 o Projeto “Vamos viver o Centro Histórico” no qual as crianças aprendem a ler o seu território e, através da sua forma de pensar e sentir, a contribuir com as suas opiniões sobre o mesmo; e o Programa “Agir pelos Direitos – Eu Participo!”, em parceria com a UNICEF, procurando reconhecer as instituições locais que trabalham diretamente com esta faixa etária como entidades amigas das crianças, espaços que respeitam e vivem os direitos das crianças/jovens e onde as suas opiniões são escutadas.

Em alguns momentos neste percurso tornou-se perceptível na nossa ação que a disponibilização de recursos, fazer uma oficina ou simplesmente uma ação de sensibilização sobre uma data de específica podia ser também uma forma de caminhar. E assim, surge em 2015 um plano de ação que procurando reunir os melhores recursos e estratégias existentes no concelho, tem como objetivo fomentar a possibilidade de um maior número de crianças e jovens vivenciarem e perspetivarem a sua cidadania, o seu direito e o seu dever de viver e cuidar, enquanto agentes “Eu Participo”, de um território que é seu! Assim, conjugando uma série de ações e recursos, organizados ou não em projeto, respeitando tempos e espaços das crianças e jovens, com base na Convenção sobre os Direitos da Criança, transpusemos os três eixos orientadores do projeto “Eu Participo” para toda a nossa ação no âmbito do Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil e Juvenil - Informação, Educação,

Participação – procurando, assim que as crianças e jovens do Concelho de Palmela:

- Tenham acesso à INFORMAÇÃO essencial à sua participação, com base nos seus direitos e deveres de cidadania. Como? Tornando a informação acessível, disponibilizando-a através de jogos, histórias, livros, oficinas, nas escolas e outros locais e na internet. E que informação? Informação sobre a sua cidadania expressa em documentos como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Plano Municipal de Igualdade de Género; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Competências do Poder Local, etc.

- Possam desenvolver e potenciar as suas competências de cidadania ativa, numa perspetiva de EDUCAÇÃO holística. Como? Através de projetos, ações específicas e oficinas “Eu participo!”, onde a ação se desenrola a partir de experiências significativas, partindo das necessidades e interesses do dia-a-dia. Nessa realidade as crianças exercem, constroem e afirmam a sua cidadania, liderando projetos ou trabalhando em parceria com as pessoas adultas.

- Exerçam o seu direito de PARTICIPAÇÃO na vida comunitária e na gestão pública e que a sua voz, necessidades e prioridades expressas sejam parte integrante das decisões políticas e programas públicos. Como? Através de oportunidades de participação, partindo dos seus projetos e propostas resultantes de processos de consulta. Nas escolas ou outras instituições que pertençam ou frequentem e na gestão pública do território, tornando audível a sua voz e incentivando o reconhecimento desta participação junto dos adultos.

Ao longo do ano lectivo, contando com a colaboração e ação das entidades do concelho, incluindo escolas e outras instituições educativas, espaços culturais e autarquias, o Plano de Promoção de Participação Infantil e Juvenil, o PIJ desenvolve-se através de:

- Publicações e Guias de Apoio e de Informação para as crianças e jovens disponíveis nas escolas, bibliotecas e internet (por exemplo: a história do poder local contada pela voz da Maria Ofélia “Consegues ouvir a voz da Maria Ofélia?”, as competências da Câmara Municipal “Sabes o que fazem as Câmaras Municipais?”)

- Cadernos pedagógicos de apoio à atividade do corpo docente e outros profissionais no desenvolvimento de projetos em torno da educação pelos direitos e pela participação no território.

- Ações de sensibilização e promoção dos direitos da criança, em articulação com outros projetos municipais e com outras entidades do concelho (Por exemplo: Oficinas “Eu Participo” no âmbito das Férias Culturais atividade promovida pela Associação Passos e Compassos).

- Desenvolvimento dos Projetos Municipais: “Eu Participo!”, “Poder Local: Eu conheço! Eu Participo!”, “Vamos viver o Centro Histórico”, “Agir pelos direitos: Eu Participo!

- Visitas aos serviços municipais e Juntas de Freguesia, podendo ser associadas a projetos liderados pelas crianças/jovens ou interligando as ações do serviço visitado aos direitos da criança, permitindo aumentar o conhecimento do poder local e o papel das instituições no âmbito da Convenção sobre os Direitos da Criança.

- Apoio Técnico a projetos de entidades locais como é o caso do apoio a projetos de Associação de Pais e Encarregados de Educação na dinamização de processos de consulta e codecisão com as crianças e jovens sobre os espaços das escolas.

- Formação dos profissionais e familiares, à semelhança de conversas em roda no âmbito dos projetos em curso, estando em construção um plano de formação com o intuito de abranger a comunidade no seu geral.

- Realização de Plenários Eu Participo (crianças/ jovens com executivo da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), quer no âmbito dos projetos em curso, quer em articulação com espaços de participação de adultos, como é o caso da participação das crianças nas semanas de Freguesia.

Neste compromisso em respeitar e implementar o artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança no Município de Palmela, consideram-se chave neste processo os seguintes pressupostos:

- As ações e os projetos interligam-se e alimentam-se, criando outros focos de participação e outras potencialidades para o exercício da sua cidadania.

- As ações das oficinas “Eu Participo” informam, escutam e envolvem, desenvolvendo compromissos e construindo, assim, modelos baseados em princípios de colaboração.

- A aprendizagem do que é um projeto e como se constrói é experienciada pelas crianças desde muito cedo, exercitando o seu direito e dever de cidadania HOJE.

- Os projetos das crianças/ jovens são definidos a partir das suas necessidades e liderados por elas ou em parceria com os adultos.

- O conhecimento do Poder Local e das suas competências é vivido através daquilo que constroem como ideia para uma melhor escola, comunidade, etc, ao desenvolver e acompanhar o projeto “Eu Participo”.

- Articulação destes espaços com outros espaços de participação – por exemplo: Conselho Municipal de Educação, Semanas de Freguesia, Orçamento Participativo ...

- Uma educação holística, respeitando tempos e espaços próprios da criança / jovem, respeitando o interesse superior da criança.

Da nossa experiência encontramos alguns constrangimentos na implementação do Plano Municipal e, nomeadamente dos projetos, que na maioria decorrem da responsabilidade da própria organização do sistema educativo (o que implica a necessidade de uma constante criatividade de forma a poder responder positivamente às ameaças exteriores do projeto), e da dificuldade existente em qualquer território da articulação entre serviços e profissionais (não só autárquicos mas também dentro das outras instituições essenciais ao desenvolvimento das ações). Perspetivando o futuro, algumas ações poderão ser importantes, como por exemplo: Colocar em destaque todas as dinâmicas de participação existentes em todas as instituições, partilhando boas práticas, construindo assim um banco de experiências e bolsa de recursos no concelho ou uma rede; e possibilitar um mecanismo contínuo e regular que permita escutar, envolver e desenvolver compromissos com as crianças/jovens e poder local.

Este plano foi criado com o intuito de reunir os melhores recursos e estratégias existentes no âmbito da promoção da participação infantil e juvenil no concelho, interligando instituições e poder local, e colocando a criança e o jovem na primeira pessoa como um cidadão do presente

e não num futuro. Não pretendemos criar políticos. Apostamos no HOJE e no imperativo de escutar todas as franjas da população e quem sabe dar condições às crianças e jovens para que sejam melhores pessoas do que aquelas que somos!

É um plano que se vai construindo e ganhando a sua visibilidade à medida que o espaço de diálogo e corresponsabilização entre as crianças/ jovens e os adultos vai-se consolidando e requerendo mais oportunidades e lugares de ação. O seu conjunto de ações e projetos representam uma oportunidade de ensinar exercendo direitos e deveres de cidadania, aprendendo a ser sendo um cidadão ativo e consciente, à medida que se envolve diretamente em decisões que afetam a sua vida por meio da participação pública.

Agradecemos a oportunidade de partilhar convosco esta nossa experiência.

— **ANA MOURA**, POLÍTICOS POR UM DIA, CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Resumo (motivos da experiência): A materialização da estratégia municipal de educação contempla a conceção e implementação de projetos educativos com e para a cidade, refletindo uma visão progressista da educação, assente em 3 princípios: a Educação tem de estar orientada para fortalecer a cultura e os valores de uma cidadania democrática; a Educação é um dos fatores básicos necessários para se promover e assegurar o progresso, a mobilidade, a integração e a coesão social; a Educação é um instrumento básico e essencial de renovação, criação e mudança cultural.

O projeto “Políticos por Um Dia” assenta nesses princípios promovendo a participação ativa das crianças em debates na escola e na Assembleia Municipal. Envolve o Município e a comunidade educativa na discussão de problemáticas, na reflexão e partilha de opiniões. Favorece a liberdade de opinião e de expressão, o questionamento e a tomada de decisões no debate de temas ligados à cidade, na apresentação de propostas de soluções para problemas identificados, na concretização de projetos e na partilha de resultados. Estimula a intervenção dos alunos na escola e meio envolvente, executando projetos para resolução dos problemas identificados: implementação de jardins verticais no recreio da escola; envolvimento dos pais e professores na manutenção e pintura dos muros do recreio da escola; participação na “Generation school” lançada pelo Europe Direct permitindo aos alunos/as receberem os seus avós na sala de aula e a partilha intergeracional. Promove a apresentação dos resultados dos projetos implementados, em forma de debate final, com a presença do vice-presidente ou presidente do Município e a eleição dos melhores para a cidade. Exemplos:

- Aplicação na comunidade educativa: Projeto Estudar com os Pais (premiado em 2012/2013, na categoria Mais Fácil de Replicar, da 2ª edição do concurso Design for Change Portugal, da Associação High Play), replicado na escola por uma docente para ajudar a família na compreensão das áreas disciplinares, na organização e no apoio aos seus educandos no estudo em casa.

- Implementação pelo Município de propostas dos alunos: Ação de sensibilização sobre a importância da água no Planeta; Medidas de conservação dos alimentos à temperatura ideal, nas cantinas escolares.

- Na aferição pelo executivo do Município da exequibilidade dos projetos

eleitos, em situações problemáticas na cidade: Pontos de Informação turística, serviço itinerante na cidade em locais específicos e de maior afluência de turistas; dispositivo em forma de crachá que orientaria os turistas para os destinos na sua língua materna, com autonomia por vinte e quatro horas e recarregável com energia solar. Seria requisitado nos postos de turismo com o pagamento de uma cota que seria devolvida no ato de entrega.

Objetivos: Fomentar nas crianças, atitudes e valores que contribuam para a sua formação enquanto cidadãos críticos e participativos no exercício dos seus deveres e direitos; promover o diálogo e a troca de opiniões envolvendo as crianças, através da participação ativa e democrática nos problemas relacionados com o meio envolvente e na relação com a cidade, para que sejam capazes de a transformar progressivamente; promover a formação cívica e para a cidadania, pela exploração crítica do património físico, ambiental, artístico e cultural da Cidade e pela experiência dos valores da participação cívica e democrática, através da simulação de debates na Assembleia Municipal.

Apresentação da Instituição: A Câmara Municipal do Porto, através do Pelouro da Educação Organização e Planeamento, desenvolve projetos de vocação educacional, que incluem intenções pedagógicas nos mais variados domínios da cidadania, arte, ambiente, no sentido do desenvolvimento e sedimentação de todas as potencialidades educativas que a cidade contém. Através de programas educativos inovadores, adequados a todos os tipos de pessoas, de todas as idades, o Município, tem vindo a desenvolver uma atividade continuada no domínio da sensibilização e formação de públicos com particular ênfase no público infantil, juvenil e sénior, fruto de um trabalho de equipa sólido, centrado numa ação programada a longo prazo. A partir de uma rede de parcerias com as instituições da cidade, a Câmara Municipal do Porto tem trabalhado ativamente de modo a promover a inclusão social, a cidadania ativa, apoiar a revelação de novos talentos, divulgar, disponibilizar e qualificar a programação dos equipamentos existentes.

Síntese: “Políticos por Um Dia” integra o programa municipal de coadjuvação curricular Porto de Crianças e pretende apoiar as práticas pedagógicas dos professores, na área curricular do estudo do meio, dando enfoque, no desenvolvimento da sua ação, à educação para a cidadania, pela exploração crítica do património físico, ambiental, artístico e cultural da Cidade e pela experiência dos valores da participação cívica e democrática, através da simulação de debates na Assembleia Municipal. Desenvolve-se nas escolas do 1º CEB, tendo até à data integrado cerca de 3000 alunos e docentes. Foi implementado, com sucesso, um projeto-piloto no pré-escolar, ajustado a esta faixa etária. O planeamento geral e monitorização dos “Políticos por Um Dia” são assumidos pela Autarquia, integrando na sua metodologia momentos de planificação, acompanhamento e auscultação/avaliação, que envolvem os dinamizadores, responsáveis pela estruturação das atividades da sua competência e com autonomia na sua execução e os docentes, responsáveis pela articulação curricular. Para tal, instituíram-se canais de comunicação diversificados, tais como reuniões, correio eletrónico, telefone, registo das atividades, relatórios e monitorização do projeto através do registo em ficha de observação por um técnico municipal

e da avaliação quantitativa e qualitativa através de questionários de satisfação aos docentes e entrevistas semidiretas aos alunos.

Metodologia: O projeto “Políticos por Um Dia” desenvolve-se a partir do subtema escolhido pelas escolas e divide-se em três fases, repartidas por dez atividades:

1. Recolha e tratamento da informação/dados relativos ao subtema (Conhecimento, mobilidade, cidadania, ambiente ou urbanismo), observação e apresentação dos órgãos autárquicos: Escola /sala de aula - pesquisa de informação sobre o subtema escolhido; visualização de filmes; procura, análise e reflexão da informação recolhida com o apoio de técnicos do Município com formação nas áreas temáticas abordadas. Contacto com os órgãos da administração local, nomeadamente com a autarquia; o papel da Assembleia e dos elementos que a compõem. Campanha e eleição para constituição da mesa de assembleia pelas turmas intervenientes. Comunidade - Recolha de informação junto de pais e familiares, docentes e não docentes, alunos e outros elementos da comunidade. Percurso pela cidade - Observação do meio envolvente (escola, local onde habitam, caminho escola/casa); transferência de conhecimento apreendido numa visita a diferentes locais da cidade e instituições/associações onde contactam com diferentes realidades e identificam problemas.

2. Análise, discussão e propostas de resolução dos problemas: Assembleias de turma e de escola - discussão das problemáticas e definição de soluções possíveis. Realização de dinâmicas sobre o tema e construção de um espaço na escola para divulgação à comunidade educativa do trabalho desenvolvido. Paços do Concelho/sala das sessões da Assembleia Municipal - Debates com os vereadores dos pelouros relacionados com os temas para apresentação dos problemas (pensados a partir da escola, de casa e da cidade); apresentação de propostas de soluções e eleição da melhor proposta para concretização de um projeto. Meio envolvente/Cidade os alunos do 3º e 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) implementam o projeto eleito com o apoio da comunidade escolar e de técnicos/serviços municipais. Os alunos do 1º e 2º ano (6-8 anos) do 1º CEB e as crianças do pré-escolar (4-5 anos) constroem uma maquete da cidade idealizada por elas, com o apoio da comunidade escolar e de técnicos ligados à expressão plástica e arquitetura.

3. Avaliação dos resultados: Assembleias de turma e de escola: análise do projeto desenvolvido. Assembleia com o vice-presidente ou presidente do Município: apresentação dos resultados dos projetos implementados e eleição do melhor projeto como boa prática. Exposição das maquetes da cidade construídas pelas crianças.

Desenvolve-se de novembro a maio. Tem como intervenientes/parceiros relacionados com os subtemas: Pelouros municipais, unidades orgânicas municipais, instituições e associações da comunidade (ex.: ETAR, museus, associação de moradores, centro de escutismo, ONGs,), estabelecimentos de ensino superior e profissional, universidades seniores, empresas locais. Contexto: O Porto é a segunda cidade do país, situada a norte de Portugal, tem uma área de 41,66 km², com uma população residente de 237.591 indivíduos e um total 103.965 famílias (INE, Censos 2011). É a cidade que deu o nome a Portugal desde muito cedo (c. 200 a.C.), quando se designava de Portus Cale, vindo mais tarde a tornar-se a capital do Condado Portucalense de onde se formou Portugal e de onde, mais tarde, se construiu o Império Português. A

cidade é conhecida mundialmente pelo Vinho do Porto, pelas suas pontes e arquitetura antiga e contemporânea. O seu centro histórico está classificado, desde 1996, como Património Mundial pela UNESCO e foi Capital Europeia da Cultura em 2001, juntamente com Roterdão. A Cidade do Porto é também um centro de excelência de ensino e de investigação. Integra a segunda maior universidade do país, figurando hoje entre as 150 melhores universidades europeias nalguns dos mais importantes rankings internacionais do Ensino Superior, destacando-se pela inovação tecnológica e científica, atraindo alunos de todo o país. A internacionalização da Universidade traduz-se no aumento do fluxo de estudantes que, ao abrigo de programas de intercâmbio, dão preferência à Universidade do Porto, pelo reconhecimento científico-tecnológico do seu ensino e, ao mesmo tempo, à cidade. A implementação da política de educação do Município do Porto assenta em 4 eixos estratégicos: 1. reforço da educação pré-escolar; 2. requalificação da rede escolar; 3. desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico; 4. promoção de programas e projetos estruturantes pela sua centralidade face aos grandes desafios das sociedades contemporâneas, na procura de uma cultura do conhecimento baseada no mérito, na criatividade e na inovação, trabalhando o desenvolvimento pessoal, a cidadania, a educação financeira, o empreendedorismo, as novas tecnologias, a ciência, o património e o ambiente; pela abrangência de vários estádios de desenvolvimento, investindo mesmo antes do início da escolaridade obrigatória e ao longo dos doze anos em que esta decorre, tendo sempre presentes as diferentes dimensões do ser humano.

Avaliação: Indicadores de carácter qualitativo, visando a melhoria de competências das crianças nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento ao nível da expressão verbal e da comunicação - tem em conta a opinião dos outros, quando justificada, numa atitude de construção de consensos como forma de aprendizagem comum; a procura de soluções originais, diversificadas, alternativas para os problemas, valorizando a expressão espontânea do(a) aluno(a) para benefício do desenvolvimento pessoal e social.

- Desenvolvimento ao nível do conhecimento e da participação cívica - na melhoria da participação ativa e democrática assente na procura de soluções individuais e coletivas para a cidade. Indicadores de carácter quantitativo: dados dos Questionários de avaliação da satisfação dos professores, incidentes em três pontos fundamentais: Estrutura e qualidade do projeto - 89% muito satisfeito e 11% satisfeito%; Articulação dos conteúdos do projeto com o projeto curricular de turma - 22% responderam “fácil de articular” e 78% responderam “muito fácil” Satisfação global com o projeto - 90% “muito satisfeito” e 10% “satisfeito”.

- Dados das entrevistas semidiretas aos alunos com as seguintes questões: Perceções sobre o projeto - “Foi muito trabalhoso, mas gostámos de participar e aprendemos muito sobre Cidadania” (100%). Aprendizagens - “Aprendemos a não pensar só em nós, aprendemos a pensar nas outras pessoas, o que é a cidadania que são os direitos e os deveres e que andam sempre de mãos dadas” (100%). Envolvimento nas atividades/avaliação - Muito Bom: 94,4% / Bom: 5,6%.

- Pontos fortes: São condições para o sucesso do projeto a interação de diferentes contextos e valências de aprendizagem, sala de aula, escola, outros espaços escolares, espaço cidade/arte/património, interação

com entidades em áreas distintas do tecido social local e articulação com parceiros internos da Autarquia. Respostas dos professores: Articulação de conhecimentos e Conhecer realidades diferentes; Articulação escola/comunidade; Educação para a cidadania; Saídas das crianças de visita a pontos de aprendizagem e de estudo; Contacto com experiências semelhantes àquelas que muitas das crianças sonham; Envolvência dos alunos; Parceria; Temas atuais; Participação na simulação de Assembleia Municipal na Câmara do Porto.

- Pontos menos fortes: Número de sessões por turma. Não abranger mais turmas por escola.

- Propostas de futuro: Criação de dinâmica digital, com base nas maquetes da cidade construídas pelas crianças, como ferramenta pedagógica a utilizar pelos docentes em sala de aula. Incluir todas as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico para um futuro Conselho da Infância, no âmbito do Programa Cidade Amiga das Crianças da UNICEF.

PATRÍCIA FOLGADO, PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DEMOCRÁTICA, CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Portugal, como grande parte da Europa, atravessa uma verdadeira crise de participação dos jovens na vida institucional e associativa, verificando-se que esta fraca propensão para a ação coletiva não se restringe só ao plano político, mas abarca todo o espectro da ação social, desde o voluntariado cívico e humanitário ao económico e cultural. Ora como a vitalidade do sistema democrático depende do envolvimento e participação dos seus cidadãos na vida pública e coletiva das instâncias de representação europeia, o enfoque das ações a empreender recai numa abordagem do local ao global, do individual ao coletivo, em que o cidadão se envolve e participa na vida pública da sua comunidade, da sua região e do seu país tendo por referência a responsabilidade, a autoconfiança, o respeito mútuo, o espírito de pertença e a solidariedade.

A educação e coesão social, a qualificação cultural, ambiental e urbanística do território, constituem os vértices prioritários de ação política deste município, com vista a assegurar um desenvolvimento sustentável da cidade, onde a memória, a identidade local, o nosso capital humano e a forma como mobilizamos a comunidade e agentes económicos, possam constituir um fator de atratividade e afirmação no contexto da área metropolitana, onde as pessoas gostem de viver, estudar e trabalhar.

Reconhecendo que a inovação e sustentabilidade dos processos de desenvolvimento para o concelho implicam a mobilização e participação esclarecida dos seus munícipes, realizou-se, em junho de 2011, um Estudo "A Comunicação da Câmara Municipal de Odivelas e os Jovens", cujos resultados apontavam para uma inter-relação entre o défice de participação dos jovens na vida pública do concelho e o acesso à informação.

Verificou-se, igualmente, que este deficit de informação se refletia diretamente na participação dos jovens na vida pública local, bem como a ausência de um referencial estruturante nos domínios da cidadania, da participação, dos direitos e deveres, mas também dos benefícios que advém do envolvimento e da integração num território, numa região,

num país, condicionava e afastava os jovens da vida comunitária, estigmatizando-os.

Neste contexto, o Município de Odivelas lançou um Programa de Educação para a Cidadania Democrática junto dos seis estabelecimentos de ensino secundário e profissional da rede pública do concelho, destinado por um lado a colmatar o défice de informação ao nível do funcionamento do sistema político democrático e, por outro lado, a envolver e a integrar os jovens na sua comunidade de pertença, contribuindo, deste modo, com medidas e propostas concretas.

Educação para a Cidadania Democrática é um programa que trabalha as competências dos jovens ao nível da literacia democrática em contexto escolar, procurando formar cidadãos mais conscientes, reflexivos e participativos na sociedade, de forma a contrariar o desinteresse da população mais jovem em participar nos processos democráticos e sistemas políticos, bem como em movimentos associativos de carácter político, social, económico ou cultural.

OBJETIVOS:

Objetivos gerais:

- Promover a Educação para a Cidadania, através da participação ativa dos alunos na vivência pública e democrática;
- Promover a qualidade da democracia local, valorizando os processos participativos, a transparência nas decisões e a responsabilidade na prestação de contas.

Objetivos específicos:

- Promover o sentimento de pertença e identidade a um território, proporcionando aos jovens a vivência autárquica, o conhecimento do território e da sua comunidade de pertença;
- Sensibilizar para os valores da Cidadania, nomeadamente, para os direitos, responsabilidades e deveres associados;
- Desenvolver a consciência cívica, como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes, para o exercício de uma Cidadania responsável;
- Intervir aos níveis educativo e formativo, formal e não formal, no âmbito da Literacia Democrática, nomeadamente através da transmissão de conhecimentos sobre a participação social, cultural e política;
- Desenvolver junto dos jovens competências de comunicação e expressão, de tomada de decisões, de formação de um pensamento crítico e reflexivo, de resolução de problemas e de consecução de projetos;
- Incentivar a interação entre eleitos, técnicos municipais e os jovens na procura de soluções para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do concelho;
- Aumentar os graus de interesse de participação dos jovens na vida pública.

Metodologia:

Este programa desenvolve-se em parceria com a comunidade

escolar no âmbito da Educação para a Cidadania, estruturando-se metodologicamente em três grandes áreas de intervenção faseadas no tempo:

Eu, Cidadão? Este projeto procura desenvolver junto dos alunos competências e saberes para o exercício de uma cidadania informada, ativa e responsável.

Promove-se um conjunto de ações de (in) formação sobre os temas, Portugal e a União Europeia, a sua constituição, as competências, as atribuições e funcionamento do Estado e das Autarquias Locais, o Sistema Político e os Princípios Democráticos, a Cidadania Participativa e o Território. Estas sessões realizadas nas escolas são monitorizadas por técnicos do Município e do Centro de Informação Europeia Jacques Delors. **Executivo Municipal Jovem**

A execução do Projeto do Executivo Municipal Jovem (EMJ), visa potenciar os conhecimentos dados nas sessões do *Eu, Cidadão?* e, fomentar a aquisição de competências de cidadania como prática, através de experiências de participação crítica e de simulação pedagógica de uma reunião do Executivo da Câmara Municipal.

A metodologia do projeto tem como pressuposto: A disponibilização de um Dossier Temático de apoio ao docente; O trabalho de pesquisa por parte dos alunos; A visita a uma Reunião Pública da Câmara Municipal; A eleição dos representantes de cada turma (equipas de 3 elementos) para constituição do Executivo Municipal; Uma visita aos serviços municipais para apoio técnico às propostas trabalhadas pelas escolas, com vista a garantir a sua adequabilidade em termos de execução técnica e logística de acordo com as competências e recursos autárquicos; A simulação de uma Reunião Ordinária da Câmara Municipal, onde são apresentadas as propostas trabalhadas em contexto educativo com vista à melhoria da qualidade de vida dos munícipes de Odivelas, com incidência no desenvolvimento sustentável.

Orçamento Participativo Jovem;

Do Executivo Municipal Jovem, resulta um conjunto de propostas de intervenção no concelho que, atendendo à sua pertinência, à sua viabilidade técnica e financeira a Câmara Municipal compromete-se a analisar e a inscrever, segundo uma ordem de prioridades, no Plano de Atividades e Orçamento Municipal, operacionalizando-se, deste modo, o Orçamento Participativo Jovem (OPJ).

Este projeto representa o culminar de todo o processo desenvolvido no âmbito do Programa Municipal de Educação para a Cidadania Democrática. É uma das fases mais significativas do programa, que permite aos jovens intervenientes vivenciarem e testarem que a sua intervenção tem reflexos práticos. Igualmente, as escolas têm a oportunidade de desenvolverem projetos de melhoria do espaço escola, das condições de aprendizagem, espaços envolventes, ou seja, projetos sentidos e expectáveis, partilhados por toda a comunidade educativa.

Esta fase é acompanhada por diferentes serviços autárquicos de forma a garantir a qualidade na execução dos projetos.

Contexto:

Município de Odivelas está inserido na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e faz fronteira a Sul com Lisboa, a Norte com Loures e a Oeste com Amadora e Sintra. Abrangendo um território de 26,6 Km² e uma população de 144.549 habitantes (Censos 2011), Odivelas apresenta

uma elevada densidade populacional: 5.424hab/Km², valor muito superior à Grande Lisboa.

Em 2012, o Município foi alvo de nova reorganização administrativa que implicou a redução do número de freguesias para quatro novas freguesias. A delimitação do território traduziu-se na criação de uma nova identidade territorial e, por conseguinte, no surgimento de diferentes dinâmicas interinstitucionais e novas redes de parceria.

Em termos da dinâmica sociodemográfica o Município de Odivelas entre 2001 e 2011 cresceu 6%, valor que fica acima da média da Área Metropolitana de Lisboa que, em período homólogo, cresceu 5,6%. Em termos de estrutura demográfica, Odivelas regista a tendência nacional de envelhecimento da população, em que o grupo etário dos 65 anos e mais representa 16% do total, enquanto os outros grupos de idade apresentam uma tendência de estagnação ou diminuição.

Quanto à naturalidade da população residente, no período em referência, verifica-se a tendência de crescimento da população com nacionalidade estrangeira, representando 16% do total de residentes, e de 13% da população escolar.

Em relação ao sistema educativo, apesar de se verificar num período de dez anos uma redução da taxa de analfabetismo, de 5,1% para 2,9%, valor abaixo da média nacional (5,2%), a população residente caracteriza-se por um baixo grau de qualificações académicas, mais de metade da população possui apenas o ensino básico, com especial incidência no primeiro ciclo (26,2%).

Refere-se ainda que, cerca de 11,2% da população encontra-se em idade escolar. No ano letivo 2014/2015 existiam 17773 alunos a frequentar o ensino público local, distribuídos 1520 pelo pré-escolar, 12544 no 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e 3709 no ensino secundário. No ano letivo 2014/2015 o número de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) representava 6% do universo da população escolar do Concelho de Odivelas. Este número tem vindo a aumentar de forma expressiva desde 2009 até à atualidade. Do universo de alunos com NEE, a patologia com maior expressão situa-se a nível cognitivo com 53,0% de sinalizações, seguida das dificuldades de comunicação e linguagem.

Avaliação:

A avaliação do programa é pautada por processos de participação ativa e negociação com todos os intervenientes do projeto, através de reuniões sectoriais, inquéritos de opinião/satisfação.

O programa nas suas diferentes fases é avaliado qualitativamente com os intervenientes diretos, mediante recurso a questionários aos docentes, com vista a avaliar quer o grau de satisfação quer o seu impacto face aos objetivos iniciais. Ao nível interno a monitorização do programa é executada pelos diversos serviços envolvidos, culminando com a elaboração de um relatório de avaliação final.

Da análise dos questionários de avaliação verifica-se que este programa tem um impacto muito significativo para os alunos e para os professores, na medida que proporciona uma dupla aquisição de competências teóricas (*Eu, Cidadão?*) e práticas (EMJ e OPJ) e simultaneamente ao proporcionar uma fusão entre estas duas componentes, contribuiu para o aprofundamento da informação e conhecimento dos jovens ao nível da Cidadania Democrática, dotando-os assim, de um conhecimento básico imprescindível para serem cidadãos mais interventivos e participativos nas instâncias da vida pública.

Neste sentido, verifica-se uma grande qualidade no espaço de debate, proporcionado pelo programa, aquando da realização da simulação da Reunião do Executivo Municipal Jovem, o que contribuiu para a melhoria e consolidação de propostas de intervenção, para o concelho, de grande pertinência e de exequibilidade logística e financeira, muitas das quais foram retomadas e trabalhadas no âmbito do Orçamento Participativo Jovem.

Pontos fortes:

- O Programa encontra-se em consonância com os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, conferindo à Educação para a Cidadania, um carácter transversal;
- A constituição de um grupo de trabalho interdepartamental municipal para acompanhamento e tutoria técnica ao trabalho a ser desenvolvidos pelos alunos;
- Um trabalho colaborativo e de proximidade com a comunidade educativa consolidada, permitindo uma maior eficácia e eficiência do processo e dos resultados;
- O reforço da comunicação e a interação dos jovens com os órgãos autárquicos e os seus representantes;
- A componente prática do programa permite aos alunos adquirirem competências no domínio do exercício da cidadania, através da experiência e vivência, in loco, das dimensões subjacentes à tomada de decisão.

Pontos fracos:

- Dificuldade de execução financeira das propostas que emergem do Orçamento Participativo Jovem.

Perspetivas futuras:

Atendendo ao impacto positivo do projeto no contexto educativo a Câmara Municipal de Odivelas considera um programa de continuidade com possibilidades de alargar o seu campo de atuação e impacto a toda a população escolar, mediante a introdução de mecanismos de representatividade aquando do Executivo Municipal Jovem. Igualmente pretende-se consolidar o Orçamento Participativo Jovem mediante dotação orçamental específica e anual.

Organização da Instituição:

A Câmara Municipal de Odivelas tem como missão dar resposta às aspirações e necessidades da população local, promovendo estratégias e linhas orientadoras para um desenvolvimento economicamente competitivo e inovador, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável, que assegure a qualidade de vida dos munícipes e contribua para a afirmação do território no contexto regional e nacional. Responder a este desafio implica políticas integradas e inclusivas, sustentadas numa ótica de responsabilidade social e humana, onde se aposta nas pessoas e nos diferentes agentes de intervenção local, com vista à qualificação de um Concelho mais Sustentável, mais Educador, mais Igual.

Perante este desígnio o Município de Odivelas tem focalizado a sua atuação junto da população em situação de maior risco de vulnerabilidade social, mais especificamente os idosos e as crianças, elegendo a Educação e a Inclusão Social como as duas principais linhas estratégicas para o desenvolvimento sustentado do concelho.

A Escola é um espaço onde coexistem diferentes culturas e grupos sociais. Para responder eficazmente a esta diversidade é um grande desafio que se coloca, para que a escola possa ser um lugar de inclusão social, plural e de promoção de igualdade de oportunidades, com uma oferta educativa diversificada e de qualidade para todos os alunos.

Neste contexto e apesar da difícil conjuntura económica e financeira, o Município continua a apostar fortemente em medidas sectoriais da

inclusão social e educação:

- Qualificação do parque escolar através da requalificação, apetrechamento e construção de novos estabelecimentos de ensino;
- Qualificação do apoio às famílias e combate à exclusão social, através do reforço das medidas de ação social escolar - oferta de pequeno-almoço, de almoço e de lanche e a oferta de prolongamentos de horário a todas as crianças do pré-escolar e 1º CEB, a oferta de manuais escolares ao 1º CEB, oferta de transportes escolares e auxílios económicos aos alunos carenciados do Município de Odivelas;
- Promoção da Educação para a Cidadania e Segurança, através do desenvolvimento de um conjunto de projetos socioeducativos dirigidos aos vários níveis de ensino, onde destacamos: o Programa de Educação para a Cidadania Democrática; o Projeto SerSeguro; o Projeto dos Vigilantes Patrulheiros; o Programa do Urbano ao Rural; o Programa da Atividade Física e do Desporto na Escola, o Projeto SEI! Odivelas que incide na promoção do sucesso escolar e integração social, o Projeto de "Hipoterapia de Odivelas" dirigido às crianças com NEE.

O Município de Odivelas assume-se como um Município Educador - Município de Todos e para Todos, procurando desenvolver estratégias e medidas de política educativa local que potenciem as aprendizagens, o acesso à aquisição de competências e ao conhecimento, fatores determinantes para a evolução de um município mais coeso, logo, mais igualitário.

Síntese da Experiência para divulgação

Portugal, como grande parte da Europa, atravessa uma verdadeira crise de participação dos jovens na vida pública, verificando-se uma fraca propensão para a ação coletiva no plano político, colocando em causa a vitalidade do sistema democrático moderno.

É neste contexto e reconhecendo que a educação, a informação e o conhecimento constituem a estratégia mais adequada para promover a consciência crítica e a intervenção social, assim como comportamentos de cidadania ativa por parte dos jovens cidadãos, o Município de Odivelas, norteando a sua ação segundo os princípios da Carta das Cidades Educadoras na prossecução do seu Projeto Odivelas Concelho Educador implementou, no ano letivo 2011/2012, o Programa de Educação para a Cidadania Democrática junto dos estabelecimentos de ensino secundário e profissional da rede pública do concelho.

O Programa Municipal de Educação para a Cidadania Democrática pretende promover junto dos alunos a literacia democrática, a comunicação e interação com os órgãos autárquicos e os seus representantes, bem como reforçar os sentimentos de pertença e identidade ao território face a um concelho extremamente jovem.

Este programa desenvolve-se em parceria com a comunidade escolar no âmbito da Educação para a Cidadania, estruturado metodologicamente em três grandes áreas de intervenção faseadas no tempo: os Projetos "Eu, Cidadão?", o "Executivo Municipal Jovem" e o "Orçamento Participativo Jovem".

13 DE NOVEMBRO

15H30-16H30

ENCERRAMENTO COM APROVAÇÃO DECLARAÇÃO FINAL DO CONGRESSO

Comissão de Honra

Comissão de Coordenação da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

Amélia Pardal, Vereadora das Obras, Planeamento Administração do Território, Desenvolvimento Económico e Arte Contemporânea da Câmara Municipal de Almada

Joaquim Judas, Presidente da Câmara Municipal de Almada

DECLARAÇÃO FINAL

CIDADES PARTICIPADAS, CIDADES ADAPTADAS (ÁVEIS)

O movimento das cidades educadoras teve a sua origem em 1990, no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona. Em 1994, na cidade italiana de Bolonha (onde se realizou a terceira edição do congresso), foi formalmente constituída a Associação Internacional das Cidades Educadoras, composta atualmente por quase 500 cidades de 32 países de todos os continentes, incluindo a Rede Territorial Portuguesa, com a participação de mais de cinco dezenas de municípios. A Carta das Cidades Educadoras, assumida em 1990 e revista em 1994 e 2004, consagra os seus princípios e objetivos, discutidos e reafirmados em já XIII Congressos Internacionais.

A cidade educadora, «extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação», renova permanentemente o seu compromisso em formar, nos aspetos mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. Não assumindo a educação de forma estreita, antes partindo do que esse conceito possui de mais abrangente e avançado, a Cidade Educadora oferece «importantes elementos para uma formação integral». A Cidade Educadora assume-se como a cidade da liberdade e da justiça, do trabalho digno e para todos, da proteção social e da igualdade, um espaço promotor da amizade e da paz no mundo (Carta das Cidades Educadoras, 2004).

Os princípios basilares das Cidades Educadoras ganham maior urgência e acuidade nos tempos de incerteza em que vivemos ao nível da cidade, do país e do planeta. Mais ainda do que noutros momentos da nossa história recente, a construção da Cidade Educadora exige o envolvimento e a participação de todos na construção dos processos e decisões que afetam o seu presente e o seu futuro e a transformação da própria cidade. Hoje mais do que nunca, a participação, a adaptação e a educação

para a cidadania são valores a promover e práticas a concretizar.

É de destacar que as preocupações e valores que estão na origem deste movimento sustentam-se em dois processos paralelos, mas não independentes: o debate sobre o urbano expresso na Carta de Atenas de 1933, e seus desenvolvimentos subsequentes consagrados na Nova Carta de Atenas de 2003 e na Carta de Leipzig de 2007; e o alargamento dos direitos e garantias das populações a matérias políticas, económicas, sociais e culturais, resultantes da conjuntura aberta pelo fim da Segunda Guerra Mundial, plasmados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966, na Declaração Mundial da Educação para Todos de 1990, na Cimeira Mundial para a Infância de 1990 e na Declaração Universal da Diversidade Cultural de 2001.

A interseção destes debates favorece uma leitura dos princípios pugnados pelo movimento das Cidades Educadoras, segundo a qual estes constituem um «verdadeiro programa de atenção e promoção do espaço público democrático como parte do currículo educativo» (Del Pozo, 2008: 28). Assim, ao eleger «Cidades Participadas, Cidades Adaptadas(áveis)», a Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras empenha-se na troca de experiências e perspetivas acerca das potencialidades e virtualidades do processo de construção da cidade educadora, defendendo que a adaptação crítica e participada do território, dando resposta às necessidades e aspirações de todos os cidadãos é «a melhor educação possível» (Del Pozo, 2008: 29).

Comprometidos com os princípios e valores das Cidades Educadoras e empenhados na sua edificação, os participantes no VI Congresso da RTPCE declaram:

1. A Adaptação Crítica da Cidade Educadora tem como objetivo garantir os equilíbrios ambientais, económicos, sociais e culturais, conectando o espaço físico e o espaço social, o passado, o presente e o futuro.
2. A Cidade Educadora promove uma partilha sistemática e estruturada de experiências e conhecimentos, estimulando a interligação, complementaridade e cooperação entre cidades, centros e periferias, comunidades, gerações e cidadãos.
3. A Cidade Educadora garante a mobilidade e a integração de todos e de cada um, valorizando os seus interesses e necessidades específicas bem como os seus conhecimentos, capacidades e papel social.
4. A garantia de acesso de uso não-normalizado aos espaços e serviços públicos, à cultura, recreio, desporto e lazer é um dever da Cidade Educadora, a quem compete assegurar a acessibilidade universal, entendida nas suas dimensões física, social e intelectual.
5. Na Cidade Educadora, a gestão do espaço comum, assente no envolvimento e na construção coletiva, permite a sua adaptação aos novos usos, identidades e expressões culturais, estimulando a diversidade e a inclusão.

6. A Cidade Educadora acolhe a expressão de novas influências artísticas e culturais assegurando a continuidade da identidade urbana, através da preservação do património e da memória, cuja representação coletiva é construída com as referências multiculturais e multigeracionais do presente (Halbwachs, 1925).

7. A Cidade Educadora promove o conhecimento e a inovação potenciando as redes de intercâmbio e as estruturas de implantação das comunidades educativa e científica.

8. A Participação Ativa na Cidade Educadora é simultaneamente um direito do cidadão e um dever de cidadania que compromete e vincula todos os agentes sociais com o bem-estar coletivo.

9. A Cidade Educadora deve assegurar a multiplicação, convergência, consequência e permanência dos espaços de participação, promovendo o encontro, diálogo e veiculação de ideias, práticas e aspirações, envolvendo os cidadãos nos processos de tomada de decisão.

10. A Cidade Educadora garante ao cidadão a oportunidade de participação social e democrática, numa perspetiva inclusiva, intercultural e intergeracional, recorrendo a metodologias e tecnologias inovadoras em paralelo com a dimensão comunitária e as relações face-a-face.

11. O desenvolvimento sustentável da Cidade Educadora, nas suas múltiplas vertentes, depende do envolvimento e responsabilização dos indivíduos e comunidades na defesa do ambiente físico e social.

12. A Cidade Educadora estimula a associação formal e informal dos cidadãos, a apropriação social do espaço partilhado e a corresponsabilização pelo desenvolvimento social, moral e cultural da comunidade.

13. A Cidade Educadora promove os valores e as práticas da cidadania democrática: a participação, a equidade, a tolerância, o interesse pela coisa pública e o respeito pela natureza.

14. O Currículo Educativo da Cidade Educadora assegura o desenvolvimento integral e ao longo da vida de todos os cidadãos, individual e coletivamente entendidos, integrando-os na vida democrática da cidade de forma aberta, consequente e com conteúdo significativo para as suas vidas.

15. A Cidade Educadora promove o conhecimento e a fruição do território enquanto espaço permeável à ação formal, não formal ou informal dos agentes educativos, assegurando que a sua contextualização e interação socioterritorial assumam um valor educativo.

16. A Cidade Educadora fomenta a intervenção crítica e criativa dos cidadãos na apropriação dos espaços vividos e partilhados, promovendo o encontro e a convivência e potenciando o seu desenvolvimento pessoal e societal.

17. A Cidade Educadora salvaguarda a identidade e a diversidade das culturas, assumidas como património comum da humanidade, garantindo a tolerância, o diálogo e a cooperação, garantias de paz e segurança.

18. A Cidade Educadora é um laboratório vivo que promove a reflexão de educadores e educandos sobre a realidade habitada, o seu percurso histórico e as consequências das decisões individuais e coletivas no presente e no futuro.

19. Ao educar para a cidadania, a Cidade Educadora defende e suscita o entendimento mútuo, a consciência ética e social e a solidariedade, formando protagonistas da política urbana cuja ação potencia a agregação e identificação entre indivíduos e comunidades.

20. A Cidade Educadora promove, neste sentido, um combate ao individualismo, à elitização, à segregação e à discriminação dos e nos processos de construção das políticas e dos instrumentos de transformação da cidade, o combate à exploração e à opressão nas diversas dimensões da vida social.

A Cidade Educadora, comprometida com a democracia participativa, com o bem-estar dos seus cidadãos, assume a construção de uma cidade da liberdade, da equidade e da inclusão. Assume igualmente a participação ativa e a adaptação crítica como uma componente essencial do currículo educativo, comprometendo-se a criar as condições necessárias à permanente construção da cidade pelos cidadãos e à possibilidade de os cidadãos se transformarem a si próprios ao transformar a cidade.

Almada, 13 de Novembro de 2015

Referências:

Del Pozo, Joan Manuel, «El concepto de Ciudad Educadora, hoy». In: Educación e vida urbana: 20 años de ciudades educadoras. España: Santillana, 2008.

Maurice Halbwachs, Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Presses Universitaires de France, 1925.



SINTESE DE PARTICIPAÇÃO

Previstas 19 conferencias, realizadas 18, publicitadas 17 no VI Congresso Nacional da RTPCE “Cidades Adaptadas (veis)”.

Foram rececionadas 72 experiências apresentadas por 22 municípios: Almada, Amadora, Braga, Cascais, Coimbra, Évora, Funchal, Gondomar, Lisboa, Loulé, Moura, Odivelas, Paredes, Palmela, Ponta Delgada, Porto, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Setúbal, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Nova de Famalicão. Outras experiências por entidades como: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Instituto Superior PIAGET Almada OSMOPE - Porto, ATELIERMOB – Arquitetura, Design e Urbanismo Lda, GEBALIS - Lisboa, INFRAMOURA - Vilamoura/Loulé, Associação Ensaios e Diálogos, Associação 8 seculos da Língua Portuguesa, Fundação Serralves (associada à Câmara Municipal do Porto), Centro de Arqueologia de Almada e finalmente experiências apresentadas por agrupamentos/escolas do Concelho de Almada, Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, Almada, Agrupamento de Escolas da Trafaria, Almada, Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade, Almada, Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Almada.

O Congresso utilizou quatro espaços distintos: Academia Almadense – Cinema, Cine-Teatro Academia Almadense, Quarteirão das Artes e EB Feliciano Oleiro.



*GALERIA DE FOTOS
DO CONGRESSO NACIONAL DA REDE
TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES
EDUCADORAS (RTPCE)
CIDADES PARTICIPADAS
CIDADES ADAPTADAS(ÁVEIS)*





CIDADES ADAPTADAS (A

DA 11, 12 e 13 de novembro de 2015 VI CONGR



CIDADES PARTICIPADAS CIDADES ADAPTADAS (ÁVEI

VI CONGRESSO NACIONAL DA REDE TERRITORIAL
PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS

11, 12 e 13 de novembro de 2015

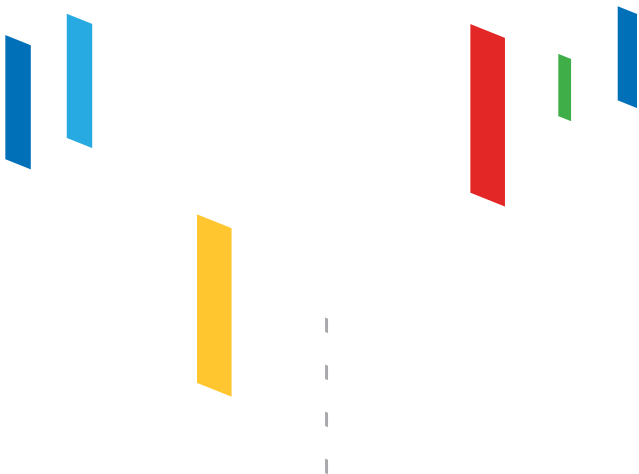


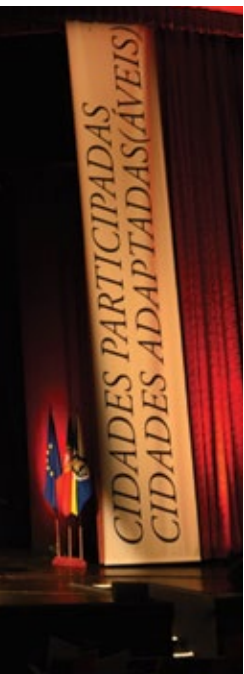
CIDADES P CIDADES ADA

VI CONGRESSO NA
PORTUGUESA D
11, 12 e 13 a













CIDADES PARTICIPADAS CIDADES ADAPTADAS (ÁVEIS)

VI CONGRESSO NACIONAL DA REDE TERRITORIAL
PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS

11, 12 e 13 de novembro de 2015



CIDADES PARTICIPADAS CIDADES ADAPTADAS(ÁVEIS)

VI CONGRESSO NACIONAL DA REDE TERRITORIAL
PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS
11, 12 e 13 de novembro de 2015



